



Programa Interdisciplinar de
Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA)

**“MUROS GRITAM A LUTA DE UM POVO SEM VOZ”:
UMA ESCUTA DAS RESPOSTAS ÀS DESIGUALDADES ESPACIAIS EM
PAISAGENS LINGÜÍSTICAS DE VOLTA REDONDA**

CRISTINA LÚCIA DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
Outubro de 2025



**Programa Interdisciplinar de
Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA)**

**“MUROS GRITAM A LUTA DE UM POVO SEM VOZ”:
UMA ESCUTA DAS RESPOSTAS ÀS DESIGUALDADES ESPACIAIS EM
PAISAGENS LINGUÍSTICAS DE VOLTA REDONDA**

Cristina Lúcia de Oliveira

Tese de doutorado apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva

Rio de Janeiro
Outubro de 2025

“MUROS GRITAM A LUTA DE UM POVO SEM VOZ”:
UMA ESCUTA DAS RESPOSTAS ÀS DESIGUALDADES ESPACIAIS
EM PAISAGENS LINGÜÍSTICAS DE VOLTA REDONDA

Cristina Lúcia de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Daniel do Nascimento e Silva

Tese de doutorado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada.

Examinada por:

Presidente: Professor Doutor Daniel Nascimento e Silva (PIPGLA-UFSC)

Professora Doutora Branca Falabella Fabrício (PIPGLA-UFRJ)

Professora Doutora Adriana de Carvalho Lopes (PIPGLA-UFRRJ)

Professora Doutora Caroline Vieira Rodrigues (UFSC)

Professora Doutora Karolina Bielenin-Lenczowska (University of Warsaw)

Rio de Janeiro
Outubro de 2025

CIP - Catalogação na Publicação

O48m Oliveira, Cristina Lúcia
 Muros gritam a luta de um povo sem voz: Uma
 escuta das respostas às desigualdades espaciais em
 paisagens linguísticas de Volta Redonda / Cristina
 Lúcia Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2025.
 210 f.

 Orientador: Daniel Nascimento e Silva.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa
 Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística
 Aplicada, 2025.

 1. Paisagens linguísticas. 2. Discurso. 3.
 Esperança. 4. Direito à cidade. I. Silva, Daniel
 Nascimento e, orient. II. Título.

*Aos que, entre o pó e o silêncio,
ergueram palavras como abrigo,
e, transformando dor em passo,
marcharam com esperança nos pés.*

*Aos que não se calaram
e fizeram da luta sua linguagem.*

*Que estas páginas sejam
eco e chama.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que me ensinou que os livros podem ser chaves e refúgios. Pelos tantos volumes emprestados das bibliotecas, pelo exemplo incansável de força e pela presença firme em cada instante da minha vida.

A todos os meus familiares que, com gestos grandes e pequenos, sustentaram o meu caminhar. Em especial à minha irmã, que soube me lembrar, quando precisei, de que este percurso era possível e de que a esperança também se aprende.

Ao meu companheiro, pelo abraço que se fez porto seguro, pela aposta cotidiana e pelo encorajamento que se renovou mesmo nos dias mais sombrios.

Ao corpo docente e técnico do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA/UFRJ), por todo o aprendizado compartilhado e pelo apoio que me sustentou nesta travessia.

Ao meu orientador, Daniel Silva, por apontar caminhos quando tudo parecia ruído e por uma direção generosa que foi, ao mesmo tempo, bússola e horizonte.

Às professoras Adriana Lopes e Karolina Bielenin, pela delicadeza, disponibilidade e rigor com que acolheram este trabalho em suas bancas, e pelas palavras que ressoam até aqui como ensinamentos preciosos. Agradeço também à professora Branca Fabrício pelo exemplo de profissionalismo e por compor a banca de defesa, assim como à professora Caroline Rodrigues.

À Capitu, por sua silenciosa companhia, testemunha amiga de cada madrugada e de cada página aqui escrita.

Aos colegas de pesquisa, pelo companheirismo que tornou mais leves os dias pesados e pelo diálogo que sempre foi abrigo. Aos amigos e aos companheiros de magistério pelo incentivo e compreensão constantes.

Por fim, a todos aqueles cujas vozes permanecem grafadas nas ruas e que fizeram da linguagem matéria de resistência e da memória uma forma de existir. Que este trabalho seja também um testemunho de que ninguém pode calar o que insiste em florescer.

“Falar é uma necessidade; escutar é uma arte”.
(Citação popularmente atribuída a Goethe)

RESUMO

“MUROS GRITAM A LUTA DE UM POVO SEM VOZ”: UMA ESCUTA DAS RESPOSTAS ÀS DESIGUALDADES ESPACIAIS EM PAISAGENS LINGÜÍSTICAS DE VOLTA REDONDA

CRISTINA LÚCIA DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva

Considerando o espaço público como importante fator de análise sociolinguística, este trabalho investiga a paisagem linguística de Volta Redonda, município do estado do Rio de Janeiro, focalizando três tipos de manifestações discursivas: pichações, postagens em redes sociais digitais e atos populares. Em uma concepção INdisciplinar de linguística aplicada (Moita Lopes, 2006), faz uso dos construtos de processos indexicais (Silverstein, 2003, 2009; Blommaert, 2014) para desenvolver uma etnografia da escuta em abordagem qualitativa e interpretativista na qual analisa como vozes constroem a paisagem urbana num movimento dialógico com o socio-histórico. O objetivo é compreender como, diante das desigualdades espaciais e discursivas impostas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), espaços são produzidos em interações discursivas e como, concomitantemente, são produzidas identidades em diálogo com esses espaços na medida em que estabelecem relações de poder (Foucault [1970] 2014) que organizam, hierarquizam e sedimentam seus efeitos. Os dados revelam fricções entre o discurso hegemônico da indústria e práticas populares de resistência que operam como formas esperança (Silva; Lee, 2024) e de insurgência simbólica, projetando a linguagem como campo de disputa política e afirmação do direito à cidade.

Palavras-chave: paisagens linguísticas; pichação; discurso; direito à cidade; esperança.

ABSTRACT

“WALLS SHOUT THE STRUGGLE OF A VOICELESS PEOPLE”: A LISTENING TO THE RESPONSES TO SPATIAL INEQUALITIES IN THE LINGUISTIC LANDSCAPES OF VOLTA REDONDA

CRISTINA LÚCIA DE OLIVEIRA

Advisor: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva

Considering public space as an important factor in sociolinguistic analysis, this work investigates the linguistic landscape of Volta Redonda, a municipality in the state of Rio de Janeiro, focusing on three types of discursive manifestations: graffiti, posts on digital social networks and popular acts. In an INdisciplinary conception of applied linguistics (Moita Lopes, 2006), use the constructs of indexical processes (Silverstein, 2003, 2009; Blommaert, 2014) to develop an ethnography of listening in a qualitative and interpretivist approach in which analyzes how voices construct the urban landscape in a dialogical movement with the socio-historical. The aim is to understand how, in the face of spatial and discursive inequalities imposed by the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), spaces are produced in discursive interactions and how, concomitantly, identities are produced in dialogue with these spaces insofar as they establish power relations (Foucault [1970] 2014) that organize, hierarchize and sediment their effects. The data reveals frictions between the hegemonic discourse of the industry and popular practices of resistance that operate as forms of hope (Silva; Lee, 2024) and symbolic insurgency, projecting language as a field of political dispute and affirmation of the right to the city.

Keywords: linguistic landscapes; graffiti; discourse; right to the city; hope.

RESUMEN

“LOS MUROS GRITAN LA LUCHA DE UN PUEBLO SIN VOZ”: UNA ESCUCHA DE LAS RESPUESTAS A LAS DESIGUALDADES ESPACIALES EN LOS PAISAJES LINGÜÍSTICOS DE VOLTA REDONDA

CRISTINA LÚCIA DE OLIVEIRA

Supervisor: Prof. Dr Daniel do Nascimento e Silva

Considerando el espacio público como un factor importante en el análisis sociolingüístico, este trabajo investiga el paisaje lingüístico de Volta Redonda, municipio del estado de Río de Janeiro, centrándose en tres tipos de manifestaciones discursivas: grafitis, posts en redes sociales digitales y actos populares. En una concepción INdisciplinar de la lingüística aplicada (Moita Lopes, 2006), utiliza los constructos de los procesos indéxicos (Silverstein, 2003, 2009; Blommaert, 2014) para desarrollar una etnografía de la escucha en un enfoque cualitativo e interpretativista en el que analiza cómo las voces construyen el paisaje urbano en un movimiento dialógico con lo socio-histórico. El objetivo es comprender cómo, frente a las desigualdades espaciales y discursivas impuestas por la Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), se producen espacios en interacciones discursivas y cómo, concomitantemente, se producen identidades en diálogo con estos espacios en la medida en que establecen relaciones de poder (Foucault [1970] 2014) que organizan, jerarquizan y sedimentan sus efectos. Los datos revelan fricciones entre el discurso hegemónico de la industria y prácticas populares de resistencia que operan como formas de esperanza (Silva; Lee, 2024) e insurgencia simbólica, proyectando el lenguaje como campo de disputa política y afirmación del derecho a la ciudad.

Palabras clave: paisajes lingüísticos; grafiti; discurso; derecho a la ciudad; esperanza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pichação em Volta Redonda, 2021.	15
Figura 2: Vista aérea da curva do Rio Paraíba do Sul em Volta Redonda.	22
Figura 3: Fumaça expelida pela CSN, em Volta Redonda.	25
Figura 4: Pichação feita em viaduto do bairro Aterrado, 2021.	26
Figura 5: Pichação feita em muro do bairro Vila Santa Cecília, 2021.	26
Figura 6: Postagem em Instagram do perfil @vr_abandonada.	28
Figura 7: Manifestação em notícia do jornal Foco Regional.....	29
Figura 8: Postagem de Instagram de @vr_abandonada.	30
Figura 9: Notícia de jornal sobre uma pichação.	43
Figura 10: Pichação no bairro São Geraldo.....	44
Figura 11: Pichação no bairro Vila Santa Cecília, em Volta Redonda.....	72
Figura 12: Grafite no centro de Volta Redonda.	73
Figura 13: Imagem de documentário "Pixo" (2009).	76
Figura 14: Centro Universitário de Belas Artes após a ação de pichadores.....	76
Figura 15: Panfleto de convocação para a invasão à 28ª Bienal de São Paulo.....	77
Figura 16: Invasão de pichadores à Bienal da Arte, em 2008.	78
Figura 17: Painele repintado na Avenida 23 de Maio em São Paulo.	80
Figura 18: MAR - Museu de Arte de Rua, em São Paulo.	81
Figura 19: Mural do metalúrgico, em Volta Redonda (2005-2016).....	82
Figura 20: Novo mural do metalúrgico	84
Figura 21: Captura de tela de @mídiaininja sobre Braskem.	87
Figura 22: Pichação Braskem postada por @mídiaininja.....	87
Figura 23: Pichação no bairro Jardim Belvedere, em Volta Redonda.....	88
Figura 24: Pichação “We own this city”	91
Figura 25: Pichação em Istambul	93
Figura 26: Arte de Banksy, na Ucrânia	95
Figura 27: Arte 2 de Banksy na Ucrânia	96
Figura 28: Selo ucraniano com obra de Banksy, 2023	96
Figura 29: Arte de Banksy na faixa de Gaza	97
Figura 30: A Guerra da água de Cochabamba, 2000.....	99
Figura 31: Pichação “El agua es del Pueblo, carajo!”	100
Figura 32: 10 anos da Guerra da Água, em Cochabamba.	102

Figura 33: Grafite na FERIA Internacional del Agua.....	102
Figura 34: Ato organizado pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo.....	105
Figura 35: Projeção em prédio em São Paulo.....	109
Figura 36: Projeção “Fora Bolsonaro”.	110
Figura 37: Imagem de Volta Redonda por satélite	112
Figura 38: O plano urbanístico e a planta industrial da usina em um plano geral.....	116
Figura 39: CSN/Vila Operária e seus Barracões, em 1945.	118
Figura 40: Bairro Conforto, destinado aos operários, em 1945.....	119
Figura 41: Vila Operária: Equipamentos Urbanos – Décadas de 1940 a 1950.	120
Figura 42: Vila Operária: Equipamentos de Lazer.....	121
Figura 43: Prédio do Escritório Central da CSN	128
Figura 44: Obelisco da Praça Brasil, 2024.	129
Figura 45: Monumento em homenagem aos trabalhadores da CSN	130
Figura 46: Monumento em homenagem a Getúlio Vargas.....	130
Figura 47: Monumento da Praça Brasil – símbolo agrícola.	130
Figura 48: Monumento da Praça Brasil – símbolo industrial.....	130
Figura 49: Escola Profissional da CSN	132
Figura 50: Rua 14 da Praça Brasil ao Escritório Central da CSN	132
Figura 51: A Vila Operária em três pontos extremos.....	133
Figura 52: Volta Redonda, dias atuais.....	134
Figura 53: Propriedade abandonada. Patrimônio da CSN no bairro Laranjal.	134
Figura 54: Subida do bairro Laranjal, espaço de diretores e técnicos.	135
Figura 55: Condomínio de luxo no topo do bairro Laranjal.....	135
Figura 56: Antiga Rádio da CSN, abandonada no bairro Laranjal, 2023.....	135
Figura 57: Muro do Colégio Estadual Rio Grande do Sul.	136
Figura 58: Juarez Antunes durante a Greve de 1988.....	142
Figura 59: Morte de Juarez Antunes.....	144
Figura 60: Operários da CSN resistem aos avanços do Exército em torno da usina.....	144
Figura 61: Invasão do Exército na CSN, durante a greve dos operários, 1988.	145
Figura 62: Funeral do metalúrgico da CSN Carlos Augusto Barroso.	146
Figura 63: Inauguração do Memorial 09 de Novembro.	147
Figura 64: Imagem do memorial 9 de Novembro após o atentado em 1989.....	148
Figura 65: Monumento reerguido, 2023.....	149

Figura 66: Protesto na entrada da usina.....	152
Figura 67: Protesto de trabalhadores contra a privatização da CSN	152
Figura 68: Pullman National Historical Park	158
Figura 70: Lowell National Park	160
Figura 71: Pichação “Greve geral”.....	164
Figura 72: Pintura cobrindo pichação.....	165
Figura 73: Pichação “CSN ‘presente’ do Tio Sam.	169
Figura 74: Colégio Profª Themis e CSN por satélite.....	170
Figura 75: Pichação "A cidade, ela é aço mas ngm é de ferro”.....	172
Figura 76: Pichação “CSN mata!!!”.....	173
Figura 77: Notícia “CSN é multada pelo Inea”	174
Figura 78: Sinalizador de qualidade do ar, na Vila Santa Cecília.	175
Figura 79: Notícia do jornal G1 “Pó preto”.....	176
Figura 80: Postagem de vr@abandonada contra CSN.	178
Figura 81: Pichação “A cidade cinza pede mais cor”.....	180
Figura 82: Manifestantes com cartazes, em 2022.....	183
Figura 83: Passeata do pó em 2022.	183
Figura 84: Passeata do pó em 2023.	184
Figura 85: Ato popular em Volta Redonda, em 2023.....	185
Figura 86: Ato cobertura de painel de qualidade do ar.....	185
Figura 87: Concentração de manifestantes, em 2024.	185
Figura 88: Passeata do pó em 2024.	186
Figura 89: Abraço coletivo ao prédio do Escritório Central da CSN.....	186
Figura 90: Autora na passeata do pó, em 2024.....	186
Figura 91: Comentários em @vr_abandonada	192
Figura 92: Comentários em @vr_abandonada.	192
Figura 93: Pichação “Na rua não peço licença”, em Volta Redonda.	198

LISTA DE ABREVIATURAS

PL Paisagem linguística

CSN Companhia Siderúrgica Nacional

PND Programa Nacional de Desestatização

CUT Central Única dos Trabalhadores

PDT Partido Democrático Trabalhista

PCB Partido Comunista Brasileiro

PT Partido dos Trabalhadores

TAC Termo de Ajustamento de Conduta

INEA Instituto Estadual do Ambiente

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I A cidade.....	18
II Os muros	21
III Os gritos.....	25
 1 ETNOGRAFIA DA ESCUTA	33
 2 ESCUTAS TEÓRICAS	42
2.1 Discursos apontam discursos.....	43
2.1.1 A paisagem	46
2.1.2 A paisagem linguística.....	48
2.2 A cidade como direito.....	62
2.3 Discursos de esperança.....	67
 3 ESCUTAS EM TRÂNSITO: PAISAGENS INSUBMISSAS	71
3.1 Não existe cor em SP.....	75
3.2 Crateras do capital: o silêncio afundado em Maceió	85
3.3 “We own this city”	89
3.4 Arte sobre escombros	93
3.5 Gritos rebeldes: “El agua es del pueblo”	98
3.6 A rebeldia como direito: Jornadas de Junho.....	103
3.7 Território sonoro.....	106
 4 ESCUTAS DA HISTÓRIA	111
4.1 A Cidade do aço: tal mãe, tal, filha	113
4.2 Uma família siderúrgica: o panoptismo no projeto da cidade	123
4.2.1 O controle na paisagem: tempo, espaço e disciplinamento urbano.....	137
4.3 Uma filha abandonada: os conflitos começam	141
4.4 O preço do progresso: a privatização da CSN.....	150
4.4.1 Cidades pós-industriais.....	155
 5 ESCUTA DOS MUROS.....	163
5.1 De quem é esse muro?	164
5.2 A cidade cinza pede mais cor	169
5.2.1 Ecos digitais: a convergência entre o <i>on-line</i> e o <i>off-line</i>	176
5.2.2 Performance coletiva nas Passeatas do Pó	181
5.3 A luta continua.....	191
5.4 Gritos que reverberam	195
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
 Referências	204

INTRODUÇÃO



Figura 1: Pichação em Volta Redonda, 2021.¹

Muros gritam a luta de um povo sem voz, é o que diz a pichação no bairro central de Volta Redonda. Letras garrafais no muro da subestação de distribuição de energia elétrica da cidade. A escrita não autorizada sugere um lugar possível para a manifestação de um povo denominado *sem voz*. Contudo, o muro *grita*, a voz existe e foi proferida e, ao passo em que é emitida materializada em uma pichação, incorporando-se à paisagem, incorpora-se à cidade, ainda que efemeramente, tatuando-se ao corpo volta-redondense, ganha seu espaço enfim.

Volta Redonda é uma cidade de ruídos. Não apenas os ruídos mecânicos das máquinas da indústria siderúrgica, ou sons metálicos que ecoam da usina e dos trens de minério, nem os apitos e motores que se tornaram parte do cotidiano urbano. Há outros sons, menos audíveis, mas igualmente potentes: o grito contido, a fala sussurrada, o eco de uma denúncia apagada, a reverberação de uma dor coletiva. Esta cidade funciona como uma grande caixa de ressonância, onde vozes são amplificadas e outras, abafadas, distorcidas ou silenciadas, conforme o jogo desigual das forças sociais que a compõem.

Nasci aqui. Cresci ouvindo os sons dessa terra marcada pelo aço e pelo trabalho. Aprendi cedo que há sons que autorizam e sons que ameaçam. Que o grito de um operário pode ser criminalizado, enquanto o zumbido da produção industrial é naturalizado. Foi nesse espaço sonoro desigual que construí minha escuta; uma escuta sensível às vozes que tentam emergir nas fendas da cidade. Foi dessa escuta afetiva e implicada que esta pesquisa nasceu.

¹ Fonte: Arquivos da autora.

Coloco meus fones para ouvir melhor. Com eles, o mundo não se cala – ressoa. É assim que caminho por Volta Redonda: de ouvido atento, para além do que se grita nos palanques, ao que sussurra nas ruas, ao que pulsa nos dedos que digitam, ao que vibra no passo coletivo de um protesto. Meus fones não são neutros: são os fones de uma mulher que viveu e vive ouvindo os sons ordem e o silêncio das ausências. Fones que captam o que a cidade diz quando ninguém está gravando.

Era julho de 2022 quando caminhei pela primeira vez com outros corpos pela Vila Santa Cecília em Volta Redonda. A marcha era contra o pó expelido na produção de aço, aquele que se instala nas janelas, nas roupas, nos pulmões e nos silêncios da cidade. Em meio à manifestação popular contra os impactos ambientais e sociais provocados ali pela Companhia Siderúrgica Nacional, a maior indústria siderúrgica do país, percebi que sons ganhavam corpo, volume, presença. Percebi que aquilo que por anos analisei em textos e muros ganhava novo corpo nos sons da rua. A “Passeata do Pó” reunia moradores, ativistas e trabalhadores com cartazes, câmeras, megafones improvisados e uma urgência na voz. Não havia a tradicional festa oficial de aniversário da cidade naquele momento. Mas havia passos, gritos e batidas no asfalto e uma certeza coletiva: o povo de Volta Redonda quer respirar.

Havia vida vibrando em desobediência, e tudo ressoava como resposta a um longo processo de silenciamento. Havia vozes. E, naquela manhã, elas faziam vibrar os espaços da cidade como tambores de resistência; como se, incorporado à cidade, ainda estivesse ressoando em cada nova manifestação.

O ato popular, convocado pelas redes sociais, não era o primeiro, mas havia algo naquela manhã que o tornava especialmente simbólico. Talvez pelo cansaço acumulado, talvez pela força dos encontros, talvez pelo fato de que já não era possível fingir que a cidade não adoce. Me vesti de preto e saí para me juntar a outros tantos moradores. O sol de inverno pesava sobre os ombros com um calor paradoxal. Caminhava pelas ruas centrais de Volta Redonda, rumo a uma das entradas da siderúrgica, não como pesquisadora, mas como filha da cidade. O asfalto reverberava ruídos antigos, e eu os reconhecia.

A cidade, naquele dia, parecia suspensa entre opressão e a denúncia. E ali, enquanto eu caminhava entre gritos de protesto e cartazes molhados de indignação, me veio à memória uma imagem que inaugurou este trabalho, a pichação “Muros gritam a luta de um povo sem voz”. Ela já não está visível. O muro fora repintado, a frase foi apagada, como tantas outras. Mas continua vibrando no espaço. Na memória. Nos registros fotográficos. Nos afetos. A frase seguia comigo. Como o eco de um som que insiste em não desaparecer, ela seguia reverberando

na memória coletiva. Como se aquele grito tivesse sido incorporado à cidade, ressoando em cada nova manifestação. Assim os gritos retornam, reescritos em cartazes, em *hashtags*, em faixas estendidas. São vozes que se inscrevem numa cidade que nunca se entrega ao silêncio.

Muitas práticas como essa organizam a escuta pública e deslocam o que é socialmente autorizado a ser ouvido. A linguagem, nesses casos, inaugura um espaço sonoro alternativo, onde a resistência encontra timbre, ritmo e reverberação. Ao longo desta tese, veremos como pichações apagadas pela prefeitura, postagens que *viralizam* nas redes ou gritos que ecoam nas ruas ativam essa caixa simbólica, ora forçando suas paredes a vibrar, ora evidenciando o abafamento sistemático de determinadas frequências sociais. O que se inscreve na paisagem urbana, mesmo quando apagado, reverbera. Os muros, as ruas e os corpos se tornam, assim, membranas vibrantes, que respondem às tensões do espaço, vibram ao menor contato com a linguagem, mesmo quando esta é sussurrada, pichada ou apagada.

Esta tese nasce desse ouvir implicado – uma etnografia da escuta, que transforma os fones em gesto metodológico e político. Ouvir, aqui, é ler com os ouvidos. É decifrar os gritos visuais das pichações, os ecos insistentes das redes sociais, as batidas coletivas dos corpos em marcha. Cada uma dessas práticas é uma frequência: a pichação, um grito visual efêmero que rasga o concreto e some rápido, mas vibra forte. A rede, uma reverberação contínua que repete, circula e amplia o que foi dito. O protesto, uma performance acústica coletiva, onde o corpo é tambor, a rua é caixa de ressonância e a linguagem se torna presença.

Dessa forma, proponho aqui uma escuta sensível aos modos pelos quais os moradores da cidade reinscrevem seus direitos no espaço urbano. Volta Redonda, neste trabalho, é compreendida como uma paisagem de disputas acústicas e discursivas. Desde sua fundação, a CSN moldou não apenas o espaço físico da cidade, mas também sua sonoridade social: definiu o que podia ser dito, ouvido e ignorado. Com a sua privatização, o controle discursivo tornou-se mais difuso, mas não menos presente. O que observo, ao longo desta pesquisa, é a emergência de vozes que desafiam esse regime sonoro. Vozes que encontram, nos muros, nas redes e nas ruas, formas de ressoar.

Foi a partir dessa escuta, que algumas perguntas instigaram minha pesquisa: como a população de Volta Redonda responde, discursivamente, às desigualdades socioespaciais históricas da cidade? De que modo práticas semióticas na paisagem, *off-line* e *on-line*, funcionam como formas de resistência à hegemonia discursiva da CSN? Como a linguagem, nesses contextos de assimetria, se torna reverberação política, gesto de existência e de futuro?

Para responder a esses questionamentos, meus objetivos são analisar como a linguagem é inscrita nos espaços urbanos de Volta Redonda como forma de denúncia e enfrentamento; investigar os modos como essas práticas linguísticas articulam experiências de exclusão, pertencimento e reivindicação do direito à cidade; compreender como os sentidos produzidos por essas práticas reverberam na paisagem urbana, ressoando afetos, memórias e expectativas coletivas e evidenciar como a linguagem opera como prática de esperança, não apenas como resistência, mas como proposição de futuros possíveis.

A hipótese que me orienta é a de que a linguagem não apenas comunica: ela ressoa. Pichações, legendas de postagens, faixas de protesto e gritos coletivos se tornam formas de fazer vibrar a cidade. São práticas que organizam a escuta pública e deslocam o que é socialmente autorizado a ser ouvido. A linguagem, nesses casos, inaugura um espaço sonoro alternativo, onde a resistência encontra timbre, ritmo e reverberação. Como uma pedra lançada num lago, cada enunciado produz ondas – de sentido, de afeto, de mobilização. A cidade, concebida como caixa de ressonância discursiva, permite que mesmo as vozes apagadas ou abafadas voltem a vibrar, desestabilizando a narrativa oficial e convocando escutas políticas.

Ao falar em ressonância, não me refiro a um eco simbólico abstrato, mas à capacidade de certos enunciados, ainda que efêmeros ou apagados, de produzirem efeitos discursivos prolongados no espaço urbano. Ressoar, aqui, é interferir na escuta pública, deslocar o campo do dizível e (re)organizar os sentidos coletivos de pertencimento. A pichação escrita, apagada, a hashtag efêmera, o grito na rua – todos esses gestos operam como forças semióticas que, mesmo após sua ocorrência, permanecem tensionando a paisagem urbana.

Ao longo desta tese, acompanharemos essas vozes. Escutaremos o que foi escrito e apagado, o que foi dito e abafado, o que foi sussurrado e agora ganha amplificação. Se os muros gritam, como diz a frase, é porque alguém os fez vibrar. E é nessa vibração – entre silenciamento e ressonância – que reside a potência política da linguagem.

Assim, convido o leitor a percorrer estas páginas como quem escuta uma cidade que não se cala. Uma cidade que, mesmo sob o peso do aço e do silêncio institucional, faz de cada palavra um eco de luta e de esperança.

I A cidade

A palavra *cidade* carrega uma riqueza semântica que transcende seu uso estritamente geográfico. Originalmente, remete a um espaço com concentração populacional onde se desenvolvem atividades econômicas e culturais não rurais. No entanto, o termo evoluiu para

englobar sentidos mais amplos e mesmo contraditórios, visto que, quando pensamos em “cidade” e “cidadão”, visualizamos não apenas uma pessoa vinculada a um espaço urbano, mas também a um conceito amplo de habitante ou membro de uma comunidade. A população de uma cidade se identifica com essa terminologia, refletindo um pertencimento não só geográfico, mas também social e administrativo.

Em oposição ao mundo rural, a cidade simboliza a vida urbana – dicotomia comum no uso cotidiano, destacando as diferenças entre a vida na cidade e no campo, o que evidencia a cidade como um conjunto de experiências de vida bem distintas dos ambientes rurais. Já a esfera administrativa adiciona outra camada ao significado de cidade, sendo, por vezes, o termo compreendido como sinônimo de município, independentemente de englobar áreas urbanas e rurais. A cidade, entretanto, contrasta com outros termos como *vila*, *vilarejo* e *povoado*. Nem toda vila é sede de um município, ao passo que toda cidade carrega essa característica político-administrativa. Esse discernimento é crucial ao se pensar na hierarquia e organização dos espaços geográficos, e compreender o termo *cidade* como multifacetado, com significados que se estendem do específico ao geral, do espaço físico ao social, em constante diálogo com os opostos que ela própria cria e define.

Neste estudo, a cidade é observada com foco nas formas como a linguagem da paisagem e a vida urbana se entrelaçam de maneira complexa, refletindo e moldando constantemente as interações sociais, culturais, educacionais e econômicas. Compreendendo a linguagem na cidade não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um meio performativo com o poder de afirmar ou desafiar estruturas, vejo que as pichações, grafites, murais e outros elementos de expressão visual não só comunicam ideias, mas também desafiam narrativas dominantes e expõem as dinâmicas de poder subjacentes. Esses atos linguísticos no espaço público transformam áreas físicas em arenas de resistência, evidenciando questões sociais e políticas essenciais. A apropriação do espaço público reflete como a linguagem pode desafiar (e transformar) a narrativa oficial, destacando questões que muitas vezes são ignoradas ou silenciadas pelos poderes estabelecidos.

A inscrição no muro apresentada no início deste trabalho, *Muros gritam a luta de um povo sem voz*, antes ainda de contextualizarmos mais profundamente, já comunica sobre uma luta que é travada, um embate que podemos inferir que se dá entre um povo *sem voz* e um povo *com voz*. A narrativa pichada é curta, de rápida produção e pouca duração, mas diz muito. Estamos diante de uma interferência à normalidade, limpeza e planejamento da cidade, o que pode retratar um conflito entre a voz autorizada do discurso hegemônico do lugar em

sobreposição à voz do povo, que busca maneiras possíveis de se fazer ouvir, de resistir e esperar.

Assim, a presente pesquisa se volta à análise desse conflito que compõe a paisagem linguística de Volta Redonda, cidade do sul do estado do Rio de Janeiro, onde nasci e ainda resido, buscando ouvir com atenção especial a voz (ou ausência dela) desse povo, as formas em que consegue ser pronunciada em resposta às desigualdades espaciais do lugar. As minhas motivações ao iniciar este estudo estão voltadas ao que vivencio e vivenciei neste local em relação às dificuldades dos volta-redondenses em se sentirem “donos” do espaço que habitam, em terem as suas necessidades subjugadas pela busca ao lucro e progresso da maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina, e uma das maiores do mundo, a Companhia Siderúrgica Nacional, CSN. Assim, a relação Volta Redonda e CSN compõe a paisagem do lugar.

O estudo da Paisagem Linguística² (PL) tem se mostrado um campo significativo na análise de como a linguagem em espaços públicos reflete e influencia a vida social e política das pessoas nesses ambientes. Landry e Bourhis (1997) definem PL como toda a linguagem visível em ambientes públicos, desde placas de trânsito até outdoors e sinais em edifícios governamentais. Esses elementos linguísticos não são apenas reflexos de identidades e relações sociais, mas também têm o poder de moldar percepções e ações, contribuindo para a construção ou reforço de identidades e hierarquias sociais.

A análise da paisagem linguística passa inevitavelmente por perspectivas históricas e sociais, uma vez que o espaço físico é também um espaço social, cultural e político que se constitui em certos padrões de comportamento social. Compreendendo a contextualização dos signos em uso, seu apontar – ou indexar – para algo no contexto em que ocorre, num processo infundável cuja origem não pode ser acessada, e seus efeitos são imprevisíveis (Silverstein, 2003; 2006; Blommaert, 2014), analiso a possibilidade de sugerir que os registros apresentados apontam para significados que cooperam para a construção de um posicionamento coletivo, identidade desse lugar, que se opõe a regimes autoritários. A partir do conceito de ordem de

² O termo *Paisagem Linguística* foi diferenciado em alguns estudos do termo *Paisagem Semiótica*, sendo esta compreendida como a ciência de todas as linguagens possíveis, enquanto a Paisagem Linguística se dedicaria ao estudo do sistema signos da linguagem verbal. Contudo, aqui adoto o conceito *Paisagem Linguística* ainda mediante o posicionamento da investigação em um contexto sociocultural em que as fronteiras entre os mundos *on-line* e *off-line* ficam cada vez mais indistintas, conforme postula Blommaert (2017). Assim, entendo que o termo *Paisagem Linguística* deva acatar manifestações outras, para além daquelas associadas ao universo da conceituação verbal.

indexicalidade (Blommaert, 2013, p. 53), discutiremos que os discursos e índices sociais operam em um campo estratificado, no qual se luta pelo poder.

Objetivo, neste trabalho, desenvolver uma investigação compreendendo a paisagem linguística (Shohamy; Gorter, 2009; Pennycook, 2009; Blommaert, 2013) como representação de um espaço e tempo historicamente configurados que registra (Agha, 2003), de um lado, configurações históricas de poder (Foucault [1971] 2014) e, de outro, as contestações a esse poder, exercendo o direito à cidade (Lefebvre, 1968; Harvey, 2014) e a produção local da esperança (Silva; Lee, 2021, 2024) a partir de uma análise das ideologias linguísticas (Irvine & Gal, 2000; Woolard, 2021). Utilizo uma abordagem interpretativista de teor etnográfico, para desenvolver uma análise crítica e situada de escala “micro”, em que sujeitos à margem do capitalismo produzem esperança em resposta a desigualdades, focando o espaço urbano socio-histórico de Volta Redonda.

Para tanto, estabeleço três etapas da pesquisa, a partir de focos de observação e análise, compostas de: 1) catálogo de imagens com fotografias de pichações do espaço público de Volta Redonda capturadas por mim – um grito visual efêmero; 2) banco de postagens em rede social do *Instagram* de uma página dedicada ao ativismo local intitulada *@vr_abandonada* – a reverberação contínua; 3) caminhadas etnográficas em manifestações de protesto pela cidade – performance coletiva.

Lanço-me, assim, não apenas como ouvinte e observadora, mas como parte da voz atuante do povo local para compreender o movimento dialógico que atravessa a cidade em tempo e espaço. Destaco meu interesse na relação de poder da paisagem como atravessado pelos saberes e afetos da cidade em que nasci, cresci e me reconheci cidadã, e de um posicionamento político aos processos sociais que considera urgente a reflexão sobre os desdobramentos do capitalismo na vida de uma comunidade, buscando pensar e agir, ainda que sob muitas limitações, na esperança de um mundo mais justo e humano.

II Os muros

A análise que desenvolvo nesta pesquisa começou, em verdade, bem antes da minha vida acadêmica. Nascida nesta Volta Redonda, interior do estado do Rio de Janeiro, não possuí comprovante de residência que indicasse outro município durante esses 38 anos que vivi. Andando pelo mundo, estudei, trabalhei em outros lugares, onde pude ouvir histórias diferentes, narrativas daqueles com quem eu me relacionei em espaços inexplorados, que são, ao mesmo tempo, histórias do lugar. Talvez por natural característica observadora do entorno ou por

simplesmente gostar de ouvir histórias, passei a tentar entender sobre lugares, o que foram, o que significaram, e percebi o quanto são peculiares. Amante da linguagem que sou. E Volta Redonda me parecia intrigante sobretudo em suas grandes mobilizações populares. Quando criança, já era comum ouvir gritos pela rua ainda na época em que meu pai chegava em casa com o seu uniforme cinza, traje que se espalhava pelas ruas vestindo outros rostos de mesmos nomes – os peões.

Volta Redonda é amplamente conhecida como a “Cidade do Aço” por abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional, primeira produtora integrada de aço plano no Brasil, um marco no processo de industrialização do país. Seu aço viabilizou a implantação das primeiras indústrias nacionais, núcleo do atual parque fabril brasileiro. A cidade cortada pelo Rio Paraíba do Sul, que corre de oeste para leste, é caracterizada geomorfologicamente por um acidente geográfico – uma curva acentuada no Rio Paraíba do Sul – inspiração para o seu nome.



Figura 2: Vista aérea da curva do Rio Paraíba do Sul em Volta Redonda.³

Assim, o município de Volta Redonda está localizado na região do Médio Paraíba fluminense, situando-se mais especificamente entre as serras do Mar e da Mantiqueira, e limita-se aos municípios de Barra Mansa, Rio Claro, Piraí, Pinheiral e Barra do Piraí, aproximadamente a 127 km de distância da capital Rio de Janeiro e 318 km da capital São Paulo, considerada por isso um importante eixo econômico. Conforme dados do IBGE em 2022, possui área territorial de cerca de 182,105 km², com a altitude média da cidade varia entre 390m a 707m acima do nível do mar. Em termos demográficos, tem população residente de

³ Fonte da imagem: http://www2.voltaredonda.rj.gov.br/ippu/mod/patrimonio_historico/sitio/sitios.pdf

261.584 habitantes, de acordo com censo realizado em 2022, apresentando densidade demográfica de 1.436,45 habitantes por km².



Mapa 1: Localização de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro.⁴

Sou radicalmente atravessada pelas paisagens deste lugar. Ser uma volta-redondense pode significar muitas coisas, a mais latente delas para mim era o sentimento de “interiorana”, de ser pequena em um mundo grande demais. Certamente, muitas coisas não eram para mim, sobretudo refletir sobre ações em sociedade ou problematizar a nossa história, questionar as certezas impostas. Nem universidade tínhamos, exceto a escola de engenharia metalúrgica, responsável por formar os novos soldados de aço que garantiriam a maior fonte de empregabilidade e renda da cidade, garantindo seu faturamento vital, ao que deveríamos sempre estar gratos. Afinal, a siderúrgica gestou a cidade, não o contrário. Volta Redonda escorreu dos portões das aciarias e se espalhou a partir altos-fornos para se corporificar, para se concretizar em bairros que seriam o cenário de vida de muitas famílias. Com a fundação da CSN em 1941, no então distrito de Barra Mansa, antes de sua emancipação que ocorreria em 1954, os arredores vão sendo cada vez mais solicitados e ocupados.

Anteriormente à implantação da CSN, Volta Redonda foi lar de povos indígenas, garimpeiros, barões do café, escravos e agricultores (Palmeira, 2012). No início do século XIX, a economia era pautada na agricultura, devido às grandes propriedades cafeeiras que estavam em seu auge em toda região do Médio Paraíba fluminense. Devido à navegação pelo rio Paraíba do Sul e a chegada da linha férrea da Central do Brasil, no ano de 1871, que ligava Rio de

⁴ Fonte do mapa:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/99/RiodeJaneiro_Municip_VoltaRedonda.svg

Janeiro a São Paulo, pequenos núcleos urbanos foram introduzidos ao longo daquela região, surgindo assim o povoado de Santo Antônio de Volta Redonda, o qual, em 1926, foi promovido a distrito de Barra Mansa, um povoado cercado por decadentes fazendas de café (Palmeira, 2012). A cidade passou pelo processo de emancipação no início dos anos 50, mais precisamente em 1954. Com o início da industrialização do país, a história do capitalismo brasileiro se confunde com a história do município, intrinsecamente imbricada e dependente de sua maior indústria, a Companhia Siderúrgica Nacional, sendo nomeado como *company town* (Mangabeira, 1993) ou cidade industrial.

Assim, a cidade de Volta Redonda vem enfrentando, desde sua fundação, inúmeros embates de ordem social decorrentes de seu grande polo siderúrgico⁵. Dentre esses embates, destacam-se as relações da empresa com seus operários, a poluição do ar por gases e partículas emitidas no processo de produção do aço e a poluição das águas causada pelos efluentes não tratados do polo industrial. Problemáticas que atingiram repercussão nacional desde a sua criação em 1941, no entanto, com debate mais expressivo dos moradores da cidade e comprovações científicas acontecendo na última década.

Alguns dos problemas ambientais, causados pela CSN, apontados por estudiosos são a poluição do ar por gases e partículas emitidas no processo produtivo da empresa, a poluição das águas originada do não tratamento, como também aquela que advém dos esgotos domiciliares despejados no rio Paraíba do Sul, e, por último, a contaminação ambiental advinda da disposição incorreta dos resíduos sólidos, tanto do lixo industrial quanto do domiciliar. Tais problemas afetam de maneira desigual o espaço da cidade de Volta Redonda, ocasionando áreas críticas com diferentes intensidades (Castro e Mello, 2008). E, apesar das medidas de prevenção e controle de poluição, a indústria siderúrgica é uma das grandes responsáveis pela poluição atmosférica em suas imediações. Muitos dos componentes presentes nos gases liberados pelos sistemas de exaustão desse tipo de indústria são considerados nocivos e prejudiciais, tanto ao meio ambiente quanto à comunidade próxima das áreas industriais (Oliveira, 2014).

Atualmente, Volta Redonda é a segunda cidade do Rio de Janeiro com o maior potencial poluidor, ficando apenas atrás da capital do estado (IBGE)⁶. Resultado que se deve às atividades industriais concentradas na cidade, com destaque para as atividades de metalurgia e de minerais não metálicos (Sor et al, 2008), além dos poluentes devido ao intenso tráfego de veículos ao

⁵ Dedico mais adiante um capítulo para discorrer sobre esses embates entre CSN e a população volta-redondense e suas implicações para o desenvolvimento desta pesquisa.

⁶ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13486-asi-potencial-de-poluicao-industrial-do-ar-no-estado-do-rio-concentra-se-em-4-municipios> Acesso em 8 de agosto de 2024.

longo da Rodovia Presidente Dutra que liga o estado do Rio de Janeiro a São Paulo (Chamberlain, 2021).



Figura 3: Fumaça expelida pela CSN, em Volta Redonda.

Assim, nos últimos anos, a CSN tem sido então alvo de investigações ambientais: multada pelo Inea, Instituto Estadual do Meio Ambiente, em 2013, a pagar R\$ 35 milhões por terreno contaminado, em 2018 confirmada infração ambiental por emissão de poluentes no ar, além de nova multa em 2019 por acúmulo de escória em Volta Redonda. Contudo, após isso, a siderúrgica passou a atuar sem mais fiscalizações das autoridades.

O conhecido “pó preto” de Volta Redonda já se tornou símbolo da cidade, sendo visível desde às emissões da siderúrgica às residências dos moradores. E, embora, determinadas as exigências de adequação, nenhuma medida efetiva foi tomada por parte da empresa para que se cumpra a legislação ambiental e reduza a emissão de gases poluentes.

III Os gritos

Partindo dessa breve contextualização, podemos observar o estado de tensão entre dois discursos que constituem a paisagem linguística da cidade. Seguindo essa tensão, apresento duas pichações que compuseram, por mais de um ano, o cenário cotidiano dos volta-redondenses. Localizadas em dois distintos, mas centrais, bairros da cidade, as inscrições que manifestavam um pedido a partir da personificação do próprio local, chamavam a minha atenção diariamente:



Figura 4: Pichação feita em viaduto do bairro Aterrado, 2021.

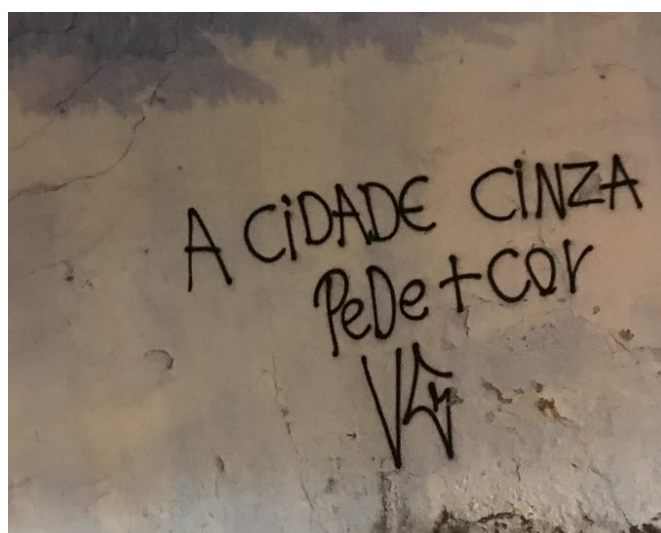


Figura 5: Pichação feita em muro do bairro Vila Santa Cecília, 2021.

A qualificação da cor de algo é uma definição que buscamos constantemente fazer a fim de defini-lo. Nessas pichações, a mesma mensagem partindo de um jogo de ideias sobre a cor de Volta Redonda é uma definição e uma afirmação sobre ela. Observando as pichações, ressalto primeiramente que discursos não se constituem em um vácuo, aquilo o que se passa localmente nesse espaço está imbricado em discursos de alcances sociais mais amplos. Cada ato de fala advém de e propulsiona sucessivas entextualizações. Tal processo se refere à condensação de uma corrente de discursos que são alavancados de um contexto interacional para outro em um processo contínuo de (re)contextualização e (re)significação em trajetórias translocais (Silverstein; Urban, 1996). Assim, analiso esses textos a partir de três focos: 1) foco no conteúdo, ressaltando a indexicalidade desses signos; 2) foco nas influências, delineando

efeitos performativos decorrentes; 3) foco nas formas de poder, refletindo sobre as projeções escalares.

Dessa forma, atentando-me ao conteúdo formado pela analogia feita à “cidade cinza”, numa reivindicação por “cor”, recupero algumas informações imprescindíveis sobre a realidade da cidade já mencionada, o que pode estar apontando para uma problemática de Volta Redonda: a ideologia subjacente à definição “cidade cinza” relaciona-se à imagem de poluição advinda do localmente famoso pó da CSN. Há anos a siderúrgica expõe partículas de substâncias químicas e orgânicas no ar, rejeitos do processo de produção do aço nos altos-fornos e aciaria. Há anos a comunidade protesta. Dessa forma, a mensagem das pichações pode ser reconhecida como um registro representado por sujeitos que se posicionam em sentido contrário aos interesses financeiros da grande siderúrgica, ou à falta deles em relação ao meio ambiente e saúde, revelando um protesto perante às dificuldades do local.

Entendo que, na atualidade, a compreensão completa da paisagem linguística contemporânea requer uma abordagem integrada que reconheça a fluidez e a interconexão entre as dimensões *off-line* e *on-line*. Separar essas dimensões seria ignorar como as práticas linguísticas e as identidades culturais se manifestam e interagem em um mundo cada vez mais híbrido e interconectado. Dissociar completamente a paisagem linguística *off-line* da *on-line* é cada vez mais difícil e, em muitos casos, não faz sentido devido à interconexão crescente entre o mundo físico e o digital (Blommaert, 2013). Em uma era de digitalização e comunicação em rede, as duas dimensões da paisagem linguística estão fortemente entrelaçadas e influenciam uma à outra de várias maneiras.

Por influência recíproca, a paisagem linguística *on-line* pode impactar a *off-line*, e vice-versa. Tendências de linguagem que surgem nas redes sociais podem influenciar como as pessoas se comunicam em contextos físicos, como na publicidade e no marketing. Da mesma forma, campanhas ou eventos no mundo físico podem gerar discussões e conteúdos significativos no ambiente digital. Além disso, há a integração de canais, visto que, muitas vezes, as mensagens e os sinais que aparecem na paisagem linguística *off-line* fazem referência a plataformas *on-line*, como *URLs* em anúncios ou campanhas promocionais que incentivam o engajamento em redes sociais. Da mesma forma, o conteúdo digital pode ser impresso ou exibido fisicamente, como em *banners* ou cartazes.

As práticas de comunicação evoluíram para incluir uma combinação de interações digitais e físicas. Por exemplo, muitos eventos e interações sociais agora têm um componente

significativo *on-line*, e as estratégias de marketing frequentemente utilizam uma abordagem híbrida que abrange tanto o digital quanto o físico.

Dessa forma, compreendo que dissociar completamente a paisagem linguística *off-line* da *on-line* é cada vez mais impraticável e, em muitos casos como nesta pesquisa, não faz sentido devido à interconexão crescente entre o mundo físico e o digital. Em uma era de digitalização e comunicação em rede, as duas dimensões da paisagem linguística estão fortemente entrelaçadas e influenciam uma a outra de várias maneiras. Assim, sigo escutando as vozes da cidade de Volta Redonda, através da rede social *Instagram*, no perfil *@vr_abandonada* que possui atualmente 58 mil seguidores – página que será uma das nossas fontes de pesquisa. Em sua descrição, lê-se que “busca denunciar/debater a situação de Volta Redonda”. Teve a sua primeira postagem publicada em 28 de fevereiro de 2021, e desde então a página recebe inúmeros vídeos e fotografias dos moradores de Volta Redonda para a divulgação de problemas urbanos e denúncias de descasos de autoridades e da CSN com a população. A seguir, uma postagem sobre o conflito ambiental com alguns comentários de moradores.



Figura 6: Postagem em Instagram do perfil *@vr_abandonada*.⁷

Na imagem acima, é divulgada uma fotografia feita por um morador da cidade, evidenciando a emissão de poluentes expelidos pela CSN no ar. Além disso, os comentários de

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cuw0r3hg1Pz/> . Acesso em: 18 de agosto de 2023

seguidores da página mostram a preocupação e revolta frente ao problema ambiental, descaso das autoridades e impunidade da empresa.

Atento-me para as maneiras em que a população encontra para que sua voz seja ouvida, criando espaços de discussão, convivência e denúncia, em um *continuum on-line-off-line*, já que o próximo grito que ouviremos nesta pesquisa acontece em um protesto na região mais emblemática da cidade, a frente da CSN.

No dia 17 de julho é comemorado o aniversário da cidade de Volta Redonda. Discursos políticos acompanhados pelo tradicional corte e partilha de um bolo de seis metros de extensão são aparições vistas e revistas pelos volta-redondenses há 68 anos. A data em 2022, no entanto, contou com uma programação um tanto mais popular: manifestações dos moradores em protesto contra a poluição provocada pela CSN. Mobilizados contra a visível interferência nociva à cidade e inoperância dos órgãos públicos, os moradores de Volta Redonda, a partir de mobilização organizada nas redes sociais, realizaram nos últimos dois anos a “Passeata do pó”:

Manifestação contra a poluição da CSN é realizada em Volta Redonda

Atualizado em 17/07/2022 10:10:10

Compartilhar 150



← Anúncio fechado pela
CRITEO

Denunciar este anúncio

Ad choices

Uma manifestação contra a poluição provocada pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) está sendo realizada na manhã deste domingo (17) em Volta Redonda. Vestidos de preto, cerca de 200 moradores estão centralizados na Praça Brasil, na Vila Santa Cecília, e irão percorrer as ruas do bairro protestando contra os danos que afetam não só a saúde, mas também o meio ambiente, causados pelas ações da siderúrgica.

Figura 7: Manifestação em notícia do jornal Foco Regional⁸

⁸ Disponível: <https://www.focoregional.com.br/Noticia/manifestacao-contra-a-poluicao-da-csn-e-reali>
Acesso em 05 de agosto de 2022.



Figura 8: Postagem de Instagram de @vr_abandonada.⁹

A cada grito da população, em entextualização da pichação inicialmente observada, há a possibilidade de construção de novos significados, que contribuem para a construção e reconstrução contínua desses modelos, o que imprime dinamicismo, movimento incessante de textos. Sendo assim, é importante observar os efeitos performativos, os discursos que eles fazem circular e percursos que seguem, reentextualizando-se. Busco aqui também rastrear trajetórias textuais (Blommaert, 2005) a fim de observar como articulam abordagens escalares na produção de sentidos que compõem a paisagem da cidade.

O que percebo no andamento desta pesquisa é que a paisagem linguística da cidade é constituída socio-historicamente – numa busca por ordem –, por um discurso proferido e poder exercido pela empresa que gestou Volta Redonda. Esse discurso vem sendo contestado, no passar dos anos, pela população local cuja voz é constantemente silenciada com espaços negados, e, contudo, torna a se erguer validando espaços possíveis para existir. Acredito que essa voz refletida na paisagem da Cidade do Aço seja resposta às desigualdades vivenciadas pela população que sofre aos danos motivados pela visão capitalista da indústria, desde sua fundação, e, por isso, pode ser considerada como exercício de esperança. Assim, busco, com esta pesquisa, criar um momento de escuta e análise dessa disputa pelo espaço e poder, considerando que o ato de pesquisa é sempre político, como propõe Moita Lopes (2006).

Dessa forma, a pesquisa visa elucidar a interação entre a micropolítica das práticas de poder e a macropolítica, promovendo a reinterpretação das experiências locais. Objetivo especificamente investigar como práticas discursivas produzidas pela população de Volta

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvFZv3VgEwG/>. Acesso em: 18 de agosto de 2023

Redonda funcionam como formas de resistência às desigualdades espaciais e discursivas impostas pela CSN, constituindo uma paisagem linguística marcada pela luta, pela denúncia e pela esperança. E, para alcançar tais objetivos, proponho investigar a circulação dos discursos na paisagem da cidade de Volta Redonda e analisar como os processos semióticos influenciam, sustentam e reconfiguram a ordem no local.

A partir desses objetivos, abordo algumas fontes de incerteza: a) Como escutamos a desigualdade na cidade de Volta Redonda? b) De que maneira se articula a produção semiótica dos discursos? Ou ainda: Como a população de Volta Redonda, diante das desigualdades históricas, ambientais e discursivas produzidas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), se inscreve na paisagem urbana por meio de práticas linguísticas de resistência, e de que modo essas práticas constroem sentidos políticos de existência, pertencimento e esperança?

Para explorar possíveis respostas a essas indagações, recorro ao diálogo com vários teóricos. Entre eles, Blommaert (2014) oferece uma abordagem etnográfica que enriquece a análise da paisagem linguística enquanto proporciona uma compreensão da linguagem como uma prática situada socio-historicamente; Silverstein (2003, 2009) orienta a interpretação com os construtos de processos indexicais; Carr; Lempert (2016) argumentam que a apreensão das dinâmicas sociais é um processo semiótico-escalar complexo; Foucault ([1970] 2014) apresenta um entendimento de como a paisagem e o diálogo que a produz estabelecem relações de poder; Silva; Lee (2024) propõem a prática da esperança como um processo ativo e engajado que se manifesta através da construção de futuros possíveis, enfrentamento de adversidades e promoção de mudanças positivas.

Além disso, acolho a proposta de Moita Lopes (2006, 2022) ao adotar uma perspectiva INdisciplinar na condução de pesquisas no campo da Linguística Aplicada. Tal abordagem transcende não apenas as fronteiras disciplinares convencionais, mas, sobretudo, promove uma visão INdisciplinada sobre os métodos de produção do conhecimento. Isso implica, por um lado, a mobilização transgressiva de questões teórico-analíticas e metodológicas, e, por outro, a tematização de aspectos que habitualmente não recebem a devida atenção.

Para guiar uma escuta atenta aos gritos que ecoam em Volta Redonda, organizo esta tese em seis capítulos que se entrelaçam como as ruas de nossa cidade. O primeiro capítulo, *Etnografia da Escuta* apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, apresentando a contribuição deste estudo para a Paisagem Linguística. No segundo capítulo, *Escutas de Signos em Trânsito*, apresento as ferramentas teóricas que me permitem escutar os sons da paisagem linguística, articulando conceitos como performatividade, indexicalidade e direito à cidade com

uma abordagem etnográfica que atravessa muros físicos e digitais. O terceiro capítulo, *Escutas de Paisagens Insubmissas*, mergulha nas pichações e interferências no espaço público que insistem em existir nas cidades, analisando como práticas desafiam a ordem discursiva hegemônica em diferentes lugares do mundo. No quarto capítulo *Escuta da História*, traço a genealogia do espaço urbano, desde o nascimento de Volta Redonda como *company town* até os conflitos contemporâneos pós-privatização, revelando como a CSN moldou não apenas aço, mas também as estruturas materiais e simbólicas que hoje disputamos. Já no quinto capítulo, *Escuta dos Muros*, caminho pelas ruas e redes sociais para mostrar como essas vozes se ouvem em protestos, postagens e performances cotidianas, tecendo uma cartografia da resistência. Por fim, nas *Considerações finais*, reflito sobre como esses gritos – muitas vezes apagados, mas sempre renascidos – não apenas denunciam injustiças, mas performam esperanças e futuros possíveis, convidando-nos a repensar o papel da linguagem na construção de cidades mais justas.

Assim, cada capítulo é um passo nessa caminhada onde cada muro riscado, cada postagem compartilhada, cada grito nas manifestações nos revela que a linguagem nunca é apenas palavra: é corpo, é memória, é arma e abraço na luta pelo direito de existir na cidade que também é nossa.

1 ETNOGRAFIA DA ESCUTA

Apresento neste capítulo uma explanação sobre os métodos utilizados para a realização desta pesquisa. Entender que as nossas percepções são perpassadas por repertórios de sentidos constituídos em nosso processo de socialização, e se estabelecem como processos ideológicos, orienta a maneira como tenho ouvido as vozes da cidade em que caminho.

Neste trabalho desenvolvo uma investigação qualitativa cuja visão de pesquisa seguida é interpretativista de teor etnográfico, na medida em que se caracteriza pelo envolvimento de pesquisadora no ambiente natural da pesquisa. De acordo com Moita Lopes (1994), a pesquisa interpretativista é a investigação caracterizada pela interpretação e reinterpretação de significados construídos pelo ser humano, que age no mundo discursivamente, considerando que ele é um ator social, inserido em um contexto cercado pela pluralidade de vozes em ação no mundo e, ainda, envolvido por questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. E a pesquisa etnográfica ocorre ao passo em que se procura entender os diversos significados, configurados pelos atores sociais para que se chegue à compreensão dos sentidos construídos.

Para tanto, considero a complexidade da vida social contemporânea sob a perspectiva informada por Moita Lopes (2006) como LA INdisciplinar, uma área de estudos atenta ao que emerge das práticas sociais contemporâneas, e indisciplinar porque habita os “locais de fronteira”, onde estão as vozes marginalizadas, não hegemônicas, afastadas dos centros de poder, que não se deixam docilizar. Além disso, indisciplinar por abandonar os tradicionais princípios de neutralidade na pesquisa, buscando uma visão altamente situada e contextualizada daquilo que investiga, privilegiando práticas que permitam ao pesquisador participar no mundo que investiga.

Este trabalho baseia-se na perspectiva qualitativa de estudos da linguagem de cunho interpretativista (Denzin; Lincoln, 2006), que fornece um “instrumental através do qual se possa criar sentido a respeito da ação social pesquisada” (Santos, 2013, p. 21). Segundo o autor, a pesquisa qualitativa, interpretativa, ou etnográfica, se presta para a observação específica de ocorrências reais, particulares, de ações situadas ecologicamente, com vistas à compreensão acerca das perspectivas de construção de sentido e ação de atores em cenários de interesse investigativo.

Esse tipo de orientação investigativa, de acordo com estudos etnográficos, baseia-se na concepção de que o saber científico é uma produção, e não uma verdade absoluta e universal; e o pesquisador está comprometido de maneira íntima com o ato da pesquisa e o saber produzido. O pesquisador não é, dessa forma, um sujeito separado do ato de fazer pesquisa e

tampouco procura a “verdade” (Moita Lopes; Fabrício, 2019). Nesse ponto de vista, não vale pensar em apagamento do pesquisador e de suas próprias vivências, uma vez que estarão sempre inseparáveis do ato de pesquisar. Isto é, a comunicação do pesquisador é parte explícita da produção de conhecimento, e não apenas uma variável. Dessa forma, a “subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa” (Flick, 2009, p.25). As reflexões do pesquisador e dos participantes da pesquisa, suas atitudes e sentimentos, observações em campo e impressões tornam-se dados, sendo assim parte da interpretação.

Baseio, dessa forma, esta pesquisa na noção de que o conhecimento vem de algum lugar, e o pesquisador e sua subjetividade são fundamentais (Moita Lopes; Fabrício, 2019, p. 713). Moita Lopes e Fabrício (2019) argumentam que a pesquisa há tempos foi pensada com ideais de verdade e transparência do conhecimento, e essa concepção positivista não considera que as escolhas tanto teóricas, analíticas e quanto metodológicas têm um endereço ideológico. Conforme Moita Lopes (2004b, p. 166), não há mais espaço para uma racionalidade descorporificada, pois a racionalidade é marcada pela história do pesquisador. O autor dialoga com a concepção de apagamento de qualquer ideal de neutralidade e objetividade na investigação, defendendo que a percepção positivista de pesquisa, que busca verdades separadas do sujeito-pesquisador, não contempla o fato de o pesquisador estar sempre posicionado no mundo e imbricado no que produz (Moita Lopes, 2004b, p. 166).

Dessa forma, o conhecimento não é objetivo, tampouco definitivo, mas dependente de como o pesquisador constrói o conhecimento que produz. Por conseguinte, o conhecimento é atravessado pelo pesquisador, isto é, por um sujeito que tem corpo, raça, gênero, classe social, e história de vida. Em vista disso, busco refletir sobre o desafio pensar para além de paradigmas consagrados, numa contínua transformação. Esse desafio tem contato com princípios éticos de pesquisa na constituição de uma coligação anti-hegemônica que colabora na construção de significados oriundos de outras vozes, vozes daqueles marcados pela exclusão e silenciamento. Nessa perspectiva, acredito que lançar um olhar analítico aos gritos das ruas, que fundamentalmente representam as vozes dos marginalizados, seja uma tentativa de dar um passo em direção a essa forma de pensar os estudos da linguagem.

O estudo da paisagem linguística não como um fenômeno neutro, mas contextualizado numa esfera contestada do espaço livre que pertence a todos, carrega consigo grandes responsabilidades quanto aos seus significados e formas, desempenhando papel importante de ativismo nos domínios da educação e pensamento crítico (Shohamy; Gorter, 2009, p. 3). Além

disso, ao combinarmos observações etnográficas com dados da paisagem linguística, é possível analisar os processos sociais, e sua total complexidade, numa atividade que Blommaert (2013) definiu como enriquecedora para ambos os campos, num exercício integrado em que os signos no espaço público documentam a sua complexidade.

Desenvolver um andar etnográfico na cidade em que nasci, fui criada e me percebi sujeito, envolve pressupostos para além da etnografia tradicional, que se concentra principalmente na observação participante e na descrição objetiva dos comportamentos culturais.

Busco ir além da mera descrição e interpretação dos comportamentos observados, e enfatizar a experiência vivida e a representação dos significados e sentimentos dentro da cultura em questão. Essa abordagem tem sido aplicada em diversas áreas de pesquisa, como antropologia, estudos culturais, artes performativas e sociologia, permitindo uma compreensão mais profunda e significativa das práticas culturais e sociais. Dessa forma, a escolha etnográfica é feita por um diálogo, num movimento em que não tenho a pretensão de falar pelo outro, pela cidade, mas ouvir e, por conseguinte, poder conversar.

Para tanto, baseio-me em minhas vivências das práticas discursivas que ocorrem no ambiente urbano e nas comunidades digitais dos quais os moradores da cidade fazem parte, redes sociais e mídias. Compreendo a diversidade de espaços presentes no mundo atual complexo e globalizado, e desenvolvo uma experiência multissensorial, visto que me transporto de lugares únicos e situações locais da etnografia convencional para observar a circulação de significados culturais e identidades em uma rede relacional que conecta áreas diversas geográfica e epistemologicamente.

O trabalho de campo guiado por questões específicas de pesquisa sobre o uso da linguagem tem tornado a etnografia uma escolha metodológica frequente nas pesquisas em Linguística Aplicada, sendo de grande importância das abordagens de pesquisadores (Moita Lopes, 1994; 1996; 1998; 2006; Cavalcanti, 1986; 2006) a respeito da pesquisa de base antropológica como meio para reflexão sistemática na área da Linguística Aplicada, e como eles têm demonstrado que as pesquisas de observação e registro de cenários naturais onde as ações humanas se dão por meio do uso da linguagem tornaram-se centrais do fazer pesquisa na área.

Esses estudos ocupam-se de perguntas que questionam o que está acontecendo em termos da ação social num cenário específico, de que maneira isso se organiza em padrões de organização social e de princípios culturais para se conduzir a vida cotidiana, assim como o que

essas ações significam para os atores e quais são as ligações com o que se passa mais adiante em outros sistemas de ação, numa comparação com a organização em outros momentos ou lugares. Ao nos ocuparmos desses questionamentos, buscamos respostas acerca da invisibilidade da vida cotidiana e o entendimento das variações dos significados locais, ainda que em ocorrências aparentemente iguais (Garcez; Schulz, 2015, p. 19).

O trabalho de campo com orientação etnográfica tem como guia as perguntas que fundamentam a pesquisa e envolve a participação extensa intensiva do pesquisador no cenário escolhido como campo, seu registro daquilo que é observado em termos de notas de campo e coleção de diferentes materiais e documentos, assim como a subsequente sistematização dos dados. Existe, dessa forma, um constante diálogo entre indução e dedução, o que pode fazer com que pontos específicos da investigação sofram mudanças durante o trabalho.

A essa orientação, somo o que chamo aqui de etnografia da escuta – uma proposta metodológica e política que busca não apenas observar os fenômenos discursivos em sua dimensão material e espacial, mas escutá-los em sua reverberação afetiva, social e histórica, ou seja, com fones subjetivos, em uma experiência multissensorial. Escutar, neste trabalho, é mais do que registrar o que se diz: é se deixar afetar pelo que vibra nos muros, nas telas e nas ruas. Trata-se de uma escuta comprometida com os silêncios, com os apagamentos e com os ecos que persistem apesar deles.

A etnografia da escuta proposta nesta tese se insere em um campo metodológico já consolidado, sobretudo na Antropologia, mas que aqui é deslocado: em vez de tratar a escuta apenas como captação auditiva, entende-se a escuta como prática multissensorial incorporada, isto é, perceber o mundo sensorialmente que integra visão, tato, olfato, propriocepção e movimento (Ingold, 2000), além de contribuir para os estudos da Paisagem Linguística. Essa ontologia da percepção reconstrói a experiência sensorial como forma de engajamento no mundo, e não como soma de canais separados. Em termos práticos, sigo a orientação teórica de Tim Ingold (2000, 2011, 2015) e sua resposta ao debate sobre antropologia dos sentidos, que rejeita a fragmentação das modalidades sensoriais e propõe a percepção como ação corporal situada.

A metodologia deste trabalho se fundamenta na ideia de que perceber o espaço é um modo de *estar no mundo* corporificado e multissensorial. De acordo com Ingold, “a percepção não é uma operação que ocorre dentro da cabeça, mas um processo de engajamento ativo no mundo, um modo de habitar, um ‘estar atento’, que envolve o movimento contínuo do corpo pela paisagem.” (Ingold, 2000, p. 243)

O que interessa aqui então não é estudar os sentidos como “canais”, mas as relações sensoriais que se constituem na prática, enquanto caminhamos, tocamos, respiramos, escutamos e somos afetados pelos lugares.

A distinção rígida entre visão e audição, como é entendida na tradição ocidental, não é natural ou universal, mas sim o resultado de um desenvolvimento histórico específico. A visão não é inerentemente objetificante; a objetificação resulta da coação da visão ao serviço de um projeto moderno de conhecimento racional. Ao rejeitar os dualismos, a oposição entre razão e sensibilidade, polaridades como imagem e texto, som e escrita, Ingold (2000) contesta as oposições fundantes como natureza e cultura, ou sujeito e objeto. Assim, é possível deslocar o foco de análise de um ser abstrato para o ser no mundo, enfatizando as experiências sensoriais geradas no envolvimento corporal prático das pessoas *no* mundo. A percepção não é uma operação mental passiva, mas uma atividade exploratória no ambiente que acontece em circuitos que cruzam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo. Etnografar, sob essa ótica, não significa representar o vivido, mas sim juntar-se nos fluxos e movimentos materiais que contribuem para a contínua formação do mundo e do perceptor.

Nessa perspectiva, visão e audição são intercambiáveis em um nível profundo de engajamento (Ingold, 2000, p.245), permitindo com que exploremos o terreno comum entre elas, transformando a visão de uma modalidade de especulação em uma modalidade de participação ou ser. A crítica ao visualismo é, na verdade, uma crítica à concepção estreita do pensamento cartesiano que reduziu a visão a um meio de apropriação de objetos manipuláveis. A visão, por exemplo, não opera isolada, mas em diálogo com o gesto e com a escuta: “Ver não é receber imagens, mas um modo de acompanhar as coisas com os olhos, assim como ouvir é acompanhar com os ouvidos. Em ambos os casos, a percepção é inseparável do movimento. Ela é uma modalidade da atenção” (Ingold, 2000, p. 276).

Ao lado de Ingold, Sarah Pink oferece a estrutura metodológica que possibilita transformar essa filosofia da percepção em prática de pesquisa. Ela define sua proposta como “um quadro teórico-metodológico para compreender como as pessoas experimentam o mundo sensorialmente, e como o pesquisador pode produzir conhecimento situado por meio do engajamento dos seus próprios sentidos” (PINK, 2009, p. 4).

Do ponto de vista metodológico, a etnografia da escuta dialoga diretamente com a tradição da *sensory ethnography*, que oferece instrumentos práticos para coletar, representar e analisar dados sensoriais e recomenda postura reflexiva do pesquisador como corpo-sensor em campo (Pink 2009; 2015). A autora também destaca a importância das caminhadas e ritmos

compartilhados como forma de apreender o sensorial do ambiente. Ao discutir a copresença entre pesquisador e interlocutores, afirma: “caminhar com outros é uma forma de participar de seus ritmos e de sentir o espaço com eles, permitindo que a etnografia registre não apenas representações, mas atmosferas vividas” (PINK, 2009, p. 77). Essa ideia orienta minhas caminhadas pela cidade, nas quais registro fotografias, sons, cheiros, encontros e interrupções. Não há dado sensorial puro: há experiência em trânsito.

A articulação com a literatura da paisagem linguística serve para situar a contribuição disciplinar: enquanto Landry & Bourhis (1997) definiram o campo pela visibilidade das línguas em sinais públicos, esta pesquisa amplia o conceito para abarcar a paisagem linguística como campo multissensorial, isto é, não apenas os textos visuais expostos, mas as inscrições que tocam, cheiram, vibram e circulam entre corpos e mídias. Shohamy e Gorter (2009) oferecem a cartografia necessária para vincular estudos de paisagem linguística a práticas sociais e circulação textual; a ampliação para modos sensoriais diversos encontra aqui interlocução teórica.

A etnografia da escuta, assim, desloca o foco da neutralidade observacional para uma presença implicada, em que o ouvir se torna também forma de resistir, registrar e fazer reverberar vozes marginalizadas no espaço urbano. Minha escuta acontece a partir de meus fones, e esses fones não filtram o que é limpo, oficial, autorizado. Eles captam o ruído, o que escapa. A escuta, aqui, é atenta ao que reverbera em silêncios, imagens efêmeras e gestos coletivos.

Assim, adoto a perspectiva de uma percepção não fragmentada, nem visão ou audição são tratadas como territórios isolados da experiência. Existe um corpo que se move pela cidade e, ao mover-se, sente tudo ao mesmo tempo: luz, ruído, cheiro, textura, vibração. Esse gesto, que Ingold chama de *sensing the world*, é exatamente o que sustenta a minha proposta de uma etnografia da escuta. Não porque escutar seja uma modalidade privilegiada, mas porque escutar, aqui, é uma atitude, é um modo de estar aberta à multissensorialidade do espaço urbano.

Em Volta Redonda, os muros não falam apenas ao olhar. Eles soam. As manifestações no muro, no asfalto quente, no feed do @vrabandonada não se deixam reduzir ao que vejo. Elas me atravessam por uma combinação de gestos sensoriais, inseparáveis.

Por isso, quando analiso cada inscrição urbana, não estou interessada em decompor o fenômeno em camadas sensoriais, como faria uma antropologia da sensação compartimentada. A paisagem aqui é simultaneamente imagem, ruído, superfície viva e vibração social. É justamente essa inseparabilidade que permite compreender a CSN não apenas como estrutura

física, mas como presença sensorial contínua: ela ecoa nos apitos, paira no odor metálico que escapa das usinas, se imprime na poeira preta que colore o cotidiano. A hegemonia da empresa é multissensorial; logo, as respostas populares também precisam ser.

Quando uma pichação de protesto é criada, esse enunciado não atua apenas no registro visual. Ele ressoa. Ele interrompe a paisagem sonora, invade o corpo de quem passa, convoca atenção, irrita, provoca, insiste. Na minha tese, chamo isso de palavra que vibra, palavra que ressoa no espaço como quem aprende a existir nele. Ingold (2000) ajuda a fundamentar essa ideia ao afirmar que os sentidos não são filtros da mente, mas modos de engajamento corporal no mundo.

Dessa forma, as inscrições urbanas que analiso não funcionam como objetos encerrados em si mesmos, mas como práticas multissensoriais que reorganizam o espaço. Elas são eventos. Acontecem. Pulam do muro para o corpo, e do corpo para a rua, e da rua para uma memória coletiva que se move.

Ao reconhecer que toda percepção é multissensorial, a tese afirma que a paisagem linguística de Volta Redonda não pode ser lida apenas pelo que mostra, mas pelo que faz sentir. É nas dobras entre olhar, escutar, tocar e respirar a cidade que emergem as práticas de resistência e esperança que analiso. O muro não é superfície; é campo de ressonância. A palavra não é só letra; é gesto multissensorial de quem insiste em existir. Nessa perspectiva, habitar a cidade é também habitá-la sensorialmente, e a luta por voz só se compreende quando percebemos que toda inscrição no espaço é uma inscrição no corpo. A multissensorialidade aqui não é ornamento teórico: é fundamento ético. Significa reconhecer que escutar a cidade implica escutar com todos os sentidos, e que cada enunciado inscrito nos muros de Volta Redonda é, antes de tudo, um modo radical de experiência multissensorial.

Enfatizo o caráter dinâmico de paisagens linguísticas por meio de uma combinação de trabalho de campo longitudinal, observações da paisagem e uma estrutura teórica etnográfica na qual os sinais da cidade são vistos como traços de ação social, considerando que a vida social contemporânea não se desenrola apenas em uma arena física *off-line* de participantes que se encontram no espaço público, mas também em espaços *on-line* que se cruzam de maneiras complexas (Blommaert, 2019). Vivemos em um nexos *on-line-off-line* (Blommaert; Maly, 2019, p. 4). Por isso, ações sociais podem ser organizadas e distribuídas nessas duas formas de espaços. Nesta pesquisa, então, procuro caminhar olhando para uma grande paisagem semiótica *on-line-off-line*, em que irei desdobrar muros, ruas, manifestos, notícias, *posts* e comentários, a fim de ouvir os discursos de Volta Redonda.

Ao acompanhar as vozes pela cidade, percebo frequentes referências de informações *on-line*, o que mostra que o “público”, como uma característica do posicionamento dos sinais, agora possui uma outra dimensão para além de um lugar, há também uma esfera pública translocal e *on-line* com a qual os sinais locais estão profundamente conectados. Essa percepção, segundo Blommaer e Maly (2019) força os estudiosos da PL a sair da área local e dos modos habituais de trabalho de campo, ir da rua para o computador e seguir as informações *on-line* exibidas nos sinais.

Entendo que escutar o espaço público de uma cidade e estudá-lo de forma minuciosa e analítica seja uma maneira cabível de fazer análise linguística etnográfica da paisagem e desenvolver conhecimentos das experiências sociais que podem ser relevantes para outros cenários e contextos. A etnografia possibilita compreender as pessoas reais e as suas relações sociais em cenários complexos, para além de categorias em generalizações prévias, a fim de interpretar as paisagens linguísticas nos atentando para essas complexidades. Em suma, nos permite entender cenários complexos e concretos, assim como compreender de forma ampliada diferentes cenários a partir do que é específico, a fim de construir conhecimentos. E entendendo que o conhecimento que produzimos em LA se faz constantemente sobre práticas de linguagem em cenários, e com compromisso de relevância social, é preciso praticar e desenvolver olhares circunstanciados.

Entre o concreto e o efêmero, a paisagem linguística de Volta Redonda se escuta. Um coro de vozes que atravessa tijolos e algoritmos, onde cada intervenção urbana é um grito que recusa o silêncio. Se os muros gritam, como diz a frase que nomeia esta tese, então nossa tarefa é afinar os ouvidos para a polifonia que emerge das fissuras da cidade.

Esta escuta revela que a paisagem urbana é um corpo sonoro em disputa. Seguindo Foucault ([1970] 2014), entendemos que há uma “ordem do discurso” que define quais vozes merecem ressoar no espaço público. Em Volta Redonda, os ruídos das máquinas da CSN compõem a melodia oficial, enquanto as pichações e protestos formam os contrapontos dissonantes. São essas vozes marginais que performam o direito à cidade não como conceito abstrato, mas como prática cotidiana de ressonância coletiva.

Quando uma mensagem como “Muros gritam a luta de um povo sem voz” aparece num muro, não estamos diante de mera escrita, mas de amplificação de um mal-estar que ecoa em milhares de pulmões. Esses gritos grafados materializam o que Blommaert (2014) chamou de processos indexicais, visto que signos apontam para relações de poder muito concretas. Na paisagem linguística, cada pichação é um índice que nos faz escutar o que foi silenciado.

Nessa paisagem identificamos ainda a esperança como frequência persistente (Silva; Lee, 2024) como reverberação em uma frase apagada que reaparece, não por repetição, mas eco de uma voz que se recusa a calar; como harmonia coletiva, pois das ruas às redes, os gritos criam uma polifonia que o poder não consegue silenciar; como afinação política, quando os manifestantes caminham juntos, sintonizam corpos e vozes num mesmo ritmo de luta

Nessa escuta atenta, percebemos, então, que a paisagem linguística é um campo de batalha onde se disputam os significados do espaço urbano (Pennycook, 2009). Os muros que gritam, as ruas que vibram com protestos, as redes que amplificam denúncias – todos são instrumentos de uma sinfonia insurgente que desafia a partitura oficial da cidade.

Essa é a aposta que guia esta tese: ouvir a cidade como quem escuta um corpo em tensão, onde cada palavra visível é um grito materializado, cada apagamento uma pausa provisória, e cada nova inscrição a prova de que nenhum silêncio é eterno.

Para constituir o *corpus* desta pesquisa, utilizei fotografias que registram as paisagens linguísticas em Volta Redonda com foco em: pichações, em diversas regiões do município; diferentes bairros que ilustram a organização estrutural desta *company town*; atos recorrentes de manifestações sociais desenvolvidas pelos moradores, assim como sua repercussão midiática em jornais digitais e televisivos; por fim, transcrições de *posts* e comentários do perfil *@vrabandonada* da rede social digital Instagram.

Os dados analisados neste trabalho são fruto de uma etnografia que teve início no ano de 2020 e se estende até 2024. No começo de minha trajetória, eu buscava desenvolver um trabalho voltado às pichações. Ao longo desse processo, vi as paisagens mudarem devido às interferências no espaço público. E, além das pichações características da cidade, surge a primeira rede social de manifestos dos moradores, seguida da primeira organização da Passeata do Pó. Pareceu-me incompleta uma análise que não considerasse essas práticas como parte da cidade. Nesse sentido, decidi fazer uma triangulação de dados que envolvesse o entrelaçamento de formatos distintos de uma mesma paisagem, destacando também a relevância de mapear as mudanças ao longo dos anos para compreender como os sentidos, intrínsecos à cidade, são transformados constantemente.

2 ESCUTAS TEÓRICAS

*A minha consciência tem milhares de vozes,
E cada voz traz-me milhares de histórias.*
(William Shakespeare)

Este capítulo é dedicado a apresentar os conceitos, autores e perspectivas teóricas que ecoam como sonares ao longo desta pesquisa – sons que me ajudam a localizar sentidos em meio aos ruídos do mundo. Tal como os instrumentos de navegação que permitem reconhecer presenças invisíveis sob a superfície, os referenciais que aqui mobilizo atuam como dispositivos de escuta e orientação, permitindo-me captar as frequências discursivas que atravessam a paisagem de Volta Redonda.

Em uma perspectiva INdisciplinar, assumo que a teoria não é um aparato neutro de observação, mas sim um modo de caminhar, de se implicar e de se posicionar diante das injustiças sociais e discursivas que organizam o espaço urbano. Por isso, mais do que expor autores, este capítulo traça o percurso ético e político de minha escuta: falo de indexicalidade (Silverstein; Blommaert), performatividade e escalas de poder (Foucault), paisagens linguísticas como campos de disputa (Shohamy; Gorter), direito à cidade (Lefebvre; Harvey) e esperança como gesto coletivo (Silva; Lee). Ao entrelaçar esses fios, busco compor uma cartografia teórica que sustente minha proposta de análise, isto é, uma etnografia da escuta que transforma linguagem em reverberação, presença e resistência.

O espaço urbano contemporâneo é marcado por infindáveis e variadas manifestações linguísticas, compostas desde anúncios publicitários e sinais de trânsito a performances de artistas de rua e interferências sonoras que corporificam a paisagem e integram o ambiente.

A cidade de Volta Redonda, por muito tempo unicamente considerada *company town*, vem diversificando, após a privatização da CSN, suas atividades empresariais em busca de uma expansão socioeconômica autônoma, sobretudo no ramo do comércio, o que colabora para a diversificação de vozes, narrativas e atores que a compõem. Caminhar por suas ruas principais, no entanto, traz aos meus olhos a constante e veemente lembrança da “mãe” que nos pariu: temos contornos de aço ao nosso redor, visíveis sobre os muros que protegem a companhia e perceptíveis pelo ar que inalamos rotineiramente. E é nessa observação, do que somos a partir do que dizemos, que a configuração espacial urbana, física e digital, apresenta interessantes pontos de análise. Gritos chamam a atenção. Para isso é que se grita. Essa forte emissão da voz acontece por sobressaltos em um diálogo que por algum motivo não flui. Em uma cidade, como

apresento nos exemplos abaixo, muitos diálogos se instauram, diferentes vozes se põem, impõem, sobrepõem.

2.1 Discursos apontam discursos

Em 2019, jornais locais da região sul fluminense noticiaram o aparecimento de uma pichação no muro de uma tradicional igreja católica da cidade de Volta Redonda. A *Igreja de São Sebastião*, localizada no bairro *Sessenta*, é um bem arquitetônico modernista de interesse histórico, ainda não tombado, da cidade. Projetada pelo arquiteto Selso Dal Bello, é a única em Volta Redonda construída em forma de uma pirâmide. A igreja teve seu muro pichado no dia 19 de janeiro, véspera do dia em que a tradição católica comemora o dia de São Sebastião. A inscrição pichada com a frase “Deus bem que gostaria de ver no muro de sua casa a divina poesia – o amor” foi considerada pela comunidade eclesial um ato de profundo desrespeito ao espaço definido como sagrado, e apagada com tinta branca no dia seguinte.

Muro da Igreja de São Sebastião da Sessenta amanhece pichado na véspera do dia de São Sebastião

Publicado por  Renan Cury em  20 de janeiro de 2019 às 22:11



Figura 9: Notícia de jornal sobre uma pichação.¹⁰

A Sessenta, um dos bairros mais tradicionais de Volta Redonda, foi projetado durante a década de 1940 para abrigar operários da CSN, oferecendo moradias próximas ao local de trabalho e integradas aos serviços urbanos fornecidos pela empresa. Possui atualmente cerca de

¹⁰ Fonte: disponível em <<http://www.renancurycomunicador.com.br/muro-da-igreja-de-sao-sebastiao-da-sessenta-amanhece-pichado-na-vespera-do-dia-de-sao-sebastiao/>>. Acesso em 22 de jan. de 2020.

3,5 mil moradores e, além da Igreja São Sebastião, possui a chamada Praça Monte Castelo, local que abriga o Memorial dos Ex-combatentes que lutaram na Segunda Guerra Mundial, conhecidos como os *pracinhas*. Dois canhões fabricados nos EUA e na Inglaterra, e um avião de ataque construído pela Embraer (empresa brasileira que constrói aviões de passageiros e de guerra) fazem parte do conjunto turístico que atrai pessoas locais e de outras cidades. Como o bairro é um dos que foram criados para as categorias profissionais da CSN, representa até os dias de hoje algum status social privilegiado e valorizado na paisagem urbanística de Volta Redonda.

A velocidade no apagamento da pichação – ou silenciamento do discurso – não costuma acontecer de forma tão eficiente em outros bairros da cidade, ainda que inscritas no “desrespeito ao sagrado”: muros de igrejas. Em um local fundado e organizado de maneira sedimentada, os locais de permissão do discurso também são visíveis.

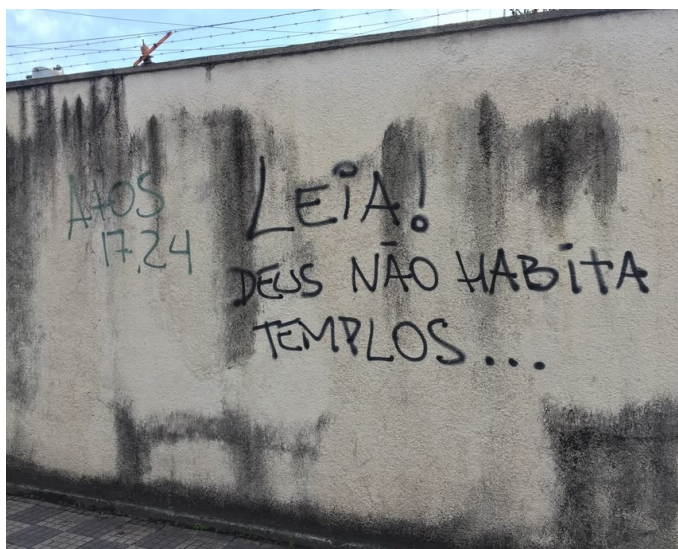


Figura 10: Pichação no bairro São Geraldo.

No exemplo da pichação acima, há uma inscrição em um muro de um Templo das Testemunhas de Jeová, no bairro São Geraldo, em Volta Redonda. Ao lado da inscrição “Leia! Deus não habita templos...” há ainda uma referência “Atos 17, 24”. No livro de Atos dos Apóstolos da Bíblia cristã, o versículo 24 do capítulo 17 diz: “O Deus que fez o mundo e tudo que nele há, sendo Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos de homens;” o que justifica a menção na pichação, já que foi utilizada a própria escritura sagrada da religião

praticada no local para endossar seu discurso. Diferente da pichação no muro da Igreja de São Sebastião, esta persistiu no muro por cerca de um ano, de 2018 a 2019.

As vozes em uma cidade podem ser analisadas à luz de diversos conceitos. Neste estudo, considerando o desenvolvimento de pesquisas entre espaço e linguagem, busco observá-las nos muros físicos e digitais em que se colocam a partir do conceito de Paisagem Linguística (PL). Essas mensagens são expressões complexas de identidade, resistência, ideologia e esperança que estão enraizadas no contexto linguístico e cultural da cidade em que ocorrem. Assim, é possível conceber a linguagem como um “ato de identidade” (Pennycook, 2006, p. 83).

Compreender os discursos que compõem a paisagem linguística da cidade envolve ressaltar que, concebidos como ação social (Blommaert, 2005), podem se tornar um local de diferenças sociais significativas, de conflito e luta, e como isso resultam em todos os tipos de efeitos socioestruturais, uma vez que temos que usar o discurso para tornar significativo cada aspecto do nosso ambiente social, cultural e político. O efeito mais profundo do poder é a desigualdade, e uma análise de tais efeitos é também uma análise das condições para o poder. Assim, o nosso foco neste trabalho está em como a linguagem é um componente dos processos que resultam em formas de desigualdade, e como o discurso pode ser ou se tornar um justificável objeto de análise, crucial para uma compreensão de aspectos mais amplos das relações de poder.

No caso desses dois exemplos de pichações, podemos perceber que um discurso se constrói em um ambiente como resposta a um discurso já presente e imperante nesses locais, assim como os participantes envolvidos na construção do significado constroem a si mesmos e a sua realidade social, por conseguinte, como o significado é uma construção social, ele se estabelece considerando alteridade e contexto. Por sua vez, os processos discursivos constroem identidades múltiplas e não fixas em sociedade, assim as identidades sociais surgem na interação entre os indivíduos.

Dessa forma, a identidade não é uma essência natural, é antes uma constituição nas relações sociodiscursivas, capaz, portanto, de ser reposicionada (Moita Lopes, 2002, p. 37). Nesse sentido, surge a *hegemonia* como uma relação de dominação baseada no consentimento que envolve a naturalização de práticas, atrelada ao conceito de poder, numa preocupação com os efeitos ideológicos que os textos podem ter nas mais diversas relações sociais, principalmente em projetos de dominação.

Os discursos das pichações são construídos a partir dos preceitos pregados pelo cristianismo, contudo aceitos apenas no púlpito da igreja. Tal discurso se conecta a outros tantos

discursos em um sistema aberto que tanto registra quanto reproduz e estabelece os valores de determinada sociedade, perpetuando-os (Foucault, 2014). Logo, percebemos que esses discursos, não são um encadeamento lógico de frases e palavras que pretendem um significado em si, mas, antes, instrumento de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social.

Esta tese se alinha à concepção de Linguística Aplicada que Moita Lopes (2006) denomina como mestiça, ideológica e INdisciplinar. Essa articulação decorre da minha afinidade com abordagens teórico-metodológicas que enfatizam “a centralidade das questões sociopolíticas e da linguagem na constituição da vida social e pessoal” (Moita Lopes, 2006, p. 22), assumindo uma postura ideológica, política e ética (Fabrício, 2006). Não há conhecimento que se afirme neutro ou como verdade absoluta. Tal perspectiva desafia um ideal modernista que ainda prevalece nas pesquisas em estudos linguísticos, uma vez que um ideal moderno de linguística frequentemente se manifesta nos processos semânticos (Fabrício, 2017).

A abordagem mestiça, ideológica e INdisciplinar da Linguística Aplicada reconhece a complexidade e a interseccionalidade das questões linguísticas com as dimensões sociopolíticas, rejeitando a objetividade descontextualizada. Essa visão permite uma compreensão mais profunda e crítica da linguagem como um fenômeno dinâmico, intrinsecamente ligado às estruturas de poder e às práticas sociais. Ao adotar essa perspectiva, esta tese busca contribuir para uma visão mais inclusiva e crítica da linguagem, evidenciando as interações entre prática linguística e contexto sociopolítico.

2.1.1 A paisagem

A vida humana é um processo inseparável da passagem do tempo, e esse processo se reflete na formação das paisagens em que as comunidades habitam. Tanto o tempo quanto a paisagem são elementos vitais que conectam a arqueologia e a antropologia. Ingold (1993) unifica as perspectivas de ambas as disciplinas ao focar a temporalidade da paisagem. Esse enfoque nos ajuda a superar a dicotomia entre a visão naturalista, que vê a paisagem como um pano de fundo neutro, e a visão culturalista, que a percebe como uma construção cognitiva ou simbólica do espaço. Em vez dessas abordagens, acolho a proposta do autor por uma “perspectiva de habitação”, em que a paisagem é um registro duradouro da vida e dos trabalhos das gerações passadas que nela deixaram sua marca.

Para tanto, é fundamental entender que a paisagem narra uma história, acompanha as trajetórias e os tempos dos predecessores que contribuíram para sua formação. Perceber a paisagem implica um ato de recordação contínua, um engajamento perceptual com um ambiente que é, ao mesmo tempo, estático e dinâmico pela influência do passado.

Assim, a paisagem não é meramente terra, natureza ou espaço. Diferentemente da terra, que é homogênea e quantitativa, a paisagem é heterogênea e qualitativa. Também não é espaço, pois enquanto a cartografia busca representá-la, o habitante a vivencia de forma integrada e física, movendo-se por ela e percebendo gradualmente as mudanças de suas vistas e sensações.

Cada lugar na paisagem incorpora o todo em sua unicidade, distinta em suas vivências e sensações, como imagens, sons e cheiros. Esses elementos variam conforme as atividades dos habitantes, moldando o caráter exclusivo de cada local. Dessa forma, os significados na paisagem emergem da interação direta das pessoas com o mundo em seus negócios diários. Paisagens são centros de experiências e não têm limites definidos. As fronteiras que eventualmente são traçadas, como rios, muros ou cercas, não segmentam a paisagem essencialmente, pois são reconhecidas somente em relação às atividades humanas ou animais que as vivenciam como tal.

O conceito de paisagem mantém uma firmeza que complementa a forma corporal, cada uma implicando a outra em um campo de relações que emerge da interação entre organização e ambiente. Tanto a paisagem quanto o corpo não são formas predefinidas, mas sim geradas e sustentadas por um contínuo processo inter-relacional (Ingold, 1993). É nessa perspectiva que a paisagem se transforma em um testemunho vivo das vidas que a moldaram, narrando a história de um tempo e de um espaço integrados, sendo assim, registro de processos temporais que inclui a participação de seres humanos – e até animais, plantas e ciclos geológicos e atmosféricos – profundamente enraizados numa temporalidade, que não é meramente cronológica ou histórica. Em vez disso, é uma forma de memória, um engajamento contínuo e circulante com um ambiente impregnado de passados vividos.

Dessa forma, ao redefinir a paisagem como um espaço em constante transformação, produzido por interações contínuas, busco estimular um envolvimento atento com os mundos que habitamos e construímos coletivamente, em constante diálogo e transformação.

2.1.2 A paisagem linguística

Observar as características de uma cidade sob uma perspectiva linguística envolve o estudo da PL, termo que primeiramente foi mencionado em Landry & Bourhis (1997), conceituando-a como um espaço territorial no qual línguas se misturavam na vida pública. Nessa concepção, a PL serviria a funções distintas: a informativa (que delineia uma fronteira linguística) e a simbólica (que se dá no âmbito das relações sobre a visibilidade de representação de comunidades na paisagem, demonstrando lugares de status e poder de determinados grupos dominantes).

Shohamy (2006; 2009), no entanto, expande as possibilidades de análise da PL, primeiramente ao apresentá-la como campo interdisciplinar ao tangenciar campos diversos do saber como Geografia, Sociologia, Economia, Educação, Planejamento Urbano, o que faz atrair, conforme argumenta, pesquisadores que se mostram dispostos a compreender significados mais profundos performados nos espaços. São desenvolvidos estudos que analisam a complexidade da mistura de idiomas em um local, assim como, a noção inicial da PL é ampliada em diversas investigações incluindo pessoas, textos, imagens (Scollon; Scollon, 2003; Gorter, 2006; Shohamy; Gorter, 2009; Blommaert, 2013) no qual é lançada a atenção à língua no ambiente, num observar de espaços públicos, compreendendo que a incessante mobilidade social altera constantemente as paisagens.

Assim, inicialmente Landry e Bourhis (1997) destacaram as duas funções principais da PL: a informativa, que fornece dados sobre a composição linguística de uma comunidade, e a simbólica, que influencia a identidade social e o poder dos grupos linguísticos. No entanto, a abordagem tradicional da PL tem sido alvo de críticas por sua visão binária e estática, que desconsidera a fluidez e o movimento das línguas, além de focar exclusivamente na linguagem escrita. Em resposta a essas limitações, alguns estudiosos utilizaram o termo “paisagens semióticas” para destacar a multimodalidade da comunicação pública, que engloba não só o discurso escrito, mas também imagens, comunicação não verbal, arquitetura e o ambiente construído. Uma perspectiva ampliada que permitiria uma análise mais rica e detalhada de como as linguagens e outros sistemas semióticos no espaço público comunicam informações e moldam identidades e relações sociais. Em suma, a análise das paisagens linguísticas ou semióticas revela um mundo onde os textos públicos desempenham papéis críticos na construção da vida social e política.

Ao passo em que a língua é utilizada por pessoas em contextos interativos, essa língua também pode ser representada e revelada em diferentes lugares e de diferentes formas, algumas vezes por razões funcionais e outras com propósitos simbólicos. A PL vem sendo estudada como um reflexo da diversidade linguística existente em uma comunidade ou sociedade e oferece uma visão sobre as práticas de linguagem que ocorrem no espaço público. Dessa forma, o estudo da paisagem linguística pode revelar as ideologias e relações de poder existentes, bem como as formas como as línguas são valorizadas e desvalorizadas. Nesse sentido, destaca-se também a importância de analisar tanto as inscrições públicas oficialmente sancionadas, como placas de trânsito e sinalizações, quanto as inscrições não oficiais, como pichações, grafites e cartazes de protesto. Isso evidencia a importância de analisar as pichações do espaço público de Volta Redonda sob essa perspectiva. Essa ampla análise permite compreender como diferentes línguas e variedades linguísticas são representadas e utilizadas na sociedade.

A PL pode ser examinada em termos de fluidez e mobilidade das línguas, especialmente em contextos de migração e globalização, enfatizando que a paisagem linguística é sempre dinâmica, mudando de acordo com as influências sociais, culturais e históricas. Para além disso, em Gorter (2006) já é apresentada em PL a utilidade de se olhar para a semiótica: no estudo dos sinais e símbolos, o que significam e como são utilizados, o que evidencia que a PL pode ser analisada a partir de múltiplas perspectivas. Depois de estudos que tomavam, sobretudo, as línguas a “nossa volta”, de acordo com a definição anteriormente citada de Gorter (2006), Shohamy e Gorter definem PL de forma mais holística, considerando que esta inclui sons, imagens e grafites (2009, p. 4) e apresentam investigações de diversos pesquisadores em Paisagem Linguística que assumem que a linguagem no ambiente não é arbitrária e aleatória, e contextualizam o espaço público dentro de questões de identidade e política linguística das nações, conflitos políticos e sociais.

Os recursos linguísticos visuais inseridos em um ambiente se relacionam diretamente às pessoas, visto que são elas quem os produzem e escolhem como usá-los. Logo, a linguagem de um local é motivada por fatores de ordens diversas, capazes de imprimir sentidos sobre as identidades, sociedade, política, economia etc. Com isso, destaco a perspectiva social da Paisagem Linguística, tomando-a também como uma paisagem sócio-histórica e cultural, formada por recursos linguísticos, mas também por pessoas que participam de interações a todo tempo com outros falantes e que possuem suas próprias experiências, bem como suas próprias redes sociais locais e translocais.

Considerando espaços não como um contexto inerte de experiências, mas como construção histórica (Pennycook, 2009), articulada em práticas sociais cotidianas, envolvendo agregados semióticos de todo tipo que, quando mobilizados, produzem certos entendimentos sobre um lugar, articulo as temáticas de espaço e do discurso a partir de uma abordagem performativa (Austin, 1976; Butler, [1997] 2021), pós-estruturalista, que concebe o espaço como um efeito de performances, e não como um *a priori*.

Nesse sentido, no campo da Paisagem Linguística, uma visão performativa é articulada no trabalho de Pennycook (2009), para quem a paisagem linguística surge como efeito de um conjunto de práticas discursivas, mobilizadas pela produção de signos no espaço, inserindo-o numa cadeia de repetições e citações. Essa inserção, na medida em que articula e evoca práticas espaciais conhecidas, produz o próprio espaço, que emerge como um efeito performativo.

Nessa perspectiva, a paisagem linguística é entendida como uma arena performativa, onde vozes, ideologias e afetos se entrelaçam na produção dos espaços urbanos. Em vez de “refletir” apenas a realidade social, os signos presentes na paisagem produzem e reconfiguram identidades, pertencimentos e relações de poder.

É nesse horizonte que este trabalho se insere, ao investigar as paisagens linguísticas de Volta Redonda, cidade marcada historicamente pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional. Aqui, a paisagem é palco de tensões: de um lado, a linguagem institucional, presente em monumentos, placas e discursos oficiais; de outro, as vozes insurgentes, expressas em pichações, faixas de protesto e postagens digitais. A PL de Volta Redonda revela-se como campo de fricção entre o discurso hegemônico do progresso e os gritos populares por dignidade e justiça ambiental.

Essa abordagem dialoga com uma concepção indisciplinar da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006), comprometida com a escuta de práticas linguísticas situadas e com os atravessamentos éticos, afetivos e políticos da pesquisa.

Compreendo assim o conceito de discurso para além da “linguagem como representação”, sendo, antes, uma linguagem em ação (Blommaert, 2005), existindo em diversas formas de sinalização semiótica. A partir disso, entendo que o discurso pode, então, tornar-se um lugar de diferenças sociais, conflito e luta, sendo assim necessário pensar o discurso como forma de semiose em um mundo que está em fluxo, não existindo discurso que ocorra de forma isolada, ou como objeto analítico de linguística apenas.

Dessa forma, considero discurso inicialmente como práticas que sistematicamente produzem os objetos das quais falam (Foucault, 1972 apud Cameron, 2014). Os contextos de

produção do discurso estão sempre em disputa, e a cada interação surge a possibilidade de novos contextos, num movimento de interações contínuas e repetições inúmeras, permeadas por valoração, legitimação e ordenação do discurso (Foucault, [1971] 2014). Assim, alguns significados sedimentam-se, estratificam-se e se hierarquizam, produzindo efeitos específicos.

Para o estudo dessa sedimentação de significados, proponho uma análise da paisagem linguística passando inevitavelmente por perspectivas históricas e sociais, uma vez que o espaço físico é também um espaço social, cultural e político que se constitui em certos padrões de comportamento social.

Embasada nessa conjectura, compreendo que um grupo social não existe senão no ato que o postula, assim como em suas infundáveis repetições. Ao ser concebida como ação, e não conteúdo, a linguagem assume claro teor para além do meramente descritivo, por conseguinte, a noção de intencionalidade em determinado ato de fala se esvai, uma vez que sujeitos falam a partir de uma voz que nunca é totalmente singular, revelando ser perpassada socioculturalmente por vozes coletivas, as quais excedem em todas as direções a história do sujeito, num processo de interpelação, de citações prévias, em que o falante nunca é senhor de seu dizer.

Analogamente, o ouvinte de uma interação, da mesma forma, constitui-se num processo sócio-histórico, o que justifica a impossibilidade de captura de significados – permanentemente moventes – e a garantia de efeitos de sentido. Ações sociais são resultado de múltiplas citações, sendo assim, não há fatos naturais e indelévels que causem comportamentos sociais, esses são antes processos provisórios, definidos por semiotização, no revelar de uma “realidade” fabricada, em que a origem do “eu”, assim como das convenções que conhecemos por norma, inexistem.

No esteio da PL, Scollon e Scollon (2003) apresentam uma investigação da situacionalidade dos signos na vida urbana, incluindo o *graffiti*, que orientam significativamente esta pesquisa. Os autores desenvolvem, com base em trabalhos anteriores de áreas como a semiótica e antropologia linguística, a “primeira análise sistemática das formas como interpretamos a linguagem à medida que esta é materialmente colocada no mundo” (p. xi). A linha de investigação sobre os sistemas de significado que situam ou fundamentam a linguagem no mundo material e social é designada pelos autores como *geosemiótica*, entendida como a maneira como a linguagem é situada no mundo material, preocupando-se, portanto, com “o estudo do significado social da colocação material de signos e discursos e das ações no mundo material” (p. 2).

Nessa perspectiva, seus estudos são dedicados a dar sentido aos discursos “no lugar”, num determinado mundo social e físico, orientando-se pelo princípio de indexicalidade, o qual os autores postulam como sendo o “mundo indexável” e não a indexicalidade na linguagem a atenção de seu trabalho. Assim, ao apresentarem os três principais sistemas da semiótica social: ordem da interação, semiótica visual e semiótica do lugar, estabelecem os meios em que os discursos se ancoram em uma ação social.

A respeito da ordem da interação, os autores analisam a indexicalidade incorporada nos corpos humanos e refletem sobre como pessoas encenam performances como atores sociais em relação a outros, a fim de obter significados através dos recursos semióticos (p. 45). Designam, conforme Kress Gunther e Theo van Leeuwen (1996), a semiótica visual como expressões desencarnadas do corpo representadas em imagens no mundo físico (p. 64), e posteriormente se atentam à semiótica do lugar enquanto “estudo do próprio mundo material e dos lugares que a linguagem nele encontra” (p. 111), exemplificando situações que mostram escolhas de códigos em um lugar e, subjacentes a essas escolhas, os sistemas de preferência de códigos que indexam o mundo sociocultural em que vivemos. A escolha de uma mensagem de protesto em forma de pichação em Volta Redonda retrata essa ordem de interação: o lugar, construído por uma grande companhia siderúrgica estatal, que, agora privatizada, nega o acolhimento prometido aos moradores, e a transgressão da mensagem pichada se torna uma resposta possível às desigualdades que compõem o lugar.

Analisando por essa ótica, o discurso está na ordem das leis em toda sociedade, e o controle do que pode ou não ser dito (e quem pode dizer) se dá por meio de procedimentos de exclusão. Assim a produção do discurso em toda a sociedade seria ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 8-9). Dessa forma, as ordens do discurso definem quem pode falar e quem pode ser ouvido, que discursos são válidos e que discursos são silenciados. Dessa forma, produzem-se hierarquias, interdições aos discursos como o apagamento da pichação, e outras formas de exclusão, como a deslegitimação das mensagens dos muros que “desrespeitam” o local, assim como de produção, de resistência, de contestação.

Vemos assim que o discurso é algo que atravessa as microrrelações e constitui formas de ver a realidade. A verdade, em Foucault, atua através do discurso controlado pelas instituições sociais que, por sua vez, buscam controlar também a vontade humana. Alguns procedimentos de exclusão garantem a manutenção dos discursos que podem circular na

sociedade: a interdição, visto que não se possui o direito de dizer tudo em qualquer circunstância e não é qualquer pessoa que pode falar sobre qualquer assunto, então uma pichação não pode falar sobre o amor ou onipresença divina, ainda que fundamentada em um discurso bíblico; e a vontade de verdade, que coloca à margem da sociedade aqueles que não comungam da verdade estabelecida como única forma possível. Dessa maneira, como uma ferramenta de domínio humano e de representação de poder para a manutenção do controle social, as instituições sociais lançam mão da vontade de verdade.

E, para além da igreja, como forma de instituição social, garantindo o controle, nos exemplos das duas pichações, a relativização como foram combatidas pelo discurso hegemônico também inferem questões de poder que subjazem às paisagens linguísticas de um determinado lugar: uma pichação no muro da Igreja de São Sebastião, no bairro Sessenta, foi noticiada em jornais locais e apagada no dia seguinte, já uma pichação no muro de um templo das testemunhas de Jeová, no bairro São Geraldo, permaneceu no local por cerca de um ano sem qualquer forma de repercussão midiática. Diferenças na paisagem linguística de Volta Redonda que envolvem profundos aspectos históricos, sociais e culturais, e, a escuta e análise desses gritos e silenciamentos envolvem entender a construção dos muros que compõem a cidade – muros visíveis e não visíveis.

A abordagem dos Scollons apresenta ainda uma questão fundamental da geossemiótica, e fundamental também para este trabalho: a colocação, e salientam como a consideração mais essencial “se o discurso no local é ou não é autorizado” (p. 145). Nesse sentido, os autores classificam três práticas gerais de localização: semiótica descontextualizada – sinais como logotipos que aparecem em “múltiplos contextos, mas sempre da mesma forma; semiótica transgressiva – sinais “no lugar errado”, como as pichações; e a semiótica situada – sinais ou avisos que regulam o mundo físico, como placas de trânsito. Esta, por ser moldada e moldar o mundo em que vivemos se torna o “coração da geossemiótica”, e especificamente esta semiótica tem sido o foco das análises do espaço público de Volta Redonda, visto que, como os autores, busco explorar também a conexão entre a ordem da interação e o ambiente construído que serve de meio da interação social, e compartilho do argumento acerca da existência de uma “tensão dinâmica entre as forças centrífugas através das quais os discursos se distribuem no tempo e espaço e as forças centrípetas através das quais os discursos convergem no tempo e espaço para formar agregados semióticos” (p. 168).

Há então dois pontos de vista a partir dos quais os discursos no tempo e no espaço podem ser percebidos. Assim, consideram como o olhar do analista (e/ou de outros

participantes) cria paisagens semióticas, ao vislumbrar os vários discursos e ideologias, que podem ser entextualizados na compreensão-construção de tal paisagem sociolinguística, ao colocarem os “discursos no espaço” (Scollon; Scollon, 2003).

Além disso, considerando Pennycook (2009), o *graffiti* é parte de uma semiótica transgressiva em um fluxo mundial global, e podendo ser concebidos como as janelas vitrais do século XXI (Pennycook, 2009, p. 302), por permitirem o acesso àquilo que acontece nas ruas e, ao mesmo tempo, nas mentes dos sujeitos contemporâneos, assim é possível observar um relato mais dinâmico do espaço, do texto e da sua interação, abordando a PL a partir da amplidão de um simples cenário, ao considerar que significados são moventes, uma vez que “não residem no texto, mas sempre no contexto (...), na relação entre significados pré-textuais, contextuais, subtextuais, intertextuais e pós-textuais” (Pennycook, 2009, p. 304). Podemos nesse sentido também analisar as pichações em paisagens como um exemplo de disputa de poder e resistência linguística.

Em sua abordagem etnográfica, examina as pichações como uma forma de manifestação cultural que desafia as normas e estruturas de poder dominantes. Para Pennycook, as pichações invadem o espaço público e desafiam o monopólio linguístico das instituições e autoridades. Elas representam a voz das minorias linguísticas e culturais que geralmente são marginalizadas nessas paisagens linguísticas.

Ao oferecer uma alternativa à comunicação padronizada e oficialmente sancionada, as pichações se tornam um meio de resistência e reivindicação de identidade. Investiga então as diferentes mensagens e símbolos presentes nas pichações e como eles são lidos e interpretados pelos diferentes grupos sociais, considerando-as como uma forma de expressão subversiva que busca desafiar e desestabilizar as estruturas de poder estabelecidas. Enfatiza a importância de investigar o contexto social e político mais amplo em que as pichações são produzidas. Para tanto, busca compreender as motivações dos pichadores, as relações de poder em jogo e as consequências dessas manifestações na dinâmica social.

De maneira análoga, na proposta deste trabalho busco interpretar relações em jogo, no entanto, não me apego a intencionalidades individuais, mas ao que é ouvido de vozes coletivas pela cidade. Para isso, sugiro que a PL, como ramo da sociolinguística, possui importante valor interdisciplinar, visto que a análise do espaço passa inevitavelmente por perspectivas históricas, podendo inclusive detectar e interpretar a mudança e transformação social em vários níveis de escala, já que o espaço físico é também um espaço social, cultural e político que se constitui em certos padrões de comportamento social (Blommaert, 2013. p. 7).

Sendo assim, um espaço é sempre espaço de alguém, *on-line* ou *off-line*, é um espaço histórico, portanto, permeado por códigos, expectativas, normas e tradições; e um espaço de poder controlado por pessoas. Dessa forma, a partir do diagnóstico sociolinguístico, é possível que se crie um diagnóstico das estruturas sociais, culturais e políticas. A descrição e análise semiótica dos signos em determinados espaços é o ponto de partida desse tipo de investigação, cujos sentidos apontam para trás num tempo em que foram produzidos, ao passo que apontam para a frente num movimento dialógico.

Embora estudos em torno das PL parecem ter sido iniciados com foco nas questões relacionadas com o estudo do multilinguismo social, sobretudo em contextos urbanos, caracterizados pela sua hiperdiversidade linguística, segue-se uma fase de complexificação destes estudos, alargando-se o escopo de análise à interação das línguas com elementos semióticos mais variados e situados no tempo e no espaço, visto que os autores se dedicam, numa fase posterior, a questões de ordem social, na linha do interacionismo simbólico, e na forma como os sujeitos vivem e contestam identidades variadas.

De maneira mais recente, os estudos acerca da PL chegam, de forma explícita, à linguística aplicada, abrindo caminho para a construção de pontes entre aprendizagens em contextos formais e informais. Enquanto os estudos iniciais se centraram na descrição e análise da presença das diferentes línguas em determinados espaços públicos, geralmente urbanos, muitas vezes numa perspectiva quantitativa e sincrônica que incluía o inventário das línguas presentes, os investigadores têm apresentado a necessidade de se ir além de uma abordagem centrada na contagem de línguas num determinado momento, para abraçar perspectivas mais dinâmicas das evoluções das PL no tempo e no espaço, considerando uma perspectiva histórica.

Para ilustrar a complexidade, as dinâmicas e as dissonâncias presentes nas PL, diagnosticamos a presença de línguas, sua valoração em tempo e espaço, em uma associação à abordagem interpretativista e quantitativa que reconhece uma imersão etnográfica profunda, conforme propõe Blommaert, entendendo que o estudo da PL precisa ser trazido para dentro da órbita da etnografia, tornando-o “detalhado dos signos-no-espaço-público situados, visando identificar o tecido fino de sua estrutura e função em constante interação com várias camadas de contexto” (Blommaert, 2013, p. 14). Tais estudos de paisagens linguísticas têm mostrado potencial analítico e descritivo, e de acordo com o autor, o grande salto desses estudos em relação aos estudos mais tradicionais de sociolinguística está no fato de o espaço ser um objeto central para os estudos linguísticos e não apenas um objeto vazio no qual falantes são traçados, e cuja a importância para a pesquisa é apenas secundária.

Espaços públicos são definidos como arenas sociais (Blommaert; Maly, 2014) circunscrições em que o controle, disciplina e adesão operam e estão sendo operados, sendo, dessa forma, o espaço público um instrumento de poder, disciplina e regulamentação, uma vez que organiza as dinâmicas sociais implantadas nesse espaço. É um objeto institucional, regulamentado (e, geralmente, propriedade) por parte das autoridades oficiais, cujo papel muitas vezes será mais claro nas restrições impostas sobre a sua utilização.

Os espaços públicos são, portanto, espaços normativos, e, para critério de análise, os sinais disponíveis nos espaços públicos podem ser analisados olhando-se para três eixos: “os sinais apontam para o passado”, para as formas de produção e suas origens como índices que fabricaram os sinais e as condições de sua produção, os recursos utilizados e disponíveis para quem os produz; “os sinais apontam para o futuro”, quer dizer, para quais destinatários e públicos específicos ele foi produzido e para gerar que efeitos; e “os sinais apontam para o presente” por meio de sua localização que não é aleatória (Blommaert; Maly, 2014, p. 4).

Tendo em vista esses três eixos de análise, compreendemos que a função social de sinais públicos tem diversas finalidades como demarcar ou fragmentar o espaço regulando suas conexões. E, por isso, os sinais sempre têm uma relação de comunicação entre produtores e destinatários, ou seja, os sinais são produzidos por alguém, direcionados para um determinado público com a finalidade de causar algum efeito naquele espaço específico onde se encontra. Essa transição de um espaço físico para um social é possibilitada em uma análise aprofundada da PL, pois o maior potencial desse tipo de estudo está em o diagnóstico sociolinguístico poder se referir a um diagnóstico das estruturas sociais, culturais e políticas inscritas na paisagem linguística, tornando a sociolinguística mais abrangente e também mais útil.

Estudos de Paisagens Linguísticas podem detectar e interpretar a mudança social e transformação em vários níveis de escala, desde o imediato para os lentos e graduais, todos reunidos em um espaço sincrônico. E uma análise detalhada desses estudos podemos descrever os fenômenos sociolinguísticos em camadas abrindo caminho para uma sociolinguística da complexidade.

Dessa forma, entendo como relevante esse tipo de análise para identificar a complexidade dos contextos estudados, ainda que não estejamos lidando com contextos altamente multilíngues, como os principais estudados pelos autores citados, contudo, podemos encontrar uma grande diversidade discursiva e apontamentos para contextos altamente complexos e não para comunidades homogêneas. Assim, compreendo as ferramentas analíticas

empregadas pelos estudiosos e aqui expostas como também empregáveis nos contextos dessa pesquisa.

Na proposta de análise deste trabalho, nenhum significado deve ser tomado como dado ou anterior ao processo de significação, uma vez que adoto aqui uma visão performativa de linguagem (Austin, 1976; Butler, [1997] 2021). A análise do espaço e da paisagem em seu constante movimento, observando as forças que sedimentam seus significados e processos de construção contínua, exige um olhar cuidadoso entre a prática local e a história por ela mobilizada. Na tentativa de abarcar concomitantemente essa produção local em articulação com uma história, é necessário entender o espaço como performativo, ou seja, efeito de uma performance.

Dessa forma, “linguagem”, entendida como prática, como forma de ação e não apenas sistemas de comunicação usados na fala, é uma produção discursiva, largamente formada por ideologias linguísticas (Pennycook, 2010; Moita-Lopes, 2015). E os atos de fala performativos, quando ditos, geram algo novo, produzem efeitos no mundo, ao invés de apenas descrever o mundo (Butler, [1997] 2021).

Ao observarmos a linguagem sob esse prisma, é possível notar como significados produzidos localmente estão imbricados em significados produzidos em nível macrossocial (Freitas; Moita Lopes, 2019), sendo a fricção entre esses dois níveis, micro e macro, o que dá conta da construção do significado. Dessa forma, o signo (não apenas linguístico) encontra-se, além do nível referencial, no nível indexical, constituindo-se num apontar para o dinâmico movimento sócio-histórico.

Ouvir, como analista e moradora, a ordem que estrutura Volta Redonda, as pichações de seus muros e os movimentos coletivos em posse de espaço físico e digital inevitavelmente se constrói nesse movimento sócio-histórico. Parto da teoria de que todo significado é produzido indexicalmente, numa propriedade da linguagem que faz parte de seu significado por causa de onde está no mundo (Scollon; Scollon, 2003, p. 25). Assim, o significado é produzido através da colocação do signo no mundo real em contiguidade com outros objetos naquele mesmo mundo, a fim de compreender melhor como os significados são (re)produzidos sociointeracionalmente, relacionados aos apontamentos que fazemos ao interagir. Tais apontamentos não se limitam a uma dimensão denotacional, mas carregam consigo uma dimensão não referencial, na qual são indicados fatores como expectativas, rituais socioculturais e posições de sujeito que interferem nos processos de percepção e construção de significado (Fabrício, 2016, p. 136).

A indexicalidade está associada aos elementos implícitos na comunicação, visto que, ao nos comunicarmos, o fazemos explicitamente na produção de palavras que poderão ser ouvidas ou escritas, por isso, muitas vezes o significado da comunicação é reduzido a esse aspecto. Contudo, para além dessa parte explícita, há uma produção ainda maior de coisas subentendidas que frequentemente estão enraizadas em um mundo implícito de significados que não são ditos, são sociais e indexicais.

Se a existência de uma vasta quantidade de sentidos implícitos num mundo explícito de significados, ancorado em estruturas gramaticais, constitui os sentidos legitimados do que é produzido na comunicação, quando nos comunicamos, não apenas produzimos palavras (escritas ou faladas), mas expressamos ideias e sentidos. Dessa forma, o conceito de indexicalidade traz uma série de esclarecimentos que seriam irrealizáveis pela análise de conteúdo da linguística tradicional. E um método para buscar tais esclarecimentos, segundo Blommaert, a fim de compreender os significados, é necessário ir em suas raízes etnográficas e culturais. Tal preceito está de acordo com a proposta desta pesquisa que se embrenha especificamente no contexto urbano, buscando entender o significado social e cultural que atravessa os discursos de poder nesse universo.

Visto que a indexicalidade implica ideias de pressuposição e acarretamento, é possível imaginarmos essas pressuposições como sendo significados macroescalarmente sedimentados, isto é, os significados que, por serem frequentemente utilizados nas nossas microinterações, são posicionados nas ordens mais elevadas do espaço social estratificado e não unificado. E os acarretamentos são as sedimentações e, conseqüentemente, os seus efeitos.

As nossas percepções, o que vemos e sentimos, não são construídas através de aparatos biológicos, pois, uma vez que são perpassadas por repertórios de sentidos constituídos em nosso processo de socialização, constituem-se como processos ideológicos. Gal e Irvine (2019) sugerem que “afirmações sobre a linguagem nunca são apenas sobre a linguagem – e elas nunca são apenas declarações” (Gal & Irvine, 2019, p. 1). As ideologias, de acordo com um arcabouço sócio-histórico, fornecem orientações para as nossas ações no mundo e, assim sendo, são visões parciais e posicionadas, justificáveis apenas a partir do lugar ocupado por alguém em determinando momento. Nessa orientação, são evidenciados gestos de produção de diferenciações-comparações nas nossas projeções escalares. Estamos sempre fazendo distinções, criando comparações sobre coisas no mundo, estabelecendo relações, operando em eixos de diferenciação que são produzidos, e não dados. Uma ideologia, então, é algo contestável (Gal; Irvine, 2019, p. 13).

Além disso, as ideologias linguísticas – analisadas como conjuntos de crenças sobre a língua articulados pelos usuários como uma racionalização ou justificação de estrutura e uso linguístico percebidos (Silverstein, 1979, p. 193) – sugerem que as crenças dos falantes acerca de formas e usos da língua são inseparáveis das formas linguísticas. De acordo com Woolard (2020), ideologias são de alguma forma cruciais sobre a própria linguagem, ao invés de meramente codificadas nela, ou por meio dela, e ocorrem não apenas como construções mentais e em verbalizações, mas também em práticas e disposições incorporadas e em fenômenos materiais como representações visuais (Woolard, 2020, p. 2).

Nesse sentido, Moita Lopes (2013) observa as ideologias linguísticas como compreensões de como a linguagem tem sido entendida, com base em como são situadas em certas práticas sócio-históricas, de modo que variações ideológicas da linguagem são de grande importância, uma vez que influenciam diretamente as mudanças linguísticas. Compreendendo-as dessa forma, Irvine e Gal (2000) analisam as ideologias linguísticas a partir de seu inevitável trespassar por questões políticas e morais presentes no campo sociolinguístico, e, portanto, sujeitas aos interesses da posição social dos portadores dessas ideologias.

Vistas sob essa perspectiva, ainda Blommaert (2013) afirma que as ideologias linguísticas não são, então, meramente ideacionais; elas são práticas. E recupera a reinterpretação de Michael Silverstein (2006) sobre o trabalho de Benjamin Whorf, na qual o autor concebe a forma indexal da língua, como capaz de indicar aspectos do “contexto por meio de inferências ideológicas” (Blommaert, 2013, p. 54).

Desse modo, os discursos são sucessiva e simultaneamente descontextualizados e recontextualizados, de modo que se tornam um novo discurso associado a um novo contexto e acompanhado por um metadiscurso específico que fornece um tipo de leitura preferencial. Compreendemos com isso a necessidade de se entender o viés do discurso pela entextualização (Bauman; Briggs, 1990; Blommaert, 2010; Borba, 2016; Silva, 2014; Silverstein; Urban, 1996). Como o sentido é fugidio, o que temos é um processo de re-entextualização infinito, visto que o nosso pensar é construído a partir dos textos que temos contato e, logo, indexamos outros conhecimentos. Assim sendo, a produção do conhecimento está sempre em processo, no qual são reveladas as nossas ideologias.

As novas tecnologias nos apresentam nova experiência sobre os conceitos de tempo e espaço, visto a estruturação de nossos relacionamentos e comunicação através das redes digitais, o que amplia a mobilidade de textos, discursos e performances. Nos tempos atuais, as formas de interação e comunicação contemporâneas estão cada vez mais intimamente

relacionadas ao uso das redes sociais e à maneira como os textos circulam, inclusive através das interações a partir de recursos como “curtir” e “compartilhar” (Moita Lopes, 2013b), esse tipo de prática, isto é, o movimentar de textos em diferentes contextos pode ser chamada de entextualização. Entextualizar é o processo de deslocar um texto, retirar recursos semióticos de seu contexto original e o transportar para outros contextos distintos em tempo e espaço, ou seja, quando percebemos vozes de protesto contra a CSN que gritam as mesmas injustiças denunciadas nas pichações da cidade. Assim, “um texto cultural, entextualizado é um texto descontextualizado e recontextualizado em outra geografia e temporalidade” (Borba, 2016, p. 39), e, quando observamos esse processo de deslocamento de textos, é possível perceber o seu “trajeto pluridirecional, que revela atravessamentos sociais, culturais, identitários, semióticos e de circulação, típicos dos processos comunicativos” (Moita Lopes, 2017, p. 13).

Dessa maneira, o discurso compartilha uma capacidade reflexiva (Bauman; Briggs, 2006) com todos os sistemas de significação de se tornar um objeto de si mesmo e se referir a si mesmo, o que é fundamental para o processo de entextualização. Nesse prisma, Fabrício (2017) analisa o processo de entextualização-descontextualização-recontextualização não como um simples ventriloquismo, pois os ciclos sucessivos desse processo produzem, em cada fase, um discurso reconfigurado e um novo texto contendo tanto traços de contextos anteriores como do entorno emergente. Em cada etapa do processo, apresenta-se um texto que possui uma história única ligada a regularidades socioculturais e a contingências transitórias.

A trajetória textual nesse movimento de entextualizar, descontextualizar e recontextualizar está diretamente imbricada com questões de poder, visto que os textos carregam normas e ideologias, inclusive em espaços digitais, onde novas relações de significações são estabelecidas, a partir de elementos socioculturalmente construídos e sustentados por ideologias no processo de entextualização.

Considerando que textos viajam (Blommaert, 2010) de uma dimensão de comunicação para outra, sendo negociados em processos interpretativos que são produzidos em cada contexto internacional, veremos neste trabalho como os textos dos muros da cidade de Volta Redonda constroem trajetórias. Nesse sentido, Moita Lopes e Fabrício (2019) atentam-se para a natureza móvel e itinerários múltiplos presentes nas trajetórias textuais, afirmando que “na celeridade das trocas comunicativas atuais, textos são descentrados de seus contextos originais e recentrados em novos ambientes comunicativos em uma velocidade frenética” (Moita Lopes; Fabrício, p. 718). Assim, é possível observar que discursos que se tornam de grande

repercussão, são exemplos de como “signos recontextualizados produzem localmente relações históricas, culturais e identitárias que são translocais” (Guimarães; Moita Lopes, 2017, p. 14).

Na paisagem urbana, a comunicação nas ruas e nas telas envolve não apenas mecanismos fornecidos pela língua em si, mas também outros recursos semióticos (formas e padrões textuais, imagens sejam estáticas ou em movimento, sons, movimentos corporais e discursos culturais), bem como a mobilização destes em processos de descontextualização e recontextualização. As paisagens linguísticas, dessa forma, são tecidas com materiais semióticos múltiplos e entrelaçados, socialmente significativos.

Isso posto, não há uma verdade a ser encontrada quando estudamos as paisagens linguísticas de um lugar. Acerca disso, referem-se Silverstein e Urban (1996) que a entextualização revela uma arquitetura de relações sociais e se torna a base para numerosas projeções metadiscursivas, produzindo uma imagem genérica de identidades fixas e categorias sociais (Silverstein; Urban, 1996, p. 14). Contudo, o controle da entextualização, nossa mobilidade nos contextos e acesso aos recursos semióticos, não são livres. Nem todas as pessoas possuem o mesmo tipo de acesso. Durante todo o momento, semiotizamos as nossas experiências, de modo que qualquer produção de sentido é uma ilusão, isto é, a projeção de uma perspectiva, uma forma de imaginar uma experiência.

Fabrizio (2012) reflete sobre a luta “pelo domínio dos processos de contextualização” e seu potencial analítico ímpar na compreensão da mudança social. A autora analisa como a interação entre condições emergentes de uso e condições históricas mais duradouras expande as compreensões convencionais de contexto e contextualização em direção ao dialogismo dinâmico, e conclui que o foco nas interações local-translocais não são uma suposta cooperação, visto que desenvolvemos sistemas distintos de contextualização ao longo dos processos de socialização em conformidade com as nossas participações em diversas comunidades. Assim, a convergência de repertórios não pode ser pressuposta, e é a partir da fricção que compreendemos o que se passa no encontro e diálogo de diferentes mundos de contextualização. Dessa forma, os contextos seriam o resultado do contato de práticas interpretativas díspares, ou seja, fenômenos realizados, que não são pré-dados por um indivíduo, são antes gerados intersubjetivamente pela projeção simultânea de repertórios de contextualização.

Esse aspecto, segundo a autora, é o que leva alguns teóricos a abordar o dialogismo como desgaste generalizado e lutas de poder sobre a contextualização. Assim, recupera a discussão de Blommaert (2005) acerca das relações texto-contexto, em que destaca que os

textos, enquanto discursos entextualizados, seguem trajetórias de desigualdade, uma vez que o acesso dos participantes aos recursos semióticos e às práticas de (re)contextualização é distribuído de forma desigual na sociedade. Dessa forma, os recursos em uso entram em uma ordem de hierarquização que ditam os sistemas de sinalização adequados e válidos em situações comunicativas e impedem o acesso ao contexto àqueles que carecem dos recursos de entextualização esperados. Isso acaba por definir quem serão os mestres do significado e qual contexto prevalecerá (Fabrício, 2012, p.6).

Descontextualizar e recontextualizar um texto é um ato de controle, e a questão do poder social emerge como resultado do exercício diferencial de tal controle (Bauman; Briggs, 2006, p. 211). Elementos socioculturalmente construídos e sustentados por ideologias – passíveis de variação transcultural – fornecem acesso, legitimidade e valores diferenciais a textos. Esses elementos podem estar sujeitos a negociação como parte de um processo de entextualização, o que possibilita os transcontextos a serem considerados espaços onde assimetrias são estabelecidas e os significados contestados e disputados, dessa forma, sendo o poder exercido. Assim, discursos entextualizados podem levar a algum nível de desarticulação e transgressão, porém imprevisível.

Há quatro fatores centrais para a construção e aquisição da autoridade – acesso, legitimidade, competência e valores. O acesso depende de estruturas institucionais, definições sociais de elegibilidade e outros mecanismos e critérios de inclusão e exclusão; a legitimidade refere-se à concessão da autoridade para a apropriação de um texto de modo que este recentramento conte como legítimo; a competência o conhecimento, e a habilidade para levar a cabo, com sucesso e apropriadamente, descontextualizações e recontextualizações de discursos encenados; os valores organizam os estatutos relativos dos textos e seus usos em uma hierarquia de preferências (Bauman; Briggs, 2006, p. 212). Dessa forma, textos podem ser valorizados por seus possíveis usos, pelo que pode ser obtido por eles ou por sua referência indicial a qualidades ou estados desejados.

2.2 A cidade como direito

Henri Lefebvre, em *O Direito à Cidade* (1968), faz uma análise detalhada da conexão entre cidade, sociedade e capitalismo, argumentando que a cidade deve ser considerada um direito básico de todos os cidadãos. Direito esse que transcende o acesso a produtos e serviços, passando a englobar a capacidade de modificar o espaço urbano e de ter um papel ativo em sua

formação e apropriação, isto é, abrange o acesso à vida urbana em sua plenitude, incluindo serviços, lazer, cultura e participação nas decisões que moldam o ambiente urbano. Esse é um direito coletivo, que se opõe à privatização e à mercantilização da cidade.

Lefebvre defende que a cidade vai além de um conjunto físico de construções e vias, sendo um produto social formado pelas relações de poder, produção e cultura. Sua tese é que, sob o capitalismo, a cidade se transformou em um produto, dando mais importância ao valor de troca do que ao valor de uso, resultando em exclusão social e alienação (Lefebvre, 2008, p. 10). Assim, a espinha dorsal do pensamento desenvolvido por Lefebvre reside na crítica incisiva à produção e apropriação do espaço urbano sob a égide do capitalismo e na ideia de que a cidade, sendo uma criação social, deve primar pela realização humana em sua totalidade, satisfazendo tanto as necessidades coletivas quanto as individuais. No entanto, como o que se observa é o oposto: um cenário de reprodução de desigualdades, o autor propõe que a cidade, ao invés de um mero palco para o acúmulo de capital, torne-se o *locus* da vida urbana plena e da democracia renovada.

O “direito à cidade” é fundamentalmente o direito de todos os cidadãos de se envolverem na criação e administração do espaço urbano. Nesse sentido, a cidade deveria ser um local de interação, liberdade e criatividade, onde os indivíduos pudessem viver de forma plena. O modelo de urbanização capitalista que vivemos, orientado pela lógica do acúmulo de capital, entretanto, inverte essa perspectiva, convertendo a cidade em um espaço de consumo, exclusão e controle, que cultua a priorização do valor de troca em detrimento do valor de uso do espaço urbano, o que inevitavelmente resulta em segregação, desigualdade e desumanização da cidade.

O processo de industrialização é importante fator que impulsionou as transformações sociais e urbanas. A cidade, sob a lógica industrial, é vista como um espaço de produção e consumo, onde o trabalho e a vida são fragmentados. O autor aponta para a segregação socioespacial como uma das principais manifestações da injustiça urbana. Os grupos sociais são separados em diferentes áreas da cidade, de acordo com sua renda e classe social, refletindo e reforçando as desigualdades sociais. Mas esse tipo de segregação urbana não é vista como um fenômeno natural ou acidental, mas como uma consequência direta da luta de classes, que se manifesta espacialmente, através da separação dos grupos sociais em diferentes áreas da cidade, de acordo com sua posição social e econômica. Essa separação não é apenas física, mas também social, cultural e simbólica, produzindo e reproduzindo as desigualdades. Nessa perspectiva, a obra explora a crise urbana através de três períodos: destruição da cidade tradicional, expansão

da sociedade urbana (mesmo mutilada) e a tentativa de restituir a centralidade, questionando a relação entre valor de uso e valor de troca como motor do conflito.

Ainda à luz de Lefebvre, considero a segregação espacial como uma estratégia de classe utilizada pelas classes dominantes para manter seu poder e privilégios. Tanto o Estado quanto as empresas desempenham um papel importante na produção da segregação (Lefebvre, 2008, p. 102). O Estado, através de políticas urbanas de organização da paisagem que favorecem certos grupos em detrimento de outros, e as empresas, através da produção de espaços que atendem às necessidades das classes dominantes, contribuem para a fragmentação da cidade. O planejamento urbano, muitas vezes realizado por técnicos e especialistas como em Volta Redonda, sem a participação da população, pode criar espaços segregados que atendem às necessidades de poucos e excluem a maioria. Como vimos na explanação histórica da cidade, o planejamento da paisagem foi concebido de forma funcional e fragmentada, com pouca consideração para as necessidades sociais e culturais dos diferentes grupos.

Sob o capitalismo, a produção social da cidade é distorcida por uma lógica que transforma o espaço urbano em um bem de consumo, no qual o potencial de lucro que um espaço pode gerar se sobrepõe à utilidade que a cidade deveria ter para seus habitantes. Se para Lefebvre a cidade é, antes de tudo, construída ao longo do tempo pelas interações humanas, pelos processos econômicos e pelas dinâmicas de poder que moldam sua estrutura, ela deve ser resgatada como um direito coletivo, acessível a todos aqueles que nela vivem, para além de acesso à moradia ou oferta de serviços públicos, passando também ao direito de transformar e ser transformado pela cidade, participar ativamente de sua construção e redefinir seu significado. Compreendo assim como um chamado à ação para que os moradores reivindiquem seu espaço e desconstruam a ideia de que a cidade capitalista é um modelo natural e inevitável, resgatando a noção de cidade como obra coletiva – espaço dinâmico e vivo que reflete as experiências, culturas e histórias daqueles que o habitam.

Lefebvre propõe uma nova estratégia urbana, baseada numa compreensão dialética da industrialização e urbanização, visando a construção de uma sociedade urbana onde o valor de uso prevaleça, superando a lógica da mercadoria e restaurando o direito à cidade como direito fundamental. Em sua visão, para que uma verdadeira mudança social aconteça, é necessário repensar radicalmente a maneira como a cidade é planejada e vivenciada, promovendo uma revolução urbana que devolva aos cidadãos o poder de decidir sobre seu próprio território.

Pensar a cidade como obra, em contraste com a ideia da cidade como mercadoria, nos leva a perceber que enquanto o primeiro conceito representa um espaço vivo, construído pelas

relações sociais e pela diversidade cultural de seus habitantes, o segundo é um espaço formatado para a acumulação de capital, onde o solo urbano é explorado como um ativo financeiro. Esse processo de mercantilização transforma o que deveria ser uma paisagem de encontro e troca em um espaço altamente segregado, onde os direitos à moradia, ao lazer e à convivência passam a depender do poder de compra de cada indivíduo.

A relação entre espaço e tempo na cidade moderna é também mencionada por Lefebvre ao argumentar que o capitalismo não apenas molda a organização espacial das cidades, mas também impõe um ritmo de vida estruturado em torno da produção e do consumo. Os horários de trabalho, a disponibilidade de transporte e até mesmo os momentos de lazer são condicionados pela lógica do mercado, deixando pouco espaço para uma vivência espontânea e criativa da cidade. Esse modelo restringe as possibilidades de interação social e reforça a alienação dos indivíduos, que passam a enxergar a cidade não como um ambiente a ser explorado e apropriado, mas como um local onde se deslocam mecanicamente de um ponto a outro para cumprir suas obrigações diárias.

Como desdobramento desse processo ocorre a mercantilização da vida cotidiana, denunciada por Lefebvre, como a crescente privatização dos espaços urbanos. Locais que antes eram públicos e acessíveis passam a ser dominados por interesses privados, transformando-se em centros de consumo. Esse fenômeno é evidente na cidade de Volta Redonda que foi formada basicamente por uma lógica industrial e corporativa, com seus espaços públicos projetados, como a Praça Brasil, em prol de uma empresa e com a organização dos primeiros bairros da cidade em benefício de seus interesses. Em decorrência disso, a paisagem se torna em um campo de luta de classes, onde as desigualdades sociais se manifestam de maneira concreta, e a segregação urbana não é apenas uma consequência econômica do capitalismo, mas um instrumento de dominação que mantém determinadas classes sociais afastadas dos centros de decisão e das oportunidades que a cidade poderia oferecer.

Compreender essa dinâmica urbana das paisagens como palcos das disputas políticas e sociais do mundo contemporâneo é essencial para questionar as desigualdades estruturais e propor novas formas de organização social. As análises que empregam uma abordagem fragmentada ou meramente técnica para estudar a cidade falham em capturar a totalidade do fenômeno urbano, que é intrinsecamente complexo e interconectado. Por isso, neste estudo que desenvolvo sobre Volta Redonda busco relações e interações entre diferentes aspectos da vida urbana, como forma, função e significado. Defendendo, conforme Lefebvre, que um estudo verdadeiramente crítico não pode ignorar como aspectos físicos se entrelaçam com práticas

sociais e culturais. Além de conceber a cidade como um espaço de possibilidades onde novas formas de vida e resistência podem emergir, o que implica que a cidade pode ser continuamente recriada e reinventada por seus habitantes, que têm o poder de desafiar e transformar as estruturas existentes.

Na teoria lefebvriana, é depositada grande esperança na classe operária como agente transformador da cidade – classe que possui intrinsecamente o sentido da obra, mesmo que esse sentido tenha se perdido historicamente. Acredito que essa visão pode negligenciar outras formas de resistência e transformação social. Voltando nosso olhar a Volta Redonda, no cenário atual, a iniciativa motivada pelo ativismo ambiental da população tem buscado transformações significativas na paisagem, confrontando a indústria e denunciando seu impacto nefasto na cidade. E, como a obra se concentra na realidade urbana europeia, há pouca consideração sobre as especificidades de outros contextos geográficos e culturais, de modo que a perspectiva eurocêntrica pode limitar a abrangência da análise.

Com o objetivo de aprofundar o conceito do “direito à cidade” proposto por Henri Lefebvre, David Harvey (2014) retoma e aprofunda o tema colocando as lutas anticapitalistas no cerne do debate, destacando a relevância das cidades e, desta vez, o potencial revolucionário de outras formas de vida urbana, como “lampejos de esperança e luz ao redor do mundo” (Harvey, 2014, p. 276). O autor reconhece que a luta pelo direito à cidade é uma luta complexa e multifacetada, que exige alianças entre diferentes grupos e escalas de ação (p. 160). Isso expande a amplitude de suas contribuições sobre os movimentos sociais urbanos e estabelece seu pensamento como referência para outras áreas tanto das ciências sociais quanto arquitetura e geografia.

Harvey busca mostrar que os movimentos sociais urbanos, ao reivindicarem o direito à cidade, confrontam o poder do capital e propõem vias de emancipação, já que “a liberdade de fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos é um dos mais preciosos e negligenciados de nossos direitos humanos” (Harvey, 2014, p. 23). Assim, organiza seu estudo em torno da crítica à urbanização capitalista, da análise dos movimentos sociais urbanos e a defesa do direito à cidade como um conceito político e revolucionário.

O capitalismo transforma o espaço urbano em uma mercadoria, priorizando o valor de troca em detrimento do valor de uso, descrevendo esse processo como uma “acumulação por despossessão” (Harvey, 2014, p. 73), no qual bens públicos são privatizados, e populações vulneráveis são retiradas de suas comunidades para dar lugar a projetos de desenvolvimento lucrativos. Como em Nova York, lugar em que as políticas urbanas favorecem investidores e

corporações ao invés de moradores de baixa renda, e como o Brooklyn e o Harlem, outrora comunidades de classe trabalhadora, foram transformadas por processos de gentrificação que expulsaram os moradores originais e destruíram tecidos sociais consolidados. Nesses casos, os benefícios de revitalização urbana são privatizados por uma elite, enquanto os custos sociais são arcados pelas comunidades locais que a política de revivalismo urbano expulsa dos bairros por força da alteração no grau de carência e oferta de aluguel. Sobre isso, Harvey argumenta que “a cidade neoliberal é um espaço de exclusão, onde os ricos se isolam em enclaves fortificados e os pobres são relegados a periferias precárias” (Harvey, 2014, p. 89).

Em seus estudos, contudo, são enfatizados como os movimentos sociais acontecem na prática, como o movimento *Occupy Wall Street*, que em 2011 ocupou o *Zuccotti Park* em Nova York para protestar contra a desigualdade econômica e a financeirização da vida urbana. Harvey destaca como “as cidades são o palco onde se desenrolam as lutas por justiça social e democracia” (Harvey, 2014, p. 137), enfatizando que a resistência urbana é uma resposta direta às injustiças espaciais e econômicas.

A urbanização, sob a lógica capitalista é um processo profundamente contraditório: se por um lado as cidades são espaços de acumulação de riqueza e poder, onde o capital se reproduz e expande; por outro, são também locais de resistência e insurgência, onde os cidadãos lutam por justiça, democracia e o direito de moldar seus próprios espaços de vida. Compreendendo isso, compartilho o pensamento de Harvey de que a liberdade de fazer e refazer nossas cidades também é a liberdade de refazermos a nós, devendo a cidade ser um espaço de participação coletiva e transformação social, lugar de encontro, de trocas culturais e de realização humana.

2.3 Discursos de esperança

Estudos sobre performatividades (Moita Lopes, 2020; Wetherell, 2014) que têm chamado a atenção para processos de semiotização que remetem noções de desejo a projeções de escala, também vêm apresentando reflexões acerca da noção de afeto. Wetherell (2014) critica a classificação psicológica do afeto que, baseada na neurociência e psicobiologia, presume um conjunto pré-organizado de programas de afeto inatos. Posicionamentos seletivos, discursos sobre preferências do que/quem se gosta ou não gosta, são vistos muitas vezes como uma questão individual, e não social, justificadas como opiniões naturais e inatas ao sujeito.

Entretanto, nossos afetos são definidos através de repertórios sociais, a partir daquilo o que somos expostos e temos contato socio-historicamente, isto é, o afeto é produzido pelos efeitos dos discursos nos quais fomos subjetivados.

A partir disso, tomo a esperança conforme a definiu Bloch (1996) como um afeto e um princípio de explicação, capaz de tornar as pessoas mais amplas em vez de confiná-las, numa prática coletiva, e não individualizada; e o pensar como uma forma de agir, já que pensar significa se aventurar além (Bloch, 1996, p. 5). Assim como evoco a perspectiva de Avramopoulou (2017) de que a esperança é um afeto performativo de papel crucial em fornecer maneiras de abordar realidades complexas de sujeitos expostos e definidos pela experiência de violência (p. 278). A esperança é uma prática semiótica que depende dos repertórios de signos aos quais estamos expostos e temos, ou não, acesso. Compreender a esperança como um afeto performativo, em vez de uma intensidade inarticulada, segundo a autora, significa levar em consideração as histórias e a política dos lugares que se tenta abordar.

Sobre a sociolinguística da esperança, Silva e Lee (2020, 2024), ao analisarem a sobrevivência à incerteza, precariedade ou violência baseada nos arranjos econômicos e políticos desiguais da globalização, reimaginam os recursos sociolinguísticos, em importantes reflexões, no discurso da vereadora Marielle Franco e seus enlutados (num movimento que não cede ao desespero), que apontam para o “enregistramento da esperança”. Os autores afirmam que tais registros, como prática performativa, escalam a fala burocrática em registros locais. Assim, direcionam-se para o que chamam “sociolinguística da esperança”, apresentando uma visão de como a temporalidade é reorientada, os registros são recalibrados e as práticas habituais são fractalizadas em domínios mais amplos (Silva; Lee, 2020, p. 4).

Dessa forma, pode se manifestar em estratégias empreendidas no terreno da linguagem para reparar o passado e, com base nisso, avançar para futuros mais equitativos e mais pacíficos. Além disso, os estudos sobre a esperança na sociolinguística podem apontar para outras formas inventivas de sobreviver às atuais condições de precarização, violência e desigualdade (Silva; Lee, 2020, p. 17).

Mais atualmente, os autores exploram, de forma ainda mais minuciosa, como a linguagem pode ser uma ferramenta poderosa para gerar esperança em comunidades marginalizadas, argumentando que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma forma de ação social que pode desafiar estruturas de poder, resistir à opressão e construir futuros mais justos e equitativos. Silva e Lee (2024) baseiam-se em uma compreensão da linguagem como uma prática socialmente situada e ideologicamente carregada, o que

significa que uma linguagem não é neutra, mas reflete e molda as relações de poder, as desigualdades sociais e as visões de mundo existentes em uma sociedade. Sob esse prisma, desafiam a visão da esperança como um sentimento passivo ou uma mera expectativa de um futuro melhor, concebendo-a como uma prática ativa, enraizada na ação social e na luta por justiça.

Destacam o papel do “papo reto” – uma forma direta e assertiva de comunicação – além do trabalho do Coletivo Papo Reto – um grupo de ativistas de mídia social que utiliza o “papo reto” para delatar a violência policial, documentar violações de direitos humanos e mobilizar a comunidade em torno de causas sociais – como uma ferramenta crucial para os moradores das favelas denunciarem a injustiça e articular suas próprias visões de futuro. Assim, a escala da esperança (Silva; Lee, 2024) dialoga com o conceito de “esperança educada” de Bloch ao enfatizar a importância da ação social, da educação e da organização coletiva para transformar a realidade. Assim como Bloch argumentava que a esperança se concretiza através da ação, os autores demonstram como as práticas linguísticas e o ativismo social podem escalar a esperança, levando-a do nível individual para o nível social e promovendo mudanças estruturais.

Historicamente aquele que possui voz, liberdade de fala e ação é assim definido por produções epistêmico-coloniais, evidenciando narrativas de raça, gênero e sexualidade. Há, contudo, a convivência com narrativas silenciadas, fato que estabelece a disputa pelo dizível Kiffer e Giorgi (2019). Dessa forma, é possível perceber como essas instalações enfocam a centralidade do ódio como afeto político nas democracias, a partir de vozes em fricção, que estão, inevitavelmente, imersas em seus regimes e mazelas históricas. Pensar o ódio político é fazer uma arqueologia do presente: um olhar hesitante e precário sobre processos em formação em torno das regras do dizível e do inteligível, nas quais se traçam novas posições de sujeito/enunciação e redistribuições do público (Kiffer; Giorgi, 2019, p. 91).

Segundo os autores, as forças do capital, assim como o ódio restaurador, atuam como força de negação e desligamento, seja pelo consumo, seja pela eliminação do pensamento político divergente. Fundamentalmente, o desligamento atua por meio da escrita hegemônica referendada nos livros, jornais, imprensa, na reafirmação dos já conhecidos lugares de fala, nos privilégios eternamente reproduzidos. As forças de separação, diferentemente, atuam pelas bordas, pelas escritas precárias, pelos gritos informes, manifestações, redes sociais digitais, panfletos, gestos e corpos marginais.

Assim, a separação pela resistência pretende instituir os lugares de reconhecimento a partir dos quais é possível entrar em relação com o outro, e não sua negação. É nesse sentido que, conforme Kiffer, a arte também opera fortemente, os “sistemas vivos de inscrição – artísticos, literários, arquivísticos, orais, corporais, entre outros, estão hoje no cerne da proposição e do fomento de novas imaginações políticas” (Kiffer; Giorgi, 2019, p. 67).

Nesta pesquisa, penso os textos – ou entextualizações – dos protestos transgressivos nas cidades e sua relação de oposição às problemáticas locais como vozes em fricção, que estão radicalmente entranhadas em suas chagas históricas. São, assim, respostas ao abandono e desigualdades que constituem o espaço analisado.

É importante mencionar a distinção que compreendo entre resistência e esperança nesta pesquisa. Registros de esperança são principalmente sobre a projeção de futuros alternativos e a possibilidade de transformação, os quais envolvem a imaginação de um mundo diferente, onde as condições de injustiça, desigualdade e opressão possam ser superadas. Esses registros são essencialmente visionários, expressando aspirações e desejos de mudança, possuindo caráter positivo e propositivo. Embora reconheçam as dificuldades do presente, há preocupação em articular possibilidades e caminhos futuros, dessa forma, alimentam o otimismo e a crença na capacidade humana de promover mudanças. Enquanto registros ou atos de resistência estão mais diretamente relacionados ao ato de se opor, confrontar e desafiar forças opressoras. Eles são manifestações de recusa em aceitar as condições impostas, buscando expor injustiças e combater diretamente as estruturas de poder que perpetuam a opressão, logo tendem a ter uma qualidade mais imediata e urgente, respondendo diretamente a situações de injustiça e opressão que estão acontecendo no presente. Embora tenham diferenças, os registros de esperança e resistência frequentemente se sobrepõem e se complementam: a resistência muitas vezes cria as condições necessárias para a esperança, visto que ao resistir à opressão, grupos e indivíduos mantêm viva a possibilidade de transformação futura, ao passo que a esperança pode ser o que motiva a resistência contra o *status quo*.

Relacionando ao objeto analítico desta tese, a paisagem linguística de Volta Redonda, pode ser um passo importante na prática da esperança, pois denuncia as mazelas locais, contribui para a conscientização da sociedade sobre as desigualdades e injustiças em uma luta constante por seus direitos.

3 ESCUTAS EM TRÂNSITO: PAISAGENS INSUBMISSAS

“Na rua não peço licença”.
(Pichação em Volta Redonda, 2022)

A cidade não é apenas um espaço físico delimitado por ruas, bairros e edificações; é, sobretudo, uma construção social atravessada por disputas, memórias e silenciamentos. Este capítulo explora práticas que transformam a cidade em espaço de disputa simbólica, não apenas por meio da arte urbana marginal, como pichações e intervenções visuais, mas igualmente por meio de protestos e mobilizações populares. Nesse contexto, procuro compreender como diferentes formas de insurgência se materializam nas paisagens da cidade, rompendo com os discursos hegemônicos que pretendem silenciar vozes dissidentes.

A pichação, muitas vezes reduzida a ruído urbano, emerge aqui como linguagem de enfrentamento, como inscrição que desafia normas de circulação, visibilidade e pertencimento. Do mesmo modo, as manifestações populares, sejam passeatas, ocupações ou atos públicos, produzem seus próprios textos performativos, reorganizando a cidade como arena de conflito e reivindicação.

Nesse percurso, examino casos em lugares além de Volta Redonda e outras insurgências urbanas que fazem do corpo coletivo e da linguagem uma arma política. A cidade aqui é ouvida como um texto em disputa, onde múltiplos sujeitos escrevem, apagam e reinscrevem sentidos, resistindo à homogeneização do espaço urbano. Tais atos, gráficos ou performáticos, têm em comum a força de produzir presença: tornar visível aquilo que se queria esconder. São práticas que denunciam desigualdades, expõem feridas sociais e reclamam o direito de narrar a si e o lugar com outras vozes, outras gramáticas, outras estéticas. Neste capítulo, busco escutá-las.

As manifestações visuais em forma de pichação em muros, fachadas e monumentos alteram a paisagem à proporção que a integram. Tendo em vista a insistência de sua presença em ambientes públicos, é possível a constatação de uma necessidade de se comunicar, num movimento de entextualização, ainda que de maneira transgressora, uma vez que, no Brasil, a prática da pichação é considerada vandalismo e crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que estipula pena de detenção de 03 meses a 01 ano, e multa, para quem pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano.

A pichação possui registros históricos, já nas paredes de Pompeia, cidade destruída pela erupção do vulcão Vesúvio no ano 79, manteve-se oculta por 1600, as cinzas e lamas

protegeram as construções em que se encontram paredes com escritos sobre temas variados (Ramos, 1994). Com a popularização do aerossol, após a Segunda Guerra Mundial, a pichação ganha agilidade com a utilização do spray, amplamente utilizado na revolta estudantil de 1968 em Paris, dando início à pichação política, praticada também no Brasil no período da Ditadura Militar (Soares, 2018).

O surgimento do *graffiti* no Brasil ocorreu em São Paulo, quando artistas brasileiros criaram de maneira improvisada formas de expressão que foram atreladas ao movimento do hip-hop. Conforme explica Pennachin (2011), é importante ressaltar que a distinção entre *graffiti* e pichação nunca existiu fora do Brasil. Nos primeiros anos do *graffiti* novaiorquino, a cultura das *tags*, assinaturas rudimentares que apresentavam uma indiscutível semelhança com aquilo que no Brasil se convencionou denominar pichação, era o que predominava na cidade. Com o passar dos anos e a intensificação da disputa por visibilidade entre os escritores do *graffiti*, essas assinaturas foram evoluindo em termos de sofisticação estética. Assim, quando os escritores do *graffiti* começaram a utilizar mais cores e traços cada vez mais elaborados, abria-se o caminho para a aceitação de sua linguagem pelo circuito oficial da arte e também pela mídia e mercado.

No Brasil, o termo pichação é utilizado para denominar um tipo de *graffiti* marcado pela monocromia e fundamentado principalmente no desenho de letras e na assinatura de seus autores, chamados então de pichadores e dos grupos aos quais pertencem conhecidos como galeras, grifes, uniões ou famílias (Pennachin, 2011, p. 200).

A fim de exemplificar essas especificações, nas imagens a seguir é possível encontrar as duas modalidades – o *graffiti* compreendido como um *piece*, ou seja, um desenho – e a pichação na cidade de Volta Redonda.



Figura 11: Pichação no bairro Vila Santa Cecília, em Volta Redonda.



Figura 12: Grafite no centro de Volta Redonda.

Coelho (2015; 2019) reflete sobre a pichação, a partir do conceito do *xarpi* – expressão carioca que se refere ao ato de “pixar”, apresentando a escrita da palavra ao contrário – como um fenômeno escritural popular que exhibe esteticamente questões e tem nelas um material fértil para a compreensão dos “choques epistemológicos que ele dispara em nossa sociedade, herdeira dos regimes de verdade, portanto de leitura, da ocidentalidade burguesa, tendo, no nosso caso, a linguagem como campo de estudos para essa apreciação” (Coelho, 2019, p. 79).

O autor analisa a, por ele chamada, escrita piXadora ou escrita xarpi, apresentada como uma poética que rompe com as ordens da linguagem, para mover seus traços enigmáticos, justamente pois traçam-se ali letras que desenharam sua vontade de escapar das letras que desenharam (Coelho, 2019, p. 89). Numa escrita, então, que retorcendo seus traços para fazer da letra, vai da linguagem à coisa, sem deixar de ser ainda letra. Dessa forma, Coelho sugere a compreensão da escrita xarpi como aquela que faz um caminho imprevisto aos planos de progresso da escrita designativa – a escrita do enunciado acabado, onde tudo é desvelado – num processo em que a escrita piXadora pretende se libertar do mundo e das coisas, sem deixar de ser escrita, dando assim forma escritural a essa vontade de escapar da dinastia do sentido, na qual tentou-se conter toda potência poética do mundo (2019, p. 92). Em suma, o xarpi recupera o velamento como modo de operação de seu traço, trazendo à tona o velado.

Podemos dizer que nessa pichação, houve o movimento de enregistramento, o qual Agha (2003) definiu como processos pelos quais um repertório linguístico torna-se diferenciável dentro de uma língua como um registro de formas socialmente reconhecido

(Agha, 2003, p. 231). No enregistramento, signos linguísticos compõem variados modelos sociais de comportamento, o que acaba por originar estereótipos. Assim, indiciando o ilegal, a pichação é confrontada com a força dos registros autorizados, o que se torna um enfrentamento.

Em *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo* (2000), Caldeira aborda a relação entre a violência urbana, o sistema penitenciário e as formas de segregação social em São Paulo. Nesse contexto, discute como as pichações e grafites são manifestações artísticas e políticas que emergem nas periferias da cidade, e destaca que essas formas de expressão estão relacionadas ao desejo de visibilidade e à tentativa de registrar a presença e a identidade de grupos marginalizados. Ao ocupar fisicamente o espaço urbano, as pichações tornam-se uma forma de manifestação contestatória e uma tentativa de reivindicação de espaço, identidade e pertencimento.

Caldeira (2000) também argumenta que pichações e grafites podem ser interpretados como uma forma de reconstruir o espaço urbano, tornando-o mais humanizado e expressando as experiências e visões dos moradores das periferias. Essas manifestações são vistas como uma forma de resistência à violência urbana e à marginalização social enfrentada por essas comunidades. Análise que a autora aprofunda nos anos posteriores em que estuda a proliferação de grafites e *pichações* como algumas das transformações e tensões geradas em São Paulo por dois modos específicos e sobrepostos de intervenção: a produção de inscrições e o deslocamento pelo espaço urbano. Essas intervenções pressupõem a desigualdade e, portanto, a naturalizam. Elas privilegiam a agressividade e a transgressão como modos de articulação, ao mesmo tempo que recorrem à linguagem dos direitos e das liberdades, e ainda revelam um prazer genuíno na livre circulação pela cidade. Colocam em questão certo *modus vivendi*, mas não evocam alternativas reconhecidas, como as articuladas em termos de cidadania e igualdade.

Por tudo isso, essas práticas requerem uma nova concepção tanto do espaço público democrático, como do papel dos grupos subalternos na produção da cidade. Assim, a desigualdade social – característica das cidades brasileiras – é manifesta nas relações e espaços em configurações inusitadas (Caldeira, 2012), uma vez que a despeito da persistência da pobreza, registrou-se considerável melhoria na infraestrutura do espaço urbano em São Paulo, com reflexos diretos e positivos nas condições de vida nas periferias, ao passo que o aumento da criminalidade e violência gerou uma proliferação da “fala do crime”, o que articula preconceitos e torna a cidade cada vez mais segregada. Enquanto os moradores se recolhiam a espaços privados e modelados em busca de proteção construindo um novo indicador de status, os espaços públicos acabaram sendo relegados à condição de territórios abandonados,

percebidos como áreas de perigo. São Paulo, que era claramente segregada por grandes distâncias, destinando os mais abastados à região central, enquanto os mais pobres viviam nas periferias, e os espaços de sociabilidade e circulação distinguiam-se em função das classes.

Dessa forma, a saída do centro por grande parte das classes superiores reflete além do temor à criminalidade, o colapso do antigo *modus vivendi* que sustentava a segregação, garantia a relativa invisibilidade das camadas mais pobres, e a desatenção perante as profundas desigualdades sociais e espaciais. Graças à pichação, ao grafite e a outras formas de produção cultural, conforme a autora, jovens das periferias não só afirmam sua presença na cidade, como passam a dominar uma produção própria de signos no espaço urbano e as inúmeras formas de produção eletrônica e digital, utilizando tais recursos para denunciar a discriminação de que são alvo.

Assim como Caldeira analisa em São Paulo, tais vozes coexistem com várias outras maneiras de produzir a cidade em Volta Redonda, onde ocorre a identificação de uma injustiça social e a reivindicação do direito à cidade, na maioria das vezes relacionadas ao abandono sofrido pela mãe siderúrgica: novos atores urbanos expõem os limites de um *modus vivendi* a partir de suas intervenções e subvertem as regras de visibilidade e invisibilidade na cidade engendrada pelos muros e por oposições empresa-operários, afirmando-se marginais e transgressores numa decisão de falar – ou gritar – a partir dessa posição, rompem um consenso a respeito do que é comum e do que é o espaço público. Denunciando, dessa forma, um sistema de injustiça que caracteriza a cidade.

3.1 Não existe cor em SP

O documentário nacional “Pixo” (2009), dirigido por João Wainer e Roberto Oliveira retrata a pichação paulistana sob a perspectiva dos próprios pichadores, discutindo sua relação com a cidade, a polícia e a sociedade. Apresentando imagens reais de ação, depoimentos e a tensão entre arte, vandalismo e marginalidade, o filme explora a maneira como os pichadores pensam a sua prática e a sua relação com a cidade. “Museu é o prédio alto, a cidade toda é o museu”, fala comum entre os pichadores, que ressaltam a importância da invasão dos espaços sagrados, vistos como símbolos de poder, o que mostra que a pichação está além de rabiscos a tinta spray. A lógica é de que “se a cidade é nossa, tudo pode ser pichado”, incluindo lugares considerados intocáveis.



Figura 13: Imagem de documentário "Pixo" (2009).¹¹

O movimento intitulado “PiXação: Arte Ataque Protesto”, que tem como meta protestar contra a comercialização da arte de rua tem algumas de suas ações apresentadas no documentário. A primeira delas ocorreu em junho de 2008, foi liderada por Rafael Augustaitiz, o “Rafael Pixobomb”, estudante do último ano do curso de Artes Visuais do Centro Universitário de Belas Artes que, para garantir sua formatura como os demais estudantes da turma, precisaria apresentar uma obra de arte. Para o evento, três espaços foram reservados para a exposição desses trabalhos, que foram preenchidos por 36 obras de estudantes. Rafael, contudo, decidiu apresentar como trabalho de conclusão de curso “uma intervenção para discutir os limites da arte e o próprio conceito de arte”. Para isso, reuniu 40 pichadores com idades entre 15 e 25 anos para picharem juntos o prédio da faculdade, uma ação que, em dez minutos, foi contida pela polícia militar e acabou na prisão de alguns pichadores.



Figura 14: Centro Universitário de Belas Artes após a ação de pichadores.¹²

¹¹ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

¹² Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pixoartatack/4604749562/in/album-72157623930171729/lightbox/>

Rafael não pediu autorização ou emitiu aviso à direção da faculdade sobre o conteúdo de sua apresentação, pois, segundo ele, a pichação em sua essência não depende do aval de ninguém para acontecer. Após a apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso, Rafael foi reprovado e expulso da faculdade.

As atividades do movimento “PiXação: Arte Ataque Protesto”, contudo, não terminaram nessa ação. Em setembro de 2008, organizam uma nova invasão à Galeria Choque Cultural, no bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, e picharam as paredes, quadros e objetos em exposição, cerca de vinte obras de arte expostas no local. A galeria que era voltada à divulgação e venda de trabalhos como grafite e design gráfico, define-se como uma galeria de arte que valoriza as linguagens cotidianas usadas pelos mais jovens e propõe-se a apresentá-las de modo verdadeiro e original. Segundo o grupo, a ação foi um protesto pois consideram que o lugar não representa a cultura urbana, e seus criadores não fazem parte do movimento de rua.

No mês seguinte, em 26 de outubro de 2008, o grupo invadiu o prédio da 28ª Bienal de Artes de São Paulo e realizou diversas pichações. O alvo foi o segundo andar da exposição, que não possuía qualquer obra e procurava discutir o “vazio da arte”, atribuindo, inclusive, a alcunha de “Bienal do Vazio” ao evento. Essa ação foi agendada antecipadamente, os organizadores distribuíram convites e fizeram divulgação pela internet convocando os grupos para uma concentração antes do ataque. “Espancaremos na tinta a Bienal de arte, esse ano conhecida como Bienal do Vazio”, dizia o texto no convite:



Figura 15: Panfleto de convocação para a invasão à 28ª Bienal de São Paulo.¹³

¹³ Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pixoartatack/4604794370/in/album-72157623930292471/>

Apesar do esquema de segurança adotado pelos organizadores do evento, cerca de 40 pichadores entraram como visitantes na Bienal e ao chegarem ao segundo andar, iniciaram as pichações, chegando a serem aplaudidos por algumas pessoas presentes no local. Rapidamente a segurança fechou o prédio, porém vinte manifestantes conseguiram escapar antes disso, e os demais quebraram uma vidraça que ficaram retidos quebraram uma vidraça e fugiram, ficando apenas uma detida pela polícia, Caroline Pivetta, a “Carol Sustos”. A pichadora passou 50 dias na Penitenciária Feminina Sant’Ana, no Carandiru, depois de três dias no 36º Distrito Policial, localizado no bairro do Paraíso. Esse fato gerou várias manifestações e reativou a polêmica sobre o acesso à justiça pelos mais pobres. Ela só foi libertada em 19 de dezembro de 2008, por determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo.



Figura 16: Invasão de pichadores à Bienal da Arte, em 2008.¹⁴

Caroline Pivetta chegou a ser condenada a um regime semiaberto de quatro anos, por dano ao patrimônio histórico e formação de quadrilha, porém o caso prescreveu. Na Bienal seguinte, em 2010, os pichadores foram convidados a voltar à exposição. A pichação foi representada na Bienal de forma documental através de vídeos, fotos, e assinaturas de centenas de pichadores paulistanos. Pivetta recusou o convite e, após isso, trabalhou com o coletivo “Pixação SP” em produções em Berlim e em São Petersburgo, com produções expostas na Bienal de Berlim de 2012.

Transcrição do texto do panfleto: Attack Bienal. Nada do que suposto o natural, a simbólica e singular pixação paulistana, espancar na tinta, galerias e museus de arte, transcendendo “além do bem e do mal”, prestando seu papel aos “confortáveis”, contribuindo com a arte e com a humanidade. Progresso. Espancaremos na tinta a Bienal de arte, esse ano conhecida como Bienal do Vazio. Dia – 26/10/08 – Ponto de ônibus em frente o Detran. Horário: 18:00 horas. Submeteremos e ao mesmo tempo protestaremos, resgatemos frases pelo povo. Humanismo. Contamos com a presença de todos os Pixadores. Todos pela pixação!

¹⁴ Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pixoartatack/4604794512/in/album-72157623930292471/>

Com os acontecimentos de 2008, a maior controvérsia foi gerada em torno da prisão de Caroline Pivetta, por evidenciar a discussão acerca da pichação e sobre o que se buscava ao tentar inserí-la no campo da arte. O pronunciamento do então ministro da cultura Juca Ferreira que, em uma nota oficial, julgou desproporcional a prisão da jovem e classificou a pichação como manifestação cultural de regiões predominantemente periféricas:

Desde muito essas populações têm suas formas de expressão e de linguagem enquadradas como atos de violência e desrespeito, como foram as rodas de capoeira no passado, os bailes funks nos dias correntes, mas não podemos esquecer que a cultura toma caminhos que fogem do padrão estabelecido para expressarem conteúdos latentes nas formações sociais emergentes.¹⁵

Esse foi o primeiro momento em que um representante buscou estabelecer um diálogo com os pichadores e tentar entender, a partir de suas perspectivas, o que foi a invasão à Bienal. Foi a partir disso que os pichadores começaram a ser procurados como aqueles que também poderiam se pronunciar.

Ainda tendo a cidade de São Paulo como palco, o documentário de 2013 “Cidade Cinza”, dirigido por Marcelo Mesquita e Guilherme Valiengo, é uma produção brasileira que explora a relação entre a arte urbana, o espaço público e as políticas de controle e censura na cidade. O filme se concentra na cultura do grafite e da pichação, duas formas de expressão artística que ocupam as paredes e muros do lugar, e como essas práticas são recebidas pela sociedade e pelo poder público. Embora o grafite seja muitas vezes visto como uma forma de arte mais “aceitável” e valorizada, enquanto a pichação frequentemente associada ao vandalismo e à marginalidade, ambos são apresentados como manifestações culturais importantes, que refletem a realidade e os anseios de quem vive na periferia.

O documentário acompanha os artistas urbanos *Os Gêmeos* (Otávio e Gustavo Pandolfo) e *Nunca*, figuras icônicas da cena do grafite brasileiro e internacional. Além deles, o filme também dá voz a outros artistas e pichadores, mostrando suas motivações, desafios e visões sobre a arte urbana. O título “Cidade Cinza” faz referência à política de limpeza visual implementada pela prefeitura de São Paulo na gestão de Gilberto Kassab (2006-2012) em seu projeto “Cidade limpa”, que promoveu a pintura de cinza dos muros e fachadas, cobrindo grafites e pichações em nome de uma suposta “ordem urbana”. No ano de 2008, a gestão Kassab apagou “por engano” um imenso mural de 680 metros na confluência da Avenida 23 de Maio

¹⁵ Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/ministro-da-cultura-divulga-nota-sobre-prisao-de-jovem-por-pichacao-da-bienal-3603991>

com a Ligação Leste-Oeste. Lá estavam reunidos trabalhos de Os Gêmeos, Nina Pandolfo, Vitché, Herbert Baglion, entre outros nomes que fazem a história do grafite em São Paulo, o que gerou diversos questionamentos sobre a valorização da arte de rua e sobre o próprio conceito de arte. Nesse contexto, o documentário aborda a tensão entre arte urbana e as políticas públicas que buscam controlar ou apagar essas expressões, uma vez que a pintura cinza dos muros é vista como uma forma de apagamento cultural, uma tentativa de silenciar vozes que usam a cidade como suporte para suas mensagens e assim homogeneizar a cidade, apagando sua diversidade cultural e social.



Figura 17: Paineis repintados na Avenida 23 de Maio em São Paulo.¹⁶

Os murais criados por Os Gêmeos e Nunca são apresentados como obras que dialogam com a cidade e seus habitantes, trazendo cor e vida a áreas cinzentas e abandonadas. Ao utilizar a cidade como suporte para suas mensagens, questionam a ordem estabelecida e reivindicam o direito à expressão. Essas práticas são vistas como parte integrante da identidade cultural de São Paulo. Os pichadores, em particular, são retratados como indivíduos que buscam marcar seu lugar na cidade, muitas vezes em resposta à exclusão social e à falta de oportunidades, o que suscita uma importante discussão acerca das questões sociais por trás da arte de rua, como a desigualdade, a exclusão e a luta por visibilidade. Muitos grafiteiros e pichadores vêm de comunidades periféricas e usam a arte como uma forma de resistência e afirmação de identidade, dessa forma a criminalização da pichação pode ser questionada como um reflexo do preconceito de classe e uma visão elitista do espaço público.

¹⁶ Fonte da imagem: Documentário “Cidade Cinza”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XZIGW012FWU&t=268s>

A disputa pelo espaço em São Paulo não se limitou ao governo do prefeito Kassab concluído em 2013. Em 2017, com o início do mandato de João Doria, foi instaurado o programa higienista “Cidade Linda” com o objetivo de revitalizar áreas degradadas da cidade, o que incluiu a retirada de grafites de muros e de locais públicos, além de sugerir punições mais pesadas a grafiteiros e pichadores. A estes, João Doria declarou guerra abertamente, reconhecendo-os como “bandidos”, e, no dia 20 de fevereiro, sancionou uma nova lei que punia pichadores com multas que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, além de prever penalidade aos grafiteiros que pintassem sem autorização. Nesse programa, os painéis de grafite pintados em na 23 de Maio foram retirados, e o prefeito anunciou que a avenida teria apenas oito espaços determinados para os grafiteiros.

Por meio de grande debate em relação aos apagamentos de painéis de grafite na capital, discussões levaram à criação, em 2017, de um projeto com o objetivo de fortalecer e reconhecer a diversidade das ações de arte urbana, promovendo a disseminação dessa forma de expressão em todas as regiões da cidade. Assim foi criado o MAR, Museu de Arte de Rua, pela Prefeitura de São Paulo em parceria com as secretarias municipais de Cultura e Educação, visando aprimorar a vocação da cidade para a produção de arte urbana e ampliar seu impacto positivo na cultura e identidade de São Paulo. Com obras de diferentes artistas em suportes como grafite, estêncil e fotografia, em grandes dimensões, o MAR entrega para São Paulo painéis em prédios e muros espalhados pelas cinco macrorregiões da cidade, interferindo na paisagem da população da maior metrópole da América Latina. Grandes artistas renomados já passaram pelo projeto, deixando sua marca na cidade, e inscrições são abertas a artistas de todo o Brasil, com a condição de que as intervenções sejam realizadas no município de São Paulo.



Figura 18: MAR - Museu de Arte de Rua, em São Paulo.¹⁷

¹⁷ Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/museu-do-grafite-transforma-zona-norte-de-sao-paulo-18614147>

Após as ações da prefeitura que declarou guerra aos pichadores, ordenando o apagamento dos grafites em áreas públicas da cidade de São Paulo, o prefeito João Doria foi quem inaugurou a primeira ação do MAR na cidade, pintando um coração vermelho numa parede em evento no bairro do Tucuruvi, na Zona Norte, um dos cinco principais focos do projeto. Aos jornalistas, o ex-prefeito declarou na inauguração do projeto não haver guerra, mas sim disciplina, afirmou ainda apoio aos grafiteiros, frisando, contudo, que aos que “lamentavelmente” insistem na pichação haverá o rigor da lei.

Apesar do apoio ao movimento de arte de rua de São Paulo, a prefeitura da cidade foi criticada pela falta de diálogo com alguns coletivos de arte de rua, que viam o projeto como uma institucionalização da cena. Pichadores em geral veem o *pixo* como uma “antiarte” ou uma “arte da rua real”, em oposição ao grafite *glamourizado* ou à arte de galeria. Há uma rejeição à ideia de que a arte urbana precisa ser aprovada pelo sistema, como projetos do governo, museus ou patrocínios, visto que a essência da pichação despreza instituições que tentam domesticar a arte de rua.

De maneira análoga, em Volta Redonda, um grande painel, o Mural do Metalúrgico, foi pintado em 2005. A obra de grande extensão foi produzida na lateral de um edifício particular ao lado de um viaduto de grande circulação que liga os bairros Aterrado e Vila Santa Cecília. A imagem do mural faz uma referência à escultura do metalúrgico (Figura 17), situada na Praça Brasil da cidade. Nela é visto um escarfador, trabalhador dos altos-fornos, em sua posição e equipamentos de proteção.

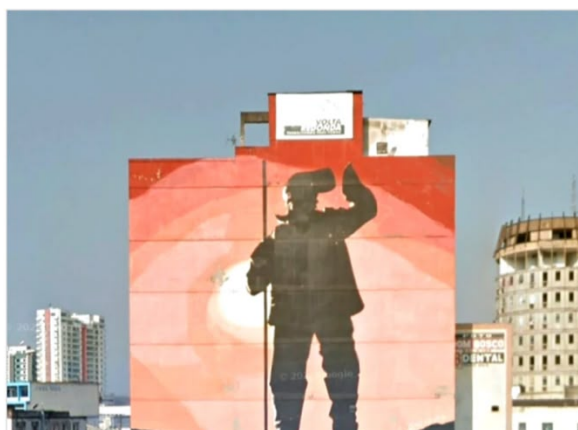


Figura 19: Mural do metalúrgico, em Volta Redonda (2005-2016)¹⁸

¹⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/07/09/moradores-fazem-abaixo-assinado-pela-renovacao-do-mural-do-metalurgico-em-volta-redonda.ghtml>

O fundo vermelho e laranja da imagem faz alusão ao fogo e a intensidade da produção do aço, com o trabalhador em uma posição que pode estar olhando para algum horizonte, ou ainda para algum futuro, protegendo sua visão com uma mão das mãos a frente da face. Tal imagem do metalúrgico remete a um momento histórico em que se entendia perfeitamente a importância e agressividade do trabalho na qual centenas de pessoas ao longo dos anos já perderam membros e até vidas.

De maneira distinta à arte de rua paulista, em Volta Redonda a referência ao metalúrgico cria a identidade peculiar da localidade. Longe da diversidade de uma capital, a cidade é representada pela figura de quem verdadeiramente a criou, o trabalhador. Neste lugar, as pichações e grafites não representam áreas extensas e grandiosamente elaboradas, e o mural do metalúrgico se destaca na paisagem por revelar a realidade industrial do lugar a partir da valorização do povo na imagem do operário.

A obra foi criada pela artista Dilma de Carvalho e esteve presente na paisagem do município durante 10 anos, quando, em 2016, foi apagada e substituída por uma pintura cinza, tal qual ocorrido em São Paulo. A história se repete também na cidade do aço. Desde então, alguns movimentos surgiram para tentar recuperar a pintura. Em 2021, moradores do município participaram de um abaixo-assinado para a renovação do mural, em que foi sugerida a pintura de uma releitura da obra, com a mesma imagem do trabalhador agora com cores diferentes para destacar sua resistência, já que seria um retorno. Com a divulgação da mídia, em diversos jornais e com a página do Instagram @vr_abandonada, a reivindicação ganhou repercussão.

Após uma década na paisagem de Volta Redonda, a pintura da artista Dilma de Carvalho na parede de um prédio no Aterrado foi apagada, hoje estando apenas com uma pintura cinza em seu lugar. A pintura, que rapidamente se tornou parte simbólica do município, gerou também um apreço emocional para parte da população, onde muitos demonstraram descontentamento com seu fim. Tais símbolos são cruciais para a identificação do povo com seu espaço, portanto, é preciso que haja investimento e preservação deste patrimônio.

Após o artista Victor Antônio ter publicado uma releitura da obra original em seu perfil nas redes sociais, da subsequente comoção e mobilização popular em torno da questão, viemos por meio deste solicitar a pintura daquele local, dessa vez com a arte renovada. Importante também ressaltar a importância da participação popular e transparência durante esse processo, para que seja algo que fique mais uma vez marcado para a cidade. Entendemos também a dificuldade por se tratar de um prédio privado, mas entendemos a força do interesse público e popular para a realização de tal obra.

Precisamos resgatar a nossa história, como operários, como artistas e como cidade, ao mesmo tempo criando um novo futuro.

(Texto do abaixo assinado)¹⁹

¹⁹ Fonte: <https://www.change.org/p/prefeitura-de-volta-redonda-pela-pintura-e-renovação-do-mural-do-metalúrgico>

O texto acima é do manifesto que reuniu 1.391 assinaturas de moradores em documento oficial, com ele e a adesão dos seguidores do perfil @vr_abandonada visibilizou-se o desejo dos moradores sobre a permanência da arte de rua no local. Após isso, os responsáveis pela página conseguiram, no mesmo ano, a permissão dos proprietários do prédio para realizar o grafite. Em seguida, em Volta Redonda, a partir de edital estadual para a realização de arte urbana, e num acordo com um produtor cultural da cidade, foi autorizada a realização de um novo mural do metalúrgico no mesmo prédio. No final do ano seguinte, o trabalho foi realizado pelo artista Marcelo Eco.



Figura 20: Novo mural do metalúrgico²⁰

A nova imagem que passou a compor a paisagem volta-redondense foi feita nas mesmas medidas que a anterior, contudo, na nova representação, a obra retrata o metalúrgico em estilo retrô, que utilizava a bicicleta como meio de transporte, ao fundo, a CSN. O mural busca representar o momento de pós-industrialização da cidade, em uma homenagem ao trabalhador de Volta Redonda, símbolo desse processo.

A iniciativa de deixar marcas na cidade com signos importantes de sua história, representando os sujeitos que a produziram é formuladora de significados quando realmente versa sobre a representação social. A imagem do metalúrgico em grande extensão retornando para a paisagem de Volta Redonda reforça a abordagem relacional entre sujeito e paisagem, rompendo com a visão dicotômica que separa o humano do ambiente (Ingold, 1993). Os

²⁰ Fonte: https://avozdacidade.com/wp/projeto-memorias-ancestrais-e-urbanas-presenteia-volta-redonda-com-arte-urbana/#google_vignette

moradores não apenas ocupam a cidade, mas a constituem por meio de suas práticas e percursos, e a paisagem, nesse sentido, é formada pelas trilhas, marcas e movimentos de seus habitantes, humanos e não humanos, sendo continuamente transformada ao longo do tempo. O sujeito se constitui na e pela paisagem, e esta é moldada pelas trajetórias e ações daqueles que nela vivem. A performance discursiva de um sujeito não se restringe ao instante de sua enunciação, mas se projeta em diferentes formas de publicização no tempo e espaço.

O mural do metalúrgico em Volta Redonda faz remissão direta a um passado recente e estimula a reflexão sobre nossas memórias individuais e coletivas na cidade. Como nos exemplos de arte de rua em outros lugares mencionados anteriormente, percebe-se que o direito à cidade não pode ser entendido como uma concessão ou uma dádiva atribuída por terceiros. Trata-se, antes, de um espaço discursivo conquistado por meio de um processo de negociação, no qual os interlocutores se legitimam mutuamente como sujeitos com competência argumentativa e autoridade para se expressar. Possuir voz não é ação que se constitui a partir de um privilégio concedido, mas como um reconhecimento recíproco no contexto do diálogo.

3.2 Crateras do capital: o silêncio afundado em Maceió

Nesta seção, o foco se desloca para a cidade de Maceió, onde o desastre socioambiental causado pela empresa Braskem abriu não apenas crateras no solo, mas também fendas profundas nas vidas e nas narrativas de milhares de pessoas. A partir do afundamento de bairros inteiros, como Mutange, Bebedouro, Pinheiro e Bom Parto, investigo como o silêncio institucional, a supressão da memória coletiva e a invisibilização das vozes atingidas operam como formas contemporâneas de violência simbólica e material.

Mais do que um caso isolado de degradação ambiental, o que se observa em Maceió é um projeto sistemático de silenciamento, em que o território afetado é deslegitimado, os sujeitos são removidos, e suas histórias, apagadas. A cidade, que já era marcada por desigualdades profundas, passa a conviver com uma ferida aberta, uma ausência imposta pelo capital e sustentada por discursos técnicos e jurídicos que naturalizam a exclusão.

Proponho aqui uma escuta atenta às ruínas deixadas pela mineração urbana. Em vez de apenas mapear os danos materiais, busco compreender como as narrativas dos moradores, suas intervenções visuais, cartazes, desabafos e silêncios forçados compõem uma paisagem linguística densa, marcada pela disputa por reconhecimento, justiça e memória. Trata-se, portanto, de escutar o que foi afundado, não apenas em termos geológicos, mas sobretudo em

termos simbólicos. A paisagem linguística que emerge desse contexto pulsa nos vazios, nas ausências e nas tentativas de reconstrução de pertencimento frente à lógica que transforma bairros inteiros em zonas de sacrifício.

A cidade de Maceió foi acometida por uma tragédia ocasionada por colapso de mina. O solo de uma área do município foi afetado devido à falta de sustentação causada por cavernas subterrâneas operadas pela Braskem, empresa petroquímica, para extração de sal-gema ao longo dos anos. O desastre ambiental ocorreu na área do bairro do Pinheiro, em Maceió, Alagoas, Brasil. A Braskem é uma empresa petroquímica brasileira e é responsável por atividades de mineração de sal-gema na região. Em 2018, foram registrados deslizamentos de terra e afundamentos de solo em várias áreas do bairro, causando danos em residências e na infraestrutura local. Após investigações, ficou constatado que as operações de mineração da Braskem causaram esses danos ambientais. A mineração enfraqueceu o subsolo, resultando em danos e afundamentos progressivos. Como resultado, muitas famílias tiveram que ser realocadas e casas foram condenadas devido aos riscos oferecidos pela instabilidade do solo.

O desastre trouxe sérias consequências socioambientais e econômicas para a região. Além dos danos às residências, houve impactos negativos na economia local, já que muitos estabelecimentos comerciais foram fechados e pessoas perderam seus empregos. A Braskem assumiu a responsabilidade pelos danos causados e se comprometeu a indenizar as famílias afetadas. A empresa também concordou em fechar as operações de mineração na região.

É importante destacar que a investigação sobre a extensão total dos danos ainda está em andamento, assim como as medidas de recuperação ambiental e compensação às vítimas. O desastre em Maceió foi um triste exemplo dos impactos negativos que podem ocorrer quando não são adotadas medidas adequadas de monitoramento e segurança em atividades industriais.

Pichações nos bairros acometidos pelo desastre mostra a insatisfação e revolta da população local em relação ao desastre ambiental causado pela empresa:

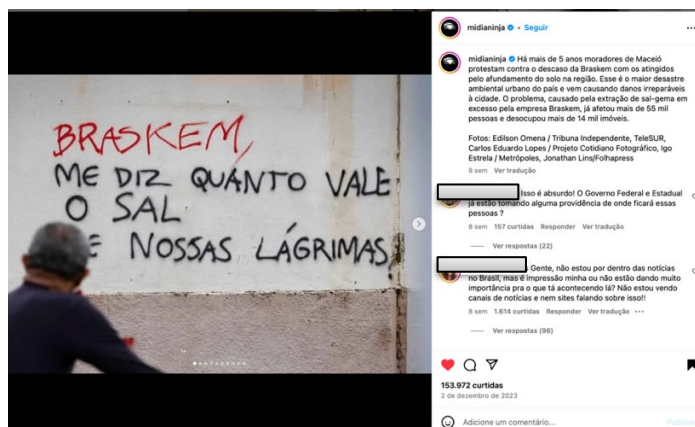


Figura 21: Captura de tela de @mídiaininja sobre Braskem.²¹

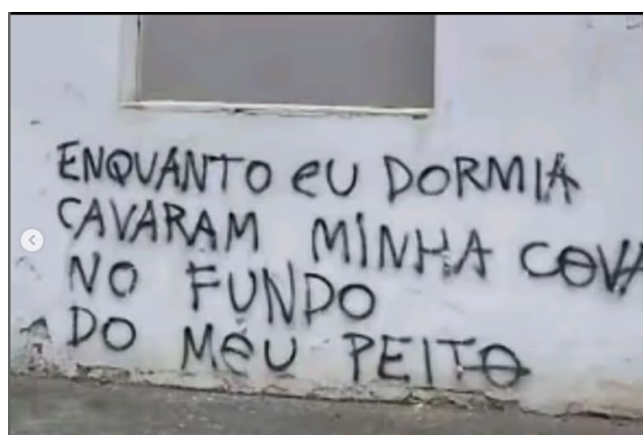


Figura 22: Pichação Braskem postada por @mídiaininja²²

A Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) corresponde a uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo a partir de uma lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos. As pichações fotografadas são aqui também uma forma de manifestação popular e podem expressar mensagens de indignação, protesto ou críticas às ações da empresa. Como forma de resistência e de cobrança por justiça ambiental, elas também são meio de chamar a atenção da sociedade e das autoridades para a situação, buscando pressionar por medidas de reparação e responsabilização da Braskem. As palavras e símbolos usados pelos pichadores servem para indexar uma resistência local e uma chamada à ação, refletindo preocupações ambientais e de justiça social que ressoam amplamente na comunidade afetada. Ao pichar mensagens e

²¹ Fonte: https://www.instagram.com/p/c0xqzu1vnz3/?img_index=1

²² Fonte: https://www.instagram.com/p/c0xqzu1vnz3/?img_index=1

protestos sobre a Braskem, reapropriam-se desse espaço para expressar suas preocupações e demonstrar sua insatisfação com os impactos ambientais causados pela empresa.

Certos discursos locais podem se conectar com questões globais, como o ambientalismo, ou serem amplificados para audiências maiores. No caso das pichações contra a Braskem, elas operam em uma escala local ao refletir as preocupações imediatas dos moradores de Maceió, mas também se conectam a escalas semióticas maiores ao ressoar com movimentos globais de justiça ambiental e contra o impacto das corporações multinacionais. Essas pichações são a voz local que comunica uma mensagem que pode ser compreendida por um público mais amplo, além das fronteiras locais.

De modo semelhante, a pichação em Volta Redonda mostrada abaixo foi o meio possível para que os moradores protestassem contra a destruição da lagoa do bairro Belvedere, que estava sendo aterrada pelos proprietários de um empreendimento imobiliário. A apropriação do muro é uma resposta à imposição empresarial que afetaria radicalmente a paisagem. Essa apropriação revela interesses opostos neste lugar cujas alterações submetidas não deixam de passar pela resistência e contestação daqueles que ali vivem, refletindo tensões sociais e desigualdades de poder, assim como contestam o domínio corporativo e reconfiguram o espaço público como um local de dissenso.



Figura 23: Pichação no bairro Jardim Belvedere, em Volta Redonda.

É importante mencionar que as pichações tendem a ocorrer em áreas urbanas historicamente marginalizadas, onde as desigualdades espaciais são evidentes. Esses espaços muitas vezes enfrentam carências em infraestrutura, serviços básicos e oportunidades. As pichações, nesse contexto, reivindicam visibilidade para esses problemas, respondendo às

narrativas dominantes. O deslocamento da pichação, prática *off-line*, para a esfera *on-line*, inclui novos atores ampliando somando forças na luta contra o crime socioambiental.

As pichações em Maceió que se posicionam contra a Braskem revelam um entrelaçamento intricado entre preocupações locais e discursos mais amplos. Essa manifestação, além de ser uma forma de contestação social, serve como uma janela para compreender como a linguagem e outras formas de comunicação visual são mobilizadas para desafiar estruturas de poder em contextos específicos. A linguística aplicada, nesse sentido, mostra-se fundamental para analisar e decodificar esses fenômenos. Práticas linguísticas estão imbricadas em questões sociais, políticas e culturais, e esse enquadramento teórico permite ver as pichações não apenas como atos de vandalismo, mas como discursos contestatórios que emergem de um contexto local específico e ressoam com movimentos e debates globais.

Em Maceió, onde a presença da Braskem tem gerado numerosas controvérsias, as pichações funcionam como uma forma de resistência popular. Elas espacializam as críticas e preocupações da comunidade de forma visível e inegável, transformando o espaço urbano em um palimpsesto de significados sociais e políticos. Esse fenômeno não é isolado; conectam-se com lutas ambientais e econômicas que ocorrem em diversas partes do mundo, revelando uma rede de solidariedade e resistência que transcende fronteiras geográficas, como vimos na pichação de Volta Redonda, alinhando-se ao que autores como Lefebvre (1968) apontam como apropriações do espaço pelo povo enquanto direito.

Essas manifestações compõem o que esta tese compreende como paisagens linguísticas insurgentes, capazes de tensionar o discurso hegemônico e evidenciar desigualdades históricas naturalizadas. Assim como em Volta Redonda, onde os muros ecoam denúncias e desejos de transformação social frente ao silenciamento imposto pelo poder local, em Maceió as inscrições populares desafiam a invisibilização institucional e inscrevem no território os traços da luta e da esperança. A análise crítica dessas vozes periféricas permite reposicionar o olhar sobre as cidades e seus conflitos, revelando que, mesmo em contextos de ruína e abandono, emergem narrativas potentes que ressignificam o espaço urbano como arena de disputa e reconstrução coletiva.

3.3 “We own this city”

Tendo em vista que o movimento de reivindicar a cidade por meio de interferências à paisagem não é exclusividade do Brasil, é válido observar alguns acontecimentos fora de nosso

território nacional a fim de analisarmos como essas práticas revelam e constroem e são construídas socio-historicamente.

O verão de 2013 testemunhou um marco significativo na história política da Turquia, quando um protesto local no Parque Gezi, em Istambul, rapidamente se transformou em uma revolta nacional. A origem do conflito residia na decisão da prefeitura de Istambul de demolir o parque para construir uma réplica de um quartel militar otomano, possivelmente com um *shopping center*. A brutalidade da resposta da polícia municipal, que incendiou barracas e usou força desproporcional contra manifestantes pacíficos, inflamou os ânimos. As imagens dessa repressão se espalharam rapidamente nas redes sociais, mobilizando milhares de pessoas enfurecidas pela cidade e, eventualmente, por todo o país.

Seloni & Sarfati (2017) estudam como o uso inovador da arte de rua, do grafite e pichação durante os protestos no Parque Gezi, em 2013, trouxe uma transformação significativa à paisagem linguística da Turquia. A análise desse fenômeno a partir de uma perspectiva sociolinguística e política revela como a língua escrita pode ser uma poderosa ferramenta de resistência e mobilização social.

Durante quinze dias, os manifestantes se organizaram e estabeleceram a comuna de Gezi, um espaço autônomo com biblioteca, creche, clínica e comícios espontâneos. Esse evento não apenas simbolizou a resistência contra um projeto específico, mas também se tornou um canal para expressar várias insatisfações sociais e políticas. O movimento conseguiu unir uma gama diversificada de grupos, incluindo ambientalistas, curdos, feministas, muçulmanos anticapitalistas, entre outros. Tal diversidade revelou a complexidade das demandas e a multiplicidade de vozes presentes, que iam além de um simples confronto entre secularistas e islâmicos.

As demandas dos manifestantes, conforme Seloni e Sarfati (2017) podem ser agrupadas em três grandes temas. Primeiro, o direito à cidade, refletindo uma oposição às políticas neoliberais que ameaçavam espaços verdes e promoviam a gentrificação. O segundo tema era o excesso de poder do Estado, manifestado no autoritarismo do governo e na brutalidade policial. Por fim, havia uma demanda por liberdade individual, com preocupações sobre práticas sexistas, homofóbicas e moralistas.

As pichações e cartazes políticos se destacaram como métodos de contestação, utilizando humor e sátira para desafiar a hegemonia governamental e criar novas identidades e solidariedades. Estudando esses textos através da Paisagem Linguística, podemos compreender melhor a expressão das identidades dos manifestantes, sua aceitação pela autoridade e sua

relação renovada com a cidade. Tornaram-se meios de expressão e comunicação alternativa, oferecendo contranarrativas ao discurso dominante do governo. A arte de rua, pichações e grafites serviram como veículos visuais e verbais poderosos, capazes de transmitir sentimentos de resistência, solidariedade e crítica em relação às políticas vigentes.

A paisagem linguística, composta pelas diversas inscrições e imagens presentes nos espaços urbanos, foi substancialmente modificada pelos protestos. As pichações serviram também para desafiar e questionar a autoridade estabelecida, tornando-se um reflexo das tensões sociais e políticas da época. Nesse exemplo, mais uma vez, a indexicalidade, a maneira como os elementos linguísticos apontam para contextos sociais mais amplos, desempenhou um papel crucial nesse processo. Frases, palavras e imagens grafitadas não eram meros ornamentos, mas, sim, símbolos carregados de significados profundos que ecoavam as preocupações e aspirações dos manifestantes. Elas funcionavam como índices que remetesse a situações de injustiça, à repressão governamental e à urgência de mudanças, e agiram como catalisadores de mobilização, ao criar espaços de diálogo e reflexão coletiva, incentivando a participação ativa dos cidadãos. A linguagem escrita nesses contextos tornou-se uma forma de resistência performativa, capaz de engajar emocionalmente e intelectualmente os passantes. Ao desafiar as narrativas oficiais, as pichações ajudaram a construir uma nova identidade política e social, promovendo um senso de comunidade e ação compartilhada.



Figura 24: Pichação “We own this city”²³

A inscrição *We own this city* ressoa como um potente ato de reivindicação territorial e identitária frente aos processos de expropriação simbólica e material vivenciados por sujeitos marginalizados nas grandes cidades contemporâneas. Em consonância com o conceito de direito à cidade (Lefebvre, 1968), essa pichação evidencia uma apropriação do espaço urbano

²³ Tradução nossa: “Nós somos os donos desta cidade”.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/manyetikbant/8935507407/in/set-72157633899713011>

que transcende a mera ocupação física, configurando-se como um gesto político e performático que clama por pertencimento e visibilidade.

Ao declarar que “nós somos os donos desta cidade”, o enunciado não apenas tensiona as dinâmicas de poder que regulam quem pode ou não estar, circular e se expressar em determinados territórios, como também desloca a centralidade da cidade enquanto produto do capital para reposicioná-la como obra coletiva. Trata-se, portanto, de uma contestação direta à lógica neoliberal de urbanismo, que transforma o espaço urbano em mercadoria e nega o acesso pleno à cidade àqueles que não correspondem ao padrão dominante de consumo e comportamento.

O estudo desses fenômenos demonstra como as linguagens produzidas durante os protestos sociais têm o poder de fornecer contranarrativas que não apenas contestam o *status quo*, mas também ajudam a fomentar um espaço público mais democrático e participativo.

O direito à cidade é uma demanda urgente e vital nas urbanizações contemporâneas, especialmente em contextos onde o desenvolvimento urbano é ditado por políticas neoliberais que favorecem a privatização e a gentrificação. Em lugares como Istambul, essa tensão se manifesta de maneira palpável, evidenciada por ações diretas, como os protestos no Parque Gezi. O descontentamento popular surge da sensação de exclusão dos cidadãos em relação às decisões que afetam o ambiente urbano que habitam. Tal exclusão é vista na proliferação de *shopping centers*, na gentrificação de bairros históricos, na destruição de patrimônios culturais e ambientais para dar lugar a grandes obras, muitas vezes sem a consulta ou o consenso dos moradores locais.

Os manifestantes, ao utilizarem a pichação como ferramenta de expressão e resistência face às intervenções urbanísticas ditadas de cima para baixo, criam uma forma democratizada de comunicação, permitindo a qualquer cidadão externo aos meios tradicionais de poder expressar sua insatisfação e reivindicar seu lugar na cidade. As mensagens nos muros urbanizam o clamor por um espaço público mais inclusivo e refletindo os desejos e necessidades da comunidade ao invés dos interesses econômicos privados.

Além disso, a ocupação física de espaços urbanos, com a instauração de assembleias públicas, exemplifica a tentativa de implementar uma democracia participativa em um nível prático e comunitário. Essas assembleias são manifestações concretas de um desejo coletivo por um envolvimento mais direto e igualitário nas decisões urbanas, funcionando como microcosmos de uma governança urbana mais inclusiva.



Figura 25: Pichação em Istambul²⁴

A pichação *Ev Kira Ama Semt Bizim* (O apartamento é alugado, mas o bairro é nosso) reforça a noção de que, embora as moradias individuais possam ser ocupadas temporariamente e a propriedade seja fragmentada, o sentido de pertencimento e a reivindicação sobre os bairros e a cidade são inerentes aos seus habitantes.

Em suma, as intervenções em espaços públicos em Gezi representam um clamor por um direito à cidade que seja democrático e participativo. Os cidadãos, através de seus atos e expressões artísticas, reivindicam seu papel integral na moldagem do ambiente urbano, resistindo às forças que buscam aliená-los de seu próprio espaço. Nesse sentido, a pichação funciona como uma inscrição insurgente que denuncia a exclusão, a gentrificação e a vigilância sobre corpos dissidentes, ao mesmo tempo em que afirma o direito de existir, de ser e de ocupar o espaço público de forma legítima. Assim como ocorre nas manifestações encontradas em Volta Redonda, a paisagem linguística de Istambul revela, por meio dessas manifestações, um grito de resistência que rompe com os discursos hegemônicos e materializa, ainda que efemeramente, o desejo de uma cidade mais justa e democrática.

3.4 Arte sobre escombros

Dentre os nomes vinculados às inscrições não autorizadas no espaço urbano, Banksy se destaca internacionalmente. Nomeado em 2010 pela Time, revista estadunidense, como uma das cem pessoas mais influentes do mundo, Banksy caminhou do grafite nas ruas de Bristol, sua cidade natal na Inglaterra, para as milionárias galerias de arte. Desde sua iniciação como grafiteiro nos anos 90, temos apenas o seu pseudônimo, Banksy optou pelo anonimato a

²⁴ Tradução nossa: *O apartamento é alugado, mas o bairro é nosso.* Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/274719645992952218/>

despeito da repercussão e valorização de suas obras. Assim, suas obras garantem seu caráter transgressor, típico das pichações, uma voz que não foi convidada para o lugar.

Uma de suas características mais marcantes é o senso crítico, que é direcionado a temáticas políticas, guerras e sociedade. Suas obras provocativas e controversias consagraram seu estilo a partir da habilidade de transmitir mensagens poderosas através de imagens simples e impactantes, principalmente com o uso de estênceis, o que lhe permite produzir arte rapidamente em espaços urbanos não autorizados. À propagação das suas obras, a internet exerceu importante influência, pois é o meio de divulgação que permite ao artista a manutenção do anonimato e a divulgação e permanência de uma produção essencialmente efêmera, que por meio das redes pode ser visualizada por pessoas de diferentes lugares.

Seus grafites, muitas vezes realizados em territórios de conflito ou de forte presença do capital e da vigilância, materializam o direito à cidade como prática de subversão e como linguagem política. Assim como os muros de Volta Redonda gritam contra o silenciamento imposto, os muros tocados por Banksy se tornam suportes de denúncia e ressignificação do urbano, mesmo em contextos distantes geograficamente, mas atravessados por lógicas de dominação semelhantes. Ao incluir sua obra nesta análise, ampliamos o escopo da discussão para refletir sobre como o espaço urbano, mesmo quando globalizado, ainda é palco de disputas simbólicas, e como a arte – em sua dimensão política e crítica – participa ativamente da construção de narrativas contra-hegemônicas que (re)inscrevem corpos, vozes e afetos nas cidades.

Sua identidade desconhecida e a natureza clandestina de sua arte adicionam um elemento de mistério e fascínio à sua persona, contribuindo para sua popularidade e legado duradouro no mundo da arte contemporânea. As obras de Banksy que são reproduzidas para venda tem a autenticidade atestada por sua organização intitulada *Pest Control*. No entanto, essa autenticidade não é conferida às artes criadas nas ruas, ainda que não haja dúvida de sua autoria. Banksy considera que a arte de rua não está terminada quando se guarda o pincel, esse é o momento em que ela começa, já que é a reação e interação do público que lhe dá significado e consequente valor (Banksy, 2005). Ainda assim, a prática de retirada e venda de paredes inteiras com suas obras passou a ser vista com frequência, num deslocamento das ruas para os leilões de arte, fato que o artista critica veementemente.

A Banksy se deve muito do reconhecimento conquistado pela arte de rua. No entanto, no momento em que essa produção ocupa uma galeria de arte, desvencilha-se de seu caráter mais distinto, uma vez que o poder de cada obra está no lugar em que foi criada. Há nesse

deslocamento, portanto, um paradoxo, visto que a arte de rua, inclusive de Banksy, faz-se na maioria das vezes como crítica ao mercado capitalista, mas acaba por se tornar um grande e milionário negócio. Banksy, contudo, tem se consolidado também como ativista de causas humanitárias fazendo doações frequentes às causas que apoia: em 2020, o valor arrecadado em um leilão equivalente a R\$ 15 milhões foi destinado integralmente a hospital na Palestina; em 2021, sua obra em homenagem aos trabalhadores da linha de frente do combate à COVID-19, foi vendida por aproximadamente R\$ 127 milhões, valor doado em totalidade ao Serviço Nacional de Saúde britânico; em 2023, 50 obras em serigrafia foram leiloadas com lucro destinado a financiar suprimentos na zona de conflito na Ucrânia, além de seu financiamento de um navio para resgate em segredo de migrantes no Mediterrâneo central.

Frequentemente sua abordagem de temas relacionados a conflitos armados, guerras e injustiças sociais, tem o objetivo de levar reflexão sobre as consequências desses eventos nos lugares afetados. Sua arte pode ser vista como uma forma de protesto e uma tentativa de conscientização para as realidades brutais da guerra e seus impactos sobre as pessoas e as comunidades. Assim, Banksy muitas vezes faz suas intervenções em locais urbanos afetados por conflitos ou em áreas próximas a zonas de guerra.

Em 11 de novembro de 2022, um *post* foi feito em seu *Instagram* de uma arte de rua feita por ele em Borodianka, na Ucrânia, cidade recém-liberta da ocupação russa. Pintada com estêncil na parede externa de um prédio devastado por bombardeios, a figura de uma ginasta parece se equilibrar sobre escombros. A cidade, lar de cerca de 13000 pessoas, foi um dos lugares mais atingidos por ataques aéreos no início do conflito, o que ocasionou a fuga da população local e ocupação do espaço por soldados russos de fevereiro a abril de 2022.



Figura 26: Arte de Banksy, na Ucrânia²⁵

²⁵ Fonte: <https://www.banksy.co.uk/out.html>

A crítica e a criatividade de Banksy admiram e constroem. Num espaço acometido pela dor, a inserção de uma jovem em posição de acrobacia suscita reflexões apresentando um contraste entre vida e morte na apresentação de uma oposição à guerra que só a arte é capaz de firmar. É mais que um protesto consternado, é o explicitar da perda da humanidade ao passo que não se finda na desolação do lugar. É feita uma acrobacia sobre os escombros, há esperança.

Nessa mesma ocasião, Banksy criou outras obras pela Ucrânia e confirmou sua autoria através de um vídeo publicado em sua rede social, dentre elas a imagem de um homem sendo derrotado por uma criança em um golpe de judô, ambos trajados de kimono, numa referência ao presidente russo, Vladimir Putin, faixa preta de judô e conhecido por admirar a arte marcial. A derrota do presidente pelo menino faz alusão à história bíblica de Davi e Goliath e reverencia a resiliência do povo ucraniano.



Figura 27: Arte 2 de Banksy na Ucrânia²⁶

Em um reconhecimento à homenagem do artista/grafiteiro e seu ativismo em ajudas humanitárias no local, no primeiro aniversário da invasão russa, em fevereiro de 2023, a Ucrânia emitiu selos postais especiais com a imagem da obra de Banksy. Entextualizações possíveis que evidenciam as trajetórias textuais por diferentes espaços.



Figura 28: Selo ucraniano com obra de Banksy, 2023

²⁶ Fonte: <https://www.banksy.co.uk/out.html>

Além dos murais de autoria reconhecida por Banksy, a letra “V”, símbolo usado pelo distrito militar oriental da Rússia em conjunto com a letra “Z”, um emblema da chamada “operação militar especial” de Moscou, foi pintada pelo local em prédios, veículos e postos de controle.

É uma característica do artista a ironização quase cômica de tragédias. Produziu arte também em paredes na Palestina, utilizando escombros de ruínas do lugar, abordando questões como o conflito israelense e a sua ocupação, expressando críticas à violência, à opressão e à exploração que surgem durante e após os períodos de guerra. Nessa mesma ocasião, o artista produziu e divulgou um filme “turístico” de menos de dois minutos de duração intitulado *Make this the year YOU discover a new destination* no qual ironiza a Cidade de Gaza como um novo destino turístico.



Figura 29: Arte de Banksy na faixa de Gaza

A linguagem de Banksy se relaciona com os lugares em guerra ao destacar as realidades e as consequências humanas desses conflitos, enquanto também desafia o *status quo* e promove a reflexão sobre questões sociais e políticas relacionadas à guerra e à violência. Seus grafites revelam como a arte urbana pode reconfigurar simbolicamente os territórios, reabrindo espaços para a crítica social e para o dissenso. Através de uma linguagem visual acessível, mordaz e profundamente política, o artista tensiona a narrativa dominante e reinscreve a paisagem como palco de disputa e criação coletiva. Assim como as vozes que ouço em minha cidade, as obras de Banksy afirmam que uma cidade não é propriedade exclusiva do capital, da guerra, mas um campo de negociação contínua, onde o direito de dizer, de existir e de imaginar outros mundos se torna também um ato de resistência.

3.5 Gritos rebeldes: “El agua es del pueblo”

Em um muro desgastado pelo tempo, a pichação *A água é do povo* (tradução nossa) ecoa mais do que uma simples reivindicação: ela se inscreve como grito coletivo diante da lógica privatista que transforma a água, bem comum e essencial à vida, em mercadoria restrita. A crise hídrica que atinge diversos territórios urbanos, especialmente nas periferias, revela não apenas um colapso ambiental, mas um projeto político de exclusão e controle que afeta, de forma desproporcional, os corpos marginalizados.

À luz das formulações de David Harvey (2014), essa pichação se alinha à ideia de cidade rebelde, em que os sujeitos subalternizados, diante do esvaziamento de seus direitos, insurgem-se contra as estruturas que os oprimem. Nesse contexto, o direito à cidade não pode ser dissociado do direito à água, à dignidade e à permanência. As manifestações linguísticas que emergem em tempos de escassez são também formas de reapropriação simbólica do espaço urbano, produzindo paisagens discursivas de resistência.

Este tópico propõe refletir sobre essas paisagens da sede e da luta, onde os muros e as ruas outrora silenciosos, tornam-se suportes de denúncia e insubordinação. Ao gritar que “a água é do povo”, os sujeitos urbanos não apenas questionam as políticas de gestão hídrica, mas inscrevem sua existência e sua voz no corpo da cidade. Dessa forma, analiso como os protestos em Cochabamba, Bolívia, materializaram-se como uma paisagem de esperança, produzida por cartazes, faixas, gritos coletivos e intervenções urbanas, que ecoam práticas semelhantes às encontradas em Volta Redonda.

Harvey explora a Bolívia como um exemplo de como as insurreições urbanas podem se conectar com movimentos anticapitalistas mais amplos. Eventos como a “Guerra da Água” em Cochabamba em 2000, ilustram como as dinâmicas de urbanização estão profundamente entrelaçadas com conflitos políticos e sociais. A implementação de políticas neoliberais na Bolívia, especialmente a partir de 1985, levou à privatização de várias empresas estatais, incluindo a SEMAPA, responsável pelo abastecimento de água em Cochabamba – privatização incentivada por instituições como o Banco Mundial e o FMI.

A Guerra da Água na Bolívia refere-se a uma manifestação popular, ocorrida em Cochabamba, a terceira cidade mais populosa do país. A região, localizada em um vale semiárido, sofria com a escassez de água devido à sua geografia e à falta de investimentos em infraestrutura por parte dos gestores públicos. Entre janeiro e abril de 2000, a população se revoltou contra a privatização do sistema municipal de administração da água, após o aumento

das tarifas aplicadas pela empresa *Aguas del Tunari*, filial da *Bechtel*, segunda maior empresa de construção dos Estados Unidos.

Além disso, a aprovação da Lei 2029, que regulamentava a utilização dos recursos hídricos e favorecia os interesses privatistas, agravou a situação ao permitir a exploração da água como um direito privado. A nova lei assegurava o monopólio da água em Cochabamba ao Consórcio *Aguas del Tunari*, contrariando os usos e costumes tradicionais das comunidades camponesas e indígenas, assim como previa o confisco da infraestrutura de irrigação e proibia a perfuração de poços nas comunidades, o que significava que a empresa poderia cobrar pela água que os vizinhos obtinham de seus poços, do rio ou até mesmo coletavam da chuva e que, caso não a pagassem, estaria autorizada a despejar os moradores e ficar com suas casas. Dessa forma, a privatização e a nova lei ameaçavam o acesso à água das comunidades rurais e urbanas pobres, que já enfrentavam dificuldades devido à falta de infraestrutura e ao controle desigual dos recursos hídricos.

As tarifas de água aumentaram drasticamente após a privatização, gerando revolta na população que, liderada pela Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, se uniu em protestos que incluíam a ocupação da praça central, confrontos com a polícia e bloqueios para reverter a privatização e revogar a nova lei, defendendo a água como um direito de todos. A população em protesto exigia a anulação da Lei 2029, a revogação do contrato com a *Aguas del Tunari* e a participação popular na elaboração de uma nova lei de águas.



Figura 30: A Guerra da água de Cochabamba, 2000.²⁷

²⁷ Fonte: https://fnca.eu/aguarios/wp-content/uploads/2009/11/23_guerra_agua_0096.jpg

O então presidente Hugo Banzer declarou estado de emergência em 8 de abril, quando colocou o exército nas ruas, os líderes do grupo foram detidos e diversas emissoras de rádio foram encerradas. Juntamente com unidades da polícia, as forças armadas enfrentaram a população, até mesmo com tiros de franco-atiradores, ocasionando centenas de feridos e a morte de um manifestante, Victor Hugo Daza. O ciclo de manifestações terminou em 20 de abril, quando, sob pressão popular, o governo decidiu abandonar a privatização, anulando o contrato de concessão de serviço público, assinado com a Bechtel, que deveria ter validade de quarenta anos. Como resultado, a administração municipal retomou o controle da água, e a legislação que estabelecia a privatização foi revogada.



Figura 31: Pichação “El agua es del Pueblo, carajo!”.²⁸

Esse evento foi um exemplo de rebelião contra a privatização neoliberal. A luta da população contra a privatização dos serviços de água demonstrou a capacidade de um movimento social urbano de desafiar o poder do capital e do estado. Na Bolívia, a expansão urbana e a implementação de políticas neoliberais exacerbaram desigualdades históricas, intensificando a marginalização de setores tradicionais – notadamente das populações indígenas (Harvey, 2014, p. 253). Nesse cenário, os movimentos populares emergem como forças capazes de romper com o paradigma imposto pelo capital, reivindicando o direito de ressignificar e reapropriar o espaço urbano.

A privatização do recurso hídrico revela o processo pelo qual um bem essencial à vida é transformado em mercadoria, submetido às lógicas do capital e da acumulação, o que

²⁸ Fonte: https://fnca.eu/aguarios/wp-content/uploads/2010/02/01_repre110.jpg

frequentemente resulta na exclusão das camadas sociais mais vulneráveis. Essa transformação não se limita apenas a uma mudança administrativa ou econômica, mas reflete uma reconfiguração profunda do espaço urbano, na qual o direito à cidade – entendido como a garantia do acesso equitativo a bens e serviços básicos – é comprometido. A tentativa de privatização converte a água em instrumento de lucro, reforçando a disparidade entre aqueles que podem arcar com os custos de um serviço supostamente “de qualidade” e os que, historicamente, já sofrem com a marginalização e a falta de acesso a recursos essenciais. Sendo assim, a Guerra da Água de Cochabamba pode ser interpretada como um sintoma da imposição de uma ordem neoliberal, na qual o bem público é subordinado aos interesses privados, ou seja, um exemplo de resistência popular contra a mercantilização de recursos essenciais e a favor de uma gestão comunitária e democrática.

O conflito destaca a importância da água como um direito humano e não como uma mercadoria, e traz à tona a teoria de acumulação por espoliação de David Harvey, que observa a privatização de recursos naturais como uma maneira de gerar lucro para grandes corporações. Por conseguinte, as mobilizações populares que surgem como resposta não apenas lutam pela manutenção de um recurso vital, mas também questionam a própria lógica de reordenamento urbano que privilegia a empresa. A resistência popular, ao reivindicar o acesso à água, simboliza uma luta mais ampla pela redemocratização do espaço urbano e pela superação das desigualdades estruturais, uma vez que o conflito em torno do controle de um recurso tão fundamental expõe as tensões entre a lógica de mercado e as demandas sociais. Essa perspectiva reforça a ideia de que as cidades podem ser arenas de luta política onde as práticas de exclusão impostas pelo neoliberalismo podem ser contestadas e transformadas por meio da ação coletiva e da mobilização dos cidadãos, capaz de redefinir a territorialidade, abrindo caminho para alternativas que privilegiam a inclusão e a justiça social.

A luta, que reflete uma contestação das estruturas de poder que legitimam a exclusão social e a marginalização dos grupos mais vulneráveis, nos dias de hoje, contudo, revela uma dualidade. Se por um lado, a mobilização popular foi decisiva para reverter os efeitos imediatos da privatização e restaurar o controle público sobre a água, por outro, persistem desafios estruturais que vão além da simples mudança de regime na gestão do recurso. Embora a ação coletiva tenha produzido uma vitória importante e simbólica ao restabelecer a água como um bem de uso público, ela não resolveu problemas endêmicos, como a manutenção insuficiente da infraestrutura, a qualidade dos serviços e a persistência de desigualdades no acesso ao recurso, muitas vezes caudados pela persistência da corrupção por parte do governo.

Em 2010, foi organizada a 3ª *Feria Del Agua* e uma conferência com delegados de 15 países. Essa edição teve como tema “10 anos da Guerra da Água”, que marca a luta da população de Cochabamba, e teve como um dos destaques a caminhada que aconteceu no centro da cidade, no dia 15 de abril, com a presença de cerca de 6 mil pessoas. Esse evento ilustra uma tensão permanente entre a lógica do mercado e as demandas sociais.



Figura 32: 10 anos da Guerra da Água, em Cochabamba.²⁹

No mesmo evento, em 2010, a imagem abaixo foi fotografada. Composta pela figura em estêncil de um policial com uma placa, onde se lê, em tradução nossa: “A água é do povo”, com uma criança carregando um balde e a inscrição “10 anos”, além da pichação “corrupção”, a imagem ilustra a permanência do protesto em Cochabamba e resgata o ativismo presente nas ruas da cidade desde os anos 2000.



Figura 33: Grafite na Feria Internacional del Agua³⁰

²⁹ Fonte: https://enconasa.asabrazil.org.br/wp-content/uploads/2010/04/caminhada_cochabamba.jpg

³⁰ Autoria: Kris Krüg. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/kk/4532240526>

As práticas do povo em torno da Guerra da água evidenciam que, diante da precariedade imposta, os sujeitos urbanos recorrem à linguagem para tensionar o silêncio do Estado e desafiar as dinâmicas de mercantilização da vida. Essas paisagens linguísticas insurgentes revelam que a luta pelo direito à cidade passa, necessariamente, pela defesa do acesso aos recursos básicos e pela recusa à lógica de exclusão territorial. Ao inscreverem suas reivindicações nos muros da cidade, esses sujeitos transformam a escassez em narrativa e a dor em denúncia.

3.6 A rebeldia como direito: Jornadas de Junho

Ainda afirmando o direito à cidade como direito de construí-la de acordo com nossas necessidades coletivas, seguimos com nossa escuta de movimentos insurgentes agora novamente em território brasileiro. O mês de junho de 2013 foi um marco na escuta das ruas brasileiras. A cidade, usualmente silenciada pelas rotinas do capital e pela opressão institucional, explodiu em vozes, passos, cartazes, pichações e enfrentamentos. As “Jornadas de Junho” no Brasil, como ficaram conhecidas as grandes manifestações sociais que ocorreram em meados do ano de 2013, foram analisadas em *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, organizado por Maricato et. al. (2013). Nessa coletânea de artigos, estudiosos de diferentes campos observam os movimentos sociais, e a diversidade de ideias proporciona uma abordagem global a partir da multiplicidade de olhares que reforçam a complexidade dos acontecimentos.

Após uma série de manifestações descentralizadas em Salvador no ano de 2003 e em Florianópolis no ano de 2004 – a Revolta do Buzu e a Revolta da Catraca – organizadas a partir de assembleias em resposta ao aumento das passagens, foi exposta a necessidade de modelos de organização menos hierárquicos. Assim, como uma tentativa de dar sentido às revoltas populares em torno do transporte coletivo, buscar formular o significado presente nessas revoltas e a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma quanto em suas motivações, surge o Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário.

As Jornadas de Junhos de 2013 compõem um evento marcante no Brasil. Iniciada como uma reação ao aumento das tarifas de transporte público, rapidamente se transformou em uma massiva onda de protestos que abrangia diversas questões sociais e políticas. Essas manifestações foram as maiores desde as mobilizações pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor em 1992, destacando-se pela sua magnitude em adesão e intensidade.

O início dos protestos ocorreu em São Paulo, liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que contestava o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trens. Em resposta, houve a violência da polícia aos primeiros atos, o que gerou indignação generalizada entre a população e atraiu ainda mais pessoas para as ruas.

À proporção que os protestos cresciam em escala e diversidade – milhões de pessoas de diferentes idades, classes sociais e orientações políticas participaram nas ruas – novas demandas foram incorporadas ao movimento. Entre elas estavam melhorias nos serviços públicos essenciais como saúde e educação, o combate à corrupção endêmica na política brasileira, críticas aos gastos excessivos com eventos esportivos internacionais como a Copa do Mundo de 2014, além de questionamentos sobre a qualidade do transporte público e a gestão urbana.

A organização descentralizada desses atos foi facilitada pelas redes sociais, permitindo uma mobilização espontânea sem precedentes no Brasil até então. No entanto, os confrontos entre manifestantes e policiais resultaram em episódios violentos durante alguns dos protestos, além de casos de vandalismo contra símbolos institucionais ou econômicos. As consequências das Jornadas de Junho, contudo, foram significativas: o aumento das tarifas foi revogado em várias cidades e o tema da corrupção ganhou destaque na agenda política nacional influenciando investigações futuras e, sobretudo, finalmente reacendeu-se o debate sobre participação popular na política brasileira apontando necessidades urgentes por reformulações políticas profundas.

Podemos dizer que os acontecimentos de junho de 2013 marcaram um divisor importante na história recente do Brasil ao refletir insatisfações profundamente enraizadas com relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo Estado brasileiro bem como à representatividade política vigente no país, o que também evidenciou poderosa capacidade mobilizadora das redes sociais modernas na articulação desses grandes eventos coletivos.

O MPL compreende o transporte como um direito fundamental para a efetivação de outros direitos, garantindo o acesso a serviços públicos. A luta pela reapropriação do espaço urbano pelos trabalhadores supera a reivindicação do passe livre estudantil. Visando um transporte acessível a todos, o movimento utiliza a cidade como instrumento de luta, bloqueando cruzamentos e comprometendo a circulação para forçar a gestão popular e a revogação de aumentos de tarifas. Igualmente, coletivos ligados à produção cultural também reivindicam o direito à cidade, ocupando o espaço público como pauta e prática, a exemplo da ocupação Prestes Maia em São Paulo, que uniu grupos de produção cultural e movimentos sem-teto. Ou seja, como o proposto por Harvey, como modelo de cidade rebelde, questiona o modelo

de república representativa e propõe formas horizontais de decisão, buscando o controle do espaço urbano e a ação direta na política.



Figura 34: Ato organizado pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo.³¹

O direito à cidade implica a liberdade de transformá-la de acordo com os desejos da população, o que requer mobilização social e luta política. Dessa forma, o MPL enquadrrou a questão das tarifas como uma afirmação do direito à cidade, dado que a livre circulação é vista como um componente essencial desse direito, obstruído pelas catracas que simbolizam a lógica do transporte como circulação de valor. Essa perspectiva ressalta como o MPL busca desafiar a mercantilização do espaço urbano e garantir o acesso igualitário à cidade para todos os cidadãos (Rolnik, 2013, p. 15). A cidade é usada como arma para sua própria retomada, com a população lançando contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, num processo em que assumem coletivamente o controle da organização de seu próprio cotidiano.

Nesse movimento, entendemos que os gritos que ecoaram em 2013 – seja nas ruas, nos muros ou nas redes – ainda reverberam como um chamado à insurgência e ao direito à cidade. Escutar esses ecos é também reposicionar a análise acadêmica diante das práticas vivas de resistência que emergem das margens para o centro da cidade.

De forma convergente, inserindo o local numa classificação de cidade rebelde, utilizo neste trabalho abordagens que transcendem as fronteiras disciplinares convencionais para analisar Volta Redonda. Ao passo que recorro inicialmente à Linguística Aplicada Indisciplinar, proposta por Moita Lopes, buscando uma visão situada e contextualizada, atenta às vozes marginalizadas, alianço-me também à abordagem teórica, mostrada aqui, de Harvey, por

³¹ Fonte: <https://www.brasil247.com/blog/o-mpl-e-as-raizes-da-luta-pelo-direito-a-cidade>

empregar um método dialético de investigação crítica imanente, inspirado em Lefebvre, para entender as queixas e exigências sociais o contexto histórico, social e político em suas análises.

A mobilização popular na apropriação do espaço público como forma de resistência e expressão de demandas sociais se torna uma prática de esperança à medida que se torna ação frequente e duradoura mostra que o poder coletivo dos corpos no espaço público ainda é um instrumento eficaz de oposição, como afirma Harvey (2014). As pichações, os protestos *on-line* e *off-line*, e os atos simbólicos em Volta Redonda representam tentativas de apropriação do espaço público e de contestação do discurso hegemônico, capazes de compor e modificar a paisagem. Concentro-me então nas lutas sociais e nas formas de resistência que emergem em resposta às dinâmicas de poder e às desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, entendendo que a cidade de Volta Redonda exemplifica a rebeldia de diversas realidades aqui mencionadas.

3.7 Território sonoro

Se a paisagem linguística inscreve nos muros, nas fachadas e nas frestas da cidade a materialidade das disputas simbólicas e políticas, os territórios sonoros revelam outra camada dessa luta: aquela que ecoa nos sons, nas palavras gritadas, nos silêncios impostos, nos ritmos que atravessam as ruas. Escutar a cidade é, portanto, mais do que ver; é sentir as vibrações que atravessam corpos e espaços. Ao propor uma etnografia da escuta, este trabalho se abre para os sons como práticas de resistência, de denúncia e de existência.

Neste item, busco compreender como o som, em suas múltiplas formas constitui também um modo de ocupação do espaço e de reivindicação do direito à cidade. Assim como os muros gritam, os sons também se levantam, incomodam, denunciam, tensionam e reexistem. Reconhecer os territórios sonoros é escutar a cidade para além do que se vê – é perceber que a linguagem da luta também se propaga pelas ondas do ar.

A arte de rua, assim conhecida pela pintura elaborada de diversas formas, como observamos aqui, carrega consigo seu traço mais inerente que é a denúncia, o grito no espaço público. Ainda que sob circunstâncias difíceis, esses gritos são proferidos como e onde se pode. No Brasil, durante a pandemia de COVID-19, em que a população se isolou dentro de suas casas a fim de dificultar a propagação do Coronavírus, vários episódios de “panelaços” ocorreram em manifestações nas quais milhares de pessoas batiam em painéis, fazem barulho

com utensílios domésticos ou outros objetos, como forma de protesto contra o governo federal e suas políticas relacionadas à gestão da crise sanitária.

Alguns dos objetivos dos painéis durante a pandemia incluíam expressar a insatisfação da população brasileira com questões como falta de fornecimento adequado de equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais de saúde, falta de coordenação nacional para implementar medidas de distanciamento social e atrasos na distribuição de vacinas, além de pedidos por mais assistência social e forma de exigir responsabilização por parte do governo federal em relação às suas ações e omissões, incluindo a investigação de casos de corrupção relacionados à aquisição de insumos médicos e à gestão de recursos públicos destinados ao combate à COVID-19. Esses painéis, que foram mais frequentes em áreas urbanas e amplamente divulgados nas redes sociais e na mídia representaram uma expressão de descontentamento e pressão popular sobre as autoridades para adotarem medidas mais eficazes no combate à pandemia e na proteção da saúde pública.

O governo federal brasileiro enfrentou uma série de críticas em relação à sua gestão da pandemia de COVID-19. Alguns dos principais problemas incluíram o negacionismo e minimização da gravidade da pandemia, visto que, desde o início da crise, o presidente Jair Bolsonaro apresentava um discurso negacionista repetidamente sobre a gravidade da pandemia, chamando-a de “gripezinha” e criticando medidas de distanciamento social e uso de máscaras. Essa atitude criou confusão e desorientação entre a população sobre a situação e a necessidade de medidas preventivas. Como o governo federal não coordenava efetivamente uma resposta nacional à pandemia, gerou uma abordagem fragmentada, com diferentes estados e municípios implementando suas próprias medidas de saúde pública, o que muitas vezes resultou em falta de consistência e eficácia nas estratégias de controle da doença. Além disso, os hospitais enfrentaram sobrecarga devido ao aumento do número de casos de COVID-19, com falta de leitos de UTI e de pessoal capacitado para lidar com a demanda.

Após meses de terror pelas vidas dos nossos, a notícia da descoberta e eficiência das primeiras vacinas surgem como um raio de esperança pelas frestas de nossas portas e janelas fechadas, contudo o discurso de desvalidação das pesquisas científicas proferido constantemente nas mídias por Bolsonaro e o grande atraso na aquisição e distribuição de vacinas resultaram em um processo de vacinação mais lento do que o desejado, deixando a população brasileira mais vulnerável à propagação do vírus e também às controvérsias sobre medicamentos não comprovados, como a cloroquina e a ivermectina no tratamento da COVID-19, apesar da falta de evidências científicas sólidas de sua eficácia. Esse emaranhado de

absurdos refletia a complexidade e a gravidade da crise sanitária no país, revelando uma preocupação prioritária do governo bolsonarista com o segmento econômico em detrimento da proteção à vida, especialmente das populações mais vulneráveis.

Nessa tentativa de escutar o urbano, estudos em sociolinguística têm sido desenvolvidos concentrando-se em como os sons, incluindo fala, ruídos ambientais, música e outros elementos sonoros, contribuem para a construção de significados e identidades dentro de uma comunidade linguística. *Soundscape* termo cunhado pelo compositor canadense R. Murray Schafer (1977), refere-se à paisagem sonora de um ambiente específico, incluindo todos os sons naturais e artificiais que o compõem. O autor examina não apenas a linguagem verbal, mas também outros aspectos da comunicação sonora, como entonação, ritmo, padrões de interrupção, entre outros, considerando como esses elementos sonoros são percebidos e utilizados pelos membros de uma comunidade para criar conexões sociais, identidades culturais e até mesmo espaços sociais específicos.

Schafer desenvolveu a teoria dos *soundscape studies* como parte de sua obra *The Tuning of the World* (1977), na qual explorou a importância do ambiente sonoro e a necessidade de preservar a qualidade acústica dos espaços. Ainda sobre as paisagens sonoras, Steven Feld (1984), um etnomusicólogo e antropólogo, expandiu o conceito de *soundscape* para além de sua dimensão puramente física ou ambiental, enfatizando a relação entre os sons e as culturas humanas que os produzem e interpretam. Em sua pesquisa, ele investiga como os sons são usados em diferentes culturas para criar significado, expressar identidade e transmitir conhecimento, ou seja, o estudo do som em relação a um lugar precisa considerar contextos. Assim, o som tem implicações políticas.

Nesse sentido, La Barre (2014) sugere a ideia de *território sonoro* em contraposição a de *paisagem sonora* de Schafer (1977) numa reflexão sobre as cidades na pós-modernidade, onde o espaço público é entendido como um organismo flexível, moldado também pelas sonoridades. Se os lugares se constroem em uma estrutura caracterizada pela ausência de função pré-determinada, e passa a operar enquanto lugar multifuncional, feito de potencialidades diversas que irão permitindo uma multiplicidade de territorialidades, provisórias e flexíveis (La Barre, 2014, p. 4), então, as sonoridades possuem efeitos performativos que geram processos de territorialização. Sendo assim, o autor sugere uma transição do termo *paisagens sonoras*, enquanto ambientes naturais, para a ideia de *territórios sonoros*, ou das *territorializações sonoras* enquanto processos performativos que ocorrem em contextos cada vez mais tecnológicos e móveis. A paisagem urbana pós-moderna não é consumida apenas em seu

aspecto visual, mas há uma produção performativa de territorialidades através do consumo auditivo.

No Brasil, durante o isolamento da pandemia de Covid-19, o descontentamento coletivo encontrar outro meio possível para ser percebido: o som. Das janelas dos apartamentos os painelaços foram o grito retumbante daqueles que não fugiram à luta, preservando a si e ao próximo mantendo-se em confinamento. Um movimento sonoro que compôs uma paisagem linguística de crítica e desolação do país. Além disso, entre as batidas em painéis, somou-se ainda mais uma forma de manifestação popular diante da impossibilidade de passeatas ou quaisquer atos públicos pelas cidades. Numa forma inédita de protesto, a tecnologia foi mobilizada para a contribuição do discurso nas cidades valendo-se de projeções de fotografias, frases e vídeos estampados em edifícios e fachadas que, posteriormente, desdobrava-se em outras formas de circulação midiática, principalmente por meio das redes sociais.



Figura 35: Projeção em prédio em São Paulo³²

Na projeção é possível observar a imagem do então presidente Jair Bolsonaro com a máscara de proteção a cobrir os olhos seguida da inscrição “é só uma gripe kkkk” fazendo menção à frase dita pelo governante em entrevista e divulgada amplamente pela mídia. Essa fala com a intenção de subestimar a gravidade da doença reflete o posicionamento do governo federal durante toda a crise, o que gerou o sentimento de insatisfação em tantos brasileiros. Abaixo apresento mais um exemplo de projeção durante os protestos com a inscrição que seria incessantemente repetida como forma de expressão do descontentamento coletivo.

³² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/29/projecoes-viram-nova-forma-de-se-manifestar.htm>. Acesso em 30 de março de 2024.



Figura 36: Projeção “Fora Bolsonaro”.

Ainda que em isolamento a população continuava encontrando maneiras de se pronunciar em atos de resistência e esperança, mostrando que as ruas, o espaço da cidade é lugar de construção de sentido social sempre possível de ser tomado.

Ao pensar o som como elemento constitutivo da paisagem urbana e da resistência coletiva, reconhecemos que o direito à cidade, como nos propõe Lefebvre, ultrapassa o acesso físico aos espaços, estendendo-se ao direito de fazer ouvir, de vibrar no espaço público com nossas vozes, ruídos e silêncios significantes. A cidade não é apenas um lugar para ver, mas também um território para escutar e ser escutado. Nas batidas dos painéis, nas palavras projetadas nos edifícios ou nas reverberações de protestos digitalizados, ressoa uma disputa por sentido e por presença.

Esses territórios sonoros configuram as cidades rebeldes (Harvey, 2014), nas quais os sujeitos subalternizados tomam para si o direito de moldar a cidade a partir de suas urgências e narrativas. Mesmo diante do confinamento, a cidade pulsa sob novas formas de ocupação simbólica, em que o som se torna ferramenta política. A escuta, nesse contexto, emerge como ato ético e político: escutar os ruídos da dor, da denúncia, mas também os sussurros da esperança e da vida em comum.

Dessa forma, ao incorporar a dimensão sonora às paisagens linguísticas analisadas nesta tese, ampliamos a compreensão da cidade como palco de múltiplas insubmissões – visuais, sonoras, corporais – nas quais os sujeitos reivindicam seu direito de existir, resistir e (re)criar espaços de vida digna.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 45, §2º e 5º, da Constituição Estadual, promulga a lei nº229, de 05 de janeiro de 1979, oriunda do Projeto de lei nº 1142, de 1978.

LEI Nº 229, DE 5 DE JANEIRO DE 1979.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADE DO AÇO E DA ESPERANÇA À CIDADE DE VOLTA REDONDA.³³

4 ESCUTAS DA HISTÓRIA

Neste capítulo, estabelecerei uma contextualização socio-histórica de Volta Redonda e das intervenções linguísticas no lugar. Abordo o plano de construção do município desenvolvido pela CSN, assim como a implementação desta, seguido do desdobramento das relações estabelecidas entre eles a partir de então.

Durante o Estado Novo por decreto do presidente Getúlio Vargas, foi criada a CSN, após um acordo diplomático denominado *Acordo de Washington*, feito entre os governos brasileiro e estadunidense. Ele previa a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento do Brasil.

Os fatores que definiram a implantação da usina em Volta Redonda foram: a posição geográfica, que colocava Volta Redonda bem no eixo Rio-São Paulo, cujas cidades (e, posteriormente, as indústrias) eram os principais consumidores dos produtos da siderúrgica, além de sua posição privilegiada com relação às regiões mineradoras de ferro (Minas Gerais) e Carvão (Santa Catarina); a facilidade de transporte dos elementos necessários à produção, via Estrada de Ferro Central do Brasil; a abundância de água, elemento essencial na produção, do Rio Paraíba do Sul; e a proximidade com os portos do Rio de Janeiro e o Porto de Itaguaí. Além disso, ressaltamos a facilidade para a obtenção de mão de obra que suprisse tanto a construção da usina e da cidade operária quanto para sua operacionalização posteriormente.

Com a chegada da CSN – à época chamada Usina Presidente Vargas – um novo processo de formação socioterritorial de Volta Redonda é relacionado a uma nova ordem produtiva, a partir da década de 40, apresentando marcas das desigualdades socioespaciais e ambientais que ajudaram a moldar a cidade (Casto; Mello, 2008). Assim, grandes propriedades rurais cederam lugar à siderúrgica que, desde o início de sua instalação, fez com que Volta Redonda passasse

³³Fonte: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/5fee4bd8b6f067fd0325658c005fbebcb?OpenDocument&ExpandSection=-2>

por diferentes fases de expansão urbana devido à expansão da planta industrial da CSN o que gerou muitas alterações em seu território (Oliveira, 2008).

Da construção de seu primeiro alto forno em 1941 até o início das atividades da usina, houve um grande afluxo de pessoas, trabalhadores na construção, o que demandou a construção da própria cidade. Construção essa que objetivava criar a infraestrutura necessária para mercado de trabalho local.

A cidade recebeu, a partir disso, saneamento básico, escolas, hospital, clubes recreativos e casas, seguindo o padrão estadunidense de bairros divididos por ocupação na CSN. Dessa forma, criado em torno da empresa, o núcleo urbano traz em sua organização visíveis traços das políticas e estratégias de gestão da empresa, visto que o município foi organizado e planejado para que os trabalhadores estejam ao lado da usina e, conseqüentemente, submetidos diretamente aos passivos ambientais por ela produzidos, enquanto o alto escalão de funcionários da empresa habita em bairros mais afastados da usina e, logo, de sua poluição. O crescimento industrial, fluxos migratórios, aumento populacional e necessidade de moradias, equipamentos urbanos e infraestrutura para as atividades produtivas contribuíram para uma transformação significativa da paisagem da cidade. Abaixo, um registro por satélite da cidade nos dias atuais.

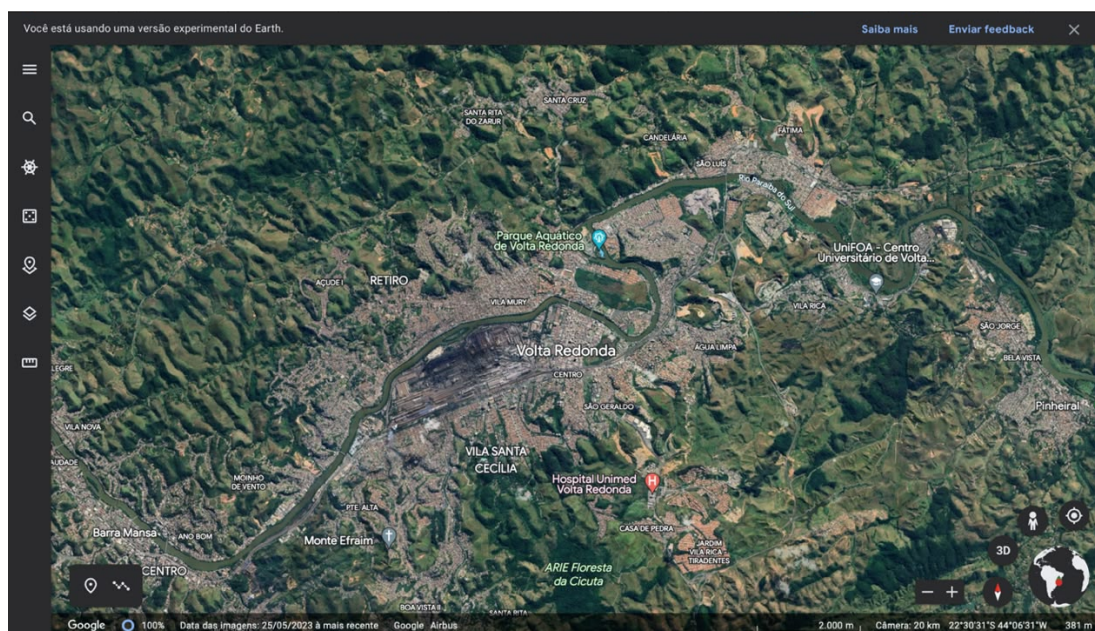


Figura 37: Imagem de Volta Redonda por satélite³⁴

³⁴ Disponível em : <https://earth.google.com/web/@-22.48154073,-44.07182974,371.18064015a,5064.06218803d,35y,0h,0t,0r> Acesso em 10 de agosto de 2023.

Assim, com a propagação da construção da siderúrgica CSN, houve grande migração de pessoas do campo para a cidade, motivados pela promessa de uma vida melhor. Todavia, quando a construção da CSN se encerrou, parte significativa da mão de obra empregada em sua construção não fora absorvida pela indústria, o que ocasionou amplo desemprego. Esses trabalhadores não possuíam meios de retornarem ao campo, culminando na proliferação de favelas e na marginalização de excluídos. Os recém-desempregados não desfrutavam das benesses da “família siderúrgica”, passando assim a viver em situação sub-humana, sem qualquer infraestrutura (Silva; Abdalla, 2020, p. 54). Na cidade ficaram conhecidos como os *arigós*.

4.1 A Cidade do aço: tal mãe, tal, filha

Há décadas, a CSN vem concentrando o volume de sua atividade siderúrgica no município de Volta Redonda e interferindo na produção e reprodução do espaço. Ao longo de todo este período, a Companhia foi responsável pela definição da morfologia do espaço desta antiga *company town*, rótulo abandonado na transição dos anos 1960 para 1970, e se encarregou de orientar as perspectivas de crescimento econômico da cidade a seus interesses e suas necessidades. Em grande parte, o desenvolvimento da localidade praticamente dependeu dos ciclos de expansão promovidos pela Companhia desde que iniciou efetivamente suas operações, em outubro de 1946, com a produção apenas de coque, peças fundidas de ferro-gusa e produtos longos.

O termo *company town* – arranjo urbano-industrial adotado em Volta Redonda – designa cidades que foram inteiramente construídas, planejadas ou reorganizadas em função das necessidades de uma única empresa, geralmente de grande porte, que passa a exercer controle direto ou indireto sobre os aspectos sociais, econômicos, espaciais e culturais do território. Em modelos como esse, a empresa não apenas emprega a maior parte da população, como também oferece moradia, educação, saúde, lazer e outros serviços, exercendo um papel paternalista que ultrapassa os limites da relação trabalhista convencional.

Assim, para a formação de Volta Redonda, o Estado brasileiro inspirou-se no princípio da “engenharia espacial” empregado por propostas de engenharia social que orientaram a construção de diversas cidades industriais europeias e norte-americanas. Por exemplo, dos Estados Unidos, houve a apropriação do “paternalismo industrial” designado por um tipo de relação de trabalho que recorreu a elementos da estratégia patronal para recrutar, fixar,

estabilizar e controlar os trabalhadores qualificados daquele país, com a concessão de programas de benefícios sociais, como assistência médica, educacional, recreativa e a construção de moradias, propostas típicas da indústria siderúrgica norte-americana do início do século XX (Morel, 1989). A ideia da “família siderúrgica” remete ao entendimento da formação da cidade como resultante de um processo híbrido, envolvendo controle e tutela como alicerces de comprometimento com um projeto econômico, político, ideológico e estratégico de ordem nacional com impactos locais.

Dessa forma, a CSN até hoje é lembrada por muitos aposentados da cidade, antigos operários, como uma “mãe”, visto que era a proprietária dos espaços que garantiriam a dignidade e qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, grande parte de seus trabalhadores, oriundos do campo, tinham baixa escolaridade, o que facilitava sua dominância e influência sobre a cidade. Logo, a repressão que existia dentro da siderúrgica e o controle da cidade-operária, além dessa ideia de família siderúrgica e “CSN mãe”, alienavam a sociedade (Gandra, 2009; Morel, 1989; Palmeira, 2012).

A organização do espaço da cidade é fundamentada na existência de estruturas e relações sociais sedimentadas e historicamente reproduzidas. No início de 1942, começaram as obras das vilas residencial e comercial, obedecendo a um mesmo plano diretor. A CSN ergueu a estrutura física de uma cidade operária, onde as condições materiais de vida eram superiores às imperantes para a média do operariado brasileiro. O plano para Volta Redonda previa loteamentos bem cuidados, estrutura viária hierarquizada, amplos espaços abertos com áreas ajardinadas, equipamentos urbanos centralizados, além de um cinturão verde de preservação. Nos bairros residenciais, foram estabelecidas diferenças quanto ao tamanho dos lotes, às taxas de ocupação e aos tipos de residências, criando espaços estratificados por categorias profissionais e por faixas salariais. Dessa forma, o planejamento teve o objetivo de “diminuir a importância da rua, lugar de aglomeração e baderna”, e ao mesmo tempo valorizar o sol e as áreas verdes, com o sinal de preocupação com a higiene e a saúde dos funcionários (Moreira, 2000, p. 47).

Dessa forma, as formas espaciais da cidade reproduzem a norma disciplinar da fábrica segregada em sua topografia pelas distintas classes e também por quem “sobrou” desse processo. São espaços públicos e privados que objetivavam educar toda uma cidade nos ideais de progresso, disciplina e desenvolvimento, nos momentos de trabalho e todo cotidiano dos trabalhadores.

A segregação residencial é visível no plano de Volta Redonda, visto que, quanto mais alto o cargo ocupado por um empregado na empresa, mais alta estaria situada sua casa. Essa relação podia traduzir-se também em distância da usina, de forma que no bairro do “Conforto” – nome que enfatiza a ideia de que o “novo” homem trabalharia com mais afinco e responsabilidade para não perder a vida confortável proporcionada pela CSN – os operários conviveriam com a poluição, enquanto a sede da Fazenda Santa Cecília, preservada num vale afastado da usina, serviria mais tarde como residência do presidente da CSN. Da mesma forma, o bairro Laranjal foi destinado aos técnicos e diretores da empresa, e o bairro em que se encontrava o melhor hotel da cidade, o Bela Vista, que abrigava os consultores norte-americanos, também foi situado no alto – foram as duas únicas exceções à ideia de não ocupar os morros que seriam destinados ao reflorestamento. Já, na planície onde estava a vila operária, as casas obedeciam a padrões e tamanhos diferentes, conforme a função e o estado civil dos empregados. Morel (1989) define a construção de Volta Redonda como representação da hierarquia da CSN:

Inscrevia-se, assim, no espaço urbano a hierarquia da Companhia, prescrevendo a cada um o seu lugar: as mansões nas colinas, com uma bela vista sobre o rio Paraíba do Sul, para os diretores; logo abaixo, os gerentes e engenheiros; perto da fábrica, supervisores, técnicos e pessoal de escritório, e, mais adiante, os bairros operários, tudo dentro “das normas mais modernas de urbanismo”, como já propunha o Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (Morel, 1989, p.69).

O projeto traçado da Vila Operária de Volta Redonda seguiu os preceitos racionalistas, com as funções urbanas separadas e bem definidas: habitar, trabalhar, recrear e circular. Isso induzia à especialização das áreas e ao ordenamento racional dos fluxos, com vias claramente hierarquizadas, separando, inclusive, o trânsito local das demais circulações. Abaixo, o plano geral da Usina e da Vila Operária:

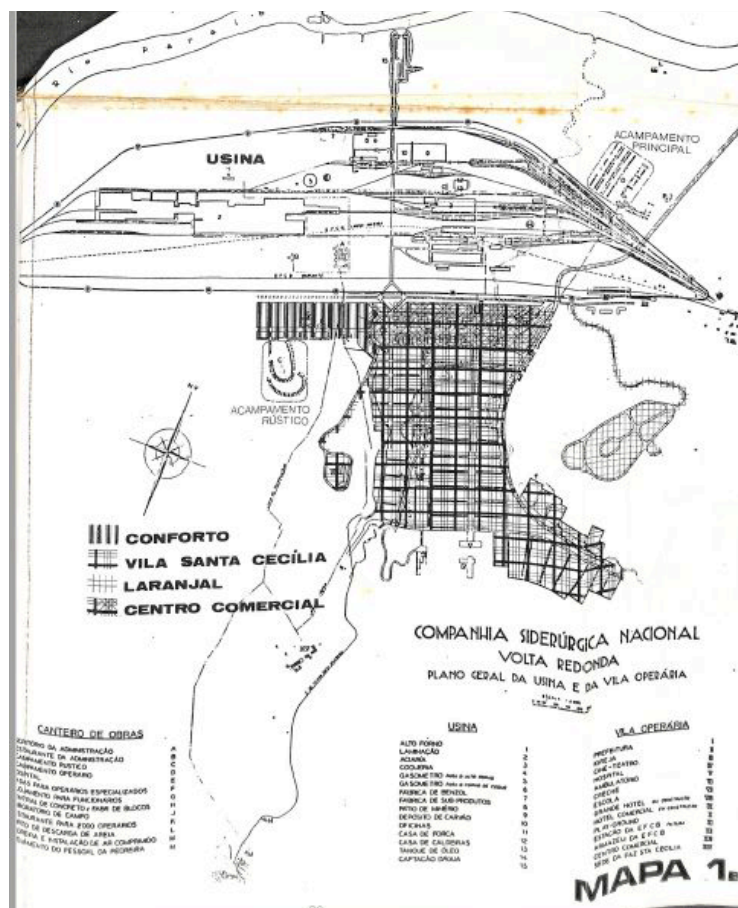


Figura 38: O plano urbanístico e a planta industrial da usina em um plano geral.³⁵

A divisão das funções urbanas é percebida na planta do plano geral: a usina foi planejada junto à margem direita do rio Paraíba do Sul; a área comercial foi localizada junto à usina, separando os setores fabril ao norte e residencial ao sul. O antigo povoado da estação, localizado no extremo leste, também foi referenciado no plano. O higienismo de então era requisitado tanto para as construções quanto para os padrões e regulamentos de uso dos espaços públicos e privados.

Ressalto ainda que o plano estabelecia ainda um cinturão verde na margem esquerda do rio Paraíba, com o reflorestamento dos morros de forma a desestimular a ocupação nas encostas, para onde o vento levava a poluição. Ao mesmo tempo, o espaço urbano seria muito arborizado, com um grande parque que atravessaria a cidade. A ideia de áreas verdes sempre esteve presente no discurso da Companhia e em seu Projeto Original, o que serviria como um elemento chave

³⁵ Fonte: Lopes (2003).

para comunicar uma imagem de qualidade ambiental satisfatória, valorizando um conceito que era utilizado estrategicamente para criar e reforçar uma percepção positiva da Vila Operária. Essa ideia ressaltava a presença de um ambiente agradável e bucólico e funcionava como um símbolo tangível do compromisso da Companhia com o bem-estar dos trabalhadores. Assim, a presença de parques, jardins e espaços arborizados não apenas melhorava a estética do local, mas também proporcionava um escape do ambiente fabril, oferecendo aos operários um refúgio de tranquilidade e contato com a natureza.

Além disso, a ênfase nas áreas verdes ajudava a construir uma imagem de responsabilidade social e sustentabilidade, valores cada vez mais apreciados pelas comunidades e pelo público em geral. Ao promover esses espaços, a Companhia buscava legitimar-se não apenas como uma entidade produtiva, mas também como um agente promotor de qualidade de vida. Nesse contexto, o projeto ia além da simples arborização; era parte de uma estratégia maior de *marketing* e relações públicas, projetada para criar um ambiente de respeito mútuo e harmonia social. A presença dessas áreas servia, portanto, para consolidar uma atmosfera idílica, onde a vida na Vila Operária não apenas era funcional, mas também prazerosa e digna. Era um componente essencial de um discurso voltado para a criação de um ambiente de trabalho ético e responsivo às necessidades humanas, e, dessa forma, a Companhia estabelecia um vínculo emocional com seus empregados, construindo uma narrativa de cuidado e bem-estar que transcendia as fronteiras da produção e alcançava o cotidiano das pessoas.

Esse cenário harmonioso era frequentemente exaltado pela CSN, que o descrevia como um “convite à felicidade”. Entretanto, a empresa usava esse ambiente sereno e acolhedor como um contraponto ao duro e exaustivo trabalho na Usina, visto que a fadiga física e mental associada ao ambiente de trabalho opressor encontrava, na paisagem urbana planejada, um refúgio de calma e tranquilidade.

Essa dicotomia entre casa e trabalho, entre a vila residencial e a fábrica, foi concebida para criar uma sensação de completude na experiência dos trabalhadores. A mensagem era clara: o esforço e o sacrifício no trabalho eram compensados pelo conforto e pela beleza do espaço habitacional. Assim, a CSN buscava moldar uma integração ideológica onde a cidade e a fábrica se apresentavam como elementos inseparáveis de uma mesma realidade, reforçando o controle sobre seus funcionários e promovendo uma narrativa de satisfação geral.



Figura 39: CSN/Vila Operária e seus Barracões, em 1945.³⁶

A CSN e a Vila Operária foram edificadas segundo um modelo autárquico típico das cidades monoindustriais. A empresa utilizava diversas estratégias para educar, vigiar e controlar o trabalhador dentro e fora da fábrica. A Vila foi construída à imagem e semelhança da usina: casas, serviços, lazer, áreas públicas e privadas, oferecidas como desdobramentos da siderúrgica. O seu sistema numérico de ruas permitia a rigorosa definição da posição de cada elemento na Vila Operária. Havia, assim, um duplo controle dos trabalhadores. A presença da usina com seus enormes galpões marca a paisagem da cidade, observados de todas as perspectivas. Vila e Usina simbolicamente se integravam e completavam, crescendo juntas como uma única unidade espacial e, neste sentido, com disciplina na forma de aglomeração da massa trabalhadora, diferente das vilas fabris tradicionais (Souza, 1992).

³⁶ Disponível em: <https://vrantiga.com/confira-incriveis-fotos-panoramicas-de-volta-redonda/>. Acesso em 18 de junho de 2023.

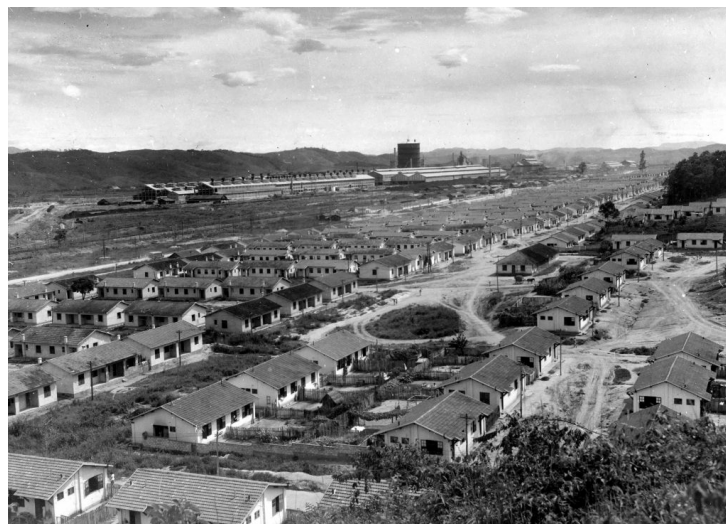


Figura 40: Bairro Conforto, destinado aos operários, em 1945.³⁷

A utilização de números para nomear as vias da Vila Operária em Volta Redonda pela CSN é um exemplo claro de representação simbólica, pois desprioriza a área, destacando a ausência de raízes históricas ou influências externas na configuração urbana. Essa escolha reflete a lógica de um planejamento urbano que serve a objetivos específicos da Companhia, alinhando-se com sua visão de controle e organização, como na disposição dos bairros Santa Cecília, Conforto e Laranjal. Assim como a produção do aço na CSN seguia um rigoroso processo sistemático e sequenciado, a estruturação do espaço urbano de Volta Redonda também seguia essa mesma lógica de disciplina e precisão. Os lotes e quadras foram ordenados geometricamente, com edificações implantadas cuidadosamente para manter um padrão estético e funcional estrito. A proposta de urbanização idealizada para Volta Redonda trazia em sua essência a disciplina. A organização do espaço urbano visava não só a eficiência produtiva, mas também a organização social, ordenando os indivíduos no espaço e subordinando-os a um sistema de produção capitalista. Nesse arranjo, os bairros residenciais funcionavam como uma extensão da hierarquia interna da usina, com os funcionários residindo em áreas que refletiam suas posições dentro da Companhia. Essa disposição espacial reforçava a disciplina e o controle social, características fundamentais na visão da CSN para o sucesso do complexo siderúrgico.

Além das estratégias de caráter arquitetônico e urbanístico, havia também iniciativas de

³⁷ Disponível em: <https://vrantiga.com/confira-incriveis-fotos-panoramicas-de-volta-redonda/> . Acesso em 18 de junho de 2023.

ordem social. Essas ações, além de oferecerem condições consideradas satisfatórias para os operários, como acesso a lazer, saúde e educação (Figura 14 e 15), incluíam a já referida preocupação da siderúrgica com a arborização da cidade, estabelecendo áreas verdes que evocavam o ambiente rural de origem da maioria dos trabalhadores. Tal prática visava também simular uma qualidade ambiental adequada, maquiando a poluição exacerbada, e facilitar a adaptação dos funcionários ao novo contexto. Embora essas melhorias fossem ostensivamente apresentadas como formas de promover uma melhor qualidade de vida para os operários, o objetivo subjacente era vincular os trabalhadores aos ideais da siderúrgica e, por conseguinte, aos ideais político-econômicos dominantes, promovendo uma ideologia de “cidade símbolo” que inibia o surgimento de críticas.

Abaixo, os mapas de equipamentos urbanos e de lazer criados pela CSN na década de 1940:

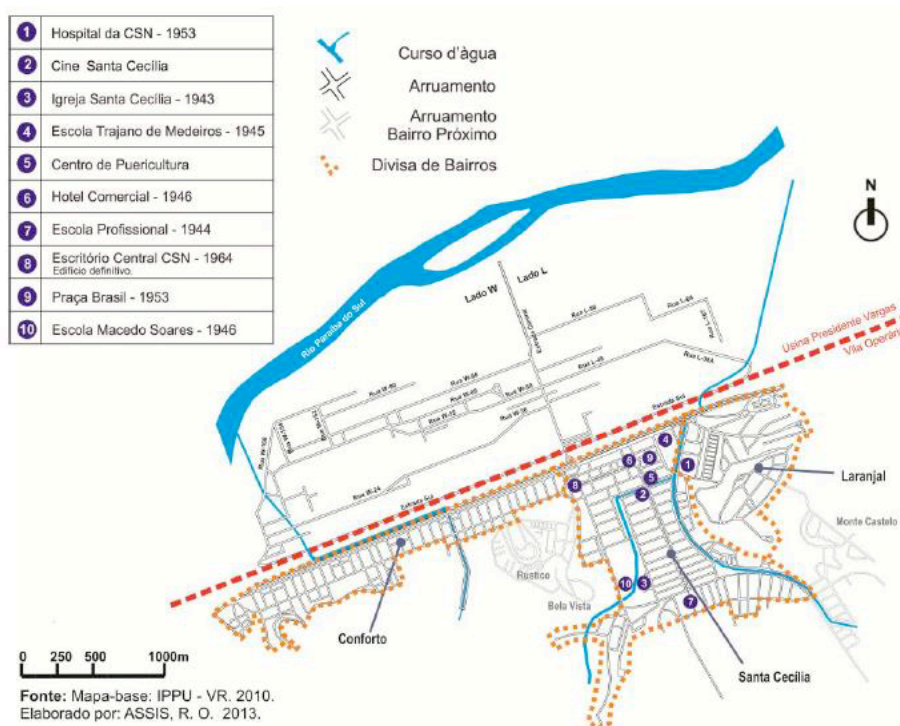


Figura 41: Vila Operária: Equipamentos Urbanos – Décadas de 1940 a 1950.³⁸

³⁸ Fonte: Assis (2013, p. 58).

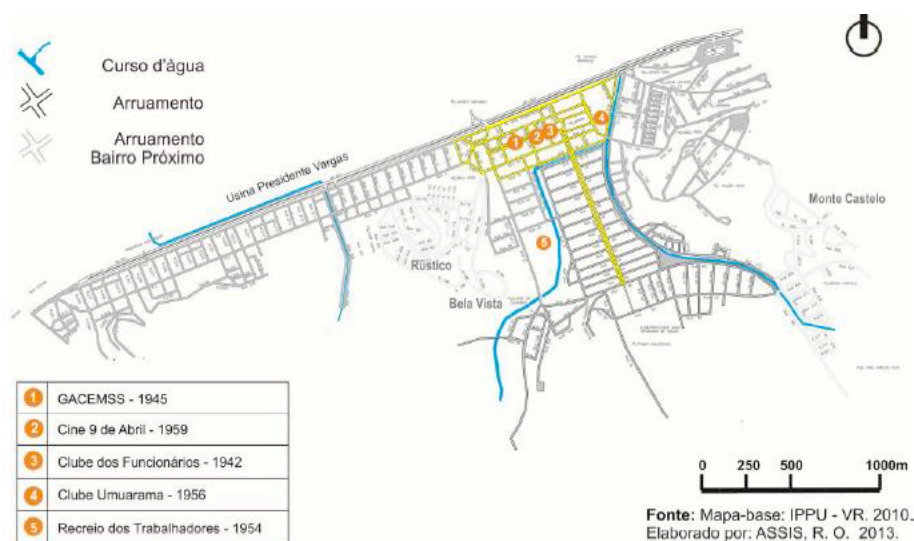


Figura 42: Vila Operária: Equipamentos de Lazer³⁹

Inaugurado em 1953, o hospital da CSN foi implantado na parte baixa do bairro Laranjal, para atender aos funcionários e suas famílias. Em 1944, foi criada a Escola Profissional da CSN (Escola Técnica Pandiá Calógeras) com o objetivo principal de qualificar os trabalhadores da Usina, sob supervisão dos engenheiros responsáveis. A metodologia adotada na escola envolvia a instalação de oficinas e laboratórios onde os estudantes podiam simular as operações a serem realizadas na Companhia. Com o tempo, a Escola começou a aceitar alunos que não eram necessariamente operários da CSN, o que fez com que a instituição fosse vista pela comunidade de Volta Redonda como uma porta de entrada para um emprego na siderúrgica. Essa expansão no perfil de alunos permitiu que a Escola não apenas formasse os profissionais que a empresa necessitava, mas também contribuísse para o desenvolvimento pessoal e profissional dos moradores da região. Assim, a formação oferecida os preparava não só tecnicamente, mas também os alinhava com a cultura da CSN, o que facilitava a integração nos diversos postos de trabalho.

Essa formação diferenciada gerava uma classe distinta de operários que tinham acesso a ofícios especializados, melhores salários e outros benefícios, como moradia facilitada. Assim, a Escola Profissional desempenhou um papel crucial na elevação do nível de qualificação e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores envolvidos.

³⁹ Fonte: Assis (2013, p. 84).

A CSN era, dessa forma, vista como a benfeitora da cidade, uma verdadeira “mãe”, por seus salários serem superiores à média e por fornecer benefícios como moradias, atendimento médico-hospitalar e escolas para os filhos dos seus empregados. A relação ocultava o caráter de classe da exploração sofrida, vez que um dos propósitos era civilizar a população através da ideia de “família siderúrgica”, estratégia política nacional com impactos locais.

Após toda a mobilização para a construção da usina, ainda que grande parte dos trabalhadores sejam transformados nos primeiros operários, muitas outras pessoas não foram aproveitadas, e continuaram em Volta Redonda. Esses são os homens e mulheres que vão ocupar o chamado Morro dos Atrevidos (hoje, Morro São Carlos) e formar a primeira favela da cidade. Nessas áreas para além da CSN nascia uma outra cidade, conhecida por *Cidade Velha* ocupada, de forma não planejada, por pequenos comerciantes e pela massa de trabalhadores dispensada pela CSN. Além disso, a relação entre número de empregados da fábrica e número de habitações apontava uma ineficiência da política habitacional da CSN, o que desmistificou a possibilidade de que todos os seus trabalhadores, em algum momento, disporssem de moradia cedida pela empresa. Esse benefício seria tanto um artifício para a fixação de categorias estratégicas quanto um prêmio para a antiguidade, assim como por bom comportamento. Sendo assim, o *déficit* de moradias levou à ocupação de outros espaços pelos trabalhadores, da mesma forma que processos migratórios decorrentes dos fluxos de aumento e retração do número de trabalhadores empregados nas obras de implantação e expansão da CSN corroboraram para o crescimento da periferia urbana.

A cidade de Volta Redonda através da CSN foi, portanto, um laboratório para o experimento de criação da nova sociedade, disciplinada e hierarquizada, e de um novo trabalhador urbano – civilizado, dócil, submisso e moldado de acordo com os interesses políticos e econômicos da época, conforme o interesse do sistema – uma cidade símbolo de progresso e modernidade (Lima, 2014).

Com o crescimento inesperado da cidade, no passar dos anos, o lugar se estende para além da Vila Operária, e a CSN, que controlava toda a cidade, não estende seus benefícios e proteção materna à periferia, gerando grandes lutas pela emancipação político-administrativa de Volta Redonda, que ocorreu somente em 1954. Contudo, os serviços básicos ofertados à população continuavam sujeitos ao poder da CSN, permanecendo a cidade dependente da siderúrgica (Palmeira, 2012). Já, no final dos anos 1960, com o fim do monopólio do aço e após o golpe militar de 1964, o modelo *company town* começou a ruir, e emerge a lógica de

valorização do capital, reduzindo direitos e benefícios dos operários, a fim de obter maiores lucros.

Consequentemente, houve o declínio da ideia de CSN “mãe” e de “família siderúrgica”. Foi necessário vender diversas moradias que eram da empresa e modificou-se a relação entre empresa e operário. O foco passou a ser a produtividade empresarial, e para tanto, aderiu às terceirizações mediante empreiteiras para redução de custos. Ações que contribuíram para deteriorar a ideia da siderúrgica como benfeitora da cidade e excitar ainda mais movimentações sociais e sindicais (Morel, 1989; Morel, 2001; Graciolli, 2007; Palmeira, 2012).

A organização urbana de Volta Redonda reflete de forma evidente o processo de ordenamento espacial em função de uma unidade de produção capitalista, que domina a estrutura social e estabelece valores político-ideológicos. Esses valores, enraizados nas representações do espaço, tornaram-se vestígios do tempo histórico, expondo as contradições e os conflitos sociais inerentes a esse tipo de produção.

4.2 Uma família siderúrgica: o panoptismo no projeto da cidade

A idealização do projeto da Companhia e Volta Redonda faz parte de um conjunto de tentativas na história da sociedade brasileira de fixar e consolidar as crenças nacionalistas de Vargas e do Estado Novo (1937). Por um lado, o objetivo da criação da CSN era apoiar a reforma política e administrativa no Brasil. A Vila já havia se tornado o símbolo dessa nova era; e Volta Redonda, a combinação ideal dos princípios de Vargas para uma nova sociedade, visto que, para a maioria dos estudiosos do Estado Novo, a organização da nova sociedade da Era Vargas deveria ser hierarquizada e não igualitária, baseada nas características distintas de cada indivíduo.

Os trabalhadores de Volta Redonda, nos anos incipientes da construção de um “novo país”, enfrentavam uma realidade repleta de desafios e expectativas. A Companhia impunha um rigoroso código disciplinar e um complexo de normas que demandavam extrema obediência. Para esses trabalhadores, manter-se empregado na CSN significava não apenas adesão à disciplina e à higiene exigidas, mas também uma conformidade total com as orientações tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho, importando-se profundamente em cumprir estas diretrizes para garantir a estabilidade no emprego.

Esse processo educativo e disciplinar estendia-se além dos portões da CSN, permeando toda a vida social dos operários. A vigilância não se restringia ao espaço fabril, mas abrangia

toda a esfera de convívio dos trabalhadores, criando um ambiente de constante monitoramento sob a fachada de um relacionamento positivo entre a CSN e seus empregados. A positividade da relação era fundamental para a empresa, que assim perpetuava a ideia de resgate social e econômico dos trabalhadores, prometendo-lhes uma vida melhor baseada no progresso e na urbanização, contrastando com a rusticidade do ambiente rural que muitos deixaram para trás.

A construção desse imaginário de progresso e orgulho em ser funcionário da CSN foi um poderoso instrumento de mobilização, evidenciado pelo grande fluxo de trabalhadores para Volta Redonda entre 1941 e 1946. Esse movimento massivo demonstrava a eficácia do Estado em engajar a força de trabalho através de uma ideologia nacional-industrial que prometia recompensas e benefícios sociais em troca de um sacrifício inicial.

Assim, a CSN era mais do que uma siderúrgica, era a manifestação concreta da modernização capitalista no Estado Novo, onde a valorização do trabalho operário era articulada com a subordinação às demandas de produção capitalista. O trabalhador industrial e urbano emergia como o “homem novo”, disciplinado e preparado para aceitar sua condição e função dentro dessa nova ordem social. A vida na Vila Operária de Volta Redonda exemplificava essa nova sociedade, marcada pelo tempo cronometrado e pela produtividade, distanciando-se das tradições agrárias.

Nesse contexto, a CSN e a cidade de Volta Redonda não apenas traziam progresso e modernidade, mas também consolidavam uma estrutura social onde o trabalhador tinha, ao mesmo tempo, sua dignidade afirmada e sua liberdade cerceada pelo novo regime de produção e controle social. Esse novo trabalhador, portanto, era o produto de uma política que mesclava benefícios sociais com rigor disciplinar, transformando o ambiente operário e forjando uma nova identidade para os trabalhadores brasileiros.

A política habitacional da Companhia na Vila Operária estava centrada não apenas na concessão e distribuição das residências, mas também na manutenção detalhada das casas. Desde pequenas intervenções como a instalação de trilhos para cortinas e substituição de porta-toalhas, até serviços mais complexos como desentupimentos e pintura, a superintendência se incumbia de garantir que tudo estivesse em ordem. Os reparos eram cobrados de acordo com uma tabela pré-fixada, e esses custos não estavam incluídos no valor do aluguel, que era bastante acessível, representando menos de 10% do salário dos trabalhadores. Além disso, a CSN administrava o fornecimento de água e luz, gerando uma taxa adicional, mas ainda assim branda. Desse modo, a Companhia procurava demonstrar que as taxas de aluguel e manutenção eram baixas, sublinhando o caráter social da obra de construção das habitações. Argumentava

que os custos com manutenção superavam a receita gerada pelas taxas, reforçando a ideia de que se tratava de uma iniciativa de assistência aos trabalhadores.

No entanto, essa estrutura aparentemente benevolente escondia um mecanismo mais complexo de controle e subordinação dos empregados aos princípios da usina. Ter acesso a uma casa na Vila Operária significava não ficar à margem da infraestrutura oferecida pela CSN, mas implicava aceitar uma série de regras rígidas de comportamento. Os inquilinos não tinham autonomia para reformar as casas ou mesmo alterar a cor da fachada. Qualquer desvio das ordens estabelecidas poderia resultar em punições severas ou repreensões. Dessa maneira, a residência na Vila Operária não era apenas um benefício material, mas um instrumento de controle social e laboral. A submissão às regras da CSN se fazia presente de maneira concreta no cotidiano dos trabalhadores, moldando suas vidas dentro e fora do ambiente de trabalho.

A habitação, que inicialmente se apresentava como uma vantagem, se revelava assim como forma de vigilância e disciplina, onde o trabalhador precisava continuamente mostrar conformidade com os princípios e normas da Companhia. Nessa conjuntura, a relação entre empresa e empregado ultrapassava a mera prestação de serviços, adentrando no campo da micropolítica familiar e social, onde a moradia se tornava um espaço de reafirmação do poder da CSN sobre seus funcionários.

Observando essa maneira como a CSN agiu durante décadas impondo um conjunto de limitações estruturais capazes de interferir na configuração política, econômica e cultural de um território, podemos perceber que inspirada no princípio do panoptismo, a empresa introduziu um arranjo de gestão através do encaixamento espacial da vigilância hierarquizada, contínua e funcional. No desenho do panóptico o poder não é organizado em função de si, mas para tornar mais fortes as forças sociais – aumento da produção, desenvolvimento da economia, difusão da instrução e elevação do nível da moral pública.

O conceito de panóptico é inicialmente descrito pelo filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, no século XVIII, como uma arquitetura circular de uma penitenciária ideal, na qual haveria uma torre no centro com um guarda que poderia ver toda a gente no meio, depois podia ver todos os prisioneiros individualmente nas suas celas. Para Bentham, esse tipo de vigilância era mais eficiente, pois uma única pessoa poderia ver tudo o que estava acontecendo no ambiente. Além disso, a torre teria persianas, o que garantia que os presos não pudessem ver o guarda, mas o guarda pudesse ver a todos.

Retomado por Foucault ([1975]2014, p. 196), o panóptico ilustra uma relação de poder em específico, no caso, a penitenciária, com o vigilante e os presos, em que todas as relações

implicam numa relação de poder, então o poder está presente em todas as áreas da vida social. Ao falar de panóptico, Foucault divide o poder em duas esferas: o poder real, com a figura de autoridade e do poder centrado numa só pessoa, o rei; e o poder disciplinar. O poder real seria algo palpável; e o poder disciplinar, o poder de domesticação e de *docilização* dos corpos, no sentido em que os corpos, ou os indivíduos, se tornam dóceis, para que o controle possa ser exercido.

Sob essa ótica, Foucault entende que o medo e o controle já não são praticados de fora para dentro, como outrora na Idade Média, como era num monarca, quando se tinha a entidade do rei e os castigos públicos, visto que já não existe uma força externa que exerça pressão sobre o indivíduo, como uma unidade. O que ocorre é o contrário, o indivíduo que pressiona a si mesmo. Por essa razão, é muito mais econômico o poder disciplinar do que o poder real. A ideia de se estar sendo observado o tempo todo muda posturas, e assim o indivíduo passa a se resguardar o tempo todo sobre suas atitudes. “É, ao mesmo tempo excessivo e muito pouco, que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente” (Foucault, [1975] 2014, p. 195). Sendo assim, não seria necessário recorrer à força para doutrinar o comportamento humano e impor o poder.

Considerando essa concepção de fiscalização por meio de um panóptico, podemos perceber semelhanças entre a formulação de Foucault e o projeto urbanístico de Volta Redonda. Entender a paisagem estudada como construída historicamente no formato de uma *company town* é reconhecer que a comunidade urbana se desenvolveu em torno de uma única empresa que desempenha um papel dominante na economia e na vida social da cidade. Essa empresa foi durante décadas empregadora principal, com influência significativa sobre a cidade em vários aspectos, incluindo moradia, emprego, educação, serviços de saúde e infraestrutura. Contudo, a empresa pode exercer controle significativo sobre a vida dos trabalhadores e da comunidade em geral, o que pode incluir influência política, imposição de normas e regulamentos, e até mesmo vigilância.

A localização da CSN em Volta Redonda oferece um exemplo marcante de como o espaço urbano pode ser instrumentalizado para fins de controle e disciplina social. A proximidade da usina com a Vila Operária e sua visibilidade de praticamente qualquer ponto da cidade contribuíam para esse "efeito panóptico", sugerindo que a constante vigilância exerce um controle psicológico sobre os indivíduos, induzindo comportamentos disciplinados sem que a coerção física direta seja necessária.

Essa situação é amplificada pela presença ostensiva dos imensos galpões da usina, que dominam a paisagem urbana, reforçando a sensação de vigilância contínua e onipresente. A estrutura física e visual da CSN desempenhava, assim, um papel crucial na internalização das normas e expectativas impostas pela empresa sobre os trabalhadores e moradores locais.

A adoção de formas disciplinares nesse contexto não se limitava apenas a práticas coercitivas explícitas, mas também englobava mecanismos sutis de controle e moldagem comportamental. Tradicionalmente, a disciplina visava afastar perigos e evitar erros através de correções e repreensões. No ambiente da CSN, entretanto, essa disciplina evoluiu para incluir métodos mais abrangentes e eficientes, focados em moldar indivíduos para que fossem cada vez mais responsáveis e produtivos dentro da usina siderúrgica.

A transformação do conceito de disciplina envolveu uma inversão de funções. Em vez de atuar apenas reativamente, corrigindo desvios e punindo infrações, a disciplina passou a ter como objetivo principal a formação proativa de comportamentos desejáveis. Nesse contexto, a fábrica não era apenas um local de produção, mas também um espaço de reconfiguração social, onde trabalhadores eram constantemente moldados para maximizar a eficiência e a produtividade. A presença física e a vigilância implícita da CSN eram ferramentas poderosas nesse processo de disciplinarização e controle social, refletindo uma interseção entre poder econômico e mecanismos de dominação social.

Em uma cidade dominada por uma empresa durante décadas, como Volta Redonda, a empresa exerce um controle significativo sobre a vida dos trabalhadores. Vivendo em casas outrora fornecidas pela empresa, frequentam escolas e serviços de saúde controlados pela empresa, o que pode levar a uma sensação de vigilância constante e controle sobre suas vidas. Inclusive, panóptico exemplifica a ideia de uma hierarquia de poder, em que os observadores (no topo) têm controle sobre os observados (na base), o que é visível a partir da análise da topografia da cidade, uma vez que aos empregados de menores cargos foi destinada a parte de baixo, e aos que sobraram do processo de contratação da usina foram destinadas as margens da cidade.

Além disso, a CSN, com as mudanças do Projeto original em implantações na Vila Operária, desempenhou um papel fundamental na hegemonia sobre a classe trabalhadora e seus familiares na Vila Operária, impactando o espaço urbano através de seus elementos materiais e simbólicos. No local em que seria construído o prédio da prefeitura de Volta Redonda, em uma busca por materializar as ideologias de controle e poder, foi construído o Escritório Central da CSN, em 1964, dotado de características arquitetônicas modernistas, destacando-se como um

marco referencial. Sua altura e localização estratégica reforçavam a presença dominante da CSN na vida dos habitantes de Volta Redonda, o que nos leva a associar à teoria do panoptismo. O edifício operava como uma "torre de vigilância," simbolizando a vigilância constante sobre os trabalhadores, fomentando um estado de "consciência da vigilância" que, mesmo sem ser efetivamente realizada, induzia a obediência e a manutenção das relações de poder. Esse efeito psicológico garantiu que os cidadãos se submetessem de maneira espontânea ao controle imposto pela CSN, pela simples percepção de que estavam sendo observados.

Mais do que um controle direto, a CSN intencionalmente moldava a sociedade ao seu redor, garantindo que os efeitos de seu poder se estendessem até os componentes mais distantes da comunidade. Mesmo com a percepção constante de vigilância, a necessidade de uma força de policiamento interna persistiu. Inicialmente criada para manter a disciplina nos acampamentos de construção da siderúrgica, essa polícia interna foi posteriormente estendida para toda a Vila Operária, reforçando ainda mais o controle sobre os trabalhadores e suas famílias.



Figura 43: Prédio do Escritório Central da CSN⁴⁰

No cenário urbano da Vila Operária, a localização e o design das edificações, assim como a configuração das ruas, praças e monumentos, eram manipulados para refletir a ideologia de poder e controle da CSN. A presença monumental do Escritório Central salientava a autoridade da companhia, moldando a paisagem urbana e o comportamento dos habitantes, que viviam sob a impressão de uma vigilância inescapável. A construção do edifício, com suas linhas retas,

⁴⁰ Fonte: <https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/nossahistoria/>

estrutura metálica e fachada envidraçada, não só modernizou a aparência da área, mas também serviu como um símbolo poderoso do controle da CSN. A sensação de estar constantemente observado induzia a um comportamento conformista e disciplinado, conforme os ideais de um "novo" homem e uma "nova" sociedade, desejados pelo então presidente Getúlio Vargas. Desta forma, a CSN consolidou seu domínio, utilizando a arquitetura e o planejamento urbano como ferramentas de poder ideológico e social.

A Praça Brasil, patrimônio histórico e cultural da cidade, é, em si, um microcosmo da ideologia estatal, com projeto autografado por Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1953, dia do trabalho, em uma solenidade ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos. Na praça, a estátua de bronze de Getúlio Vargas alocada no centro da praça não é apenas uma homenagem ao líder, mas simboliza a figura unificadora e paternal do Estado. O obelisco, com suas representações das diversas etapas da fabricação do aço, vai além de um simples marco decorativo; ele encarna um novo estilo de vida e comportamento, centrado na indústria e no progresso contínuo. A escultura do novo trabalhador, equipada com vestes pesadas das atividades de alto forno, simboliza o surgimento de uma nova classe trabalhadora, robusta e essencial em um país que se moderniza.



Figura 44: Obelisco da Praça Brasil, 2024.



Figura 45: Monumento em homenagem aos trabalhadores da CSN



Figura 46: Monumento em homenagem a Getúlio Vargas

A iconografia da Praça Brasil é completada por duas mulheres nuas, que circundam o obelisco e reforçam os valores do Estado Novo. Uma mulher, deitada e recostada em uma roda dentada, simboliza a indústria. A outra, com produtos agrícolas em mãos, sugere um equilíbrio submisso entre o campo e a cidade, reforçando a predominância da indústria na política econômica da época. Esta dualidade representa uma harmonização forçada entre o agrário e o industrial, centralizando a indústria como motor de desenvolvimento.

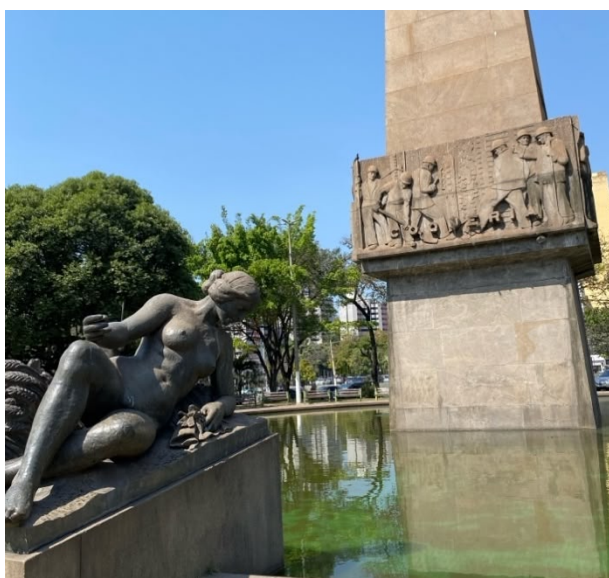


Figura 47: Monumento da Praça Brasil – símbolo agrícola.



Figura 48: Monumento da Praça Brasil – símbolo industrial.

No imaginário político da época, Getúlio Vargas é visto como uma figura paterna, sendo o “pai” que guia e protege os trabalhadores, que por sua vez são vistos como “filhos”. No entanto, parece haver uma lacuna nesse imaginário: a figura materna. Poderíamos interpretar a mulher representando a indústria como a matriarca, cuidando e administrando a “casa” e os “filhos trabalhadores”. Dessa maneira, a narrativa de uma “família completa” é construída, apresentando a indústria não só como um campo de produção, mas também como um espaço de cuidado e sustentação.

Ao considerar esses elementos simbólicos, torna-se evidente que a Vila Operária e seus marcos monumentais não são meras estruturas físicas. São, na verdade, parte de uma complexa teia de significados que visam reforçar ideais políticos, econômicos e sociais. Essa construção simbólica serve para legitimar a modernização industrial e as políticas do Governo Vargas, criando uma narrativa coesa que integra planejamento urbano, simbolismo e ideologia estatal.

Ainda no contexto da Vila Operária em Volta Redonda, não podemos subestimar o papel desempenhado pela Rua 14, que serve como um "eixo simbólico" entre três importantes marcos: o Escritório Central da CSN, a Praça Brasil e a Escola Profissional da CSN. De um lado desse eixo, o Escritório Central da CSN destaca-se como um monumento de controle administrativo, simbolizando a força e a organização da Companhia Siderúrgica Nacional. Sua localização estratégica e a imponência arquitetônica como reflexos claros da centralidade da indústria na modernização do país. Do outro lado, a Praça Brasil apresenta-se como um espaço de legitimidade simbólica, onde monumentos como o obelisco, a estátua de Getúlio Vargas e a escultura do novo trabalhador servem para enaltecer a gênese industrial de Volta Redonda e os ideais do Governo Vargas. No terceiro ponto, a presença da Escola Profissional da CSN, localizada ao sul da Rua 33, representa um elemento crucial na estratégia de formação da classe operária, articulada em conjunto com os interesses industriais e as políticas estatais. Isso revela a importância atribuída à educação e ao trabalho profissionalizante como ferramentas para a mobilidade social. A valorização dessa educação reflete a política do Estado Novo de Getúlio Vargas, que buscava integrar e promover a ascensão social dos trabalhadores por meio da qualificação profissional.



Figura 49: Escola Profissional da CSN⁴¹



Figura 50: Rua 14 da Praça Brasil ao Escritório Central da CSN⁴²

Assim, a instituição, junto com o Escritório Central e a Praça Brasil, compõe três pontos significativos no espaço urbano da Vila. Nesses locais, as relações de poder do Estado, da indústria e da educação foram materializadas, ilustrando a convergência de forças que moldaram a vida urbana na região. Dessa forma, a organização espacial da Vila não apenas atende a necessidades práticas, mas também carrega um simbolismo profundo, sendo um testemunho da tentativa de construir uma narrativa de progressão e dignidade para a classe operária, almejando a criação de um ambiente onde o trabalho e a educação fossem vistos como

⁴¹ Fonte: <https://centroculturalfcsn.org.br/memoria-historia-futuro/>

⁴² Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/e5/90/6e/e5906e0944cb333266982cd6f610d7b5.jpg>

vias legítimas para a melhoria das condições de vida e status social. Por meio dessas intervenções urbanas, fica evidente a intenção de consolidar uma identidade operária que fosse, ao mesmo tempo, produtiva e educada, em harmonia com os ideais desenvolvimentistas do período.



Figura 51: A Vila Operária em três pontos extremos

Embora a maior parte da literatura trate o fim da *company town* com a venda das casas da empresa aos operários em 1967, alguns estudiosos (Lima, 2013; Couto, 2019) defendem que essa relação permanece, visto a dominação que a empresa ainda tem com o Poder Público. Atualmente, o domínio dos imóveis e terras, pós-privatização, reforçam a tese de que a cidade continua com relações políticas de dominação típicas de uma *company town*. De acordo com Lima (2013, p. 43), a Companhia foi responsável pela definição da morfologia do espaço dessa cidade e se encarregou de orientar as perspectivas de crescimento econômico do lugar, ainda hoje praticamente condicionada às determinações da empresa, a seus interesses e suas necessidades. Em grande parte, o desenvolvimento da localidade praticamente dependeu dos ciclos de expansão promovidos pela Companhia.

Assim, nos dias de hoje, a associação entre o panóptico de Foucault e uma *company town* como Volta Redonda ainda pode ser feita ao analisar como a empresa exerce controle, poder e vigilância sobre a vida dos moradores, criando dinâmicas de disciplina e normalização, mas também potencialmente desencadeando resistência por parte da comunidade trabalhadora.



Figura 52: Volta Redonda, dias atuais.⁴³

Essa associação destaca as complexas relações de poder em ambientes onde a empresa detém um domínio significativo sobre a vida das pessoas. Isso se reflete nos inúmeros espaços utilizados e interditados pela empresa na cidade, marcando sua presença e poder, e pela hierarquia preservada dos bairros marcando a distinção cidade nova X cidade velha, o que justificaria o silêncio das pichações nos muros elitizados e o discurso higienista predominante.



Figura 53: Propriedade abandonada. Patrimônio da CSN no bairro Laranjal.

⁴³ Fonte: <https://tribunasf.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Parcial-de-Volta-Redonda-14-07-11-6.jpg>



Figura 54: Subida do bairro Laranjal, espaço de diretores e técnicos.



Figura 55: Condomínio de luxo no topo do bairro Laranjal.



Figura 56: Antiga Rádio da CSN, abandonada no bairro Laranjal, 2023.

As três figuras do bairro fotografado apresentam em comum o silenciamento da pichação. O discurso higienista desse espaço não permite a presença de vozes subversivas, garantindo a manutenção da ordem na paisagem. A Figura 28 mostra um imóvel desativado, o que outrora foi a Rádio ZYP, ou Rádio da CSN, fundada em 1955, como parte do esforço da construção de uma identidade da “família siderúrgica”. Essa construção encontra-se há décadas abandonada no Laranjal e, apesar de destruída por dentro, mantém a estrutura do imóvel próximo a do original onde podemos ainda perceber a sombra do que parece ter sido uma pichação apagada pelo cinza, o silêncio prevalece.



Figura 57: Muro do Colégio Estadual Rio Grande do Sul.

Em oposição, vemos no pé do bairro, em sua parte inicial, a presença da pichação no muro de uma escola estadual. Eu sou professora há 13 anos nesse colégio, que atende alunos do Ensino Médio. Trata-se de uma instituição de ensino que exerce suas atividades no local há 63 anos, e seu público estudantil é bastante variado em relação a suas moradias, uma vez que, como o colégio se encontra em uma região central da cidade, situando-se uma rua acima da rodoviária municipal de Volta Redonda, torna-se acesso fácil a estudantes que residem em bairros mais longínquos onde não há escolas.

Nessa parte do bairro, percebemos maior circulação de pedestres e carros, o que a torna ainda movimentada por pessoas que não são moradoras do local, cenário que será drasticamente modificado alguns metros acima, como percebemos nas figuras anteriores. Em 2025, não estamos olhando para um bairro de padrões dos que moram mais abaixo, mas, a despeito de Volta Redonda oficialmente abandonar a condição de *company town*, na transição dos anos 1960 para os 1970, as ordens do discurso permanecem.

A produção discursiva da cidade opera, conforme Foucault ([1970] 2014), como uma tecnologia de poder: define o que pode ser dito, onde e por quem. Nesse sentido, a paisagem urbana não é neutra, ela distribui possibilidades enunciativas de forma desigual. Os espaços centrais (prédios, monumentos, placas oficiais) condensam o dizer autorizado, enquanto muros periféricos e pichações são, muitas vezes, zonas de enunciação precarizada e criminalizada. O conflito semiótico da cidade, portanto, também é um conflito sobre legitimidade discursiva.

A CSN, assim como as demais empresas públicas brasileiras – especialmente aquelas do setor produtivo – passou a ser regida por critérios de eficiência idênticos aos do setor privado, organizando-se sob a forma de conglomerados, maximizando lucros e exercendo atividades internacionais (Piquet, 1998, p. 73). Mudanças que foram entendidas como necessárias para garantir a viabilidade de uma Companhia que despendia muitos recursos para garantir a reprodução dessa força de trabalho à medida que obtinha enormes prejuízos com a pouca competitividade no mercado siderúrgico. Construiu-se assim um cenário muito distinto da ordem planejada na criação da cidade, o que modificou drasticamente a relação dos moradores/trabalhadores com sua “mãe” de aço.

4.2.1 O controle na paisagem: tempo, espaço e disciplinamento urbano

Mecanismos de poder e controle podem ser estabelecidos sobre uma comunidade por diversos meios e intenções. Tempo e espaço são dois conceitos fundamentais que usamos para entender e descrever o universo. Embora sejam noções abstratas, ambos são essenciais em várias áreas do conhecimento. Na antropologia, os conceitos de tempo e espaço não são apenas entendidos como dimensões físicas, mas também como categorias culturais e sociais que variam de acordo com o contexto histórico, cultural e geográfico. Em vez de serem conceitos universais e imutáveis, tempo e espaço são moldados pelas experiências, crenças e práticas das sociedades humanas.

Para além de “onde”, observamos neste trabalho como o espaço se converte em paisagem, isto é, não apenas uma área física onde os seres humanos vivem, mas também um conceito que envolve relações de poder, identidade, cultura e percepção, cuja organização reflete valores, crenças e modos de produção. De maneira análoga, o tempo, para além de “quando”, pode ser social e politicamente construído, refutando, assim, a noção de que tempo é objetivo e linear.

Partindo da descrição apresentada da paisagem de Volta Redonda, analisemos a dinâmica de controle e resistência em diferente contexto com o estudo de Verdery (1996) que demonstra como o Estado romeno no governo Ceaușescu controlava o tempo através de políticas que afetavam diretamente a vida cotidiana dos cidadãos, com o objetivo de aumentar a produção e manter o controle.

Esse controle se manifestava na imposição de horários, na escassez de recursos e na manipulação da informação, resultando no que a autora denomina como uma *etatization of time* em que o Estado gradualmente expropriava o controle dos indivíduos sobre seus próprios horários e atividades. As pessoas eram compelidas a gastar seu tempo em filas para obter bens essenciais, em atividades de produção agrícola para atender às cotas do governo e em manifestações públicas obrigatórias, o que impactava seu senso de identidade e autonomia. Essas apreensões do tempo geraram escassez, imobilizaram os corpos, restringiram a autonomia, corroeram a sociabilidade e afetaram a identidade das pessoas, levando à resistência e à queda do regime. O tempo no sistema socialista era usado para produzir sujeição, enquanto no capitalismo o tempo está ligado à aceleração da produção.

Nesse caso romeno, o controle pelo poder é exercido principalmente pelo Estado, que se apropria do tempo dos cidadãos através de diversas políticas e mecanismos, dentre os quais incluíam imposição de horários e ritmos de trabalho em que o Estado definia as jornadas, os períodos de folga e até mesmo os momentos de lazer, interferindo na autonomia dos indivíduos.

A restrição ao consumo e à mobilidade com a escassez de produtos, a falta de informação sobre horários de transporte e a falta de eletricidade controlavam as atividades cotidianas das pessoas, que perdiam o controle sobre seu tempo. A falta de transparência sobre horários de transporte, disponibilidade de produtos e outras informações essenciais impedia que as pessoas planejassem suas vidas e agissem de forma autônoma, assim como a criação de longas filas para obter bens básicos e alimentos eram uma forma de controle, pois imobilizava os corpos dos cidadãos e transferia recursos para o Estado.

Além disso, havia o controle da produção agrícola em que o Estado impunha cotas de produção, obrigando os agricultores a entregar parte de sua produção e controlando seu tempo de trabalho. O Estado controlava até mesmo as decisões mais íntimas sobre reprodução, com a proibição de contracepção e aborto, a fim de aumentar a população para trabalhar. O objetivo desse controle era aumentar a produção, garantir a lealdade ao regime e suprimir qualquer forma de resistência. No entanto, essa apropriação do tempo teve como efeito a sujeição dos cidadãos, a perda de autonomia e a alienação em relação ao Estado.

O tempo, nesse contexto, não é uma entidade universal e imutável, mas sim uma construção social e política, moldada pelas relações de poder e pelas práticas culturais (Verdery, 1996). As diferentes organizações sociais têm concepções de tempo variáveis e essas concepções são forjadas em conflitos entre aqueles que buscam impor novas disciplinas temporais e aqueles que estão sujeitos a esses projetos transformadores.

A estatização do tempo impactou o senso de identidade e agência dos romenos. O Estado implementou novos marcadores temporais que transformaram a percepção da identidade pessoal, anteriormente ligada aos rituais e ciclos religiosos. A irregularidade nos horários de trabalho, nas reuniões partidárias e nos eventos seculares, todos variando anualmente, minava o sentimento de uma ordem normal, estabelecendo a incerteza como norma. Essa imprevisibilidade tornava difícil o planejamento e ações autônomas, resultando em um sentimento generalizado de impotência.

O regime buscava criar um “novo homem socialista” através de novas marcações temporais, que se chocavam com os valores tradicionais e as identidades culturais dos romenos. Essas mudanças atingiram a maneira como os indivíduos se viam e se relacionavam com o mundo ao seu redor. Ao imobilizar os corpos, o Estado buscava privar as pessoas de sua autonomia e agência, criando um sujeito passivo e obediente.

O discurso do governo de Ceaușescu na Romênia foi um projeto de transformação social que envolveu a criação de novos atores, através de novas marcações temporais, da substituição de valores tradicionais, da ênfase na coletividade e do controle do tempo e das atividades. Esse discurso é usado para justificar o poder do regime e para suprimir a resistência, embora não tenha sido totalmente aceito pela população.

Sob essa perspectiva, a estatização do tempo na Romênia de Ceaușescu é um exemplo de como o poder político pode moldar a experiência do tempo, através de políticas que visam controlar e apropriar o tempo das pessoas. O Estado romeno, ao impor novos ritmos e horários, não apenas buscava aumentar a produção, mas também produzir sujeição e incapacitar a autonomia dos indivíduos.

Essa estatização do tempo não se restringe à organização produtiva, mas se estende ao modo como a vida na cidade é vivida, silenciada e vigiada. Tal lógica se insere no que Foucault (1975) identifica como sociedades disciplinares, nas quais o espaço urbano é moldado para funcionar como engrenagem de vigilância e normalização. A cidade, nesse sentido, torna-se uma paisagem do controle: as ruas, as praças e até os horários tornam-se instrumentos de dominação.

Um regime estatal que busca controlar o tempo dos cidadãos é mais um caso em que o poder é exercido por meio de imposições e restrições, mas também demonstra como há resistência e luta pela autonomia e expressão. Tanto o tempo quanto o espaço são apresentados como palcos onde a disputa pelo poder se manifesta. Ao passo em que Verdery mostra como o tempo era usado como um instrumento para a dominação do Estado, analiso em Volta Redonda o espaço como paisagem, um lugar de disputas semióticas, investigando como a cidade foi historicamente moldada pelos interesses industriais, com uma imposição de sua lógica e poder.

Em ambos os casos, há uma tentativa de apropriação e controle por parte das estruturas de poder. Ao longo da história de Volta Redonda, a CSN exerce controle sobre o espaço físico da cidade, desde a sua criação como uma *company town*, com hierarquias espaciais que refletem o poder da empresa. A localização da usina, a construção da Vila Operária e a distribuição das residências reforçavam a disciplina e o controle social, assim como as tentativas em silenciar as vozes que contestam suas ações, através da repressão de protestos e da censura de críticas. O apagamento de pichações e a tentativa de censurar perfis de redes sociais que denunciam a poluição da empresa são exemplos dessa prática.

Além disso, assim como o regime de Ceaușescu buscava controlar não apenas os espaços e corpos, mas também as narrativas sobre passado, presente e futuro, o projeto desenvolvimentista brasileiro, materializado na CSN, construiu uma temporalidade estatal ordenada, previsível e disciplinada, na qual o trabalhador tinha sua trajetória biográfica ancorada na estabilidade da usina. Com a privatização da CSN, esse tempo foi desestruturado: emergiu uma temporalidade neoliberal marcada pela instabilidade, pela exclusão e pelo esquecimento seletivo. O passado operário passou a ser retratado como anacrônico; o futuro tornou-se incerto. No entanto, a resistência que se inscreve nas paisagens linguísticas urbanas desafia essa narrativa hegemônica e reinscreve uma temporalidade contra-hegemônica, feita de memória, interrupção e esperança. Assim como na Romênia pós-socialista, os sujeitos que resistem em Volta Redonda não disputam apenas o espaço – disputam o tempo, lutando contra a tentativa de apagamento da história operária e pela reativação de horizontes coletivos soterrados pelo discurso da modernização.

A indústria busca impor sua narrativa sobre a cidade, apresentando-se como benfeitora e ocultando os impactos negativos de suas atividades, define o que pode ou não ser dito, com a manipulação do espaço público e do discurso. A supressão de pichações que criticam a empresa e a tentativa de calar as vozes de denúncia em redes sociais mostram como o poder busca restringir o discurso e a livre expressão.

O poder é apresentado como algo que se exerce sobre os corpos, o tempo, o espaço e a linguagem, e não apenas através de estruturas políticas formais. Tanto na Romênia de Ceaușescu quanto em Volta Redonda, o poder hegemônico buscou controlar o cotidiano das pessoas, afetando suas identidades e sua capacidade de agir e resistir.

Contudo, na Romênia, a resistência se manifesta na manutenção das tradições, na busca por meios de subsistência alternativos e na preservação da sociabilidade, em que as pessoas buscavam usar seus corpos e seu tempo para reproduzir seus lares e relações locais em vez de promover o poder do Estado. Já em Volta Redonda, a resistência se manifesta no grito nas ruas e nas redes na luta contra o silenciamento, e a esperança se torna um elemento central da resistência, com a mobilização coletiva e a busca por um futuro melhor, mesmo diante das adversidades.

4.3 Uma filha abandonada: os conflitos começam

Em 1984, aconteceu a primeira greve na Companhia, começava nesse momento grande tensão entre as forças que operavam na cidade. Tropas do exército ocuparam a usina em sete ocasiões diferentes, sendo a mais tragicamente notória na greve iniciada em 07 de novembro de 1988, decidida em assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos no dia 04.

O movimento era liderado por José Juarez Antunes, operário que se transformou em uma das principais lideranças sindicais do país, que à época encontrava-se como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos licenciado, cumprindo mandato de deputado federal, pelo PDT, e que logo depois se elegeria prefeito da cidade, vindo a falecer, inexplicavelmente, em um acidente de carro no início de seu mandato.



Figura 58: Juarez Antunes durante a Greve de 1988.⁴⁴

Juarez Antunes, figura proeminente na esfera da sociologia e da política brasileira, desempenhou um papel crucial na dinâmica laboral e sindical da Companhia Siderúrgica Nacional. Nascido em um contexto de intensas transformações socioeconômicas, Antunes se destacou por sua análise crítica das relações de trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, temas centrais em sua produção acadêmica e ativista.

A CSN representava um projeto monumental de industrialização e desenvolvimento econômico para o Brasil e emergiu como um epicentro da indústria siderúrgica nacional, com um impacto significativo na estrutura social e econômica da região. Assim, Juarez Antunes, com sua formação e experiência acadêmica, envolveu-se diretamente nas questões relacionadas à companhia, especialmente no que tange à sua complexa relação com os trabalhadores e aos movimentos grevistas que se manifestaram ao longo das décadas, sendo um crítico perspicaz das condições de trabalho na siderúrgica e da maneira como a administração da empresa lidava com as demandas e reivindicações dos trabalhadores.

Sua atuação pode ser compreendida como uma interseção entre a teoria sociológica e a prática política, destacando-se por suas análises sobre a alienação no ambiente de trabalho e a luta por melhores condições laborais. O impacto de suas investigações e intervenções foi notável em momentos de crise laboral, particularmente durante as greves que marcaram a história da CSN e a vida de Volta Redonda. Essas greves, frequentemente motivadas por insatisfações relacionadas a salários, condições de trabalho e representação sindical, tornaram-se um campo fértil para o estudo das relações entre capital e trabalho. Antunes abordou essas

⁴⁴ Disponível em : <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/11/27/greve-de-1988-30-anos-musica-documentario-e-monumento-tentam-manter-memoria-do-movimento.ghtml> . Acesso em 18 de junho de 2023.

manifestações como expressões de uma luta mais ampla pela justiça social e pelos direitos dos trabalhadores, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder e resistência no contexto industrial.

Dessa maneira, Juarez Antunes se estabeleceu como uma figura fundamental na análise das questões sociais e laborais envolvendo a Companhia Siderúrgica Nacional, oferecendo uma perspectiva crítica que iluminou os complexos vínculos entre indústria, trabalho e sociedade em um período de intensas transformações econômicas e sociais no Brasil. Esteve à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda entre 1983 e 1989.

A greve de 1988 ocorreu em um momento em que o país ainda fazia a transição do regime militar para o democrático, e, no mesmo ano, Juarez se elegeu prefeito de Volta Redonda com cerca de 50 mil votos, pela coligação Pacto Democrático-Trabalhista – composta pelo PDT e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e apoiado por alguns setores do PT. Renunciou com isso ao mandato federal, foi empossado na prefeitura de Volta Redonda em 1º de janeiro de 1989. Porém seu tempo à frente do executivo municipal durou pouco, já que 51 dias após a posse do mandato, ele morreu em um acidente de carro quando seguia para Brasília para devolver as chaves do apartamento funcional em que ficava, quando ainda ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados, sendo substituído na Câmara pelo suplente Jaime Campos. O sindicalista foi homenageado dando nome a uma escola municipal do bairro São Luiz e uma praça na Vila Santa Cecília, próxima a Passagem Superior da CSN.

A notícia da morte de Juarez gerou uma comoção geral na cidade de Volta Redonda, com populares se aglomerando em frente à Prefeitura Municipal. Seu enterro no dia 22 de fevereiro de 1989 foi a maior manifestação de massa ocorrida na cidade, com mais de 100 mil pessoas que acompanharam o trajeto do caixão sobre o carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos.



Figura 59: Morte de Juarez Antunes⁴⁵

A greve de 88, conhecida como *Massacre de Volta Redonda*, teve início a partir de uma reivindicação de reposição de perdas salariais dos metalúrgicos, em torno de 26,06% e resultou em uma greve com ocupação da fábrica por milhares de trabalhadores, o que gerou conflitos nos pátios internos da usina entre os metalúrgicos e a tropa de choque da Polícia Militar, acionada pela direção da empresa a fim de promover a desocupação de suas instalações.



Figura 60: Operários da CSN resistem aos avanços do Exército em torno da usina.⁴⁶

Piquetes e bloqueios foram organizados para pressionar a empresa e o governo. A greve também teve um impacto sobre a economia local, afetando o comércio e os serviços em Volta Redonda. O movimento ganhou apoio da comunidade local, o que ampliou a pressão sobre a

⁴⁵ Foto: Reprodução/TV Rio Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/11/27/greve-de-1988-30-anos-musica-documentario-e-monumento-tentam-manter-memoria-do-movimento.ghtml>. Acesso em 18 de junho de 2023.

⁴⁶ Fonte: <https://istoe.com.br/a-batalha-de-volta-redonda/>. Acesso em 18 de junho de 2023.

CSN. No auge do confronto, une-se à multidão de operários do lado de dentro da CSN uma outra multidão do lado de fora dos portões, composta por familiares e moradores em protesto aos acontecimentos. À época, com dois anos de idade, fui levada pela minha mãe até os portões da fábrica para tentar algum contato com meu pai, operário ocupante na greve, o que conseguimos por um momento breve; ele continuaria do lado de dentro até o fim do movimento. Assim, Volta Redonda, a cidade que cresceu e se desenvolveu umbilicalmente vinculada à empresa siderúrgica, agora se mobilizava na defesa de seus direitos.



Figura 61: Invasão do Exército na CSN, durante a greve dos operários, 1988.⁴⁷

A intervenção das forças armadas, autorizada por decisão judicial, acabou resultando na morte de três operários dentro da usina, deixando ainda 40 feridos. Após dois dias de paralisação, – mesmo diante da manutenção do alto-forno em funcionamento pelos grevistas – soldados do Exército e do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro invadiram a usina, sob a alegação de proteção das máquinas, após terem dispersado violentamente uma manifestação em frente ao Escritório Central da Companhia. Foi nesse dia que os operários metalúrgicos, William Fernandes Leite, de 22 anos, e Valmir Freitas Monteiro, de 27 anos, foram mortos a tiros de metralhadora, e Carlos Augusto Barroso, de 19 anos, morto por esmagamento de crânio. Apesar dos assassinatos, da intensa repressão e da ocupação da CSN pelos militares, a greve duraria 17 dias em clima de impressionante mobilização, e foi encerrada apenas com um acordo que evitou a punição dos grevistas, garantiu a readmissão dos dispensados em greves anteriores e previu a adoção do turno de 6 horas, além de um abono salarial.

⁴⁷ Fonte: Caderno Especial do Jornal do Clube Foto filatélico e Numismático de Volta Redonda, ano 02, nº20, outubro/novembro de 2008.

Ainda nesse contexto, a atuação de Dom Waldyr Calheiros de Novaes foi um exemplo marcante de como a Igreja Católica, em seus setores progressistas, pode desempenhar um papel significativo na história social e política. Nomeado bispo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda em 1966, ficou conhecido por seu engajamento nas lutas sociais em favor dos menos favorecidos, pelos direitos dos trabalhadores, estendendo o seu apoio às lutas pela liberdade e pelo fim da exploração econômica da força de trabalho. Dom Waldyr não só se tornou um símbolo de resistência durante a ditadura militar no local, mas também um aliado imprescindível dos trabalhadores da CSN. Durante os conflitos intensos da greve de 1988, o bispo se destacou como mediador, não só condenando publicamente a repressão violenta, mas também exigindo justiça, utilizando sua posição eclesiástica para amplificar as vozes dos oprimidos. Foi Dom Waldyr Calheiros quem celebrou o velório dos trabalhadores assassinados.

Além de seu papel na mediação de conflitos, Dom Waldyr tornou-se um crítico fervoroso dos abusos cometidos pela CSN e pelo governo. Ele não temia denunciar as injustiças e a repressão, sendo uma figura respeitada entre os trabalhadores e uma ameaça aos poderosos interesses corporativos e governamentais. Sua voz tornou-se um baluarte contra a opressão, e ele usou a influência da Igreja para expor e contestar as condições desumanas enfrentadas pelos operários.



Figura 62: Funeral do metalúrgico da CSN Carlos Augusto Barroso.

As negociações entre os sindicatos e a administração da CSN foram intensas resultaram em concessões importantes. Os trabalhadores conquistaram aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho, além de um aumento na participação dos sindicatos nas negociações e na gestão de questões trabalhistas, o que ajudou a fortalecer o movimento sindical no Brasil, demonstrando a capacidade dos trabalhadores de se mobilizarem e alcançarem suas reivindicações.

Dessa forma, a mobilização contribuiu para consolidar o papel dos sindicatos como atores importantes na negociação de direitos e condições de trabalho. O sucesso da negociação dos grevistas reforçou a importância das leis trabalhistas e dos direitos garantidos pela nova Constituição de 1988, sendo uma experiência que demonstrou a eficácia da mobilização sindical e a necessidade de um diálogo constante entre trabalhadores e empregadores. Assim, a CSN teve que adaptar suas políticas de gestão e negociação para lidar com as novas demandas dos empregados, e Volta Redonda viu um aumento na conscientização e na organização trabalhista, refletindo uma mudança na dinâmica entre trabalhadores e a indústria.

Em homenagem aos três operários assassinados na greve de novembro de 88, foi instalado em frente à CSN um monumento de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, o Memorial 09 de Novembro. Inaugurado no dia 1º de Maio de 1989, na Praça Juarez Antunes, na Vila Santa Cecília, o monumento apresentava em sua base a inscrição gravada: *“A Wladimir, Valmir e Barroso, nossos companheiros assassinados na greve de novembro de 1988”*, além de uma placa onde se lia *“Um monumento àqueles que lutam pela Justiça e pela Igualdade”*.



Figura 63: Inauguração do Memorial 09 de Novembro.⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <https://www.oscarniemeyer.org.br/obra/pro309> . Acesso em 22 de outubro de 2023.

Contudo, no dia seguinte à sua inauguração, o monumento foi parcialmente destruído por um atentado à bomba. Com a explosão, o memorial, composto por um bloco de concreto com imagem de três corpos em baixo relevo, tombou para frente, ficando preso apenas pelos vergalhões. Dez anos depois, em 1999, a participação do exército no atentado foi revelada pelo ex-capitão do exército Dalton Roberto de Melo que denunciou o General Álvaro de Souza Pinheiro como mandante do crime. Apesar da disposição da prefeitura em reconstruir o monumento, a pedido do próprio Niemeyer a obra foi reerguida mantendo parte de sua destruição. O arquiteto descreve o acontecimento em seu livro de memórias:

E o fiz tão contestador que o explodiram, no mesmo dia da sua inauguração. Era a direita que surgia com suas bombas e seus desesperos, e com tal violência que até as vidraças dos prédios vizinhos ficaram em pedaços. Apesar das ameaças e cartas recebidas, propus que o pusessem de pé outra vez, com as fraturas à mostra e esta frase que redigi: "Nada, nem a bomba que destruiu este monumento, poderá deter os que lutam pela justiça e liberdade". E o monumento lá permanece, depois de guardado durante três dias pelos operários da metalúrgica." (Niemeyer, 1998, p. 209)



Figura 64: Imagem do memorial 9 de Novembro após o atentado em 1989.⁴⁹

⁴⁹ Disponível em: <http://arch.ensp.fiocruz.br/index.php/monumento-aos-operarios-mortos-praca-juarez-antunes-volta-redonda-rj>. Acesso em 08 de julho de 2023.



Figura 65: Monumento reerguido, 2023.

Esse monumento faz até hoje parte dos nossos dias, volta-redondenses, da paisagem da cidade e, sobretudo, da rotina dos trabalhadores da CSN. Situado próximo à entrada principal da empresa, mantém acesa a memória de um sangrento passado recente de lutas, de violência e de opressão.

Dois anos após o massacre de 1988, em um contexto de agravamento das políticas neoliberais no país, os operários da CSN voltaram a paralisar suas atividades em novembro de 1990. Desta vez, a greve foi motivada sobretudo pela resistência ao processo de privatização da empresa, conduzido pelo governo de Fernando Collor de Mello, e pelas demissões em massa que ameaçavam a estabilidade dos trabalhadores. Embora não tenha havido repressão armada com mortes como em 1988, a tensão foi intensa, marcada por forte mobilização sindical, repressão judicial e criminalização do movimento grevista.

Essa foi considerada a maior greve de ocupação da usina, porém também a maior derrota grevista, pois provocou a demissão de diversos operários sem conseguirem o que reivindicavam. Volta Redonda já era conhecida pela magnitude de suas manifestações, e essa greve foi emblemática para entender as transformações no ambiente de trabalho e as respostas dos trabalhadores às mudanças macroeconômicas e políticas do período.

Motivada por uma confluência de fatores econômicos e sociais, entre as principais demandas dos trabalhadores estavam: a preocupação com a desestatização; os reajustes salariais que refletissem a inflação e o aumento do custo de vida, uma demanda crucial em um contexto de inflação galopante e incertezas econômicas; melhoria em condições de trabalho, incluindo a segurança no ambiente industrial e a deterioração das condições laborais, exacerbada pela necessidade de modernização tecnológica da empresa; participação sindical dos trabalhadores

na transparência nas negociações e decisões que afetavam diretamente seus direitos e condições de trabalho.

Iniciada em um clima de tensão e mobilização entre os trabalhadores, a ação foi organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e contou com forte apoio dos trabalhadores da CSN, recebendo ainda apoio da comunidade local e de outros setores da economia, ampliando sua influência e visibilidade.

Entre as estratégias adotadas os grevistas novamente realizaram piquetes nas entradas da fábrica e bloquearam a produção, com o objetivo de pressionar a direção da empresa e o governo. Como em outras greves de grande escala, a mobilização dos trabalhadores foi acompanhada por confrontos com as forças de segurança. Assim, a repressão policial e a tentativa de manutenção da ordem pública mais uma vez geraram conflitos que refletiam as tensões entre a administração da CSN e os sindicatos.

A greve de 1990 resultou em algumas concessões por parte da administração da CSN e demonstrou a capacidade do movimento sindical de mobilizar e negociar em condições adversas. Reforçou, também, a importância da organização e da coesão entre os trabalhadores para a conquista de direitos e melhorias nas condições de trabalho, e destacou, para a CSN, a necessidade de adaptação às novas realidades econômicas e sociais, levando a empresa a rever suas políticas de recursos humanos e gestão de conflitos.

Como o evento ocorreu em um período de transição econômica, com o Brasil enfrentando desafios relacionados à estabilização e às reformas estruturais, a greve refletiu as tensões entre as necessidades de modernização e as demandas por melhores condições de trabalho e justiça social.

Os movimentos grevistas reforçaram a memória de luta da classe trabalhadora em Volta Redonda. Esses episódios sucessivos consolidaram uma cultura de resistência que ultrapassa os limites temporais e se inscreve no espaço urbano por meio de práticas discursivas insurgentes que tensionam o discurso hegemônico da ordem, da produtividade e do progresso. Assim, os a cidade torna-se arquivo vivo de uma memória operária que insiste em não ser esquecida, transformando o espaço público em arena de disputa simbólica e política.

4.4 O preço do progresso: a privatização da CSN

Após o ciclo de greves, seguido da eleição de Fernando Collor de Melo para a Presidência da República foram intensificados os ideais neoliberais no Brasil, promovendo a

tese do Estado Mínimo. Esses eventos tiveram um impacto profundo na história da cidade de Volta Redonda, iniciando o fim de um ciclo que começou em 1941 com a construção da CSN e culminando com a privatização da empresa. Isso alterou radicalmente a relação entre a cidade e as esferas de poder.

Desde sua criação, Volta Redonda foi marcada por uma relação complexa entre os habitantes, a Prefeitura e o Governo Federal, frequentemente representado pela direção da CSN. A cidade não é apenas um espaço funcional destinado à gestão e expansão, mas também uma paisagem que determina a interação entre sociedade e espaço. A organização do espaço urbano define os ritmos e atividades, permitindo a identificação dos atores que participam das relações sociais.

A privatização da CSN, iniciada em 1993, através do Programa Nacional de Desestatização (PND). Isso ocorreu devido a todo um processo de sucateamento, ligado a planos econômicos governamentais, principalmente para a contenção da inflação, que não obtiveram êxito. O processo trouxe consigo um aumento significativo de demissões na usina, sob a estratégia de modernização do sistema de trabalho, com a ampliação do uso de novas tecnologias que substituem a força de trabalho (Lima, 2018).

A privatização também foi marcada pela disputa por territórios e impostos entre a empresa e a prefeitura. Era comum ouvir à época que “quem compra a CSN compra uma cidade”. De fato, a venda de clubes, hospitais e escolas que compunham a política de bem-estar social e a restrição do acesso da população a áreas de lazer impactou diretamente a população do local. Nesse mesmo processo, houve a degradação das condições de vida dos operários empregados e demitidos e a mudança no perfil econômico da cidade.

O processo de privatização foi complexo e conturbado, marcado por uma série de fatores sociais, políticos e econômicos que dificultaram sua inclusão imediata no PND. Como a CSN, além de ser um ícone de industrialização brasileira, tinha uma relação intrínseca com a cidade de Volta Redonda, privatizá-la significava abalizar a cidade, elevando significativamente o custo político dessa venda. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, associado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi um dos principais opositores, mobilizando-se contra a privatização e lembrando eventos traumáticos como a greve de novembro de 1988.

A tentativa de privatização mobilizou, mais uma vez, não apenas os trabalhadores da empresa, mas toda a população de Volta Redonda, cuja história se entrelaça profundamente com a existência da usina. A resistência à desestatização da CSN configurou-se como um movimento social amplo, no qual sindicatos, associações de bairro, grupos religiosos,

estudantes e partidos políticos convergiram em torno da defesa de um patrimônio coletivo. As manifestações extrapolavam os portões da fábrica: ocupavam ruas, praças, igrejas e muros, onde surgiam faixas, cartazes, pichações e murais denunciando a ameaça ao projeto de cidade que havia se constituído em torno da siderúrgica. Para muitos moradores, a CSN não era apenas um espaço de trabalho, mas uma referência de pertencimento, estrutura social e identidade local.



Figura 66: Protesto na entrada da usina⁵⁰



Figura 67: Protesto de trabalhadores contra a privatização da CSN⁵¹

Além das resistências políticas e sociais, a CSN enfrentava graves problemas financeiros, estava praticamente insolvente, com uma enorme dívida e um passivo ambiental significativo. Estudos indicavam que seria necessário um investimento substancial por parte do

⁵⁰ Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-sem-repressao-tem-acordo-na-csn>

⁵¹ Fonte: <https://www.monitordoosul.com/20210409-relembrando-a-criacao-da-csn-e-a-posicao-do-brasil-na-ii-guerra/>

governo para recuperar a companhia, o que tornava a privatização ainda mais complexa e menos atraente para investidores privados.

Foi nesse contexto que o engenheiro Roberto Procópio Lima Neto assumiu a presidência da CSN em abril de 1990, com uma missão clara de sanear e privatizar. Sua gestão iniciou-se com demissões em massa e o fechamento da Fábrica de Estrutura Metálica. Tais medidas provocaram uma greve histórica, enfraquecendo a liderança sindical e abrindo caminho para a futura privatização. Essas ações geraram temores entre os comerciantes locais, que começaram a ver a privatização de forma negativa, e até a Igreja Católica, liderada por Dom Waldyr Calheiros, se posicionou contra. Sua resistência à privatização demonstrou mais uma vez seu comprometimento com a causa trabalhista, já que acreditava que aumentaria a exploração e deterioraria as condições de trabalho.

O então prefeito de Volta Redonda Paulo Baltazar propôs uma discussão ampla sobre o tema, mas a falta de poder local frente ao governo federal acabou por recolocar a privatização em pauta. Assim, a prefeitura mudou de postura, negociando com o governo federal para obter medidas compensatórias para a cidade. E, mesmo com a resistência local, o leilão da CSN foi realizado em abril de 1993, e a empresa foi vendida por um valor considerado abaixo do esperado.

Infelizmente, os estudos previstos para avaliar os impactos sociais da privatização não foram realizados, deixando Volta Redonda à mercê dos novos controladores da CSN, sem compromissos sociais com a comunidade local. Dessa forma, a transição para uma empresa privada trouxe grandes desafios para a cidade, moldando seu futuro de acordo com os interesses dos acionistas.

Com a privatização, a dinâmica dessas relações sociais e urbanas mudou significativamente. O Governo Federal, que antes desempenhava um papel central nas questões locais através da CSN, foi substituído pelo grupo controlador acionário da empresa. Essa mudança de atores trouxe novas formas de gestão e influenciou profundamente a estrutura simbólica e a organização do espaço urbano em Volta Redonda.

A empresa adotou uma série de estratégias para institucionalizar a privatização, enfrentando e neutralizando os movimentos de resistência. Essas táticas incluíram a cooptação dos sindicatos, o convencimento das esposas dos operários e a promoção da ilusão de que a privatização tornaria todos mais ricos e seria benéfica para a empresa, a cidade, os operários e suas famílias. As ideias propagadas eram tão distorcidas que altos representantes sindicais

chegaram a se reunir com líderes do governo para afirmar que os alguns operários clamavam pela privatização.

Essas manobras foram eficazes em desmotivar grandes manifestações, demonstrando o poder da empresa em influenciar e moldar o contexto sociocultural. Esse cenário reflete o colonialismo interno, a cooptação e a alienação da sociedade, evidenciando a demanda por libertação. A privatização foi concretizada, e a cidade se silenciou, submetendo-se ao poder da grande empresa.

A privatização também deu início a um processo de gentrificação, problema comum decorrente do neoliberalismo (Palmeira, 2012; Lima, 2014), em que as mudanças de promessas modernizadoras forçaram os menos favorecidos a se adaptarem. O desenvolvimento da cidade também foi restringido devido a um problema sério no edital de desestatização, uma vez que, com a privatização da siderúrgica, todo o patrimônio estatal foi vendido, incluindo terras, os clubes, hospital, escolas, minas, ferrovias e o controle dos portos. Esse esvaziamento abriu espaço para o reordenamento do território urbano, com novas iniciativas privadas ocupando áreas antes voltadas ao bem-estar da classe trabalhadora.

Esse cenário desencadeou uma crise financeira e social, resultando em mais demissões e uma forte dependência da siderúrgica para o desenvolvimento econômico da cidade. A arrecadação de impostos pela CSN tornou-se vital, mas a falta de áreas disponíveis para novos empreendimentos agravou a situação.

Com a reconfiguração econômica e a abertura ao capital privado, determinadas áreas da cidade passaram a ser valorizadas, especialmente aquelas próximas ao centro, aos bairros planejados e às antigas instalações administrativas da CSN. Investimentos imobiliários, construção de condomínios e revitalizações pontuais contribuíram para um processo de elitização e deslocamento das populações de baixa renda para periferias mais distantes.

Com a mudança de perfil da CSN, de uma entidade “mãe” para uma empresa privada sem responsabilidade social, os governantes locais se viram obrigados a desenvolver políticas públicas para preencher as lacunas deixadas pela empresa. No início, buscaram-se parcerias entre a CSN e o município, mas a falta de confiança levou ao rompimento de vários projetos pós-privatização. Atualmente, discute-se que a cidade deve investir em indústrias de tecnologias limpas para se desvincular da CSN, embora esses projetos ainda não tenham sido efetivados.

A privatização não apenas alterou as dinâmicas econômicas, mas também a identidade da cidade. O antigo orgulho metalúrgico foi progressivamente substituído por um discurso

empreendedor, ligado à inovação, ao comércio e à prestação de serviços. Isso impactou a narrativa urbana, com a tentativa de apagamento das marcas da luta operária em prol de uma imagem de modernidade e progresso, o que gerou tensões com os grupos que resistem a esse processo.

A alteração nas relações de poder redefiniu o papel da cidade no contexto nacional e alterou a identidade dos seus habitantes. A nova configuração urbana, fruto da privatização, desafiou antigos paradigmas e trouxe novas dinâmicas sociais e econômicas, refletindo as transformações que o neoliberalismo impôs ao Brasil na virada do século. Essa mudança simboliza uma transição de eras, na qual a autonomia e a identidade da cidade passaram por um processo de ressignificação, adequando-se aos novos tempos e desafios impostos pela modernidade e pela globalização.

O estabelecimento da CSN em Volta Redonda foi um experimento de criação da nova sociedade, disciplinada e hierarquizada, e do “novo trabalhador urbano”, moldado de acordo com os interesses políticos e econômicos da época, refletindo uma cidade símbolo de “progresso” e “modernidade” (Alves, 2001; Assis; Lima, 2014; Lustoza, 2013). Nos anos 2000, a cidade perde seu status de cidade operária uma vez que o setor de serviços foi o maior gerador de emprego, motivo esse ligado à privatização e ao consequente desemprego, fazendo com que a dinâmica da cidade se transformasse com base na inclusão de uma nova realidade econômica.

A luta contra a privatização expressava, portanto, mais do que a defesa de empregos, era a afirmação do direito à memória, à dignidade e à permanência. Esse sentimento de perda e resistência permanece inscrito nas paisagens urbanas por meio de marcas discursivas que atualizam os sentidos de luta, revivendo no espaço físico as disputas simbólicas por justiça social e soberania popular. A privatização, sob essa ótica, não silenciou a cidade: ela reconfigurou os modos de enunciação dos sujeitos coletivos, que continuam a interpelar a ordem hegemônica através das vozes que ecoam nas superfícies urbanas.

4.4.1 Cidades pós-industriais

Compreendemos aqui uma *company town* como área planejada e criada em torno de uma única empresa dominante, associada a atividades industriais. Nessa configuração, a empresa controla não apenas os meios de produção, mas também muitos aspectos da vida cotidiana dos trabalhadores, incluindo habitação, infraestrutura urbana, comércio e serviços sociais.

Volta Redonda começa a sua história correspondendo a essa definição, com características claras de dependência econômica e controle social por parte da CSN. No entanto, com o passar das décadas, especialmente após a privatização da empresa, vimos que a cidade passou a assumir traços de uma cidade pós-industrial, marcada pela tentativa de diversificação econômica, pelo enfrentamento dos desafios do desemprego e pelo esforço em lidar com o legado ambiental e social de sua industrialização.

Rhodes e Scarlett (2023) definem uma paisagem pós-industrial como um lugar que já desempenhou uma função de suporte no passado, e hoje não a desempenha mais. O termo “pós-industrial” coloca uma ênfase excessiva no passado – na atividade da qual agora somos pós –, categoriza o presente com base nas experiências passadas e oferece pouco espaço para conceber futuros potenciais. Além de demonstrar uma ruptura à temporalidade, o termo concede mais valor ao industrial. Há um foco naquilo que se perdeu. Assim como qualquer outra paisagem marcada pelo prefixo “pós”, uma paisagem pós-industrial ainda carrega traços das influências industriais anteriores; ela não está completamente livre ou intocada por essas marcas históricas (Rhodes e Scarlett, 2023, p. 325). Essas paisagens não estão desvinculadas de suas origens industriais: traços físicos e culturais do passado permanecem visíveis e influenciam como esses locais são entendidos hoje.

Uma paisagem pós-industrial, ao invés de ser apenas um espaço vazio deixado pelo desaparecimento da indústria, é composta por vários significados culturais e memória coletiva. É um espaço onde se encontram vestígios tangíveis, como ruínas e resíduos, e elementos intangíveis, como narrativas históricas e heranças comunitárias.

O conceito de “presença ausente” é central para compreender as paisagens pós-industriais, visto que a ausência física de certas atividades ou comunidades pode ser sentida de maneira simbólica, criando espaços marcados pela memória de algo que já não está lá. Muitas dessas paisagens ao redor do mundo, como em Volta Redonda, carregam as marcas de comunidades deslocadas pela gentrificação, um processo em que antigos bairros industriais são convertidos em áreas residenciais de alto padrão ou centros culturais.

No estudo de Rhodes e Scarlett (2023), um exemplo mencionado é o bairro de Over-the-Rhine, em Cincinnati, onde a narrativa de herança alemã foi usada para redesenvolver a área, enquanto as comunidades negras locais foram desconsideradas e deslocadas. Esses processos destacam como as transformações urbanas muitas vezes reproduzem desigualdades raciais e socioeconômicas. Nos Estados Unidos, as paisagens pós-industriais são inevitavelmente influenciadas pela história racial do país. Muitos desses espaços foram

moldados por estruturas de exploração e desapropriação que atingiram desproporcionalmente as comunidades negras.

Outro elemento fundamental das paisagens pós-industriais são as ruínas e os resíduos, que ilustram o impacto do capitalismo industrial. Resíduos materiais, como rejeitos de mineração e estruturas abandonadas, carregam consigo histórias de trabalho e exploração, mas também de resistência, como nas regiões de mineração de Idaho, os rejeitos foram tanto fonte de orgulho para os trabalhadores quanto um problema ambiental para as gerações futuras.

As representações culturais de ruínas industriais frequentemente romantizam esses espaços, apagando a presença das pessoas que trabalharam ou viveram nesses locais. Em Detroit, os autores argumentam que as imagens de suas ruínas ignoram a contribuição histórica das comunidades negras e trabalhadores da classe operária que moldaram a cidade.

Um grande desafio na preservação de paisagens pós-industriais é sua constante transformação. Locais como fábricas e minas muitas vezes mudaram de função ao longo do tempo, dificultando sua inclusão em sistemas de preservação que valorizam a integridade dos locais históricos. Apesar disso, iniciativas como o *Pullman National Monument*, em Chicago, mostram como é possível usar esses espaços para abordar questões de memória histórica e justiça social.

O *Pullman National Monument*, localizado no extremo sul de Chicago, Illinois, é um marco histórico que preserva a rica e complexa história da *company town* de Pullman, fundada na década de 1880 pelo magnata ferroviário George Pullman. A área foi planejada e criada para abrigar os trabalhadores da *Pullman Company*, uma empresa conhecida pela produção de luxuosos vagões de trem, os famosos *Pullman Cars*. Mais do que um local de trabalho, a *company town* era uma tentativa de controlar todos os aspectos da vida dos trabalhadores, desde suas condições de moradia até os serviços disponíveis na comunidade, em troca de sua lealdade à empresa. À época, foram estabelecidos padrões comportamentais que os trabalhadores tinham que cumprir para viver na área.

O local hoje tem grande relevância histórica. Foi o palco da Greve de Pullman, um dos conflitos trabalhistas mais importantes da história dos Estados Unidos, ocorrido em 1894, movimento que surgiu como uma reação dos trabalhadores aos cortes salariais impostos pela empresa, enquanto os aluguéis das moradias, controladas por Pullman, permaneciam altos. A greve se alastrou, evoluindo para um movimento nacional que resultou na intervenção federal e em episódios de violência, destacando as tensões entre os trabalhadores e os interesses empresariais na era industrial.

O monumento reflete também questões profundas de raça e classe. Após o declínio da *company town* em 1907, a área continuou habitada por trabalhadores, incluindo uma crescente população afro-americana. Muitos desses indivíduos se tornaram *Pullman Porters*, empregados contratados para trabalhar como atendentes nos vagões de trem. Embora enfrentassem condições de trabalho difíceis e discriminação racial, desempenharam um papel essencial no avanço dos movimentos de direitos civis e trabalho organizado, destacando a resistência e a luta por justiça racial e melhores condições de trabalho.

Em 2015, o *Pullman National Monument* foi integrado ao sistema do *National Park Service* (NPS), consolidando-se como um espaço de preservação histórica e reflexão sobre a interseção entre indústria, trabalho, e justiça social nos Estados Unidos. Estruturas como a antiga fábrica da *Pullman Company*, as casas residenciais dos trabalhadores e o *Pullman Administration Building* foram restauradas e mantidas para permitir que as gerações atuais compreendam as dinâmicas sociais e econômicas daquela época.



Figura 68: Pullman National Historical Park⁵²



Figura 69: Pullman, em Chicago.⁵³

⁵²Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Pullman_National_Historical_Park#/media/File:Pullman_Chicago_Clock_Tower.jpg

⁵³ Fonte: <https://www.choosechicago.com/blog/neighborhoods-blog/take-a-walking-tour-of-chicagos-pullman-neighborhood/>

Atualmente, o *Pullman National Monument* cumpre um papel educacional e memorial, conectando as narrativas históricas do passado às questões contemporâneas. Ele ilustra a luta por direitos trabalhistas, igualdade racial e justiça social no contexto das transformações industriais americanas, ao mesmo tempo em que serve como exemplo de como paisagens pós-industriais podem ser revitalizadas e ressignificadas para abordar questões históricas e culturais mais amplas.

Além do exemplo de Pullman, o *Lowell National Historical Park* é uma reanimação bem-sucedida de um patrimônio industrial, destacando sua abordagem única de integração entre a cidade e o parque, que é apresentado como um modelo que busca porosidade entre o passado e o presente (Rhodes e Scarlett, 2023), através de um modelo de interpretação autorreflexivo, onde a cidade e o parque se misturam e se confundem.

Situado em Lowell, Massachusetts, o parque, criado em 1978, é um exemplo emblemático de como as cidades industriais do século XIX moldaram a história social, econômica e cultural dos Estados Unidos. É tanto um espaço de preservação histórica quanto um modelo para compreender os impactos da industrialização e as complexas dinâmicas de transformação urbana, visto que oferece um estudo detalhado sobre as cidades industriais e o papel central da Revolução Industrial americana, conectando as experiências do passado com questões contemporâneas de justiça social, gentrificação e memória coletiva.

Lowell foi uma das primeiras cidades planejadas dos Estados Unidos a se basear em um modelo industrial, surgindo no início do século XIX como um polo de produção têxtil. A cidade prosperou devido ao seu uso pioneiro da energia hidráulica do Rio Merrimack, que alimentava máquinas industriais nos grandes complexos fabris. Esses sistemas foram distribuídos por meio de uma rede de canais, que ainda hoje é um elemento marcante da paisagem urbana.

Na atualidade, o parque é dedicado a preservar a história de Lowell como um centro de inovação tecnológica e econômica, mas também como um espaço de transformação social. Ele destaca a importância das *Lowell Mill Girls*, jovens mulheres, em sua maioria oriundas de áreas rurais, que constituíram a força de trabalho das fábricas. Essas mulheres foram pioneiras em movimentos trabalhistas, lutando por condições de trabalho mais seguras e salários justos, sendo exemplo precoce das tensões entre capital e trabalho durante a industrialização.

Ao longo do século XIX, a cidade se tornou um destino para imigrantes, como irlandeses, franceses, canadenses, gregos e portugueses, que formaram comunidades vibrantes e moldaram a identidade cultural da cidade. Essa dinâmica, contudo, também gerou disputas

sociais. Os primeiros trabalhadores industriais, como as mulheres rurais, foram progressivamente substituídos por imigrantes que recebiam salários mais baixos, refletindo as estratégias capitalistas de maximizar lucros à custa de direitos trabalhistas.

Além disso, Lowell é um exemplo claro de como as mudanças econômicas e tecnológicas levam ao declínio industrial e às crises subsequentes. No século XX, à medida que as indústrias têxteis se mudaram para o sul dos Estados Unidos e, posteriormente, para o exterior, a cidade enfrentou a desindustrialização, um fenômeno que resultou na perda de empregos, declínio populacional e deterioração urbana – características comuns em cidades pós-industriais.

No contexto do conceito de cidade pós-industrial, Lowell oferece uma narrativa rica. Hoje, o *Lowell National Historical Park* encapsula como uma cidade pode se reinventar após o colapso industrial, utilizando sua história como um recurso cultural e econômico. O parque preserva as antigas fábricas e sistemas de canais como marcos de herança industrial, mas também como espaços de aprendizado sobre como o trabalho, a tecnologia e as mudanças sociais moldaram os Estados Unidos.



Figura 70: Lowell National Park⁵⁴

Entretanto, a transformação de Lowell em um destino turístico e educacional não está isenta de tensões. O redesenvolvimento urbano e a preservação histórica frequentemente envolvem disputas de poder, uma vez que a revalorização da área pode levar à gentrificação, deslocando comunidades vulneráveis que historicamente viveram na cidade, enquanto as

⁵⁴ Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Lowell_National_Historical_Park

narrativas promovidas pelo parque podem omitir ou romantizar aspectos difíceis do passado, como a exploração laboral e as condições de trabalho perigosas.

Outro aspecto importante do *Lowell National Historical Park* é a forma como ele lida com o conceito de memória coletiva. A preservação das fábricas e a narrativa histórica destacam as inovações e os sucessos de Lowell, mas também levantam questões sobre quem controla essas narrativas e que histórias são deixadas de lado. Como no caso de diversas paisagens pós-industriais, muitas vezes há uma tensão entre a preservação de memórias glorificadas e o reconhecimento das desigualdades e exclusões que moldaram esses espaços.

Através de algumas exposições, o parque procura equilibrar essa narrativa, abordando não apenas os avanços tecnológicos, mas também as lutas dos trabalhadores. Contudo, como em outros projetos de reanimação pós-industrial, há um risco de que os esforços de preservação se concentrem em uma visão seletiva do passado, ofuscando as vozes das comunidades marginalizadas.

A comparação entre Volta Redonda e cidades pós-industriais como Lowell e Pullman, ambas nos Estados Unidos, permite compreender distintos modos de produção da memória operária e de reconfiguração do espaço urbano após a desindustrialização. Nos três casos, observa-se a presença da cidade-fábrica como forma de organização espacial e social: territórios moldados pelas exigências do capital industrial, onde empresas como a CSN, a Lowell Mills e a Pullman Company não apenas empregavam trabalhadores, mas estruturavam escolas, hospitais, moradias, áreas de lazer e sistemas de controle cotidiano, produzindo um modo de vida baseado na dependência da fábrica e na construção de uma identidade operária coletiva.

Contudo, os caminhos trilhados após o declínio industrial revelam contrastes significativos. Em Lowell e Pullman, houve um processo de patrimonialização da memória operária, com apoio do Estado e de instituições culturais, que transformou antigas áreas industriais em parques históricos nacionais, museus e centros educativos voltados ao turismo e à celebração do passado produtivo, embora com o risco de neutralização crítica da experiência de exploração e luta. Já em Volta Redonda, o desmonte do modelo estatal da CSN, intensificado com a privatização em 1993, não foi acompanhado de políticas públicas de preservação da memória coletiva dos trabalhadores. Ao contrário, assistiu-se à reconfiguração simbólica e material do espaço urbano a partir da lógica neoliberal, com valorização imobiliária, desestruturação de serviços comunitários e tentativas de apagamento das marcas de luta.

Nesse contexto, a memória operária não foi domesticada pela institucionalidade, mas resiste de forma insurgente e popular: está inscrita nos muros, nas pichações, nas faixas de

protesto e nas manifestações culturais que denunciam o silenciamento da história e reafirmam o pertencimento dos sujeitos ao território. Enquanto Pullman e Lowell transformaram a *company town* em ruína patrimonial celebrada, Volta Redonda mantém essa cidade viva, tensionada entre o progresso anunciado e a memória coletiva que se recusa a ser esquecida.

Essas cidades, embora com histórias distintas, compartilham entre si o desafio de lidar com seu legado, com a necessidade de preservar sua memória e com a luta contra a desigualdade. Rhodes e Scarlett (2023) advertem que os esforços de reanimação do patrimônio industrial podem reproduzir desigualdades, caso não haja uma abordagem crítica. Essa advertência também se aplica ao contexto de Volta Redonda, onde a relação entre a cidade e a CSN é marcada por uma história de disparidades. E, ainda hoje, há dificuldades em reinterpretar seu passado industrial considerando as vozes da população marginalizada e buscando soluções para os problemas ambientais e sociais.

Volta Redonda pode ser entendida como uma cidade pós-industrial, já que passou por um processo de desindustrialização, mas também continua a ser influenciada por seu passado industrial. As camadas de significado cultural, as desigualdades sociais, as marcas da história da companhia siderúrgica e as manifestações de resistência são elementos importantes para compreendermos o caráter pós-industrial da cidade. É importante notar que a paisagem não é isenta das influências do passado industrial e as comunidades transformam esses espaços com memória, patrimônio, resistência e esperança.

A partir desse rápido olhar sobre a história, entendemos que cidades têm sido pontos críticos das políticas escalares de neoliberalização, nas quais as lutas por moradia, por justiça espacial e ambiental suscitam a luta pela cidade como o lugar da apropriação. Em Volta Redonda, há um longo histórico de mobilização social que nos mostra o direito à cidade como algo muito maior que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos, sendo sobretudo direito coletivo de existência, mudando a nós mesmos à medida em que muda a cidade.

Como moradora e investigadora da linguagem, meu olhar e escuta constantemente se voltam para os aspectos que constituem essa cidade: uma filha abandonada pela mãe. Manifestações discursivas que formam uma grande paisagem semiótica na qual transitamos diariamente – em que se evidenciam diversas formas de protesto, configurando uma relação de disputa entre “nós” e “eles”, em que são tecidas contranarrativas e abordadas questões diversas da organização social que insistem em apontar para trás em nossa história, ou seria também para frente?

5 ESCUTA DOS MUROS

*Volta Redonda é o teu formoso grito,
forte, garboso, e sempre o mais viril
para a grandeza de uma Pátria adulta
Brasil, Brasil, Brasil*

*Volta Redonda é o teu formoso grito,
forte, garboso, e sempre o mais viril
que se eleva e destaca até o infinito.*
(Hino Oficial de Volta Redonda, 1976)

Este capítulo dedica-se à análise dos dados gerados ao longo da pesquisa de campo em Volta Redonda, mobilizando os construtos apresentados anteriormente para fazer a escuta atenta das vozes que se manifestam na paisagem do local *on-line* e *off-line*.

A escuta das vozes inscritas nos muros e nas redes, no plano físico e no digital, é aqui compreendida como prática discursiva e política de apropriação do espaço urbano, direito à cidade, numa perspectiva que entende a cidade não como dado, mas como processo em disputa. Trata-se de observar como a linguagem, em sua materialidade simbólica, contribui para a produção de sentidos e resistências que tensionam as estruturas de poder, numa tentativa de esperar novas realidades. Essa prática passa por um processo que envolve necessariamente sua história e memória da luta do povo, num movimento que articula discursos sempre em fricção e possibilitam a manifestação da esperança.

Entender a história da cidade de Volta Redonda é crucial para o exercício de escuta dos muros que a cercam. Prosseguir este estudo é estar consciente de que minha análise é também entextualização. Sei que, não por acaso, tenho me voltado ao meu redor, onde resido, trabalho e executo muitas das minhas atividades diárias de interação com outros que constituem a minha realidade cotidiana e, por conseguinte, a mim mesma. Inevitavelmente crispações surgem em uma comunidade, e em Volta Redonda há muito constituem, ao meu ver e ouvir, forças desiguais.

Na busca por algumas compreensões, apresento inicialmente alguns dados da grande paisagem linguística da cidade para uma análise: textos fotografados por mim de pichações que me despertam a atenção por evidenciar forte teor crítico social ao instigar reflexões, questionamentos ou posicionamentos sobre problemas da localidade, evidenciando assim a intrínseca relação desses fenômenos com seu contexto socio-histórico e aspectos ideológicos e de poder. A seleção dessas inscrições visuais se deu a partir de critérios que privilegiam enunciados com carga simbólica associada à desigualdade socioespacial, ambiental ou

discursiva, em especial aqueles que desafiam o discurso hegemônico da Companhia Siderúrgica Nacional. Para a construção do catálogo de dados, priorizei registros capturados por mim entre 2019 e 2024 em diferentes bairros da cidade, sempre atentando ao modo como esses enunciados se inscrevem – mesmo que efemeramente – na paisagem urbana e tensionam a ordem instituída. Essa curadoria dos dados visou contemplar não apenas a diversidade de vozes, mas também os diferentes modos de resistência que se expressam na cidade, respeitando o compromisso ético e político de uma escuta situada, atenta às reverberações sociais desses discursos inscritos no espaço.

Adoto aqui a compreensão de “texto” como conjunto de signos que formam um objeto em movimento caracterizado por ser radicalmente dialógico (Fabrício; Moita Lopes, 2019). Uma ideia relacionada ao fato de que as combinações de signos envolvem o atrito de discursos emergentes no aqui e agora e discursos construídos na história. Esses signos, neste trabalho, são observados por diferentes movimentos. A seguir, sintonizo os fones na frequência dos muros. O grito é breve, mas pulsa.

5.1 De quem é esse muro?

Em um dos bairros mais centrais de Volta Redonda – completamente envolvido pela Companhia Siderúrgica Nacional como moldura ao seu redor – bem próximo a um grandioso edifício desativado, o Escritório Central, abandonado pela usina após a sua privatização, e do Memorial 9 de Novembro, importante monumento de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, em homenagem aos três operários da CSN mortos durante conflito com as tropas do Exército, que aconteceu na greve dos operários em 1988, há um muro de grande extensão, fotografado abaixo em dois momentos distintos desta pesquisa:



Figura 71: Pichação “Greve geral”.

Esse registro, fotografado em 2019, é de uma intervenção no contexto de mais uma greve dos operários da CSN, que se mobilizaram contra os anúncios sobre mudança em regras de aposentadoria e ampliação do turno de trabalho de 6 horas para 8 horas. É possível observar que o texto, de forma bastante direta e clara, faz um chamado para à adesão dos ideais da greve, valendo-se como argumento das informações das mudanças aderidas pela direção da CSN que lesam os trabalhadores em seus planos de aposentadoria. Essas informações em formato de questionamento revelam o tom de incredulidade e descontentamento decorrente de medidas vistas como absurdas. A inscrição feita apenas em uma cor, vermelha, sem grandes arranjos estéticos mostra a agilidade necessária que uma intervenção não permitida no espaço urbano requer e, ainda assim, cumpre sua função de grito, reivindicando a atenção no local.

Abaixo, a próxima fotografia, criada também em 2019, mostra sobreposição de uma pintura cobrindo a pichação anterior. Trata-se de uma propaganda da CSN Cimentos.



Figura 72: Pintura cobrindo pichação.

A CSN iniciou a sua produção de cimento em 2009, utilizando a combinação da escória de alto forno, resultante do processo siderúrgico, e do clínquer, produzido junto a minas de calcário, com isso, tornou-se a segunda maior produtora de cimento do país. A pintura que corresponde a todo o muro em que estava a pichação anteriormente, ressalta a passagem do tempo “2009-2019”, o que eleva a ideia de permanência da empresa no local. Produzida em cores, ilustra os prédios e a marca da grande siderúrgica que agora não se limita apenas à produção de aço.

Não raro o considerado comportamento transgressor das intervenções não autorizadas nos espaços urbanos tende a ser apagado pelas autoridades municipais, como vimos nesta tese, invisibilizando esses atos, a fim de impor as normas que tencionam uniformizar o comportamento social. Dessa forma, são ações nessa trama de poder que institui o que pode e o que não pode ser visto. Assim, além da proibição da expressão individual ou coletiva incutida naquela forma linguística, como também da promoção de sentido do público que transita nos espaços e percebe as intervenções.

Acredito, conforme Blommaert (2010), que uma agenda de pesquisa sobre linguagem em seu vínculo na sociedade e na contemporaneidade deve contemplar a reivindicação da observação da linguagem-em-movimento, em vez da observação da linguagem-em-um-lugar, uma vez que os contextos para os quais as pessoas orientam suas interações vão muito além do evento comunicativo em si, extrapolando a fronteira da fala-em-interação (Fabrício, 2012). Com essa perspectiva, é possível compreender a relação entre textos e a atribuição de sentidos, ao analisarmos como as pichações entram na disputa pela construção de significados válidos e na encenação das performances identitárias (Borba, 2018, p. 266).

Quando a paisagem linguística do lugar é alterada com a inscrição de um texto que se mobiliza contra ações da empresa, e, em seguida, é apagado e coberto por outro texto que apresenta uma propaganda dessa mesma empresa, é possível perceber que espaços têm papel central na interpretação e legitimação das performances identitárias. Isso porque a nossa capacidade de nos movermos e ocuparmos determinados espaços está intimamente ligada às nossas identidades.

A pichação é um instrumento de mediação localizado em um espaço público rigorosamente projetado e controlado “de cima” pelos atores hegemônicos, “onde apenas certas ações e interações sociais claramente identificadas podem ocorrer” (Scollon; Scollon, 2001, p. 169). Dessa forma, os espaços e as identidades estão se constituindo mutuamente, assim, para serem significativos, os espaços mobilizam uma história de práticas. Como vimos, o histórico de lutas dos trabalhadores da CSN perdura há décadas, anteriormente até à sua privatização. Contudo, essas identidades não são fixas em sociedade, uma vez que as identidades sociais surgem na interação entre os indivíduos, não sendo, portanto, uma essência natural, mas constituição nas relações sociodiscursivas, inclusive hegemônicas (Moita Lopes, 2002), isto é, baseada no consentimento que envolve a naturalização de práticas, atrelado ao conceito de poder, numa preocupação com os efeitos ideológicos que os textos podem ter nas mais diversas relações sociais, principalmente em projetos de dominação.

Por sua vez, observando a nova produção no muro, realizada pela CSN, percebemos que a empresa demonstra uma apropriação do estilo de arte urbana incluindo um *graffiti* em sua propaganda apagando a pichação, o que mostra a fricção existente numa disputa do lugar, ou seja, também de poder.

O processo de pichação seguido de apagamento revela essa dinâmica de disputa pela paisagem urbana que é, sobretudo, indexical. O enunciado grafado no muro adquire força precisamente por apontar para tensões históricas não ditas: não só denuncia, mas também atualiza uma memória coletiva da violência industrial. O apagamento, por sua vez, não apaga o índice – ele o reforça como ausência visível, como marca que insiste na memória social.

A pichação e o grafite compõem um conjunto de práticas que podem exprimir formas de resistência à ordem estabelecida hegemonicamente pelos grupos dominantes da sociedade e pelo Estado (Mondardo; Goetttert, 2009, p. 294). Dessa forma, podem ser formas encontradas pelos hegemonizados em meio aos seus descontentamentos cotidianos, em relação à exclusão, e que expressam claramente suas marcas de contraposição.

Assim, compreendo o exemplo dessa pichação enquanto marca política e simbólica de expressão cultural, numa crítica à ordem imposta, podendo ser considerada apropriação de territórios subalternos, numa busca pela sobrevivência simbólica e política. Dessa forma, “a cidade é antes de tudo um discurso” (Mondardo; Goetttert, 2009, p. 296) e a sua padronização, marcada por casas, edifícios, muros e monumentos revela a “harmonia” entre todas as pessoas, visto que o padrão se inscreve em tijolos ajuntados, rebocados e pintados. Limpos, participam da ordem que não deve ser manchada. Nesse sentido, a pichação – presença incômoda – suja e desorganiza, ao passo que revela, vasculha e constrange a ordem, revelando simultaneamente a dominação e a contradominação. Assim, falar dos muros da cidade implica colocar as lentes sobre um espaço com uma tessitura cada vez maior de significados.

A vida urbana transgride a ordem “imposta” pelo desenvolvimento moderno (Canclini, 1998), na tentativa de distribuir os objetos e os signos em lugares específicos e classificar as “coisas” e as “linguagens” que falam delas, com uma organização sistemática dos “espaços” sociais em que devem ser consumidos. As pichações são composições de um modo marginal, desinstitucionalizado, efêmero, de assumir as novas relações entre o privado e o público, entre a vida cotidiana e a política, e seus circuitos simbólicos como o grafite permitem repensar os vínculos entre cultura e poder.

As noções tradicionais de texto, contexto e cultura, em seu paradigma referencial, são então problematizadas pela indexicalidade. Faz parte do processo de contextualização um duplo

apontar que se dá sob o aspecto do referencial e um apontar para normas e convenções pressupostas, produzidas em contextos socioculturais mais amplos do que o aqui e agora dos falantes. Ou seja, é preciso que seja considerado o entrelaçamento interacional e um amplo repertório sócio-histórico.

A análise desse muro de Volta Redonda, situado nas imediações de um território carregado de significados históricos e simbólicos, nos permite observar como a paisagem urbana funciona como campo de disputa entre forças sociais desiguais. A inscrição “Greve geral”, rapidamente sobreposta pela propaganda institucional da CSN, evidencia a luta semântica travada na superfície dos muros: de um lado, os trabalhadores tentando inscrever sua memória e resistência; de outro, a empresa, reafirmando seu poder de presença e permanência.

Tal dinâmica é reveladora das relações de poder que regem o que pode ou não ser visto no espaço público. Esse espaço é projetado por atores hegemônicos para regular interações sociais, enquanto as intervenções não autorizadas, como a pichação, operam como contrausos, abrindo frestas na ordem instituída. Tais práticas devem ser analisadas como linguagem em movimento, indexando tensões históricas e performando identidades subalternas que se constroem na resistência.

Mais do que marcas efêmeras, essas inscrições ativam memórias coletivas e constroem sentidos sociais, e nos alerta para o caráter relacional e ideológico da construção identitária em contextos marcados pela dominação. A apropriação da linguagem da arte urbana pela propaganda empresarial, como visto no grafite estilizado da CSN Cimentos, não é neutra: trata-se de um gesto de reapropriação estética que tenta apagar os rastros da dissidência ao mesmo tempo em que estetiza e esvazia o sentido político da linguagem insurgente.

Essas práticas culturais urbanas desestabilizam a lógica moderna de organização dos signos e dos espaços. As pichações e os grafites, ao tensionarem as fronteiras entre o público e o privado, entre a arte e o protesto, entre a cidade planejada e a cidade vivida, revelam a complexidade da paisagem linguística como arena simbólica onde se competem pertencimentos. Assim, os muros da cidade não apenas se prestam à comunicação: eles são disputados como território de memória, de identidade e de luta por reconhecimento.

Nessa escuta das vozes de Volta Redonda em seus muros físicos e digitais, seguimos a narrativa de atores que se constituem e que se colocam como a própria cidade. Vimos uma problemática social localmente desenvolvida, discutida e negligenciada por seus responsáveis. Nesse contexto, o sentimento de impotência cede lugar às práticas de esperança em constantes

protestos e movimentos de união e conscientização que compõem a paisagem linguística que seguiremos acompanhando no desenvolver desta pesquisa.

5.2 A cidade cinza pede mais cor

As pichações analisadas neste capítulo atuam como gritos visuais efêmeros que rasgam a superfície do concreto. Sua força não está na permanência, mas na interrupção: elas interrompem a ordem visual da cidade e reverberam em quem passa, como uma batida breve, mas cortante. São vibrações súbitas que desafiam o silêncio imposto pela estrutura da CSN.

O bairro Conforto, já mencionado neste trabalho no capítulo sobre a história de Volta Redonda, é popularmente conhecido dos moradores, localizado a frente da Companhia Siderúrgica Nacional e próximo a um dos principais centros comerciais, a Vila Santa Cecília. No plano de construção da cidade, foi um bairro destinado aos operários da usina. Na sua principal avenida, registra um crescimento de serviços públicos essenciais, igrejas e sindicatos, além de diversas escolas públicas, dentre as quais o Colégio Professor Themis de Almeida Vieira da Fundação Educacional de Volta Redonda (Fevre), local em que fotografei a pichação abaixo, situado na avenida principal do bairro, exatamente em frente à CSN.



Figura 73: Pichação “CSN ‘presente’ do Tio Sam.

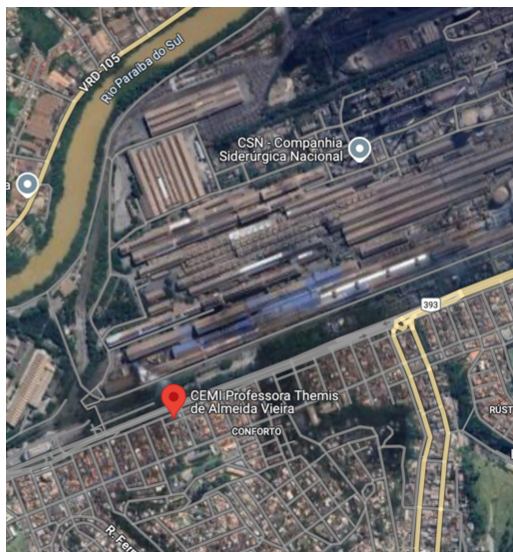


Figura 74: Colégio Profª Themis e CSN por satélite.

A partir da leitura da pichação *CSN “presente” do Tio Sam*, recupero aqui uma das questões que norteiam esta pesquisa: Que projetos escalares orientam a circulação e a produção desses discursos? Considerado um dos símbolos mais famosos do mundo, o Tio Sam tornou-se imagem da personificação dos Estados Unidos, país cuja relação com a CSN passa por uma parceria estratégica que envolveu a transferência de tecnologia, a importação de equipamentos e o apoio financeiro dos EUA pretendiam obter autorização para o estabelecimento de bases aéreas e navais em todos os países da América Latina, principalmente no nordeste brasileiro, contribuindo para o sucesso da empresa e para o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil. Essa relação também envolveu interesses políticos e econômicos, visto que os Estados Unidos viam a industrialização do Brasil como uma forma de fortalecer a economia do país e, consequentemente, promover a estabilidade e o desenvolvimento na América Latina. Além disso, a CSN também se tornou uma importante fornecedora de aço para os Estados Unidos, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial.

Embora originalmente criado como uma personificação patriótica dos Estados Unidos, a imagem do Tio Sam foi apropriada e reinterpretada por artistas, cartunistas e críticos sociais para questionar as práticas capitalistas e as políticas econômicas do governo americano. Em representações críticas, frequentemente emerge como um símbolo não apenas de nacionalismo, mas também de ganância, poder corporativo e imperialismo econômico. Essas críticas o retratam se beneficiando às custas dos pobres e marginalizados, evidenciando uma face oculta do progresso e da prosperidade americana. Nessas interpretações, o Tio Sam não é apenas uma figura governamental, mas sim uma entidade que apoia e sustenta grandes corporações e

interesses econômicos. Ele é visto como um defensor de políticas que favorecem os ricos enquanto excluem os trabalhadores e desconsideram as questões sociais urgentes.

Além disso, a figura crítica do Tio Sam comumente aparece em cenários de intervenção estrangeira, onde o imperialismo econômico se torna uma ferramenta para assegurar a hegemonia dos interesses americanos a nível global. Em tais representações, o Tio Sam é mostrado interferindo em outras nações, não para promover democracia e liberdade, mas para garantir acesso a recursos e mercados. Essa visão acentua a ideia de que o poderio americano frequentemente se sobrepõe aos princípios de justiça social e equidade.

A evocação ao Tio Sam no contexto da pichação pode ser uma referência a essa visão, enquanto critica a desigualdade inerente ao sistema capitalista, apontando como o poder e a riqueza são concentrados nas mãos de poucos, frequentemente às custas de muitos. Ao optar pela não escrita de EUA e a escolha de *Tio Sam*, quando visto através de uma lente crítica, serve como um poderoso comentário sobre os excessos do capitalismo e do imperialismo, uma vez que ele simboliza a tensão entre os ideais pregados e as realidades praticadas, destacando as contradições e desafios presentes no tecido social e econômico dos Estados Unidos.

A pichação caracteriza a empresa como um “presente” com aspas bem marcadas, o que por si só indexicaliza significados como forma de citação, modo de dizer popular ou a presença de ironia. O texto dimensiona escalarmente a existência da CSN naquele lugar graças à intervenção estadunidense, apontando para sentidos diferentes: o passado histórico do lugar é resgatado, agora abrindo espaço para a crítica a partir da ironia sugerida pelas aspas. Estratégia escalar que, ao mobilizar a materialidade da pontuação como signo, politicamente o posiciona em relação à paisagem, à proporção que estabelece uma contestação ao imaginário da companhia como mãe da cidade.

A partir desse entendimento, é possível afirmar que a pichação, em sua materialidade efêmera, não apenas interrompe visualmente a paisagem padronizada – ela produz um deslocamento de sentidos. Cada inscrição carrega um gesto de insurgência, rompendo a normatividade visual imposta pelo discurso hegemônico da CSN e revelando outras formas de habitar a cidade. A pichação opera, portanto, como um grito visual que tensiona os regimes de poder, desloca o olhar e mobiliza afetos. Mesmo apagada, ela reverbera. É nesse eco que reside sua potência política: ao fazer vibrar o espaço com enunciados incômodos, torna-se uma prática de esperança que inscreve no muro o direito de existir, resistir e dizer.

A projeção de comparação da empresa como um presente questionável mobiliza a insatisfação dos moradores em relação às atividades da CSN e à organização espacial do projeto

da cidade. A paisagem é modificada com a pichação em resposta às desigualdades espaciais do lugar.

Esse tom irônico pode ser ouvido em mais um muro, apresentado na figura abaixo, fotografado por mim na base de um viaduto do bairro Aterrado.

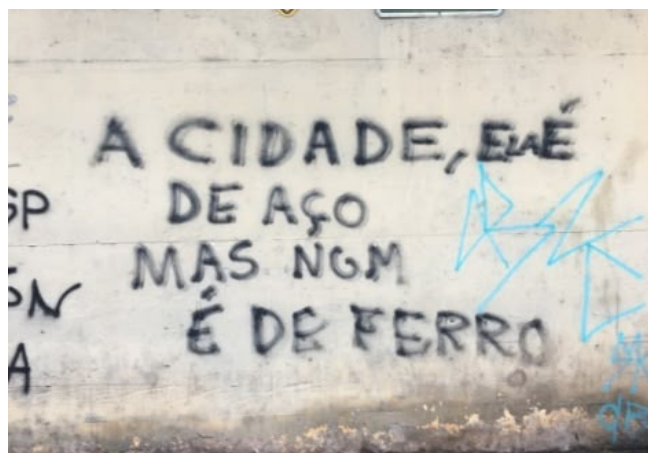


Figura 75: Pichação "A cidade, ela é aço mas ninguém é de ferro".

A pichação faz referência a Volta Redonda a partir de sua alcunha “cidade do aço” e estabelece uma oposição – a cidade, (ela é) de aço, mas ninguém é de ferro. A expressão popular “ninguém é de ferro”, na “cidade de aço”, produz efeitos de sentidos diferentes de outros lugares, evidenciando formações discursivas que atravessam o texto. Em um outro lugar, ninguém ser de ferro poderia produzir outros sentidos, no entanto, o ser na cidade do aço nos permite ouvir sobre os embates travados pela comunidade em relação à siderúrgica aqui já mencionados.

Neste trabalho, a tentativa de sublinhar a circulação e o movimento desses discursos é observar a co-construção dos sentidos em práticas sociais. Partindo do entendimento de que não há um significado único e estável, mas práticas de significação nas quais o significado emerge, reconheço a inexistência de uma linha direta entre signo e significado. Assim, considerar a indexicalidade é entender o significado como um efeito. Logo, lanço-me a alguns questionamentos: para onde as pichações apresentadas apontam, visto que sentidos são formados por ideologias atravessadas pelo sociohistórico?

Nesta análise, meu argumento é que elas são vozes de uma cidade abandonada frente às injustiças relacionadas a quem a criou, estruturou, estratificou e abandonou. A afirmativa de que “a cidade é aço” constrói escalarmente a identidade da paisagem, recupera sua história e mostra que ainda está alicerçada no conceito da *company town* projetada décadas atrás. Uma projeção de oposição é feita ao criar um paralelo entre a cidade e as pessoas que ali habitam. A

afirmativa de que “ninguém é de ferro” a partir de uma definição da cidade que evoca a CSN aponta para a relação de sofrimento causada por esta. Nesse sentido, Blommaert (2013, p. 3) chama atenção para como os estudos de paisagens semióticas “nos obrigam a historicizar a análise sociolinguística”, “ao detectar e interpretar a mudança social e transformação em vários níveis escalares”. Vimos que as dificuldades enfrentadas pela população por conta das atividades industriais são diversas, e a pichação segue como lugar de protesto.

A afirmação de que a cidade é de aço, mas ninguém é de ferro mobiliza uma sensibilidade urbana que denuncia não apenas o esgotamento físico, mas também o emocional e simbólico dos sujeitos que nela habitam. O corpo da cidade – e dos seus habitantes – é corroído cotidianamente por práticas que privilegiam o lucro em detrimento da vida. A CSN, nesse cenário, opera como agente territorial que regula quem respira, quem adoece e quem pode falar. As pichações, então, não só denunciam o adoecimento coletivo como também reivindicam a centralidade da vida no planejamento e na memória urbana.

Essas inscrições, ao se inserirem em locais estratégicos da cidade, muros escolares, fachadas próximas à usina, vias de grande circulação, se transformam em marcas da memória coletiva e tensionam o direito à cidade. Elas confrontam diretamente o que foi historicamente concebido como espaço produzido pela lógica industrial-capitalista da CSN, instaurando um embate entre o passado glorificado e o presente precarizado. O muro, nesse contexto, torna-se um arquivo efêmero e insurgente que, embora facilmente apagado, é continuamente reativado por novos enunciados e afetos.



Figura 76: Pichação “CSN mata!!!”.

De maneira mais direta, a pichação acima afirma que *CSN mata*, apontando para sentidos que, embora possam ser interpretados à luz do passado polêmico da indústria, foi

escrito no presente: *mata*. O que chama a atenção nessa teia de semiotização escalar é o discurso que se coloca tão fortemente em oposição à CSN. A paisagem outrora concebida, projetada e construída pela empresa é agora a possibilidade de se estabelecer contra-narrativas que expõem suas atitudes predatórias na cidade. A pichação traz à tona o que não se pode calar. A CSN mata, e para compreendermos por que, recupero e aprofundo algumas informações sobre os impactos das atividades industriais atuais em Volta Redonda. A imagem a seguir é de uma notícia de 23 de julho de 2018:



Figura 77: Notícia “CSN é multada pelo Inea”⁵⁵

O INEA instaurou processo administrativo para apurar irregularidades da CSN após um episódio de forte emissão de fumaça laranja ter preocupado a população fez com que ambientalistas voltassem a defender um monitoramento constante da qualidade do ar na cidade. Nessa ocasião, um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) seria elaborado, obrigando a CSN a investir na modernização dos equipamentos de controle de emissões de substâncias poluentes no ar.

Além do INEA, a CSN foi multada pelo IBAMA por lançar resíduos industriais no Rio Paraíba do Sul, o que causou contaminação da água. Incidente que destacou os impactos da CSN sobre os recursos hídricos locais. Em 2019, houve relatos de mortandade de peixes no rio, atribuídos a resíduos industriais, com suspeitas recaindo novamente sobre as operações da CSN. A empresa negou responsabilidade direta, mas o incidente levantou mais uma vez questões sobre o impacto ambiental de suas atividades.

⁵⁵ Fonte: Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5560178-csn-e-multada-pelo-inea-por-poluir-volta-redonda-e-obrigada-a-modernizar-producao.html>

Em resposta às denúncias de poluição, a CSN assinou um TAC com o Ministério Público para implementar medidas de controle ambiental e reduzir a emissão de poluentes. No entanto, as ações previstas no TAC enfrentaram atrasos e problemas na implementação. Um dos compromissos assumidos foi a instalação e operação de uma rede de monitoramento da qualidade do ar na área de influência das atividades desenvolvidas pela empresa, dos quais resultados do monitoramento são encaminhados remotamente à central de dados de qualidade do ar do INEA.



Figura 78: Sinalizador de qualidade do ar, na Vila Santa Cecília.

O painel de qualidade do ar foi instalado na Vila Santa Cecília, entre a CSN e o prédio do antigo Escritório Central. O display digital que exibe a avaliação do ar na cidade, contudo, essa avaliação é feita por uma empresa contratada pela própria CSN, e que, por isso, tem a isenção contestada por ambientalistas, visto que o resultado divulgado é sempre “bom” ou “ótimo”, apesar das denúncias dos moradores e inúmeros estudos científicos que atestam o contrário.

Seguindo esse acontecimento, passo a observar como a empresa e a cidade vivenciam a problemática. Na imagem abaixo é de uma notícia de 13 de setembro de 2023, publicada cinco anos após a notícia anterior:



Figura 79: Notícia do jornal G1 “Pó preto”.⁵⁶

Embora na primeira notícia, em 2018, tenha sido divulgado que a CSN admitiu ter constatado problemas relacionados ao controle de materiais poluentes em sua produção e garantiu estar “tomando medidas técnicas” para sanar os problemas, na notícia de 2023 observamos a persistência do mesmo problema na cidade, comprovando que não existiu iniciativa da empresa para melhorar a realidade do local.

Ao longo desta análise, observamos como as pichações não são apenas marcas estéticas ou atos de vandalismo, mas práticas discursivas potentes que irrompem a paisagem urbana de Volta Redonda, operando como instrumentos de denúncia. Ao ironizar a CSN como “presente” do Tio Sam ou ao declarar que “ninguém é de ferro”, essas inscrições tensionam as representações oficiais da cidade e reconfiguram o espaço como campo de disputa simbólica e política. Nesse cenário, o cinza do pó industrial é desafiado pelas cores simbólicas da crítica popular, pelas aspas que gritam e pelas palavras que inscrevem no muro as dores e esperanças de um povo. Mesmo que efêmeras, as pichações permanecem como testemunhas insurgentes de uma paisagem em constante conflito, onde cada traço carrega a força de quem, mesmo silenciado, insiste em dizer.

5.2.1 Ecos digitais: a convergência entre o *on-line* e o *off-line*

As redes sociais têm se consolidado como formas potentes de expressão e mobilização em diversos contextos, inclusive aqueles marcados pela marginalização e pelo abandono. Em Volta Redonda, o perfil *@vr_abandonada* emerge como um exemplo significativo da utilização do espaço digital para a construção de uma memória visual coletiva que denuncia as

⁵⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/13/po-preto-da-csn-a-poluicao-que-se-espalha-por-volta-redonda-afeta-a-saude-de-moradores-e-deixou-de-ser-fiscalizada-pelas-autoridades.ghtml>

desigualdades espaciais e sociais da cidade. Através de suas postagens, esse perfil não apenas documenta, mas também articula um discurso de resistência que se opõe ao discurso hegemônico sobre a cidade e seus habitantes. A participação popular no perfil, através de denúncias, comentários e repostagens, é carregada de simbolismo e reivindica visibilidade e voz para um povo que historicamente foi silenciado.

Ao examinar essas postagens, esta seção busca entender como a memória visual, aliada às práticas discursivas nas redes sociais, se transforma em uma prática que desafia a narrativa oficial sobre a cidade e reconfigura a paisagem urbana.

Assim, a rede de projeções que vem se tecendo, desde nossa análise das pichações, tem continuidade no espaço digital. O perfil *@vr_abandonada* possui atualmente mais de 57 mil seguidores na rede social Instagram. Em sua descrição, lê-se que “busca denunciar/debater a situação de Volta Redonda”. Teve sua primeira postagem publicada em 28 de fevereiro de 2021 e é administrado por Alexandre Fonseca, que se declara ativista, militante político, psicólogo e escritor. A página atingiu grande notoriedade na cidade e recebe inúmeros vídeos e fotografias enviados por moradores para a divulgação de problemas urbanos e denúncias de descasos das autoridades e da CSN com a população.

A seleção das postagens analisadas nesta pesquisa foi orientada por critérios que consideram a relevância discursiva dos conteúdos publicados, especialmente no que tange à denúncia de desigualdades ambientais, abandono de espaços públicos e apagamentos simbólicos na paisagem da cidade. Foram priorizados materiais com significativa repercussão local, observada pelo volume de interações (comentários, compartilhamentos, curtidas), e cuja força enunciativa reside na articulação entre o cotidiano vivido e a memória coletiva da cidade. Tais postagens operam como reverberações digitais dos gritos urbanos: inscrevem afetos, tensões e posicionamentos no ambiente virtual de maneira contínua e expandem os limites da escuta pública para além do espaço físico. Ao conectar redes e ruas, essas práticas discursivas compõem uma paisagem linguística expandida, em que o virtual não é um espelho do real, mas sua dobra crítica e insurgente.

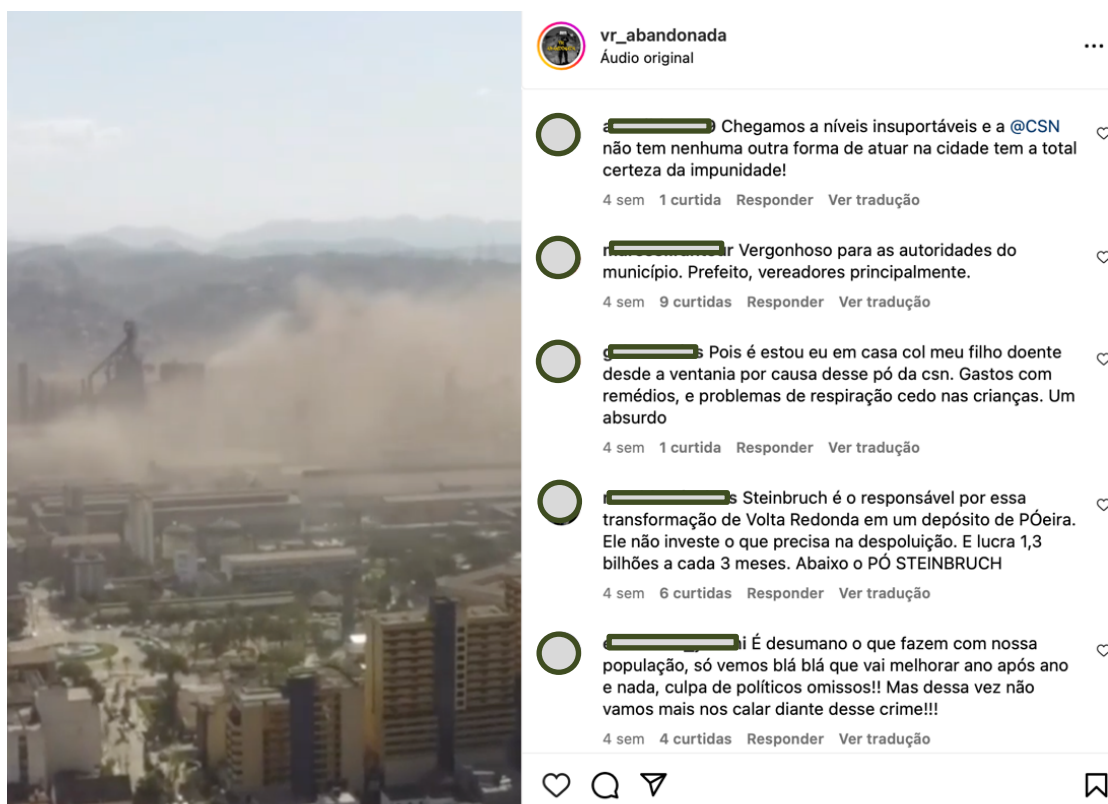


Figura 80: Postagem de vr@abandonada contra CSN.⁵⁷

Na imagem acima, é divulgada uma fotografia feita por um morador da cidade, evidenciando a emissão de poluentes expelidos pela CSN no ar. Além disso, os comentários de seguidores da página mostram a preocupação e revolta frente ao problema ambiental, descaso das autoridades e impunidade da empresa.

Destaco o último comentário da imagem: *É desumano o que fazem com nossa população, só vemos blá blá blá que vai melhorar ano após ano e nada, culpa de políticos omissos!! Mas dessa vez não vamos mais nos calar diante desse crime!!!*

Compõem a paisagem linguística *on-line-off-line* de Volta Redonda o discurso que desumaniza as atividades industriais e estabelecem mais uma vez a oposição nós x eles, VR x CSN. Desta vez são mobilizados ainda outros atores, os *políticos omissos*, apontando para sentidos do jogo de interesses da indústria e lucro pessoal dos governantes, visto que *só vemos blá blá blá*, o que indexa o abandono vivenciado pelos moradores. Suas queixas são negligenciadas há anos, e nada parece mudar. Contudo, em *dessa vez não vamos mais nos calar* opera uma escala que caracteriza a ação dos moradores, e essa voz que não se cala configura

⁵⁷ Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cuw0r3hg1Pz/>

uma prática de esperança na mobilização contestadora, organização coletiva de re-existência e conjunto de atitudes transformadoras de uma futuro melhor.

As postagens digitais compõem uma trilha sonora repetida e persistente da resistência urbana. Elas reverberam de forma contínua, ganham novas camadas conforme são comentadas, compartilhadas, remixadas. Se a pichação é relâmpago, a rede é eco: uma ressonância que se estende no tempo, atravessando algoritmos e afetos. Aqui, a escuta acontece em fluxo: a reverberação não tem ponto final.

A análise da página @vr_abandonada revela um importante movimento discursivo, uma vez que os sentidos produzidos na esfera local (Blommaert, 2005) – muitas vezes apagados do discurso oficial – encontram nas redes sociais um canal de amplificação e circulação que escapa aos limites físicos da cidade. Essa migração do grito urbano para o espaço digital transforma o comentário, o compartilhamento e a denúncia em ações de resistência que extrapolam a materialidade do muro. Trata-se de uma prática comunicativa que articula múltiplas escalas de visibilidade e audiência, reconfigurando os regimes de autoridade discursiva sobre a cidade. Com isso, práticas antes ilegítimas – como a denúncia popular informal – tornam-se centrais na disputa pelos sentidos do lugar.

A circulação das postagens da página evidencia a articulação entre as escalas de visibilidade. O que começa como um relato local, uma denúncia do pó preto nas janelas, adquire proporções ampliadas ao ser compartilhado, recontextualizado e apropriado por outras vozes.

Ainda nesse sentido, observar os textos que apontam para a relação da CSN com a cidade, seus consequentes conflitos e a disputa pelo espaço nas paisagens linguísticas, nos permite refletir que a pichação, os *posts* e os protestos corroboram a concepção da PL como efeito de um conjunto de práticas discursivas, mobilizadas pela produção de signos no espaço, inserindo-os numa cadeia de repetições e citações. Assim como a PL extrapola um mero suporte de signos, constituindo-se antes como “produto da atividade humana” (Pennycook, 2009, p. 308), a qual pode ser analisada num contemplar de significados em processo de contínua construção, atravessados pelo social e histórico. A pichação, logo, extrapola também um sentido denotacional e exclusivo da linguagem, sendo, antes, uma linguagem em ação (Blommaert, 2005), tornando-se num lugar de diferenças sociais, conflito e luta, como forma de semiose em um mundo que está em constante fluxo.

As redes sociais, ao organizarem uma escuta coletiva descentralizada, tornam-se campos privilegiados para a ressonância do dissenso. Nelas, as vozes populares escapam dos filtros da institucionalidade e reverberam entre algoritmos, afetos e partilhas. Cada postagem denuncia o

apagamento e, ao mesmo tempo, o desfaz: reescreve a cidade a partir da perspectiva de quem vive o descaso, o abandono, a poeira. A linguagem aqui se propaga como eco: ela se reinscreve, circula, convoca. É na repetição e na visibilidade que reside sua potência política. E por isso, essas práticas digitais também operam como formas de esperança – porque ao narrar, organizam o sensível e anunciam o intolerável.



Figura 81: Pichação “A cidade cinza pede mais cor”.

Recuperando aqui a pichação apresentada na introdução deste trabalho: *A cidade cinza pede mais cor*, uma definição do espaço atravessado pelas atividades industriais da siderúrgica, numa linguagem direta, recorrente e urgente, num apelo desse lugar. Reivindicações foram feitas às autoridades locais e nacionais do meio ambiente, o fato de que a cidade é cinza foi comprovado e divulgado nas notícias, no entanto, o povo ainda não foi ouvido. A indignação dos moradores em seus comentários e postagens *on-line* ecoam sem obter soluções ou respostas de uma empresa que ano após ano supera seus recordes de lucratividade. Eis o confronto. Observamos uma paisagem desigual na qual um lado atua recorrentemente em prol de benefício próprio, assegurando seu constante enriquecimento a partir da privação dos direitos básicos de um lado cada vez mais prejudicado e negligenciado. Um lado sem voz. Mas a cidade é quem nela vive, e segue erguida, gritando aos sete muros, físicos e digitais, aquilo de que precisa.

A metáfora da cidade cinza, constantemente evocada nas pichações e postagens, adquire força performativa. Ao afirmar “a cidade pede mais cor”, os sujeitos não apenas descrevem uma realidade, mas convocam um movimento – uma estética da insurgência que colore e tensiona a normatividade do espaço urbano. A performatividade discursiva, como nos lembra Butler (2021), está justamente nesse poder do dizer que age no mundo, reconfigura o sensível e produz corpos políticos em marcha.

A inscrição analisada funciona como um evento comunicativo com carga ideológica (Blommaert, 2013). Ao convocar uma cidade a pedir mais cor, o enunciado desloca a agência da paisagem para a própria cidade, humanizando o espaço urbano e conferindo-lhe uma voz. Tal operação semiótica não é apenas poética: ela é política. A personificação da cidade torna possível que a crítica à poluição, ao descaso ambiental e ao silenciamento institucional ganhe um novo contorno, de um corpo vivo que denuncia sua condição de abandono. Trata-se, portanto, de um signo que não apenas representa, mas que reconfigura o espaço e seus sentidos, tensionando os regimes de visibilidade que usualmente mantêm essas vozes à margem.

A pichação “A cidade cinza pede mais cor” opera como um índice da desigualdade ambiental em Volta Redonda. O processo de indexicalidade permite que enunciados localizados apontem para regimes de significação mais amplos, como o silenciamento histórico da população local frente ao discurso institucional da CSN. Esse enunciado, embora breve, interrompe a narrativa oficial que normaliza a paisagem urbana deteriorada e silenciosa. Ao atribuir à cidade a capacidade de pedir, a pichação desloca a agência para o espaço e transforma o muro em sujeito que fala. A inscrição revela como a linguagem popular atua na disputa pelos sentidos da cidade, reivindicando visibilidade e vida onde há cinza e apagamento. Aqui, a esperança se manifesta como cor: como possibilidade de reimaginar o espaço urbano fora da lógica hegemônica da indústria.

A pichação, portanto, atua como uma forma de inscrição abrupta da resistência – não apenas diz, mas grita. Mesmo quando apagada, sua reverberação ecoa em outros formatos extrapolando a paisagem *off-line*, tensionando o que a cidade tenta silenciar. Assim, prosseguindo em mais um passo de nossa análise da paisagem linguística de Volta Redonda, recupero os atos coletivos de protesto que acompanhei nos anos de 2022, 2023 e 2024.

5.2.2 Performance coletiva nas Passeatas do Pó

Nesse território fragmentado que é Volta Redonda, onde vozes insistem em existir apesar do apagamento, a linguagem atua como possibilidade de redesenhar a paisagem. Os enunciados que emergem dos muros e das postagens não apenas descrevem a realidade – eles a performam, a tensionam, a disputam. A paisagem linguística, nesse sentido, não se limita a um inventário de inscrições, mas se configura como espaço de escuta das práticas que reconstroem escalas de visibilidade, poder e pertencimento.

Nesta seção, são mobilizadas reflexões sobre os efeitos performativos da linguagem e suas trajetórias escalares, entendidas aqui como movimentos que ultrapassam o local sem perder o enraizamento na experiência cotidiana dos sujeitos. Ao performarem a cidade, essas vozes deslocam sentidos, reconfiguram hierarquias discursivas e inscrevem novos modos de habitar o espaço urbano. A etnografia da escuta, conduzida neste trabalho, permite perceber que cada manifestação discursiva carrega não apenas uma crítica, mas também uma proposição – um desejo de mundo outro. A linguagem, portanto, não apenas denuncia, ela planta futuro nas brechas do presente.

Seguindo com nossa escuta, em referência ao aniversário da cidade, 17 de julho, a população se organizou, através de mobilização desenvolvida na página @vr_abandonada no Instagram, para protestar contra os danos ambientais causados pela CSN na cidade, incluindo a poluição do ar, do solo e das águas, assim como o abandono de diversos imóveis, levados como “brinde” no momento da privatização, e terrenos de área verde que a empresa se recusa a negociar com a prefeitura.

A escolha desses atos como corpus de análise foi orientada por sua potência simbólica e performativa: tratam-se de manifestações em que os corpos em marcha se tornam enunciação coletiva, expandindo os sentidos da linguagem para além da palavra escrita. Documentei os protestos dos quais participei diretamente, priorizando os momentos em que cartazes, falas, performances e ocupações do espaço público funcionaram como práticas semióticas que tensionam o discurso hegemônico da cidade disciplinada. O critério adotado para essa seleção considerou a centralidade do ato no debate público local, sua articulação com pautas recorrentes da população afetada e a capacidade do protesto de produzir reverberações políticas – nas ruas, nas redes e na memória coletiva. Ao longo desta análise, compreendo esses protestos como densamente significativas que tornam o corpo coletivo um dispositivo de escuta e de reescrita da paisagem urbana.



Figura 82: Manifestantes com cartazes, em 2022.



Figura 83: Passeata do pó em 2022.

O protesto de 2022 se repete no ano seguinte. Observei uma maior adesão dos moradores à causa e maior entusiasmo nas ruas de Volta Redonda. Nessa caminhada, era potente a união do povo nas ruas, caminhando da Praça Brasil até a entrada principal da CSN. O trânsito foi interrompido, e a Guarda Municipal acompanhou o ato que transcorreu sem nenhum incidente. Durante o trajeto da passeata, cada passo parecia carregar a poeira acumulada nas janelas, nos pulmões e nas histórias de quem habita Volta Redonda. Os cartazes tremiam com o vento, mas não recuavam. Havia crianças, idosos com máscaras, jovens com celulares em punho transmitindo ao vivo, como quem recusa o silêncio imposto. Ao lado dos cartazes artesanais, muitos improvisados, vi inscrições que misturavam denúncia e afeto: “Abaixo a ambição desmedida. Respeite nossas vidas!”, “Queremos respirar!”, “Nosso ar vale mais que o seu lucro!”, “O futuro não se vende”. As vozes não apenas reverberavam no ar – elas esculpam a paisagem sonora da cidade naquele instante. Era como se a cidade, por um breve momento, se reorganizasse em torno do grito.

Em meio a esses sons, o corpo coletivo ganhava densidade simbólica. Os braços erguidos, os passos sincronizados, os olhares cúmplices, tudo se tornava linguagem. A marcha não era apenas deslocamento espacial, mas deslocamento de sentidos. Cada corpo presente, cada silêncio entre os cantos, cada parada estratégica em frente a pontos emblemáticos da cidade constituía uma coreografia política que desafiava a lógica disciplinar dos espaços urbanos.



Figura 84: Passeata do pó em 2023.

Os protestos públicos funcionam como performances acústicas coletivas, em que o corpo se torna tambor, a rua vira palco e a linguagem vibra em uníssono. A marcha produz ritmo, ocupa o espaço com intensidade, faz da paisagem um corpo que escuta. São práticas que convocam, performam e amplificam a voz popular.

Manifestantes seguiram em passeata em direção ao escritório central da CSN, desativado há quase 20 anos mesmo local em que está situado o painel que indica a qualidade do ar na cidade. Este, em um ato simbólico foi coberto pelos participantes do ato, e afixado cartaz com o dizer “horrível” fazendo referência à verdadeira situação do ar, uma placa de trânsito “pare” na qual foi escrita a palavra CSN, e outro cartaz onde se lê *Luta pelo direito de respirar. Ajuste de conduta já!*

Ao entoarem coletivamente o grito “o povo quer respirar”, os manifestantes ativam a performatividade do discurso, na medida em que suas palavras constroem um corpo político que exige presença no espaço urbano. Essa dimensão performativa, conforme Butler (2021) e Moita Lopes (2006), evidencia como o discurso age no mundo, produzindo efeitos sociais e políticos tangíveis.



Figura 85: Ato popular em Volta Redonda, em 2023.



Figura 86: Ato cobertura de painel de qualidade do ar.

O gesto de cobrir o painel de qualidade do ar com a palavra “horrível” não foi apenas um ato simbólico, foi um rasgo na superfície da cidade planejada. Rasgo por onde irrompem outras leituras, outros modos de ver e de viver Volta Redonda. A placa “PARE”, transformada em “PARE, CSN”, reinscreve a função da sinalização urbana, deslocando-a de seu uso burocrático para uma enunciação política. Esses pequenos grandes gestos são marcas discursivas de um povo que se nega a ser espectador do próprio silenciamento.

Seguindo os ecos desse movimento, em julho de 2024, ocorreu a última passeata analisada neste trabalho. Participei mais uma vez juntamente dos outros moradores da caminhada que se estendeu da Praça Brasil ao prédio do antigo Escritório Central da CSN, finalizando com um “abraço” coletivo ao edifício, um ato simbólico que buscou reafirmar o pertencimento dos volta-redondenses.



Figura 87: Concentração de manifestantes, em 2024.



Figura 88: Passeata do pó em 2024.



Figura 89: Abraço coletivo ao prédio do Escritório Central da CSN.

Na passeata de 2024, o “abraço” coletivo ao prédio do antigo Escritório Central da CSN, hoje espaço abandonado, tornou-se o ápice performativo da caminhada. Os corpos estendidos em volta do edifício, de mãos dadas, transformaram o concreto em carne. O gesto de abraço – carregado de memória, luto e desejo – não apenas denunciava a ausência da empresa na vida da cidade: reinscrevia aquele espaço como pertencente ao povo. Era uma tentativa simbólica de reapropriação, de reconexão com a história da cidade que fora usurpada pelas engrenagens da privatização. E estar presente entre os braços entrelaçados dos manifestantes, evidencia a força de uma escuta que também caminha junto, que não apenas observa, mas se deixa afetar e implicar.



Figura 90: Autora na passeata do pó, em 2024.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Passeata do pó, com a pauta principal que questiona os impactos socioambientais das atividades industriais da CSN, me possibilitou caminhar conversando com muitas pessoas, moradores conhecidos e desconhecidos, e pude ouvir, mais uma vez, de perto o sentimento de indignação e preocupação compartilhados naquela marcha, mesclados à noção de pertencimento da cidade e apropriação do espaço. A maçante maioria é seguidora assídua da página @vr_abandonada na rede social Instagram e se mostrou bem informada sobre os abusos cometidos pela usina e omissão dos governantes. Participar ativamente, de corpo presente, com essas pessoas é o que torna este estudo altamente tangível e significativo para mim, para o que eu sou nesta cidade, para a história de nossas famílias.

A partir da compreensão de que o direito à cidade é o direito de produzir, transformar e habitar o espaço urbano em sua totalidade (Lefebvre, 2001), faço essa análise que inscreve a paisagem linguística como território de luta, onde os sujeitos, como eu, insurgem contra o silenciamento e se colocam como cocriadores do espaço que habitam. Entendo essas práticas como expressões de uma cidade rebelde (Harvey, 2014), que emerge da contestação popular e se manifesta nas formas de resistência cotidiana frente às violências do capital. Assim, não busco apenas descrever os fenômenos observados, mas também colaborar para a construção de uma escuta comprometida com a justiça social e com a potência da linguagem como ferramenta de transformação.

É possível perceber agora, por meio da análise linguística etnográfica da paisagem *on-line-off-line*, como muitas linhas invisíveis correm de e para uma área local. Quando seguimos a leitura da linguagem localmente em direção à esfera *on-line* para a qual apontam, começamos a ouvir muito mais, num movimento do *off-line* para o *on-line* e vice-versa, que nos direciona para uma visão muito mais precisa dos atores e da paisagem.

Os protestos físicos articulados nas redes e realizados diante da CSN revelam aquilo que Lefebvre (1991) aponta como a produção do espaço enquanto prática política. Ao ocupar simbolicamente o espaço da companhia, o centro hegemônico da cidade, os moradores interrompem a lógica disciplinar do espaço planejado e inscrevem nele outras formas de pertencimento. O corpo em marcha, o cartaz improvisado e o grito coletivo tornam-se signos inscritos na paisagem, reorganizando temporariamente a ordem simbólica do espaço urbano. A rua, que antes operava como trajeto funcional entre casa e trabalho, torna-se território de denúncia e imaginação. Essa apropriação performativa do espaço materializa a esperança como prática, pois projeta futuros possíveis a partir de gestos cotidianos de enfrentamento e resistência.

Os protestos ocupam a cidade com o corpo em movimento, produzindo som, ritmo e presença. A linguagem não aparece apenas em faixas e palavras de ordem, mas também nos gestos, nas marchas, nos silêncios partilhados. A rua se torna palco e tambor, onde se performa o inconformismo. Esses atos funcionam como práticas discursivas que deslocam o cotidiano e instalam outros sentidos no espaço urbano – sentidos insurgentes, coletivos, vibrantes. É no embate entre presença e ausência, entre o que se mostra e o que se cala, que o protesto revela sua força: ele reorganiza os modos de escuta da cidade. Por isso, também aqui a esperança se expressa, não como expectativa passiva, mas como prática de mobilização.

Destaco, dessa forma, a esperança, como projeção escalar, numa performatização do sujeito enunciativo que acontece logo na sua escolha pela pichação, e no ato de um protesto em passeata e na rede social digital, o que mostra como vozes silenciadas e diminuídas em determinados contextos aprendem formas de esperar, agindo e reivindicando um lugar de fala. Compreendendo que práticas identitárias são inseparáveis de práticas de memória, elas envolvem disputas de significado e relações de poder. Assim, as projeções escalares indexam discursos relacionados à dominação histórica e cultural exercida pelo capitalismo. A relação entre essas projeções e a materialização de discursos ético-normativos é apresentada uma vez que processos semióticos engajados em classificar ações e sujeitos informam a existência de padronizações a partir dos quais tais projeções são feitas.

Assim a pichação, tal qual o manifesto do povo nas ruas e na internet, apresenta-se como uma representação político-simbólica que pode ser também de poder, ou melhor, de um contrapoder: o da resistência e de crítica popular à ordem hegemonicamente estabelecida e imposta pela sociedade burguesa composta pelos seus atores hegemônicos – o capital e o Estado (Mondardo; Goettert, 2009). Ou seja, linguagens simbólicas com caráter de contraposição que, quando demarcadas em pontos específicos da cidade segundo estratégias discursivas, constituem territórios da resistência quando apropriados e “dominados” por discursos, delimitando um território que busca a democracia através da criatividade daqueles que reivindicam outras possibilidades em uma cidade mais aberta às inúmeras dimensões do viver.

Nessa análise, observamos a maneira com que textos, que viajam de um evento interacional a outro, estabelecem conectividade entre encontros comunicativos diferentes em tempo e espaço, assim como produzem novas condições para contextualização. Assim, trabalhamos com uma “sociolinguística da mobilidade” (Blommaert, 2010) para observar como novas condições de mobilidade na contemporaneidade exigem a observação dos encontros comunicativos considerando a diversidade social, cultural e linguística. Dessa forma, conforme

Bauman e Briggs (1990), textos também carregam normatividades, ideologias e histórias de uso, que envolvem questões cruciais de poder.

Os dados analisados evidenciam que a paisagem linguística de Volta Redonda não é apenas constituída por inscrições visuais efêmeras, mas por camadas de sentidos indexicais, que ecoam a desigualdade histórica e os modos populares de enfrentamento. Cada muro riscado, cada postagem compartilhada, cada grito de protesto, ao mesmo tempo em que se inscreve em um contexto local, projeta sentidos que desestabilizam a narrativa hegemônica da cidade operária disciplinada. São práticas que, como ondas discursivas, ressoam além do lugar onde nasceram.

Ainda nessa perspectiva, a disputa de sentidos no local encontra ressonância nas práticas de reivindicação de direito à cidade (Lefebvre, 2001) que, muito além do que o direito de acesso ao espaço urbano, mostra-se como um direito coletivo de produzir, habitar e transformar esse espaço. Em Volta Redonda, as intervenções discursivas da população apresentadas neste estudo materializam uma apropriação simbólica da cidade, na qual os cidadãos recusam a ordem dominante que os silencia e os sufoca. Uma luta que não se limita à reivindicação por infraestrutura, mas por dignidade, memória, reconhecimento e pertencimento.

O direito à cidade é, sobretudo, um direito à produção de novos modos de vida urbanos (Harvey, 2014). A Passeata do Pó, os cartazes que redesenham os sentidos dos monumentos, os muros que gritam denúncias, e os comentários insurgentes nas redes sociais são manifestações que transgridem e reinventam o espaço urbano, mobilizando-o como ferramenta de resistência política, social e ambiental. São práticas discursivas que evidenciam que a cidade pertence àqueles que nela vivem, sofrem, lutam e esperançam.

O protesto dos moradores caracteriza a paisagem linguística como representação e visibilidade de um grupo. Emerge um espaço social para além de espaço físico que indexa padrões sociais, culturais e políticos (Blommaert, 2013, p.7). Dessa forma, a partir do diagnóstico sociolinguístico, é possível que se crie um diagnóstico das estruturas sociais, culturais e políticas. A descrição e análise semiótica dos signos em determinados espaços é o ponto de partida desse tipo de investigação, cujos sentidos apontam para trás num tempo em que foram produzidos, ao passo que apontam para a frente num movimento dialógico. Nos percursos da passeata em protesto, o espaço é transformado pelos cartazes, o que comprova que muito do que compreendemos do mundo depende de nossa localização no mundo (Scollon & Scollon, 2003).

O descaso historicamente evidenciado da CSN em relação ao espaço e aos corpos da cidade revela a ideologia capitalista do sucesso monetário em detrimento da vida, contudo, em espaços atravessados pela violência e destrutividade, vozes se levantam em oposição. Essas vozes são registros de esperança em busca da justiça social. Assim, o espaço público serve tanto como ferramenta de diferentes grupos para a transmissão de mensagens de diferentes línguas em instâncias políticas e geográficas, quanto para influenciar e criar realidades linguísticas (Shohamy, 2006, p. 111).

Woolard (2020) afirma que ideologias ocorrem não apenas como construções mentais e em verbalizações, mas também em práticas e disposições incorporadas. A mobilização dos sujeitos na Passeata do pó em Volta Redonda, organizada e coesa em seu propósito, articula-se ideologicamente com as pichações analisadas e, por emergir como resposta às ações predatórias da indústria dominante no espaço, constitui-se como entextualização que indexa significados que constroem um posicionamento coletivo, em oposição a uma força dominante. O espaço, portanto, não é neutro, é antes semiotizado.

É possível perceber como os textos, na medida em que articulam e evocam práticas espaciais conhecidas, produzem o próprio espaço, que emerge como um efeito performativo. Atualizam ainda o potencial rebelde da cidade ao apresentar-se como uma representação político-simbólica de contestação do poder dominante na paisagem. Há gritos que não cessam quando o ato se desfaz; eles permanecem, reverberando em muros, em telas, em memórias coletivas e práticas cotidianas. Este capítulo analítico busca ouvir os ecos dessas vozes insurgentes que, mesmo diante do silenciamento estrutural, encontram brechas para dizer, existir e esperar. Se os muros gritam, como venho sustentando ao longo desta tese, é porque há corpos que ainda acreditam na linguagem como ferramenta de vida, denúncia e reinvenção.

Neste último gesto analítico, volto o olhar e audição para os efeitos dessa insurgência linguística, pensando o resistir não como ato isolado, mas como movimento contínuo de enunciação e de cuidado coletivo. O esperar, nesse contexto, é prática construída na tessitura diária de pequenos enfrentamentos e grandes silêncios rompidos. As práticas discursivas analisadas ao longo deste trabalho, ao circularem, reverberam, transformam e criam novos sentidos de cidade e de pertencimento. O que se escuta, enfim, é menos um ponto final e mais uma convocação: a de seguir ouvindo, registrando e resistindo com palavras, imagens e afetos.

Essa contestação, sob diferentes maneiras, acompanha o desenvolvimento histórico da cidade. Para além de um movimento de resistência pontual, as respostas às desigualdades impostas em Volta Redonda modificam a organização criada por um poder dominante

utilizando a linguagem para resistir à opressão, redefinir temporalidades e reimaginar futuros possíveis. Dessa forma, moldam a paisagem do lugar de maneira que a dinâmica de resistência seja a sua essência constituinte. A linguagem desafia a lógica de apenas um meio de comunicação, para se transformar em uma prática flexível que reformula realidades e gera esperança (Silva e Lee, 2024) em um local afetado desigualdade. Práticas de denúncia como as apresentadas mostram como é possível fazer esperança com palavras, visto que esperar é um ato público, uma forma de ação social que visa não só a sobrevivência, mas a transformação das condições de vida e a invenção de novos futuros possíveis a partir da realidade presente.

5.3 A luta continua

A passeata do pó realizada em 21 de julho de 2024 foi divulgada pela mídia como um manifesto pacífico e coerente. As fotografias e vídeos do ato foram disponibilizadas na página @vr_abandonada e contou com o apoio em comentários dos moradores da cidade. Em 01 de agosto, onze dias após o ato nas ruas, o administrador da página postou aos seguidores um comunicado informando sobre o recebimento de uma intimação judicial com uma liminar concedida a pedido da CSN proibindo a página @vr_abandonada a publicar notícias depreciativas sobre a companhia. A seguir um excerto do texto da liminar.

Trata-se de requerimento de antecipação da tutela, sem oitiva da parte contrária, requerida por COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL, em face de ALEXANDRE CAMPOS INACIO DA FONSECA, sob alegação de que o réu vem publicando notícias falsas em suas redes sociais, difamando a autora, requerendo a vedação de novas publicações aleivasas, sob pena de imposição de multa, em caso de descumprimento.

Por todo o exposto, entendo que a situação do autor demonstra gravidade, motivo pelo qual CONCEDO A LIMINAR PLEITEADA, determinando que ALEXANDRE CAMPOS INACIO DA FONSECA, se abstenha de publicar qualquer texto, imagem ou vídeo direcionado, direta ou indiretamente a autora em qualquer tipo de rede social, mencionado notícias depreciativas, injuriosas difamatórias ou caluniosos contra a CSN, sem comprovação da veracidade do que alega, tudo sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), por cada nova postagem realizada em desacordo com a presente decisão, sem prejuízo de incorrer na prática de delito de desobediência, com extração de peças e remessa ao órgão do Ministério Público encarregado de apuração de delito de desobediência.

Após as iniciativas de mobilização da população, a única resposta pronunciada pela empresa foi a movimentação judicial para frear as denúncias e reclamações – medida que foi recebida com revolta pelos seguidores da página, como mostro nas figuras a seguir.

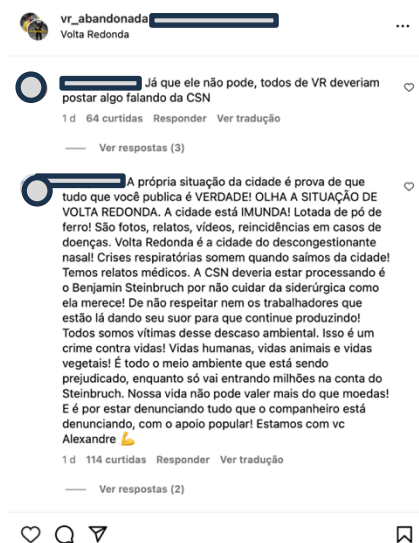


Figura 91: Comentários em @vr_abandonada



Figura 92: Comentários em @vr_abandonada.

Nos comentários, percebemos ainda a indignação da população em falas como *estão nos calando!!! Uma vergonha a cidade estar sendo refém dessa safadeza* o que aponta para as estratégias de silenciamento utilizadas para conter as denúncias dos moradores, sobretudo com o ataque ao administrador da página. Além da empresa não reconhecer os danos que causa à cidade, ainda que comprovados em diversos estudos, alguns dos quais detalho a seguir.

Como pioneiros na análise das problemáticas ambientais da cidade, Peiter e Tobar (1998) estudaram os níveis de poluição em Volta Redonda e revelaram uma correlação entre condições materiais de vida desfavoráveis e maior exposição a poluentes nos bairros de maior proximidade com a CSN.

A organização socioespacial da cidade explica essas discrepâncias, visto que população de baixa renda em Volta Redonda está distribuída em duas áreas principais: a periferia recente (extremo norte e leste) e a periferia antiga (noroeste). Na periferia recente, as condições de vida são especialmente precárias devido à falta de saneamento e serviços públicos, resultando em alta vulnerabilidade a problemas relacionados à pobreza. No entanto, a distância da principal fonte de poluição, a CSN, reduz o impacto dos poluentes atmosféricos. Na periferia antiga, a situação é mais complexa, pois as áreas densamente povoadas sofrem menos com a falta de saneamento básico, mas estão mais próximas à CSN e, portanto, mais expostas à poluição. Isso aumenta a vulnerabilidade dessas populações, que vivem em condições materiais desfavoráveis.

Como já mencionado nesta pesquisa, ao comparar os bairros da região antiga de Volta Redonda, nota-se uma segregação socioespacial evidente. As áreas menos poluídas e com melhor acesso a serviços públicos, localizadas na parte sul da cidade, são habitadas por grupos

de maior renda. Contrariamente, as áreas mais poluídas e com menor acesso a esses serviços são ocupadas por grupos de baixa renda. Essa situação reflete o processo histórico de segregação socioeconômica iniciado nas décadas de 1940 e 1950, com a construção de bairros para operários e funcionários qualificados pela CSN, processo que perpetuou uma hierarquia social que ecoa até hoje, prejudicando duplamente a população de baixa renda tanto na ocupação do espaço urbano quanto na qualidade de vida, afetando significativamente sua saúde.

Mais recentemente, em 2023, um estudo estabeleceu um paralelo entre as internações hospitalares por doenças do aparelho circulatório entre 2013 e 2015 e a poluição atmosférica de Volta Redonda (Guerra e Paiva, 2023) investigando inclusive os custos econômicos dessas internações para o sistema público de saúde, utilizando dados de internações hospitalares, indicadores de poluição do ar e variáveis climáticas. O estudo identificou uma associação significativa entre a exposição aos poluentes PTS (Partículas Totais em Suspensão) e MP10 (Material Particulado) e o aumento das internações por doenças circulatórias na população de Volta Redonda, incluindo pessoas com mais de 40 anos. Os efeitos da poluição se manifestaram não apenas no dia da exposição, mas também em dias posteriores, indicando que a exposição mesmo em níveis considerados aceitáveis pela legislação da época, ainda representa um risco à saúde. O estudo aponta as atividades industriais e o intenso tráfego de veículos como as principais fontes de poluição atmosférica em Volta Redonda. Os autores comparam seus resultados com pesquisas anteriores realizadas em Volta Redonda e outras cidades do Brasil e do mundo, evidenciando que a poluição do ar é um problema persistente que afeta a saúde da população em diferentes contextos.

Embora o estudo não detalhe os tipos de poluentes emitidos pela CSN, a produção de aço é conhecida por gerar emissões atmosféricas como material particulado, óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre. Destacam ainda que os bairros localizados próximos às fontes emissoras de poluição, incluindo as áreas próximas à CSN, apresentam maiores taxas de internação por doenças circulatórias. Isso sugere que a localização da CSN em relação à área urbana pode contribuir para a exposição da população aos poluentes. Além disso, o estudo menciona o pátio de escória da CSN como um possível agravante para o aumento de problemas de saúde, principalmente nos bairros próximos. A escória, um subproduto da produção de aço, pode gerar poeira fina quando manuseada ou transportada, o que pode contribuir para a poluição do ar.

Perante as evidências científicas, o discurso da CSN que caracteriza as denúncias da página *@vr_abandonada* como difamação e notícia falsa perde credibilidade e não consegue

apoio para prosseguir. A liminar concedida à empresa que proibia a postagem de matérias depreciativas nas redes sociais foi suspensa em 19 de agosto de 2024.

A postagem do perfil @vr_abandonada repercute em diferentes escalas, saindo do bairro para o debate regional e, em certos momentos, até nacional. Como argumentam Carr e Lempert (2016), discursos em ambientes urbanos são frequentemente mobilizados em projeções escalares, sendo reorganizados conforme seus efeitos em contextos distintos.

Analisar esses acontecimentos à luz da linguística aplicada como um ensaio de esperança é uma tentativa de abordar e enfrentar o sofrimento humano através da linguagem (Moita Lopes, 2006). A pesquisa nesse campo deve focar na relação entre a linguagem e as experiências humanas adversas, visando a construção de mundos mais justos. Além disso, a análise da paisagem linguística de Volta Redonda, marcada por práticas de resistência pode ser aprofundada à luz da teoria do direito à cidade, desenvolvida por Lefebvre (1968) e expandida por Harvey (2012), já que o direito à cidade não é apenas o direito de acesso ao espaço urbano, mas o direito de transformá-lo, de participar ativamente da produção e da apropriação desse espaço. Essa concepção se alinha com a forma como os moradores de Volta Redonda contestam a hegemonia da CSN e buscam reinscrever sentidos em uma cidade historicamente moldada pelos interesses industriais e capitalistas.

É importante acrescentar a essa leitura como as normas que definem o que pode ser dito, por quem, onde e quando, revelam mecanismos de controle simbólico que silenciam discursos subalternos e delimitam a visibilidade dos sujeitos e suas práticas (Foucault, 2014). As respostas do povo de Volta Redonda às desigualdades socioespaciais impostas desafiam uma ordem discursiva que busca, constantemente, regular os sentidos possíveis e os sujeitos autorizados a falar. O panoptismo, enquanto forma de vigilância e internalização do controle, também se faz presente na paisagem urbana de Volta Redonda, seja nos muros repintados para apagar mensagens dissidentes, seja na vigilância digital e na tentativa de silenciar a página @vr_abandonada. Essas estratégias evidenciam um poder difuso que não atua apenas pela repressão explícita, mas também pelo controle dos corpos e dos sentidos.

No contexto analisado, os muros tornam-se não apenas superfícies físicas, mas territórios discursivos onde se disputa a significação da cidade. A pichação, ao intervir no espaço urbano com mensagens de denúncia e protesto, configura-se como uma prática concreta do direito à cidade – não institucionalizada, mas legítima, pois expressa a recusa da submissão ao silêncio e à invisibilização. Trata-se de uma reapropriação simbólica e política do espaço urbano, operada pela linguagem.

5.4 Gritos que reverberam

Pensar as cidades como campos de luta contra o neoliberalismo e a financeirização do espaço urbano (Harvey, 2012) sugere que o direito à cidade é, sobretudo, um direito coletivo à produção de novos modos de vida, ou seja, um projeto político que desafia a lógica da cidade como mercadoria. Quando os moradores de Volta Redonda tomam as ruas nas Passeatas do Pó, denunciam a contaminação ambiental e performam atos simbólicos, como cobrir o painel de monitoramento da CSN, é mobilizado um repertório de insurgência que encarna a ideia de uma cidade rebelde: aquela que não se resigna ao papel de engrenagem do capital, mas que luta por dignidade, visibilidade e vida.

Sob esse viés, a paisagem linguística *on-line* e *off-line* de Volta Redonda pode ser lida como uma forma de insurgência urbana que tensiona a normatividade imposta pelos agentes hegemônicos e busca reconstruir a cidade como espaço de cidadania plena. As pichações, os atos públicos e os discursos digitais se tornam ferramentas que atualizam, na prática, os pressupostos críticos de Lefebvre e Harvey – a cidade como direito e a rebeldia como necessidade.

A questão central que se coloca diante da disputa na paisagem linguística é a do valor da vida humana e sua precariedade. É necessário questionar a desigualdade intrínseca nas valorações de vidas no espaço público e a forma como o abandono é administrado pelas autoridades – questões são centrais para a compreensão de nossa responsabilidade ética e social.

No cenário atual, brutal e desalentador, é imperativo recriar e reimaginar a esperança. Isso não deve ser feito de maneira superficial, mas sim como uma prática cotidiana que se manifesta através de nossas ações e discursos. Essa projeção de esperança não é algo preexistente, mas é construída pelo contexto e pelas práticas sociais de cada um.

A luta política, assim como outras formas de resistência, deve sempre apontar para a contingência do futuro, para o que pode ser feito *se* algo específico ocorrer. Manter-se nesse embate com esperança é fundamental para abrir espaço para novas narrativas e possibilidades. Neste estudo, sugiro que a esperança está sujeita às adversidades do discurso e às variações sociais e históricas. No entanto, é também um processo de aprendizagem sobre como lidar com uma realidade muitas vezes destrutiva, constituindo-se como essencial para nossa responsabilidade ética quando enfrentamos o desespero.

Dessa forma, investigamos como moradores de Volta Redonda têm se apropriado do espaço numa incessante mobilidade social que altera constantemente as paisagens a fim de potencializarem a sua cidadania numa forma de enregistramento da esperança perante hierarquizações e movimentos hegemônicos. A esperança emerge na paisagem linguística de Volta Redonda como um componente essencial da luta por uma cidade melhor, não como um sentimento ingênuo, mas como um ato consciente e performativo, que nos chama à ação mesmo diante das maiores adversidades. É essa a prática discursiva, acredito, que deve nortear a pesquisa e a vida social, criando um espaço onde a linguagem se torna um instrumento poderoso para a transformação.

As práticas analisadas ao longo deste capítulo evidenciam que a paisagem linguística de Volta Redonda opera como um campo de batalhas simbólicas, no qual o espaço é ao mesmo tempo produto e produtor de discursos. Cada pichação, postagem e manifestação tensiona os limites da cidade enquanto projeto disciplinar herdado da lógica da *company town*. Essas práticas, ao reconfigurarem os sentidos do espaço, ativam o direito à cidade: não um direito individual, abstrato e formal, mas um direito coletivo à reinvenção da vida urbana, à produção de novos usos do território, à reapropriação simbólica e material dos espaços. Trata-se de um direito à insurgência cotidiana, à recusa da lógica de mercantilização do espaço, e à construção de uma cidade que reflita os desejos e necessidades das pessoas que a habitam. Ao analisá-las etnograficamente, percebo que tais práticas não apenas denunciam desigualdades ou falhas institucionais, mas constroem um repertório coletivo de sentidos que desafiam a hegemonia, subvertem as formas instituídas de controle espacial e anunciam outras possibilidades de cidade. Como signo urbano, Volta Redonda grita, escreve, posta, marcha – e, assim, esperando, resiste e se rebela.

Ao final desta caminhada etnográfica pela paisagem linguística de Volta Redonda, é possível reconhecer que a cidade ressoou em três frequências fundamentais. A pichação, com sua força de interrupção, se inscreveu como um grito visual efêmero, um traço de urgência que corta a normalidade da paisagem e denuncia com a brevidade do choque o que insiste em ser silenciado. Sua potência não está em permanecer, mas em marcar, como um estalo que reverbera mesmo depois de apagado. Já as redes sociais digitais, com seu fluxo contínuo de postagens, comentários e compartilhamentos, operaram como uma reverberação prolongada, um eco persistente que atravessa algoritmos e mantém vivas as denúncias e os afetos. Elas dilatam o grito, fazem-no circular, multiplicam seus sentidos no tempo e no espaço digital. Por fim, os atos populares, vividos no corpo e na rua, configuraram-se como performances acústicas

coletivas, espaços onde a linguagem encontra ritmo, volume e corpo. Marchar, nesse contexto, é produzir som, é fazer vibrar o chão, é transformar a rua em caixa de ressonância da dor, da indignação e do desejo.

Essas três camadas – o impacto imediato da pichação, o eco difuso das redes, e o corpo coletivo do protesto – formam, em conjunto, uma paisagem acústica de insurgência. Uma paisagem em que a linguagem não apenas representa a cidade, mas a reinventa com cada grito, cada gesto, cada postagem. São práticas que não esperam autorização institucional: elas brotam da escuta compartilhada daquilo que a cidade cala. Por isso, mais do que resistir, essas vozes esperançam. Fazem do som um modo de existir politicamente. E da paisagem, um corpo que escuta e responde.

Assim, a análise neste trabalho busca não apenas descrever os fenômenos observados, mas também colaborar para a construção de uma escuta comprometida com a justiça social e com a potência da linguagem como ferramenta de transformação. Nesse processo, é fundamental desnaturalizar os regimes de visibilidade e invisibilidade que operam na cidade, iluminando os modos pelos quais os sujeitos constroem práticas de resistência e esperançam outras formas de vida possível. A esperança, nesse contexto, é uma prática discursiva e performativa, que não nega a dor, mas se inscreve nela com o desejo ativo de transformação. Ela não se apresenta como ilusão ou espera passiva, mas como gesto ético e insurgente, que ocupa as brechas da ordem do discurso e desafia a lógica panóptica. Esperançar, aqui, é recuperar o direito à cidade – enfrentar o silenciamento com palavras, corpos e ações que clamam por visibilidade, justiça e novos futuros. É o grito dos muros que não se apagam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

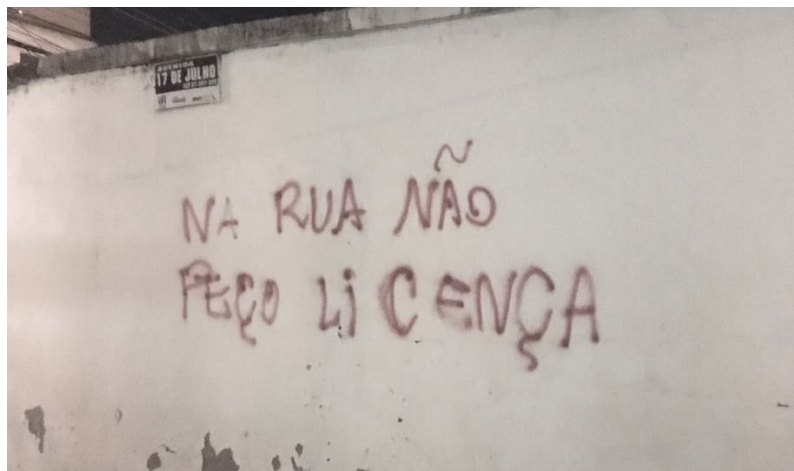


Figura 9: Pichação “Na rua não peço licença”, em Volta Redonda.

Esta tese nasceu da escuta. Uma escuta comprometida com os ruídos e os silêncios de uma cidade gestada sob o aço, mas que pulsa em carne, cor e grito. Volta Redonda, mais que cenário, é personagem viva deste trabalho – matéria discursiva onde muros, redes e corpos se tornam textos insurgentes.

Ao final desta travessia, sigo com os fones ainda nos ouvidos. Eles não me isolaram da cidade, mas me aproximaram dela. Me fizeram escutar não só o que foi dito, mas o que foi interrompido, silenciado, vibrado nos vazios. Nesta etnografia da escuta, escutei a cidade como quem sintoniza diferentes frequências de um mesmo grito coletivo. E o que ouvi foi mais do que denúncia: foi gesto de sobrevivência, de invenção, de esperança.

A cidade de Volta Redonda, que me viu nascer e crescer, revelou-se aqui como texto vivo, um território que me habita – tecido por camadas históricas, afetivas e discursivas –, lugar onde a linguagem se encarna na matéria urbana e inscreve tensões entre silenciamento e resistência. Ao percorrer suas ruas, muros, manifestações e redes, escutei os gritos do espaço, os murmúrios das vozes que, embora muitas vezes interditas, persistem em esperar.

Neste estudo, uma paisagem linguística é também uma paisagem sócio-histórica e cultural e os signos que a compõem, incluindo as pessoas, uma vez que seres humanos também são signos que fazem emergir diferentes significados dependendo de como agem, de quando dizem e de onde estão no momento da enunciação. Conforme Peirce (1934), o ser humano é um signo, e a mente uma desenvolvedora de signos, pois cada pensamento é um signo. A cena da ação é o ponto, no espaço e no tempo, em que ocorre a interseção entre uma prática social e os instrumentos materiais que permitem a realização de uma ação mediada. Scollon (2001, p. 3) define-a como uma janela aberta em tempo real sobre uma interseção de práticas sociais e

recursos mediacionais, isto é, os instrumentos culturais que tornam a ação o ponto focal de atenção dos participantes. Assim, o cenário é um momento único, irrepetível e irreversível da história, no qual o ator social empreende determinada ação em uma dialética entre sua atividade e os recursos materiais que a mediam. Além do conteúdo da mensagem, a escolha da linguagem e a disposição dos elementos gráficos num texto estão ligados às práticas e normas da comunidade que vive no espaço de análise. Logo, é a ligação entre espaço e normatividade que torna o espaço histórico.

Aqui, compreendi a paisagem linguística como mais que um amontoado de signos: ela é território de disputa simbólica, memória em trânsito, campo de forças entre aquilo que se quer impor e aquilo que insiste em brotar. A análise das paisagens linguísticas da cidade evidenciou que o espaço urbano não é apenas configurado por estruturas materiais, cenário ou suporte para práticas sociais: ele é produzido, reproduzido e disputado em interações marcadas por relações de poder, memória e desejo. O espaço é produto social, uma construção histórica e simbólica que expressa os modos de apropriação e dominação (Lefebvre, 1991). E não sendo neutro, ele é, ele próprio, discurso. A paisagem, é sempre socialmente produzida, e, como tal, é vivida, sentida, narrada e, sobretudo, disputada. Ao mesmo tempo, essa produção do espaço é atravessada por dinâmicas do capital que impõem lógicas de acumulação, exclusão e desigualdade, mas também geram resistências (Harvey, 2012). A luta pela cidade é, também, uma luta pela linguagem com que se nomeia e se reclama esse espaço. Cada corpo que caminha, que pinta, que protesta, que posta, inscreve algo no tecido da cidade. E é nesse entrelaçar de práticas, afetos e materialidades que a paisagem se faz, visto que a cena da ação é sempre um encontro único entre práticas sociais e recursos mediacionais (Scollon, 2001) profundamente revelador das estruturas que nos atravessam.

A partir dessa perspectiva, a paisagem linguística foi compreendida não como um inventário de signos, mas como campo tenso e dinâmico de indexações sociais. Considerando as paisagens como textos estratificados, nos quais diferentes vozes disputam legitimidade, visibilidade e autoridade em escalas que articulam o local ao global (Blommaert, 2005, 2013, 2014), foi possível analisar, a partir dos conceitos de indexicalidade, como certos signos carregam rastros de poder que apontam para hierarquias sociais e econômicas historicamente constituídas, enquanto outros tentam reorganizar esse regime, subvertendo-o ou reencenando-o com outras urgências, que desobedecem ao silêncio e escrevem outras possibilidades de existência. A pichação, por exemplo, torna-se não um ruído, mas uma fala: curta, mas afiada; efêmera, mas profunda.

Ancorada em uma Linguística Aplicada INdisciplinar (Moita Lopes, 2006, 2022), esta pesquisa se permitiu transitar entre campos, afetos e epistemologias para tecer uma análise comprometida ética e politicamente com as vozes da cidade. Metodologicamente, a pesquisa se inscreve em uma abordagem etnográfica interpretativista, com ênfase na escuta situada, na observação participante e na construção conjunta de conhecimento. Em um gesto que se alinha à proposta da Linguística Aplicada INdisciplinar, o percurso metodológico buscou tensionar as fronteiras entre pesquisadora e campo, entre saber acadêmico e saber local. Dessa forma, esta pesquisa se moveu entre as margens e os centros da cidade, entre o on-line e o off-line, entre o registro e o corpo presente. As caminhadas etnográficas, os registros fotográficos e digitais (em especial no perfil @vr_abandonada no Instagram), os protestos observados e sentidos, foram formas de me aproximar dos sentidos produzidos nos espaços em disputa, e compuseram um corpus multissituado, no qual as paisagens emergem como dispositivos de resistência.

Lançar nossos olhares à paisagem linguística pode ser de grande potencial analítico para a Linguística aplicada, já que o espaço físico é também o espaço social, político e cultural. Esse espaço permite, desencadeia, prescreve e proíbe, políticas ou impõe padrões de comportamento social. Dessa forma, um espaço que nunca é terra de ninguém, mas sempre espaço de alguém (Bloomaert, 2012, p 7), um lugar histórico e, por isso, constituído por códigos, normas e tradições, e disputa de poder, num movimento que ao mesmo tempo é controlado por e controla as pessoas que ali estão.

Esse pensamento de que o ordenamento do espaço, assim como os textos nele escritos, podem constituir formas de agência e enunciar diferentes identidades e ideologias, portanto, o espaço físico é também um espaço social, cultural e político. Assim, acredito que seja importante que pesquisas em paisagem linguística sejam desenvolvidas, pois pode ser um eficiente indicador capaz de fornecer informações relevantes sobre políticas linguísticas locais e as questões de poder, para além de uma identidade nacional e étnica, e legitimar a vida vivida na diversidade.

As paisagens linguísticas observadas aqui, longe de serem espaços neutros, mostraram-se campos de disputa. Nelas, a linguagem atua como prática de poder (Foucault [1971] 2014), mas também como prática de esperança (Silva; Lee, 2020, 2024). A cidade se dá a ver como uma arena onde diferentes ordens de indexicalidade operam em conflito, revelando assimetrias e também brechas pelas quais se pode (re)existir. Volta Redonda se mostrou, ao longo da pesquisa, como um espaço tensionado entre dois grandes discursos: o da Companhia Siderúrgica Nacional, que por décadas arquitetou física e simbolicamente a cidade como

uma *company town*, e o da população, que, através de suas práticas linguísticas insurgentes, disputa o direito de narrar e viver essa cidade de outro modo. David Harvey (2012) fala do *direito à cidade* como o direito de recriá-la, de reescrevê-la – e foi isso o que observei nos muros riscados, nas redes agitadas, nas ruas ocupadas. O povo não apenas habita: ele *inscreve*.

Ao dar ouvidos a essas práticas, esta tese contribui para ampliar os estudos sobre paisagem linguística, ao deslocar o olhar da representação estática para a ressonância política. Escutar é, aqui, reconhecer a linguagem como ação. E a paisagem, como corpo que sente. A proposta da etnografia da escuta se apresenta como um gesto metodológico e ético: escutar não apenas o que é dito, mas aquilo que insiste em vibrar mesmo depois do silêncio.

As manifestações em Volta Redonda não se reduziram a eventos isolados, mas revelaram-se gestos performativos de reescrita da cidade – práticas de linguagem que inscrevem outros modos de viver, ver e dizer Volta Redonda. A cidade grita nos muros, nas redes, nos corpos que marcham, nos comentários que denunciam. Essas práticas discursivas produzem um contramapeamento simbólico do lugar, um enfrentamento aos processos de silenciamento e apagamento impostos pela lógica industrial e capitalista da CSN – uma resposta. Ao analisar os dados gerados, os resultados apresentam o movimento de fricção entre CSN e Volta Redonda construído a partir de processos semióticos de silenciamento e controle ambiental relacionados à noção de lucro e ao poder, em contrapartida, estratégias semióticas comunicativas de contestação são mobilizadas pela população, como a pichação e protestos *on-line* e *off-line*, que se configuram no contexto analisado como recursos semióticos de sobrevivência à desigualdade, numa prática constante de esperança no espaço urbano.

A paisagem linguística de Volta Redonda ressoou em três vozes complementares: o grito visual efêmero das pichações, que mesmo apagadas reverberam como rupturas no concreto; a reverberação contínua das redes sociais, que repetem, circulam e intensificam a denúncia em múltiplas camadas; e a performance coletiva dos protestos, onde o corpo em marcha transforma a linguagem em presença. Cada uma dessas práticas se inscreve no espaço como uma frequência de insurgência, como se a cidade inteira se tornasse um aparelho sonoro, vibrando com a força de quem se recusa a desaparecer.

Considerando que a cidade foi construída como uma *company town*, onde a CSN exercia um papel dominante na vida social, econômica e política, observo como esse domínio histórico da CSN moldou a paisagem da cidade, tanto física quanto discursivamente. Demonstro como, mesmo após a sua privatização, a empresa ainda exerce grande influência sobre a cidade, o que se reflete nas desigualdades espaciais e nos conflitos sociais.

As pichações analisadas na tese criticam o poderio predatório exercido pela CSN, denunciam o abandono e reivindicam o direito da população à cidade, assim como as manifestações sociais e a mobilização da população em torno da causa ambiental, que emergem na paisagem como formas de resistência e de construção de uma nova realidade em Volta Redonda. O estudo demonstra como a CSN, como força hegemônica, moldou o espaço urbano e o discurso dominante, enquanto a população busca se expressar e resistir por meio de práticas linguísticas alternativas, ou seja, como a análise da paisagem linguística pode revelar as tensões sociais, as vozes marginalizadas e as diferentes formas de resistência presentes em um determinado contexto. Reflito, assim, como essas manifestações, tanto no espaço físico quanto no espaço digital, são importantes para amplificar as vozes do povo e construir uma consciência coletiva sobre os problemas da cidade.

Neste trabalho, a esperança foi tomada não como afeto abstrato, mas como prática política e epistemológica, como propõem Silva e Lee (2020, 2024). Esperançar é um ato de linguagem, uma performance que desloca os contornos do possível. As práticas linguísticas que investiguei, tanto nos espaços físicos quanto nos digitais, materializam essa esperança como método – método de sobrevivência, de reinvenção e de futuro, prática cotidiana de sobrevivência e reinvenção. É essa esperança que vejo nas vozes que se recusam ao silenciamento, que nomeiam a cidade, que denunciam as injustiças ambientais, que reimaginam o espaço urbano como um lugar possível para existir.

Concluo este percurso com a convicção de que escutar os gritos da cidade é também reivindicar o direito à cidade (Lefebvre, 2001), o direito de produzi-la com outras vozes, outros signos, outras formas de vida, com a certeza de que esperar é verbo de ação. E que cada palavra escrita num muro, cada imagem compartilhada, cada grito entoado nas ruas, compõe uma contra-narrativa que desafia o discurso hegemônico e projeta futuros possíveis. Que esta tese seja, ela mesma, uma prática de escuta e de esperança. Que esta pesquisa, situada e comprometida, possa contribuir para ampliar os espaços de escuta e de imaginação política nos estudos sobre linguagem, território e resistência.

A paisagem linguística de Volta Redonda, portanto, é movimento. É palco de tensões, mas também de criações. É arquivo vivo das marcas da desigualdade, mas também lugar de germinação de sentidos outros. O que esta pesquisa buscou foi abrir espaço para escutar essas vozes– e, ao escutar, legitimar. Ao compreender o espaço como um fazer discursivo, proponho que a análise da paisagem linguística não apenas revela a cidade, mas a transforma. Afinal,

como bem nos ensina a cidade: onde há muro, há palavra; onde há palavra, há luta; onde há luta, há possibilidade de mundo.

Ao percorrer os muros, as redes e os corpos em movimento de Volta Redonda, esta pesquisa procurou ouvir o que a cidade diz quando não está autorizada a falar. Mais do que descrever práticas linguísticas de resistência, propus compreender a linguagem como vibração política que se inscreve no espaço urbano mesmo quando é apagada, censurada ou criminalizada. Esse gesto metodológico e analítico oferece uma chave de leitura que desloca a noção tradicional de paisagem linguística como algo meramente visível, mapeável ou estático.

Aqui, a paisagem é entendida como campo de disputa afetiva e simbólica, onde se constroem regimes de escuta, de silenciamento e de amplificação. A linguagem, nesse cenário, não opera apenas como representação, mas como ato performativo de sobrevivência, denúncia e invenção coletiva. Ao articular práticas como a pichação, a circulação digital e os atos populares sob a metáfora da ressonância, proponho um modelo interpretativo em que os enunciados, ainda que breves ou apagados, não cessam de vibrar.

Espero contribuir, assim, para uma ampliação dos estudos em Linguística Aplicada e na análise de paisagens linguísticas, ao sugerir que a escuta situada de vozes dissidentes pode funcionar como método, como política e como teoria. A etnografia da escuta proposta nesta tese não busca apenas entender o que é dito, mas como certos dizeres reverberam e produzem efeitos mesmo quando invisibilizados.

Mais do que uma resposta, esta tese se propõe como convite à escuta tanto daquilo que ainda vibra, como daquilo que já foi calado e daquilo que insiste. Por isso, encerro sem ponto final. A cidade segue ressoando. Porque há ainda muitos gritos apagados esperando quem os escute. E porque, talvez, a luta de um povo sem voz não seja ausência de fala, mas ausência de escuta. Que esta tese seja, então, um par de fones estendidos ao mundo.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do thing with words*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

AVRAMOPOULOU, E. Hope as a performative affect: feminist struggles against death and violence. *Subjectivity*, 2017.

BANKSY. *Wall and Peace*. Century: Londres, 2005.

BORBA, R. Receita para se tornar um 'transexual verdadeiro': discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, p. 33-75, 2016.

BARBOZA, R; BORBA, R. *Linguistic landscapes as pornoheterotopias*. (De)regulating gender and sexuality in the public toilet 2018

BAUMANN; BRIGGS. *Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social*. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 8, n. 1,2, p. 185–229, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18230>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BLOCH, E. *The principle of hope* vol.1. Cambridge: MIT Press, 1959/1996.

BLOMMAERT, J; MALY, I. *Ethnographic Linguistic Landscape Analysis and social change: A case study*. 2014.

BLOMMAERT, J; COLLINS, J; SLEMBROUCK, S. *Polycentricity and interactional regimes in „global neighborhoods“*. In: *Ethnography*. Vol. 6 (2) 2005. p. 205-235.

BLOMMAERT, J. *Discourse: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BLOMMAERT, J. *Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes: Chronicles of Complexity*. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2013.

BLOMMAERT, J. Ideologias Linguísticas e poder. In: SILVA, D; FERREIRA, D; ALENCAR, C (orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

BLOMMAERT, J.; MALY, I. *Invisible lines in the online/offline linguistic landscape* (Tilburg Papers in Culture Studies No. 223). 2019.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Congresso Nacional. Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Lei de Crimes Ambientais*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALDEIRA, T. (2012). *Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo*. Novos Estudos CEBRAP, (94), 31–67. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002>

CAMERON, D. & PANOVIC, I. *Working with written discourse*. Londres: Sage, 2014.

CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARR, E. S. & LEMPERT, M. (Orgs.) *Scale. Discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press, 2016.

CASTRO, C.M.; MELLO, E.V. *Evolução Urbana na Cidade de Volta Redonda (RJ)*. Cadernos da FaEL, v. 1, p. 1-13, 2008

COELHO, G. *Pixadores, torcedores, bate-bolas e funkeiros: doses do enigma no reino da humanidade esclarecida*, 2015. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

COELHO, G. A escrita pixadora: uma escrita sobre-vida, destacando a “pixação”. In: Lopes, Adriana; Facina, Adriana; Silva, Daniel N. (Orgs.) *Nó em pinga d'água: sobrevivência, cultura e linguagem*. Rio de Janeiro: Mórula; Florianópolis [SC]: Insular, 2019.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006, p. 15-41.

ERICKSON, F. 1990. *Qualitative methods*. In: Robert L. Linn & Frederick Erickson. Orgs. Quantitative methods; Qualitative Methods. Vol.2. New York: Macmillan

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada Como Espaço de “Desaprendizagem”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por Uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, cap. 1, p. 45-63, 2006.

FABRÍCIO, B. F. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, cap. 5, p. 144-168, 2013.

FABRÍCIO, B. F.; BORBA, R. Remembering in order to forget: scaled memories of slavery in the linguistic landscape of Rio de Janeiro. In: Robert Blackwood and John Macalister (Eds.). *Multilingual memories: memory, monuments and the linguistic landscape*. Londres: Bloomsbury, 2019.

FABRÍCIO, B.; MOITA LOPES, L. P. Creating *queer* moments at a Brazilian school by forging innovative sociolinguistic scalar perspectives in classrooms. In Sauntson, Helen and Kjaran, Jon (Orgs.) *Queer transformative spaces: global narratives on gender and sexualities in schools*. New York: Routledge, 2019.

FABRÍCIO, B. Trajectories of socialization in school transcontexts: discourse journeys on gender and sexuality. *Working Papers on Urban Languages and Literacies*. King's College, n.94, p.1-24, 2012.

FACINA, A. (org.) *Acari Cultural. Mapeamento da Produção cultural em uma Favela da Zona Norte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2014.

FELD, S. Sound structure as social structure. In: *Ethnomusicology*, Oficial journal of the Society for Ethnomusicology. Vol. 28, Nº 3, p. 383-409 . University of Illinois Press. Sep. 1984.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1970].

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 [1975].

FREITAS, L.; MOITA LOPES, L. P. Vivenciando a outridade: indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 147-172, 2019.

GANDRA, M. “*Cidade Vermelha*” do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil, 2009.

GAL, S.; IRVINE, J. T. *Signs of difference*. Language and ideology in social life. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GARCEZ, P.; SCHULZ L. *Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil* - D.E.L.T.A., 31-especial, 2015.

GORTER, D. *Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism*. Toronto: Multilingual Matters LTD, 2006. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170>

GUERRA, I. *Custos econômicos de internações hospitalares por doenças do aparelho circulatório associadas a poluição atmosférica em volta redonda*, RJ. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas E Tecnologia*, 11(2), 2023. <https://doi.org/10.16891/2317-434X.v11.e2.a2023.pp2160-2170>

GUIMARAES, T.F.& MOITA LOPES, L.P. 2017. *Trajetória de um texto viral em diferentes eventos comunicativos: entextualização, indexicalidade, performances identitárias e etnografia*. Alfa, São Paulo, v.61, n.1, p. 11-33.

HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. The Right to The City. *New left review*, v. 53, 2008.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INGOLD, T. *The Temporality of the Landscape*. *World Archaeology*, vol. 25, no. 2, 1993, pp. 152–74.

INGOLD, T. 2000. *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling, and skill*. London: Routledge.

INGOLD, Tim. Worlds of sense and sensing the world: a response to Sarah Pink and David Howes. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, v. 3, n. 19, 2011. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/b9/Ingold_Tim_2011_Worlds_of_Sense_and_Sensing_the_World.pdf

INGOLD, Tim. *Estar vivo*. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2022). *Censo populacional 2022*. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades e Estados*. Disponível em: < <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> . Acesso: set/2023.

KIFFER, A.; GIORGI, G. *Ódios políticos e a política do ódio. Lutas, gestos e escritas do presente*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LA BARRE, J. Poder, território, som: alguns comentários. *El oído pensante*, vol. 2, nº 1, 2014. Buenos Aires. CAICYT, CONICET.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1968.

LIMA, R. *Delineando o cenário da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): uma perspectiva de interpretação do processo a partir da mobilização dos agentes políticos locais*. *Revista Perfis Económicos*. 10.22370/rpe.2016.2.1206, 2018.

LIMA, R. CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle. *Política & Sociedade*, v. 12, n. 25, p. 41-64, 2014.

MARICATO, H. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, Branca F. *Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada*. In: *Caledoscópio*, v. 17, p. 711-723, 2019.

MOITA LOPES, L. P. *Pesquisa interpretativa em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução*. Delta, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.

MOITA LOPES, L. P. *Identidades Fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 85-107.

MOITA LOPES, L. P. Linguistic Ideology: How Portuguese is being discursively constructed in Late Modernity. In: _____. (ed.) *Global Portuguese: linguistic ideologies in Late Modernity*, Londres: Routledge, 2015.

MOITA LOPES, L. P. *Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos linguísticos*. In: Scripta, p. 159-171, mar. 2004b. ISSN 2358-3428. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12552>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOITA LOPES, L. P. Introdução: como construir discursivamente o português no século XXI. In: Moita Lopes, Luiz Paulo. (Org.). *Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013a, v. 1, p. 18-52.

MOITA LOPES, L. P. O como e o porquê de teorizar o português como recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: Moita Lopes, Luiz Paulo. (Org.). *Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013b, v. 1, p. 101-119.

MOITA LOPES, L. P. Desejo na biopolítica do agora: performatividades escalares em um aplicativo de encontros homoafetivos. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 36, p. 2-37, 2020.

MOITA LOPES, L. P.. Discursos sobre gays em uma sala de aula no Rio de Janeiro: é possível queer os contextos de letramento escolar? In: *VII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v9n2/07.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2013.

MONDARDO, M. L.; GOETTERT, J. D. *Territórios simbólicos e de resistência na cidade: grafias da pichação e do grafite*. Terr@ Plural, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 293–308, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1181>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MOREL, R.L.M. A construção da "família siderúrgica"- Gestão paternalista e empresa estatal. In: RAMALHO, J. R. (org.); SANTANA, M. A. Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOREL, R.L.M. *A ferro e fogo: construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

NIEMEYER, O. As Curvas do Tempo. *Memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 294p. (p. 209-10)

OLIVEIRA, A. *Inventário das emissões atmosféricas na indústria siderúrgica*/ André Albuquerque Bittencourt de Oliveira – Monografia Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2014.

PALMEIRA, A. F. *A nova face da “Cidade do Aço”: crise do capital, Trabalho e Hegemonia em Volta Redonda (1992-2008)*. Niterói, 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PEIRCE, C. S. *Collected papers of Charles Sanders Peirce: pragmatism and pragmaticism*. v. 5, ed. Charles Hartshorne e Paul Weiss. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

PEITER, P., & TOBAR, C. *Poluição do ar e condições de vida: uma análise geográfica de riscos à saúde em Volta Redonda*, Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos De Saúde Pública, 1998.14(3), 473–485. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1998000300003>

PENNACHIN, D. *Subterrâneos e superfícies da arte urbana: uma imersão no universo de sentidos do graffiti e da pixação da cidade de São Paulo [2002 a 2011]*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Faculdade de Belas Artes, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

PENNYCOOK, A. Uma Linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

PENNYCOOK, A. Linguistic Landscapes and the Transgressive Semiotics of Graffiti. In: SHOHAMY, E. & GORTER, D. *Linguistic Landscape: expanding the scenery*. Londres e Nova York: Routledge, 2009. p. 238-252.

PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. Londres e Nova York: Routledge, 2010.

PINK, S. *Doing sensory ethnography*. London: SAGE, 2009.

RHODES, M., & SCARLETT, S. Post-industrial landscapes. *The Routledge Companion to the American Landscape*, 325-336. <http://doi.org/10.4324/9781003121800-33>
Retrieved from: <https://digitalcommons.mtu.edu/michigantech-p/17134>, 2023.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. (orgs.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 9-19

SANTOS, W. S. A Análise de narrativa e entrevista na pesquisa qualitativa. In: BASTOS, L. C; SANTOS, W. S. (Org). *A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.21-35.

SCHAFER, R.M. *The tuning of the world*. Rochester: Destiny Books, 1977

SELONI, L.;SARFATI, Y. Linguistic landscape of Gezi Park protests in Turkey: A discourse analysis of graffiti. *Journal of Language and Politics*, 16(6), , 2017, 782-808.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (Org.). *Linguistic Landscape: expanding the scenery*. New York, USA: Routledge, 2009.

SILVA, D. N. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. In: *Linguagem em (Dis)curso*, v. 14, p. 67-84, 2014.

SILVA, D. N.; LEE, J. “*Marielle, presente*”: *Metaleptic temporality and the enregisterment of hope in Rio de Janeiro*. *Journal of Sociolinguistics* 1–19, 2020.

SILVA, D. N.; LEE, J. *Language as hope*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

SILVA, G. *As relações entre a saúde e a exposição aos resíduos siderúrgicos: o conflito socioambiental no Volta Grande IV, a partir dos seus moradores*. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SILVERSTEIN, M. & URBAN, G. The natural history of discourse. In Silverstein, M.; Urban, G (eds.) *Natural Histories of Discourse*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

SILVERSTEIN, M. Pragmatic indexing. In: Jacob Mey. *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. London: Elsevier, 2009.

SILVERSTEIN, M. *Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life*. In: *Language & Communication* 23, p. 193–229, 2003.

SOUZA, L.; PETRONILHO, A.; EDUARDO, Carlos. “*Enquanto eu dormia, cavaram uma cova no fundo do meu peito*”: *Mineração, deslocamento compulsório e pichações nas ruínas de cinco bairros fantasmas (Maceió-AL)*, Ponto Urbe [Online], 31, 2023, <https://doi.org/10.4000/pontourbe.15184>.

SOUZA, C. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 196 p, 1992.

SOR, J.; CLEVELÁRIO, J.; GUIMARÃES, L.; MORENO, R. *Relatório piloto com aplicação da metodologia IPPS ao estado do Rio de Janeiro: uma estimativa do potencial de poluição industrial do ar*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2008.

TEIXEIRA, C.; ROLNIK, R. (Orgs.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VERDERY, K. *What Was Socialism, and What Comes Next*. Princeton University Press, 1996. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7rnmm>.

WETHERELL, M. *Trends in the Turn to Affect: A Social Psychological Critique*. *Body & Society*, 2014.